

RELATÓRIO DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998

SUMÁRIO

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	003
PLENÁRIA DE ABERTURA	
Ata	009
Anexo: Discurso do Professor Renato de Oliveira – Presidente da ANDES-SN	010
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	
Ata	014
Anexos:	
- Regimento	016
- Cronograma e Pauta	024
PLENÁRIA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Ata	026
PLENÁRIA II - AVALIAÇÃO DA GREVE NAS IFES E DEMOCRACIA INTERNA	
Ata	029
Relatório	034
PLENÁRIA - AVALIAÇÃO DOCENTE E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA	
Ata	035
Relatório	038
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	
Ata	039
Anexo: Moções	041
RATEIO	043
ANEXO:	
- Caderno de Textos	046
- Textos Avulsos	109

DELEGADOS(AS)

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
01	Adolpho Hengeltraub	ADUNICAMP	E
02	Adriano Severo Figueiró	SEDUFMS	F
03	Alba Correia	ADUFAL	F
04	Antônio de Pádua Bossi	ADCAC	F
05	Antônio Guedes Rangel Júnior	ADUEPB	E
06	Antônio Luís de Andrade	ADUNESP	E
07	Beatriz Couto	APUBH	F
08	Carlos Schmidt	ADUFRGS	F
09	Cely Taffarel	ADUFEPE	F
10	Cláudia Alves Durans	APRUMA	F
11	Claudia Gonçalves	ASDUERJ	E
12	Dagoberto Rodrigues Correa	ADFMM	E
13	Daniela Motta	APES-JF	F
14	Denise Marcos Bussoletti	ADUFPEL	F
15	Donizete Lima do Nascimento	ADUNIMONTES	E
16	Edward Bertholine de Castro	ADUFMAT	F
17	Eliseu Clementino de Souza	VPR NIII	
18	Fábio Faversoni	ADUFOP	F
19	Francisco Aldair Martins	ADUFAC	F
20	Francisco Paulo da Silva	ADFURRN	E
21	Gil Vicente Reis de Figueiredo	ADUFSCAR	F
22	Gláucia de O. Assis	ADFAED	E
23	Israel Pinheiro	APUB	F
24	Ivo Pereira de Queiroz	SINDOCEFET-PR	F
25	Jacqueline De Blasi	SINDCEFET-MG	F
26	Jesus Eurico Miranda Regina	ADUFMS	F
27	José Alberto Lemos Duarte	ADUFPI	F
28	Juvenal Theodozio Lopes Fonseca	ADUFERPE	F
29	Lavínia Rosa Rodrigues	SINDUEMG	E
30	Lena Lúcia Espíndola . R. Figueiredo	ADUFC	F
31	Leni Hack	ADUNEMAT	E
32	Luci Mobilio Gomes Pinto	ADUNIRIO	F
33	Luciola Andrade Maia	VPR-NE I	
34	Luís Carlos Pinheiro M. Filho	APUFSC	F
35	Luiz Fernando de Carvalho	ADFUNREI	F
36	Luís Guilherme Meira Souza	ADURN	F
37	Luís Mauro S. Magalhães	ADUR-RJ	F
38	Manoel Luís Martins da Cruz	APROFURG	F
39	Manoel Ribeiro da Silva	APROEFEI	F
40	Maria Célia Leal e Silva	ADCESP	E
41	Maria de Fátima Mattos Cunha	ADUPE	E
42	Maria Francisca P. Coelho	ADUNB	F
43	Maria Lia P. S. Silva e Reis	ADUCSAL	P
44	Marlene Rodrigues de Meia	APUFPR	F

45	Nahylson Marcelino Brandão Rodrigues	ADUFPA	F
46	Narciso Júlio Freire Lobo	ADUA	F
47	Orlando Tadeu de Lima e Souza	ADFCAP	F
48	Osaná Macedo Reis	APUNI	P
49	Oswaldo Coggiola	ADUSP	E
50	Paulo Antônio C. de Almeida	ADUFF	F
51	Paulo César de Freitas Mathias	VPR SUL	
52	Ranah Manezenco Silva	ASPUV	F
53	Roberto Leher	ADUFRJ	F
54	Romualdo Pessoa Campos Filho	ADUFG	F
55	Roseli Aparecida Silva Gomes	ADFMTM	F
56	Rosemarie Andrezza	ADEPM	F
57	Ruy Belém de Araújo	ADUFS-SE	F
58	Sérgio Gonçalves Correa	ADCEFET-RJ	F
59	Sérgio Mário L. Galdino	VPR NE II	
60	Sílvia Maria Leite de Almeida	ADUNEB	E
61	Solange Bretas	ADUFU	F
62	Vanilton Camilo de Souza	ADCAJ	F

OBSERVADORES(AS)

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
01	Alexandra Gomes Nunes	ADCAJ	F
02	Maria de Fátima Oliveira Lima	ADCESP	E
03	Eduardo Cotecchia	ADEPM	F
04	Paulo Boschcov	ADEPM	F
05	Maria Elizabeth da Silva H. Corrêa	ADFMM	E
06	Antônio Carlos Ribeiro	ADFMM	E
07	João Pereira Leite	ADUCSAL	P
08	Maria Aparecida Batista de Oliveira	ADUFAL	F
09	Franquiberto dos Santos Pessoa	ADUFC	F
10	Giovani Cordeiro Barroso	ADUFC	F
11	Francisco Arruda	ADUFEPE	F
12	Maria Luiza Aléssio	ADUFEPE	F
13	Paulo Donizette	ADUFERPE	F
14	Marizene de Jesus	ADUFERPE	F
15	Elizabeth Orletti	ADUFES	F
16	Sônia Monnerat Barbosa	ADUFF	F
17	Cláudia March Frota de Souza	ADUFF	F
18	Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	ADUFF	F
19	Mona Bittar	ADUFG	F
20	Francisco Hudson da Cunha Lustosa	ADUFG	F
21	Thomaz de Aquino Boaventura	ADUFMAT	F
22	Roberto Boaventura da Silva Sá	ADUFMAT	F
23	José Márcio Licerre	ADUFMS	F
24	Jaime Roberto Teixeira Rios	ADUFOP	F
25	Iracy de Almeida Gallo Ritzmann	ADUFPA	F
26	Maria Lúcia Langebeck Ohana	ADUFPA	F
27	Isabel Lúcia Florentino Conte	ADUFPA	F
28	Marcello Fernando Bulhões Martins	ADUFPB-JP	F
29	Rubens Freire Ribeiro	ADUFPB-JP	F
30	Francisco Carlos Vitória	ADUFPeI	F
31	Luís Carlos Lucas	ADUFPeI	F
32	Luiz Henrique Schuch	ADUFPeI	F
33	Fernando Molinos Pires Filho	ADUFRGS	F
34	José Miguel Bendrão Saldanha	ADUFRJ	F
35	Leila Rodrigues Roedel	ADUFRJ	F
36	Cleusa dos Santos	ADUFRJ	F
37	Maria de Lourdes R. da Fonseca Passos	ADUFRJ	F
38	Géria Maria Montanari Franco	ADUFSCAR	F
39	Rubens Barbosa de Camargo	ADUFSCAR	F
40	João Batista Baumgartner	ADUFSCAR	F
41	Marília Leite Washington	ADUFSCAR	F
42	Pedro Ferreira Filho	ADUFSCAR	F
43	José Francisco Ribeiro	ADUFU	F
44	Sidney Ruocco Júnior	ADUFU	F

45	Carlos Hiroo Saito	ADUnB	F
46	Mary da Silva Profeta	ADUNESP	E
47	Maria Valéria B. Veríssimo	ADUNESP	E
48	Paulo Martins	ADUNESP	E
49	Emanuel Rocha Woiski	ADUNESP	E
50	Lino Castellani Filho	ADUNICAMP	E
51	Edmundo Fernandes Dias	ADUNICAMP	E
52	Willian Soares	ADUNIRIO	F
53	Almir Serra Martins M. Filho	ADURN	F
54	Maria Cristina de Moraes	ADURN	F
55	Irlete Braga da Trindade	ADUR-RJ	F
56	Francisco Mirágua	ADUSP	F
57	Marcos Nascimento Magalhães	ADUSP	F
58	Márcio Antônio de Oliveira	APESJF	F
59	Girlene Alves	APESJF	F
60	César Augusto Ávila Martins	APROFURG	F
61	Cândido de Medeiros Júnior	APRUMA	F
62	Elizabeth Bittencourt	APUB	F
63	Uilma Amazonas	APUB	F
64	Tânia Hirochi	APUBH	F
65	José Antônio Armanelli	APUBH	F
66	Maria Dirlene T. Marques	APUBH	F
67	Rosângela Carrusca Alvim	APUBH	F
68	Lafaiete Santos Neves	APUFPR	F
69	Emmanuel José Appel	APUFPR	F
70	José Edson Araújo Santos	APUFPR	F
71	Nair Filha Moro	APUFPR	F
72	Américo Ishida	APUFSC	F
73	Maria da Graça Bollmann	APUFSC	F
74	Iná Meireles de Souza	ASDUERJ	E
75	Suzana Moreira Padrão	ASDUERJ	E
76	Dileno Dustan Lucas de Souza	ASPUV	F
77	Marian Noal Moro	SEDUFMS	F
78	Rejane T. dos Santos	SEDUFMS	F
79	Gilberto Marques Pereira	SINDCEFET-MG	F
80	Jazomar Vieira da Rocha	SINDOCEFET-PR	F
81	Maria Luiza Domingues	SINDOCEFET-PR	F
82	Nelson de Oliveira Doki	SINDOCEFET-PR	F
83	Ruth Maria de Paula Gonçalves	VPR-NE I	

DIRETORES(AS) DA ANDES-SN

Nº	NOME	Cargo
01	Renato de Oliveira	Presidente
02	Dalton Melo Macambira	1º Vice-Presidente
03	Aníbal Sanches Moura	2º Vice-Presidente
04	Francisco Jaime Bezerra Mendonça	3º Vice-Presidente
05	Osmar de Oliveira Marchese	Secretário Geral
06	Ciomara Maria Pérez Nunes	1ª Secretária
07	Claudet Coêlho Guedes	2ª Secretária
08	Milton Divino Muniz	3º Secretário
09	Márcio Florentino Pereira	1º Tesoureiro
10	Aurélio Golçalves de Lacerda	2º Tesoureiro
11	Otávia Fernandes de Souza Rodrigues	3ª Tesoureira
12	Fernando Artur de Freitas Neves	1º VPR Norte
13	Helena Serra Azul Monteiro	1ª VPR Nordeste I
14	Mário Ângelo de Meneses Souza	2º VPR Nordeste I
15	Maria Auxiliadora Leal Campos	1ª VPR Nordeste II
16	Marcos Vinícius Bastos Silva	2º VPR Nordeste II
17	Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro	1º VPR Nordeste III
18	Antônio Passos Lima Filho	2º VPR Nordeste III
19	José Eustáquio Diniz Alves	1º VPR Leste
20	Euclides Honório de Araújo	2º VPR Leste
21	Benício Viero Schimidt	1º VPR Planalto
22	Marco Antônio Sperb Leite	2º VPR Planalto
23	Luiz Carlos de Freitas	1º VPR Pantanal
24	Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati	2ª VPR Pantanal
25	Eduardo Golçalves Serra	1º VPR RJ
26	Celso de Almeida e Silva	2º VPR RJ
27	José Lúcio Martins Machado	1º VPR SP
28	Luiz Alfredo Chinali	2º Secretário VPR SP
29	José Roberto Braga Portella	1º VPR Sul
30	Edna Garcia Maciel Fiod	1ª Secretária VPR Sul
31	Denise Maria Maia	2ª Tesoureira
32	Lígia Ávila Chiarelli	1ª VPR RGS
33	Mário Luiz Dame Wrege	2º VPR RGS
34	Cláudio Scherer	1º Secretário

PLENÁRIA DE ABERTURA

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA

Às vinte horas e trinta minutos do dia doze do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e oito, foi dado início à Plenária de Abertura do IV CONAD Extraordinário. A mesa foi composta pelos diretores da ANDES-SN: Renato de Oliveira, Presidente; Osmar de Oliveira Marchese, Secretário Geral e Márcio Florentino Pereira, 1º Tesoureiro. Foram convidados para compor a mesa o Sr. Marcelo Sereno, representando a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o professor Sérgio Ferreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e Sr. Rogério, representando a Fasubra-Sindical. Abrindo os trabalhos, o prof. Renato passou a palavra ao representante da CUT, integrante da Executiva Nacional, que falou sobre a conjuntura econômica mundial, advertindo para os efeitos das medidas adotadas pelo Governo, que atingem frontalmente as Universidades. Destacou que “não só aumentaram os juros para quase 50 por cento, mas também cortaram verbas. Onde? Na saúde, na educação. Cortaram verbas nas áreas sociais como já tinham feito em novembro de 1997 para esconder a primeira onda desta crise que começou na Ásia”. Na sequência, falou o Presidente da SBPC, que no seu discurso disse que a única coisa socializada nestes tempos de economia globalizada foi o sistema bancário. Lastimou a falta de um projeto nacional ou internacional efetivamente capaz de possibilitar uma saída para a crise mundial em que estamos envolvidos. O representante da FASUBRA fez também uma rápida saudação a todos os presentes. Por último, falou o professor Renato de Oliveira, que também teceu comentários sobre a conjuntura econômica mundial, e propôs um posicionamento formal dos participantes do evento contra as medidas recessivas do Governo FHC para enfrentar a grave crise financeira nacional (discurso em anexo). Ao final, desejou um bom CONAD a todos e deu por encerrada a Plenária às vinte e uma hora e trinta minutos e eu Osmar de Oliveira Marchese, Secretário Geral, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Prof. Osmar de Oliveira Marchese
Secretário Geral

Prof. Renato de Oliveira
Presidente

ANEXO – DISCURSO DO PROFESSOR RENATO DE OLIVEIRA – PRESIDENTE DA ANDES-SN

Acho que poderíamos dizer que este Conad é Extraordinário por pelo menos três motivos principais. Em primeiro lugar, pelo momento em que ele está ocorrendo, ou seja, uma crise que nós e os analistas mais críticos da situação brasileira sabiam presente desde o momento em que foi instituído o Plano Real. Ela finalmente está se mostrando com toda a sua força. O plano de estabilização da moeda que tem como suporte aquilo que alguns economistas denominam eufemisticamente a poupança extensiva, que nada mais é do que a grana de Jorge Souto e quejanos, que tem como segundo sustentáculo uma paridade cambial baseada, por sua vez, num volume de reservas em moeda forte que só pode ser mantido pela especulação financeira, quer dizer, este plano é um plano absolutamente sem futuro. É um plano com os dias contados. A questão era saber quando seria declarada a bancarrota. E as consequências dessa bancarrota nós sabemos quais serão: é um aumento dos níveis de desemprego, de miséria; a insolvência do que resta do parque industrial nacional; a dissolução do que ainda resta de estrutura dos serviços e de políticas públicas do estado nacional, especialmente na área de saúde e na área de educação.

Este é o futuro imediato. Isto é, o que nos espera a continuar este governo e as suas políticas. Então este certamente é o primeiro motivo que torna este Conad um evento extraordinário na história da nossa Associação.

Porque nós temos oportunidade aqui de marcarmos uma posição clara, uma posição decisiva que seja uma demonstração efetiva da vontade deste Sindicato e da sua base de dar um basta a esta situação. Fazer um chamamento nacional ao que nesta altura nós poderíamos qualificar de um grande pacto político nacional contra o neoliberalismo, contra as políticas de sucateamento da nação, contra as políticas antinacionais representadas por este Governo.

O Congresso da Andes realizado em fevereiro deste ano já demonstrou claramente que a continuidade do Governo Fernando Henrique Cardoso não nos interessa porque significa o fim da Universidade pública, o fim da educação pública e conseqüentemente o fim de qualquer perspectiva de futuro para esse país.

Entendendo, de forma coerente com a deliberação do Congresso de fevereiro, que devemos centrar forças na luta contra a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, os diretores deste Sindicato já declararam, tornaram pública a sua opção pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Não por uma questão de opção partidária, porque nem todos os diretores são filiados aos partidos que formam a frente Muda Brasil, mas por entenderem que esta é a alternativa que pode representar uma possibilidade de superação desta crise, uma concentração do conjunto das forças democráticas, das forças populares, das forças interessadas em construir um autêntico projeto nacional.

Este Conad certamente saberá definir posições nesse sentido e apontar claramente o caminho, apontar a alternativa para o conjunto da base que nós aqui representamos, o caminho que significará sua responsabilidade de lutarmos contra essa situação.

O segundo motivo que torna este Conad um evento extraordinário é a situação da Universidade pública brasileira. Se já se tornou um lugar comum nós falarmos em crise das Universidades em todos os nossos eventos está se tornando uma situação incomum dessas instituições, em consequência dos ataques que o atual Governo vem desencadeando. De um lado, ao mesmo tempo em que a necessidade de uma verdadeira autonomia universitária já se aproxima de um consenso junto à comunidade universitária, neste mesmo momento o Governo faz o que nem mesmo os governos da ditadura militar fizeram em relação a medidas que significam intervenção nos processos democráticos de sucessão às reitorias, às direções, enfim, às administrações superiores das Universidades. O caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo Reitor nós pretendemos hoje homenagear, como reitor eleito e, portanto, legitimamente o dirigente daquela Universidade, é apenas um lado, é apenas a face mais visível dessa crise e de uma crise que tanto quanto a crise do Plano Real também era uma crise esperada. Ou seja, reiteradas medidas de desrespeito à vontade majoritária das comunidades universitárias acabaria fazendo com que essas instituições se tornassem literalmente ingovernáveis, que essas instituições chegassem ao limite da sua desintegração institucional, da sua impossibilidade de continuar com um projeto de qualificação, um projeto, enfim, de qualificação do ensino superior público nesse país. E é isto que está acontecendo hoje na Universidade Federal do Rio de Janeiro com a nomeação de um candidato a Reitor que não foi eleito. Mas além desse processo reiterado de intervenções nós temos uma crise orçamentária nas Universidades que para o próximo ano literalmente levará as Universidades à beira da falência. O orçamento previsto para o setor de educação no projeto de Lei orçamentária enviado ao Congresso pelo Poder Executivo diminuiu em valores absolutos o conjunto das remessas destinadas a todos os setores que compõem a educação, especialmente as Universidades federais.

E, por último, ainda no quadro da crise da educação e da crise da Universidade, se desenha o agravamento de um fator que torna essa crise comum ao conjunto do serviço público: uma absoluta ausência de perspectiva de reajuste salarial para o próximo ano.

O terceiro fator, o terceiro elemento que torna este Conad um evento extraordinário na história da nossa Associação é o fato de que nunca nós organizamos um evento nacional com uma pauta que será contemplada neste evento.

Após uma sucessão, a direção nacional do nosso Sindicato, após o término de uma das greves mais longas e certamente uma ou a mais, uma das ou a mais dramática da história das Universidades federais brasileiras, greve esta cujo resultado trará consequências em profundidade sobre a vida e a estrutura, e mesmo a concepção de Universidade pública que nós temos, quer dizer, após este conjunto de eventos nós estaremos, durante dois dias, reunidos para discutirmos a democracia interna da nossa Associação e as diferentes concepções de prática sindical que nos une, que fazem com que nós tenhamos e mantenhamos o mesmo compromisso de manutenção de um Sindicato de estrutura nacional, de concepção unitária, organizado a partir das suas seções sindicais, a partir dos seus locais de trabalho.

Certamente pela primeira vez na história recente do sindicalismo brasileiro um Sindicato que é herdeiro direto das experiências mais avançadas do sindicalismo

construído a partir das greve do ABC paulista do final dos anos 70, pela primeira vez um desses sindicatos discutirá entre os seus militantes o conjunto dos postulados que foram construídos por esta mesma tradição sindical.

A nossa concepção de democracia fundada na organização das bases; a nossa concepção de uma direção nacional cuja relação com a base não é mediada por qualquer estrutura federativa, mas é viabilizada por uma estrutura unitária; a nossa concepção de um Sindicato nacional cujas associações locais de trabalho são seções sindicais; a nossa concepção de radical autonomia frente aos partidos políticos, frente a credos religiosos ou o que mais quer que seja, e frente ao Estado e aos poderes instituídos, estas questões, que são as questões mais caras, as tradições mais caras construídas pelo sindicalismo brasileiro renovado a partir do final dos anos 70 e organizado e articulado hoje nacionalmente pela Central Única dos Trabalhadores, estas questões serão as principais questões a serem colocadas em debate durante estes dois dias no nosso Conad Extraordinário .

Esta diretoria, ao convocar este Conad, respondendo ao anseio de um número de associações de docentes que, independente de ser majoritário ou não é muito significativo, respondendo portanto a esse anseio, esta diretoria tem a absoluta convicção de que os debates que nós travaremos ao longo destes dois dias terão um só resultado: o fortalecimento do nosso Sindicato, o fortalecimento das suas seções locais, o fortalecimento do elo existente entre a direção nacional e as seções locais, fortalecimento este que será consequência inevitável do esclarecimento da objetivação das nossas divergências, do ponto final aos consensos presumidos, como condição preliminar para o início de uma nova era nas nossas relações políticas fundada no consenso possível sobre acordos racionais, acordos políticos que se constróem sobre a absoluta lealdade que nós saberemos construir na convivência sobre as nossas divergências .

E é com esta convicção, que expresso aqui em nome de toda a nossa diretoria, que eu declaro abertos os trabalhos do IV Conad Extraordinário da ANDES-SN.

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO IV CONAD Extraordinário

Aos treze dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e oito, realizou-se a Plenária de Instalação do IV CONAD Extraordinário, no tempo regimental, com 62 delegados presentes e com a seguinte pauta: Discussão e aprovação do Regimento do CONAD, o temário e o cronograma. A mesa diretora foi composta pelos professores: Renato Oliveira, Presidente, Osmar de Oliveira Marchese, Secretário Geral, Aurélio Lacerda, Tesoureiro, Mário Ângelo Meneses Sousa 1º Secretário da mesa e Otávia Fernandes de Souza Rodrigues, 2º Secretária da mesa. O presidente abriu a plenária colocando em discussão o regimento. O regimento apresentado pela diretoria da ANDES-SN foi alterado nos artigos 1º, 3º, 5º, 6º, 7º, 11º, 12º, 13º, 19º, 22º, 23º e 25º e posteriormente aprovado por 33 votos a favor, 29 votos contra e 1 abstenção a inclusão de Grupos Mistos como órgão do IV CONAD Extraordinário. Em decorrência, foi acrescentado ao regimento as normas de funcionamento dos grupos mistos. Em seguida, foi discutida e aprovada proposta de modificação da pauta do CONAD, constando os seguintes temas: 1 - Movimento Docente e Conjuntura; 2 - Avaliação da Greve nas IFES e Democracia Interna do Movimento Docente; 3 - Avaliação Docente e Autonomia. Em seguida foi aprovada modificação do cronograma a partir das 15 horas do dia 13, e organizado o temário no tempo restante do CONAD. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a Plenária, da qual foi lavrada a ata, que vai assinada pelo Presidente e pela 2ª Secretária da mesa.

Profª Otávia Fernandes Souza Rodrigues
2ª Secretária

Prof. Renato de Oliveira
Presidente

ANEXOS A ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

I – REGIMENTO DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

II – CRONOGRAMA DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

REGIMENTO DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

CAPÍTULO I - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - O IV CONAD Extraordinário convocado pela diretoria conforme o Art. 26, inciso II, do Estatuto da ANDES SINDICATO NACIONAL - ANDES-SN, reúne-se em São Paulo - SP, no período de 12 a 14 de setembro de 1998.

Art. 2º - O IV CONAD Extraordinário da ANDES-SN tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada no seu início de acordo com o disposto no art. 27, e seus parágrafos, do ESTATUTO da ANDES-SN.

Art. 3º - O IV CONAD Extraordinário, é instância deliberativa intermediária da ANDES-SN, conforme o Art. 22 do Estatuto da ANDES-SN.

Art. 4º - São atribuições do IV CONAD Extraordinário:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do CONGRESSO;

IV - exercer as funções de conselho fiscal da ANDES-SN;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão aos sindicalizados da ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do estatuto da ANDES-SN;

IX - criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, ad referendum do CONGRESSO subsequente;

XI - homologar a constituição das ADs-SSINDs, ou as alterações nos seus regimentos, ad referendum do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º - Por motivos imperiosos e justificados, o IV CONAD Extraordinário pode estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Art. 5º do ESTATUTO da ANDES-SN.(Art. 24 do Estatuto)

Parágrafo 1º - As diretrizes previstas no caput desse artigo não podem contrariar deliberações de Congressos anteriores.

Parágrafo 2º - As deliberações estão sujeitas à ratificação no CONGRESSO da ANDES-SN imediatamente subsequente.

CAPÍTULO II - DOS PARTICIPANTES

Art. 6º - São participantes do IV CONAD Extraordinário:

I - Um (01) Delegado de cada AD SSIND, escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral, devidamente credenciado com direito a voz e voto;

II - Um (01) Delegado representativo dos sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, escolhido na forma por sua Assembléia (art. 25, inciso II, do Estatuto da ANDES-SN), devidamente credenciados, com direito a voz e voto;

III - Os sindicalizados da ANDES-SN, devidamente credenciados, como observadores por sua respectiva AD SSIND e via Vice Presidentes Regionais, com direito a voz;

IV - Os membros das Comissões Organizadora e Diretora do IV CONAD Extraordinário;

V - Os convidados pelas Comissões Organizadora e Diretora do IV CONAD Extraordinário.

Parágrafo 1º - Os sindicalizados da ANDES-SN não poderão participar do IV CONAD Extraordinário como convidados, salvo na condição de pesquisadores, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

Parágrafo 2º - Os Delegados de AD SSIND e de sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, devidamente credenciados, só podem ser substituídos, durante a realização do IV CONAD Extraordinário, obedecidas as seguintes condições:

a - comprovar a necessidade de se ausentar, definitivamente, do IV CONAD Extraordinário, junto à Comissão Diretora;

b - os Suplentes de Delegados assim indicados expressamente, pela AD SSIND e sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, devem estar credenciados como observadores no IV CONAD Extraordinário, e

c - cada AD SSIND e sindicalizados via Vice Presidentes Regionais só podem substituir seu Delegado uma única vez.

Art. 7º - O Presidente da ANDES-SN preside o IV CONAD Extraordinário, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo único - Os demais membros da Diretoria efetivos da ANDES-SN participam do IV CONAD Extraordinário com direito a voz e sem direito a voto.

CAPÍTULO III - DO CREDENCIAMENTO

Art. 8º - O prazo de credenciamento dos delegados e observadores das seções sindicais da ANDES-SN, e dos delegados representativos dos sindicalizados, via Vice-Presidências Regionais ao IV CONAD Extraordinário encerrar-se-á às 10:30 horas do dia 13 de setembro de 1998.

Parágrafo 1º - Para o credenciamento dos delegados será exigida ata (ou extrato da mesma) com a respectiva lista de presença da Assembléia Geral que deliberou sobre a escolha.

Parágrafo 2º - O prazo para credenciamento pendentes de deliberação da Plenária de Instalação encerrar-se-á às 13:00 horas do dia 13/09/98.

CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I - DOS ÓRGÃOS

Art. 9º - São órgãos do IV CONAD Extraordinário:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Plenárias.

IV - Grupos Mistos.

Parágrafo 1º - As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da Convocação do IV CONAD Extraordinário.

Parágrafo 2º - Os demais órgãos do IV CONAD Extraordinário têm existência restrita ao período de realização do evento.

Parágrafo 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do IV CONAD Extraordinário é de metade mais um dos membros com direito a voto neste órgão.

SEÇÃO II - DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 10 - A Comissão Organizadora, constituída por Diretores da ANDES-SN, dois (02) Diretores representantes **da Regional São Paulo** e dois (02) Diretores, indicados pela Secretaria Geral e pela 1ª Tesouraria da ANDES-SN.

Art. 11 - É de competência da Comissão Organizadora:

I - Preparar a infra-estrutura necessária à realização do IV CONAD Extraordinário;

II - Organizar a sessão de abertura do IV CONAD Extraordinário;

III - Responsabilizar-se pelas receitas e despesas do IV CONAD Extraordinário, organizando o rateio entre as ADS SSIND;

IV - Indicar, entre seus componentes, três (03) membros para compor a Comissão Diretora, e

V - Realizar, juntamente com a Comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do IV CONAD Extraordinário.

SEÇÃO III - DA COMISSÃO DIRETORA

Art. 12 - A Comissão Diretora do IV CONAD Extraordinário, composta pelos Diretores da ANDES-SN, efetivos e por três (03) membros da Comissão Organizadora, indicados entre seus membros.

Art. 13 - É de competência da Comissão Diretora:

I - Realizar, juntamente com a Comissão Organizadora, o credenciamento dos participantes do IV CONAD Extraordinário;

II - Organizar e compor as mesas das Plenárias do IV CONAD Extraordinário;

III - Organizar a composição dos Grupos Mistos do IV CONAD Extraordinário em consonância com o disposto neste Regimento;

IV - Fiscalizar e aprovar as contas do IV CONAD Extraordinário;

VI - Deliberar sobre a substituição de Delegado, em conformidade com o Parágrafo único do Art. 5º deste Regimento.

SEÇÃO IV - DAS PLENÁRIAS

Art. 14 - As Plenárias do IV CONAD Extraordinário são compostas por:

I - Delegados de ADS SSIND e representativos dos sindicalizados via Vice Presidências Regionais devidamente credenciados e do Presidente da ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

II - Observadores das ADS SSIND, representativos dos sindicalizados via Vice-Presidência Regionais e convidados, devidamente credenciados, membros das Comissões Diretora e Organizadora, com direito a voz.

Art. 15 - As Plenárias são dirigidas por um Mesa Diretora composta por:

I - Um (01) Presidente;

II - Um (01) Vice Presidente;

III - Um (01) Primeiro Secretário, e

IV - Um (01) Segundo Secretário.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora indica, entre seus membros, os componentes das Mesas Coordenadoras.

Parágrafo 2º - Em qualquer momento, no caso de não se constituir mesa diretora por indicação da Comissão Diretora, a plenária decidirá sobre sua constituição.

Art. 16 - É da competência do Presidente da Mesa Coordenadora:

I - Preparar, junto com o 1º Secretário, a Ordem do Dia da Sessão Plenária, e

II - Dirigir a sessão Plenária, orientando os debates e promovendo as votações em conformidade com as normas deste Regimento.

Art. 17 - É de competência do Vice Presidente da Mesa Coordenadora:

I - Auxiliar o Presidente em suas atividades, e

II - Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 18 - É de competência do 1º Secretário da Mesa Coordenadora:

I - Preparar, junto com o Presidente, a Ordem do Dia da sessão Plenária, e

II - Elaborar o Relatório Final das deliberações da sessão Plenária

Art. 19 - É de competência do 2º Secretário da Mesa Coordenadora:

I - Auxiliar o 1º Secretário nas suas atividades, e

II - Elaborar a Ata da sessão Plenária.

Art. 20 - A verificação de quorum para o início das Plenárias será feito através de lista de presença. Da lista de presença constará o nome do Delegado, o nome da AD SSIND, assinatura e horário da assinatura.

Parágrafo 1º - Passados 30 minutos do horário previsto para o início das plenárias será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença, que será enviada para as Seções Sindicais e iniciada/aberta uma nova lista de freqüências

Parágrafo 2º - As sessões Plenárias iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do IV CONAD Extraordinário desde que observado o quorum de 50% mais um dos Delegados credenciados.

Parágrafo 3º - Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início da sessão Plenária, o quorum mínimo será de 30% dos Delegados credenciados.

Parágrafo 4º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto para o início da sessão Plenária, iniciar-se-á a mesma com qualquer número de Delegados presentes.

Parágrafo 5º - As deliberações somente ocorrerão com a presença da maioria absoluta dos delegados credenciados.

Art. 21 - A duração das sessões Plenárias do IV CONAD Extraordinário obedecerá ao previsto no Cronograma do evento.

Parágrafo 1º - Por deliberação da Plenária, o tempo de duração das sessões Plenárias poderá ser prorrogado no máximo em 1 hora.

Parágrafo 2º - As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no caput e no Parágrafo 1º deste artigo, terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

Art. 22 - A verificação de quorum em qualquer momento do andamento da Plenária será feito pela contagem dos Delegados através do cartão de voto.

SEÇÃO V - DOS GRUPOS MISTOS

Art. 23 - Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados devidamente credenciados, de Seção Sindical e de Sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, com direito a voz e voto;

II - Observadores devidamente credenciados, de Seção Sindical e de Sindicalizados via Vice-Presidências Regionais, com direito a voz;

III - Diretores da ANDES-SN, com direito a voz;

IV - Convidados, devidamente credenciados, com direito a voz, e

V - Número máximo de Delegados, por Grupo Misto é de 17, sendo 20 o número máximo de observadores.

Art. 24 - Os grupos mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um (1) coordenador, um (1) Relator e um Secretário.

Parágrafo 1º - Os membros da mesa coordenadora são eleitos pelos delegados componentes dos mesmos.

Parágrafo 2º - O coordenador e os secretários são eleitos entre os delegados componentes dos mesmos e o relator poderá ser, excepcionalmente, um observador credenciado.

Parágrafo 3º - A qualquer momento os delegados integrantes do grupo podem deliberar sobre a proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 25 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do IV CONAD Extraordinário, desde que observado o quorum de 50% mais um (1) dos Delegados participantes do grupo.

Parágrafo 1º - Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo o quorum mínimo será de 30% dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 2º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de Delegados presentes e recolhida a 1ª (primeira) lista, que será enviada para as seções sindicais, e iniciada/aberta uma nova lista de freqüência.

Parágrafo 3º - As deliberações só serão tomadas com a presença da maioria absoluta dos Delegados.

Art.26 - A duração dos grupos mistos será de três (3) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado, desde que não venha interferir no funcionamento de outras atividades do IV CONAD Extraordinário.

Art. 27 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.28 - É de competência do Relator:

I - elaborar o relatório do Grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, e

II - fazer constar do relatório, o número de votos de cada proposta submetida a deliberação.

Art. 29 - Compete ao Secretário auxiliar o Coordenador e o Relator em suas atividades.

Art. 30 - Os Relatores dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de duas (02) horas após o encerramento da reunião para entregar o Relatório Consolidado de seu Grupo.

Parágrafo Único - A não observação do disposto no caput deste Artigo e no Parágrafo anterior, implicará na exclusão das deliberações aprovadas pelo Grupo, do Relatório Consolidado a ser apresentado à respectiva Plenária.

Art. 31 - A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos dar-se-á conjuntamente entre os membros da Comissão Diretora responsáveis pela consolidação e os relatores dos diversos Grupos Mistos.

Parágrafo 1º - Da reunião para consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos lavrar-se-á Ata.

Parágrafo 2º - A Reunião prevista no Parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 32 - Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do IV CONAD Extraordinário, constam necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas rejeitadas que tenham obtido no mínimo 30% dos votos dos Delegados presentes nos Grupos Mistos.

III - Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos a serem apreciados nas Plenárias não serão consideradas as propostas de acréscimo/alteração que impliquem em redação pela comissão relatora. O disposto neste parágrafo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos Temas do IV CONAD Extraordinário.

CAPÍTULO V - DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 33 - Quando uma proposição estiver em debate nas sessões Plenárias, a palavra somente será concedida, para discutí-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 34 - Para discussão de cada matéria será estabelecido um prazo compatível com o atendimento de todas as matérias e a duração prevista para o funcionamento do Grupo ou Plenária.

Parágrafo 1º - O número de inscrições observará o prazo definido no caput deste artigo.

Parágrafo 2º - O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35 - As discussões e votações tem o seguinte procedimento

I - FASE DE DISCUSSÃO, com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição.

II - FASE DE ENCAMINHAMENTO DAS VOTAÇÕES, com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada orador, com encaminhamentos contra e a favor, alternadamente, em igual número, com prévio conhecimento por parte do Plenário, dos oradores inscritos.

III - FASE DE VOTAÇÃO, feita através do levantamento, pelos Delegados, do cartão de voto.

Parágrafo 1º - O aparte pode ser concedido pelo orador e o tempo utilizado será descontado de seu tempo regimental.

Parágrafo 2º - Não será permitido a nenhum orador ceder sua vez a outro.

Parágrafo 3º - Toda deliberação será por maioria simples dos membros presentes à sessão com direito a voto.

Parágrafo 4º - Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário não haverá encaminhamento a favor.

Art. 36 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento terão precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - As questões de encaminhamento não serão aceitas na Fase de Encaminhamento das Votações.

Parágrafo 2º - Em regime de votação não serão aceitas questões de ordem, de encaminhamento ou de esclarecimento.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 37 - As propostas de Moções devem ser entregues na Secretaria do evento até 18 horas do dia 13 de setembro 1998, com especificações de seu caráter e dos destinatários (nome completo e endereço).

Parágrafo 1º - A critério do Plenário, podem ser apreciadas Moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Parágrafo 2º - A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do IV CONAD Extraordinário cópias das Moções propostas até as 12 horas do dia 14 de setembro de 1998.

Art. 38 - A Diretoria da ANDES-SN tem um prazo máximo de 15 dias úteis para divulgar o relatório final do IV CONAD Extraordinário.

Art. 39 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 40 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do IV CONAD Extraordinário.

São Paulo, 13 de setembro de 1998.

CRONOGRAMA E PAUTA

HORÁRIO	11/09 Sexta	12/09 Sábado	13/09 Domingo	14/09 Segunda-feira
Manhã		09:00 às 12:00 - II Seminário sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica 09:00 às 12:00 Credenciamento para o IV CONAD Extraordinário	09:30 às 11:30 Plenária de Instalação	08:30 às 12:30 Plenária II - Avaliação da Greve nas IFES E Democracia Interna no Movimento Docente
Tarde		14:00 às 18:00 - II Seminário sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica 14:00 às 18:00 Credenciamento para o IV CONAD Extraordinário	15:00 às 17:00 Plenária I - Movimento Docente e Conjuntura 17:30 às 20:30 Grupo Misto II: Avaliação da Greve das IFES E Democracia Interna no Movimento Docente	14:00 às 18:00 Plenária III - Avaliação Docente e Autonomia Universitária
Noite	20:00h Abertura do II Seminário sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica	20:00h Plenária de Abertura do IV CONAD	21:00 às 24:00 Grupo Misto III: Avaliação Docente Autonomia Universitária	19:00 às 21:00 Plenária de Encerramento

PAUTA

I – Movimento Docente e Conjuntura

II - Avaliação da Greve das IFES

e

Democracia Interna do MD

III – Avaliação Docente e Autonomia Universitária

PLENÁRIA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

ATA DA PLENÁRIA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

Às quinze horas e quarenta e seis minutos do dia treze do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, no auditório do Hotel Excelsior, São Paulo, verificado o quorum regimental, foi instalada a Plenária I – Movimento Docente e Conjuntura. A Mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores: Dalton Melo Macambira, Presidente; José Roberto Braga Portella, Vice-Presidente, Antônio Passos Lima Filho, 1º Secretário; e Denise Maria Maia, 2ª Secretária. O Presidente da mesa perguntou inicialmente, se havia algum outro texto além do apresentado pela diretoria e, não havendo qualquer documento das entidades ou de delegados presentes, passou imediatamente a palavra ao professor Renato de Oliveira, para que fizesse a apresentação do texto da diretoria. Na sua intervenção o professor Renato destacou a dinâmica de dois projetos distintos, duas concepções de Estado e a urgência com que o Movimento Docente deve assumir a campanha contra a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em seguida, o professor Dalton, confirmando que não havia outro texto a ser apresentado, abriu inscrições para o debate, estabelecendo o tempo de três minutos para cada orador. Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, informou sobre a constituição de quatro grupos de trabalho e os respectivos locais, definidos no edital, onde os delegados, observadores e diretores deverão encontrar-se. O professor Manoel (APROEFEI), iniciou o debate destacando a necessidade de transformar em combustível para a militância dos professores a luta contra o que está acontecendo nas universidades, que é resultado das ações de um governo que é anti-povo, anti-nação e que quer vender a dignidade do país. Em seguida, o professor Luiz Alfredo Chinalli, analisou que é de fundamental importância, do ponto de vista estratégico, o apoio da ANDES, que não pode ficar isolada da conjuntura nacional, e que devemos “descarregar as baterias” nos próximos quinze dias. A seguir, o professor Osvaldo Coggiola, teceu considerações sobre a natureza do apoio a uma ou outra candidatura, até porque o conteúdo político das mesmas é diferente, referindo-se à de Lula e à de Zé Maria, a quem daria seu voto se fosse votar. O professor Dileno (ASPUV), considerou complicado apontar um candidato pois considera que o Partido dos Trabalhadores (PT) não se coloca mais no campo das nossas reivindicações. A professora Cely Taffarel (ADUFEPE), também questionou: o que Lula apresenta? O professor José Eustáquio contestou com a crítica de Lula ao elitismo das universidades, citando diversos dados. Conclui dizendo que a crise é intrínseca ao Plano Real e o movimento docente não pode deixar de posicionar-se. O professor Carlos (ADUnB), defendeu a independência do Sindicato que deve ficar com a posição de somente “contra a reeleição”. O professor Antônio Luiz Caldas Júnior respondeu que a questão é mais pragmática e conjuntural, com significado além dos interesses do povo brasileiro e por isso devemos ser propositivos reconhecendo que hoje só há um candidato capaz de derrotar FHC. A professora Lígia ressaltou a gravidade da crise, ocultada pela mídia e a importância da nossa manifestação ao lado das demais entidades. O professor Márcio Florentino Pereira concordou com a complexidade da nossa realidade, deste momento decisivo, que nos responsabiliza por uma definição de apoio. O professor Edmundo (ADUNICAMP) considerou que esta foi uma deliberação congressual, que um CONAD não pode

alterar, além de extrapolar o que deve ser intervenção de um Sindicato. Finalizou declarando seu voto ao candidato Zé Maria. A professora Cristina (ADURN) sentiu-se “enganada” pois não considerava que houvesse elementos novos e que este ponto não foi discutido nas Assembléias Gerais (AGs). O professor Romualdo (ADUFG), “brincou” dizendo que a professora tinha visto muito “Jornal Nacional”, e por isso não reconhecia a gravidade da situação em que estamos envolvidos, e que precisamos defender a candidatura popular, apoiada pela maioria das entidades sérias deste país. A professora Alba (ADUFAL) reforçou o argumento colocando também que não havia qualquer tipo de golpe sobre a base pois se tratava de um indicativo, assim como o professor Tadeu (ADUFPB-JP) que, considerou a estrutura governamental nefasta. O professor Fernando Neves destacou alguns aspectos da crise como a saída de bilhões de pagamentos de juros, e que a defesa restrita a uma candidatura é também uma convicção pessoal sua, não vendo quebra de princípios, mas como uma coisa burocrática a resistência em se colocar a política no posto de comando. O professor Anibal Moura também ressaltou aspectos da crise: dificuldade de organização da classe trabalhadora, crises econômicas que criam catástrofes sem que tenhamos conseguido dar respostas políticas no plano histórico. Ao contrário, o professor Márcio de Oliveira (APESJF), defendeu a posição contra a indicação de candidatura. O professor Israel (APUB), questionou outros aspectos como a dificuldade da campanha eleitoral da oposição. O professor Francisco Miraglia (ADUSP) defendeu a unidade de ação da categoria que tenha repercussão a curto prazo. O professor Marcos Magalhães (ADUSP) se contrapôs com uma proposta de jornada pelo voto à educação, ao emprego e à cidadania. O último inscrito, professor Antônio Rangel Júnior (ADUEPB) fez uma crítica chamando-nos de alienígenas, onde o planeta é o universo e o país é a ANDES onde portanto o Brasil não interessa. Conclui dizendo que este evento é extemporâneo, que tira pelo menos cem cabos eleitorais do trabalho das campanhas. Esgotadas as inscrições, o Presidente da mesa agradece a participação de todos e deu por encerrada a sessão da Plenária de Conjuntura do IV CONAD Extraordinário eu, Denise Maria Maia, 2ª Secretária, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Profª Denise Maria Maia
2ª Secretária

Prof. Dalton Melo Macambira
Presidente

PLENÁRIA II - AVALIAÇÃO DA GREVE NAS IFES E DEMOCRACIA INTERNA NO MOVIMENTO DOCENTE

ATA DA PLENÁRIA II - AVALIAÇÃO DA GREVE NAS IFES E DEMOCRACIA INTERNA NO MOVIMENTO DOCENTE

Às nove horas e seis minutos do dia quatorze de setembro de um mil novecentos e noventa e oito, no Auditório do Hotel Excelsior, São Paulo - SP, foi instalada a Mesa coordenadora dos trabalhos da Plenária II - CONJUNTURA, AVALIAÇÃO DA GREVE E DEMOCRACIA INTERNA, composta pelos professores: Milton Muniz (Presidente); José Eustáquio Diniz Alves (Vice-Presidente); Euclides Honório de Araújo (1º Secretário); Edna Garcia Maciel Fiod (2ª Secretária). Comprovado o quorum Regimental o Presidente iniciou os trabalhos explicando a metodologia a ser utilizada na condução dos trabalhos. A Plenária teria duração de quatro horas, permitindo a prorrogação se o plenário assim deliberasse. O Presidente fez a leitura do primeiro ponto a ser discutido: 1 - CONJUNTURA, item 1.1 - **"Que a ANDES-SN indique aos seus filiados, o voto em Luís Inácio LULA da Silva para presidente da República no dia 4 de outubro próximo"**. Depois de várias intervenções, contra e a favor, a proposta foi colocada em votação nominal e foi rejeitada por 34 votos, 27 pela aprovação, e 1 abstenção, com declaração de voto: "O voto contra a orientação do voto em Lula no dia 4 de outubro se deve que não há na base da ADUFERPE unanimidade quanto a questão obviamente no 2º turno há de se apoiar tal orientação. Prof. Juvenal, Delgado da ADUFERPE". A mesa registrou ainda a ausência de 1 delegado. Passou-se então para o item 1.2 - **Lutar contra a reeleição de FHC e as políticas neoliberais do seu governo através da realização, no dia 24/09/98, do Dia Nacional de Luta pelo voto, pela EDUCAÇÃO, PELO EMPREGO E PELA CIDADANIA. As Seções Sindicais devem articular-se com outras entidades da sociedade; - realizar atos e atividades locais e nacionais.** Colocada em discussão, foi solicitado que as palavras "pelo voto, pela" ficassem também em caixa alta. A redação final passou a ser a seguinte: **Lutar contra a reeleição de FHC e as políticas neoliberais do seu governo através da realização, no dia 24/09/98, do Dia Nacional de Luta PELO VOTO, PELA EDUCAÇÃO, PELO EMPREGO E PELA CIDADANIA. - as Seções Sindicais devem articular-se com outras entidades da sociedade e realizar atos e atividades locais e nacionais.** Votação: aprovada com 6 abstenções. Item 1.3 - Propostas vinda do Grupo 3: **"1.3.1 - Não cabe à ANDES-SN deliberar sobre apoio a qualquer candidatura para cargos eletivos a fim de garantir a autonomia do Sindicato em relação a qualquer partido político. Outrossim reitera as decisões do XVII Congresso (Porto Alegre) e do XXXVI CONAD sobre o assunto"**. Posto em discussão o item foi aprovado por ampla maioria. **1.3.2 - Solicitar aos candidatos à Presidência da República que se posicionem, num documento, até no máximo 10 laudas, suas posições sobre a Universidade Brasileira: avaliação de como foi tratada a questão pelo atual governo; como pretende tratar a questão, caso eleitos. Divulgar estas propostas aos professores até o dia 25 de setembro de 1998"**. Colocado em discussão o texto foi aprovado com a seguinte redação: **Solicitar aos candidatos à Presidência da República que se posicionem, num documento sintético, sobre a Universidade Brasileira: avaliação de como foi tratada a questão pelo atual governo; como pretende tratar a questão, caso eleito. Divulgar estas propostas aos professores até o dia 25 de setembro de**

1998. Votação: Aprovado com 6 abstenções. O próximo ponto discutido **Item 2 - PROPOSTAS DA DIRETORIA DA ADUFRJ SSIND. Texto Resolução A - 1 - Atualizar a pauta de reivindicações dos docentes das IFES, elaborada antes da greve, enfatizando o plano de vencimentos. 2 - Exigir do governo a incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados, pensionistas, estrangeiros e demais celetistas.** Iniciando a discussão o Plenário aprovou enviar o texto de Resolução A para discussão na Plenária III. **Texto Resolução B 1 - Os representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL na comissão do MEC que vai tratar dos critérios para o cálculo da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), indicados pela DIRETORIA, devem retirar-se da comissão; 2 - A indicação de representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL para órgão do Poder Executivo deve ser aprovada pelo CONGRESSO ou por outra instância deliberativa da ANDES-SINDICATO NACIONAL cuja competência inclua todos os assuntos que poderão ser normatizados pelo órgão e cuja jurisdição abranja todos os sindicalizados que poderão ser atingidos pelas decisões do órgão. 3 - O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO propõe ao CONGRESSO a inclusão do seguinte artigo no Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL: “Art. Y. A indicação de representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL para órgão do Poder Executivo deve ser aprovada pelo CONGRESSO ou por outra instância deliberativa da ANDES-SINDICATO NACIONAL cuja competência inclua todos os assuntos que poderão ser normatizados pelo órgão e cuja jurisdição abranja todos os sindicalizados que poderão ser atingidos pelas decisões do órgão.”** Na seqüência o plenário remeteu a discussão do Texto de Resolução B para a plenária III. Nesse momento foi prorrogado o horário da Plenária por mais uma hora. **Texto Resolução C O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO: a) determina à DIRETORIA que cancele imediatamente a filiação da ANDES-SINDICATO NACIONAL ao MOSAP; b) adverte os membros da DIRETORIA pelo não cumprimento do Art. 65 do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL.** Feita parcialmente a discussão, a plenária foi suspensa às treze horas e trinta minutos. Às quinze horas os trabalhos foram reiniciados. Com relação ao item a) foi aprovado por ampla maioria remeter a discussão para a base e deliberação no XVIII Congresso da ANDES-SN. Foi aprovado ainda que seja encaminhado para as Seções Sindicais, cópia dos ofícios que a Diretoria da ANDES-SN enviou ao MOSAP. O Item b) foi remetido para discussão posterior em função de uma proposta apresenta como avulso. **Texto Resolução D 1 - O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO aprova: a) No exercício da autonomia prevista no § 2º do Art. 44 do Estatuto do Andes-SN, um grupo de ADs-SSINDs pode criar instâncias organizativas ou deliberativas cujas atribuições não ultrapassem o conjunto de atribuições das ADs-SSINDs do grupo estabelecidas no Estatuto nem contrariem deliberações do CONGRESSO ou do CONAD. B) O regimento de uma instância assim criada será aprovado pelas Assembléias Gerais de todas as Ads-SSINDs pertencentes ao grupo que a criou. c) A constituição de uma instância assim criada será homologada pelo CONGRESSO mediante apresentação das atas das assembléias gerais que propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com o Estatuto do Andes-SN. D) O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma instância assim criada, ad referendum do CONGRESSO.” E) Ao representar a ANDES-SINDICATO NACIONAL no**

estabelecimento de negociações e de dissídios coletivos, de acordo com a competência que lhe é conferida pelo inciso III do Art. 30 do Estatuto, a DIRETORIA deve respeitar as decisões das assembleias gerais das seções sindicais atingidas pelas negociações ou dissídios e das instâncias deliberativas criadas por essas seções sindicais na forma dos itens anteriores, quando as houver. 2) O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO propõe ao CONGRESSO as seguintes alterações no Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL: a) inclusão de um artigo no Capítulo IV (Das ADs-SSINDs), com a seguinte redação: “Art. X. No exercício da autonomia prevista no §2º do Art. 44, um grupo de ADs-SSINDs pode criar instâncias organizativas ou deliberativas cujas atribuições não ultrapassem o conjunto de atribuições das ADs-SSINDs do grupo estabelecidas neste Estatuto nem contrariem deliberações do CONGRESSO ou do CONAD. §1 - O regimento de uma instância criada na forma deste artigo será aprovado pelas Assembleias Gerais de todas as ADs-SSINDs pertencentes ao grupo que a criou. §2 - A constituição de uma instância criada na forma deste artigo será homologada pelo CONGRESSO mediante apresentação das atas das assembleias gerais que propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com este Estatuto. § 3 - O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma instância criada na forma deste artigo, ad referendum do CONGRESSO.” b) alteração do inciso III do Art. 30, que passa a ter a seguinte redação: “III - representar a ANDES-SINDICATO NACIONAL no estabelecimento de negociações e de dissídios coletivos, de acordo com as decisões das assembleias gerais das seções sindicais atingidas pelas negociações ou dissídios e das instâncias deliberativas criadas por essas seções sindicais na forma do Art. X, quando as houver. Na discussão os itens 1-a, 1-b, 1-c, 1d, 1e, foram remetidos para o GT de Política Sindical. Votação: por ampla maioria e 1 abstenção. Quanto ao item 2 o Prof. José Miguel (ADUFRJ) fez um encaminhamento no sentido de que os textos contidos na Resolução D fossem considerados apenas como ponto de partida para possíveis propostas de alteração do Estatuto da ANDES-SN. Texto Resolução E - O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO requer a convocação de reunião extraordinária do CONGRESSO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL, para: a) deliberar sobre as alterações do Estatuto propostas por este CONAD, e b) destituir membros da DIRETORIA, de acordo com o Art. 42 do Estatuto. Foi considerado superado em função de votações anteriores. Democracia interna Texto Resolução: 1 - O IV CONAD Extraordinário adverte a Diretoria da ANDES-SN por ter rompido com a prática consuetudinária - base do direito a partir da vida orgânica das instituições - que confere legitimidade aos setores e comandos de greve, expressos da livre manifestação das seções sindicais, que indicam seus membros e apontam as diretrizes a serem seguidas. 2 - O IV CONAD Extraordinário considera ser dever de toda e qualquer diretoria do sindicato respeitar essas diretrizes. 2 - O IV CONAD Extraordinário recomenda que o debate sobre as formas organizativas (p.ex., setor) seja feito pelo conjunto do sindicato e examinado sob forma de reforma estatutária no próximo Congresso. O Presidente colocou em discussão e, após várias intervenções verificou-se a existência de outras propostas além do texto original, que foram apresentadas à Mesa. No encaminhamento das votação a mesa acatou um encaminhamento do Prof. Coggiola, da ADUSP, no sentido de primeiro votar a proposta original, sem prejuízo de modificações, seguido da

votação da modificação, caso a proposta fosse aprovada. Diante desse encaminhamento, foi posto em votação o texto original que obteve o seguinte resultado: 31 favoráveis, pela supressão 28 e 1 abstenção. Na seqüência, a mesa colocou em deliberação duas propostas de alteração: Proposta 1 - substituir "adverte" por "critica"; e "rompido" por "cometido grave erro ao romper"; Proposta 2 - estender a crítica ao CNG. Posto em votação, venceu a Proposta nº 1 por 30 votos; a Proposta 2, 29 votos e 2 abstenções, com delcaração de voto do Prof. Gil Vicente Reis de Figueiredo, Delegado da ADUSCar Seção Sindical: "A ADUFSCar se abstém em virtude de nesta votação não haver a devida qualificação. A crítica à Diretoria ultrapassa os limites do período de greve. A crítica da AG da ADUFSCar ao CNG/1998 já foi registrada anteriormente neste plenário através de debates". O texto ficou então com a seguinte redação: "O IV CONAD Extraordinário critica a Diretoria da ANDES-SN por ter cometido grave erro ao romper com a prática consuetudinária - base do direito a partir da vida orgânica das instituições - que confere legitimidade aos setores e comandos de greve, expressos da livre manifestação das seções sindicais, que indicam seus membros e apontam as diretrizes a serem seguidas".

3.1 - CONTRIBUIÇÃO DO PROF. CARLOS SCHMIDT (ADUFRGS) - Sobre Democracia Interna - Para garantir a representatividade democrática dos docentes nas instâncias deliberativas previstas ou não nos Estatutos da ANDES, o CONAD Extraordinário indica para o próximo Congresso a elaboração de critérios de delegação que combine o nº de docentes da base de cada AD e de participantes das Ags que elegeram as respectivas delegações. O Plenário deliberou por ampla maioria remeter para o GT de Política Sindical.

3.3 - TEXTO DO PROF. LUCAS (ADUFPel) A ANDES-SN surgiu como importante instrumento de luta para defesa não só dos interesses da categoria docente, como da Universidade Pública Gratuita e de Qualidade. Sua construção se fez nos marcos de uma prática democrática, fundada no respeito às bases e aos fóruns do movimento, não se desvinculando das lutas sociais mais amplas pela democracia e por uma sociedade justa e igualitária. E a democracia é, para além de um princípio, uma prática que se constrói e aprimora cotidianamente no coletivo. O coletivo da ANDES-SN, formado por docentes de primeiro, segundo e terceiro graus, ativos e aposentados, das IFES, IEES e IPES, em suas lutas históricas têm procurado sempre pautar-se pela prática e pela ética da democracia dos trabalhadores e contra todas as formas de divisionismo, exclusão ou discriminação de qualquer segmento da categoria que patrões e governos tentam impor: A gravidade da atual conjuntura, marcada pelo avanço destruidor das políticas neoliberais, se expressa, no âmbito da Universidade, por um projeto de reforma universitária que pressupõe, de um lado, o ataque aos direitos e às condições salariais e de trabalho dos docentes e, de outro, o desmonte e a privatização das Universidades Públicas. Foi nesse contexto que se deflagrou a greve dos docentes das IFES, a qual foi além da luta pela recuperação salarial, pondo no centro do debate público as políticas educacionais do Presidente Fernando Henrique, prejudicando, inclusive, a sua campanha eleitoral. Nesse período, dinamizou-se a luta na base da ANDES-SN. No Rio de Janeiro a UERJ realizou corajoso e marcante movimento de greve. No campo geral da luta em defesa da educação pública, destacaram-se também as greves da FASUBRA, dos estudantes das IFES, da SINASEFE, do SEPE-RJ e do SINPRO-DF. Contudo, foi aprovada a

lei que implementou a GED, uma lei que o movimento jamais reivindicou, apesar da intervenção da atual diretoria ao final da greve. Diante da impossibilidade de manter a mobilização, a greve foi encerrada. Deixou um saldo político positivo: os cento e quatro dias de uma luta digna de um qualificado debate com a sociedade sobre a Universidade Pública e de um inquestionável apoio dos professores à greve. Isso não significa, porém, que a gratificação que nos foi outorgada ao final do embate seja uma conquistas do movimento docente. Decorridos dois meses do término da greve, torna-se necessário avaliá-la, não apenas em relação a sua pauta que surgiram em sua fase final, e que ameaçam gerar uma crise de confiança sem precedentes na vida do Sindicato. Nesse sentido, o IV CONAD Extraordinário: 1 - respalda a posição assumida pelo CNG durante a condução da greve; 2 - enfatiza que, apesar de não constituírem instâncias estatutárias, os Comandos Locais e Nacional de Greve são coletivos historicamente consagrados nas diversas lutas da ANDES-SN. De seu funcionamento dependem a democracia interna do Sindicato e o respeito às decisões de base adotadas nas Assembléias Gerais das AD SSinds; 3 - desaprova a atitude tomada pela atual diretoria do Sindicato, ao negociar paralela e contrariamente às deliberações do CNG, que naquele momento representava a posição política da imensa maioria das Assembléias realizada em todo o território nacional; 4 - considera inaceitáveis as duas razões principais apresentadas pela diretoria para justificar sua conduta durante a negociação com o MEC e com o Presidente do Senado; a) a partir de uma compreensão profundamente equivocada da legislação eleitoral, desenvolveu-se o argumento de que deveríamos optar entre "a GED ou NADA". É lamentável que uma decisão de enorme importância para o Movimento Docente tenha sido tomada pela cúpula do Sindicato amparada nesse tipo de argumento. b) com base no fato de que 60% da GED serão aplicados igualmente a ativos e inativos do terceiro grau, considerou-se essa gratificação como isonômica, ao menos entre esses dois segmentos. Disso se derivou a idéia de que a GED não contraria os princípios do Movimento Docente. O IV CONAD Extraordinário não aceita essa interpretação e corrobora a avaliação feita a respeito pelo CNG ao final da greve. PELAS RAZÕES EXPOSTAS, É ADOTADA COMO DOCUMENTO OFICIAL DESTE CONAD A AVALIAÇÃO DA GREVE CONTIDA NO COMUNICADO NÚMERO 71 DO CNG/ANDES-SN. O texto foi considerado superado em função de votações anteriores. Às vinte e uma horas, nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos e eu, Edna Garcia Maciel Fiod, 2ª Secretária, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente.

Profª Edna Garcia Maciel Fiod
2ª Secretária

Prof. Milton Muniz
Presidente

RELATÓRIO DA PLENÁRIA II - AVALIAÇÃO DA GREVE NAS IFES E DEMOCRACIA INTERNA

1 - Lutar contra a reeleição de FHC e as políticas neoliberais do seu governo através da realização, no dia 24/09/98, do Dia Nacional de Luta PELO VOTO, PELA EDUCAÇÃO, PELO EMPREGO E PELA CIDADANIA. As Seções Sindicais devem articular-se com outras entidades da sociedade e realizar atos e atividades locais e nacionais.

2 - Não cabe à ANDES-SN deliberar sobre apoio a qualquer candidatura para cargos eletivos a fim de garantir a autonomia do Sindicato em relação a qualquer partido político. Outrossim reitera as decisões do XVII Congresso (Porto Alegre) e do XXXVI CONAD sobre o assunto.

3 - Solicitar aos candidatos à Presidência da República que se posicionem, num documento sintético, sobre a Universidade Brasileira: avaliação de como foi tratada a questão pelo atual governo; como pretende tratar a questão, caso eleito. Divulgar estas propostas aos professores até o dia 25 de setembro de 1998.

4 - O IV CONAD Extraordinário critica a Diretoria da ANDES-SN por ter cometido grave erro ao romper com a prática consuetudinária - base do direito a partir da vida orgânica das instituições - que confere legitimidade aos setores e comandos de greve, expressos da livre manifestação das seções sindicais, que indicam seus membros e apontam as diretrizes a serem seguidas.

**PLENÁRIA III – AVALIAÇÃO DOCENTE E AUTONOMIA
UNIVERSITÁRIA**

ATA DA PLENÁRIA III – AVALIAÇÃO DOCENTE E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Às vinte horas e cinqüenta minutos do dia quatorze de setembro de um mil novecentos e noventa e oito, no Salão de Convenções do Hotel Excelsior, SP, a Plenária do IV CONAD Extraordinário reuniu-se para tratar do Tema: Avaliação Docente e Autonomia Universitária. A Mesa foi constituída pelos professores: Francisco Jaime Mendonça (Presidente); Marcos Vinicius Silva (Vice-presidente); Maria Auxiliadora Campos 1ª Secretária; Mário Wrege 2º Secretário. O Presidente iniciou os trabalhos submetendo ao pleno o Texto de Resolução (ADUFRJ-SS): **“Os representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL na comissão do MEC que vai tratar dos critérios para o cálculo da Gratificação do Estímulo à Docência (GED), indicados pela Diretoria devem retirar-se da comissão”**. O encaminhamento foi o de haver cinco (5) inscrições de discursos a favor e cinco (5) contra, com três (3) minutos cada intervenção. A proposta foi rejeitada pelo pleno com a seguinte votação nominal: Sim (25 votos): ADUFPA; ADUFAC; ADCESP; APRUMA; ADUFEPE; ADURN; ADUCSAL; APUNI; SINDCEFET-MG; ADFUNREI; ADUFU; ADCAC; ADUFMAT-MT; ADUFRJ; ADUR-RJ; ADUFF; ASDUERJ; ADUNESP; ADUNICAMP; ADUSP; SINDCEFET-PR; APUFSC; ADUFPEL; SEDUFSM; APROFURG; Não (29 votos): ADFCAP; ADUFPI; ADUFC; ADFURRN; ADUPE; ADUEPB; ADUFAL; APUB; ADUNEB; APUBH; ADUFOP; APROEFEI; SINDUEMG; ADUFG; ADCAJ; ADUNB; ADUFMS; ADUNEMAT; ADUNIRIO; ADCEFET-RJ; ADUFSCAR; ADFMM; APUFPR; ADFAED; ADUFRGS; VPR NEII; VPR NEIII; VPR SUL; Presidente da ANDES-SN; Abstenções: (4 votos): ADUNIMONTES; APES-JF; ADEPM; ADUA; Ausentes da Votação: ADUFERPE; ADUFS-SE; ASPUV; ADFMTM; VPR NEI. Houve uma declaração de voto da professora Daniela Motta de Oliveira, Delegada da APESJF-SSIND: “A APESJF-SSind se absteve da votação sobre a participação do Andes-SN na Comissão de avaliação da GED porque, embora tenha aprovado a participação, o fez com condicionantes que não estão presentes na proposta apresentada para deliberação em Plenária.” A inclusão de nova proposta, proveniente do Grupo 1: **“Os representantes da ANDES-SN na Comissão do MEC que está definindo os critérios para o cálculo da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), indicados pela Diretoria do ANDES-SN, devem retirar-se da comissão.”**, em função da decisão anterior foi considerada superada. A inclusão de nova recomendação, proveniente do Grupo 2: **“Reafirmar as propostas de Autonomia e Avaliação contidas no “Proposta ANDES_SN para a Universidade Brasileira” (Caderno 2), incorporando a oposição dos projetos e medidas implementadas nos últimos anos pelo governo federal, configurando assim um programa de luta pela autonomia e democracia universitária, que deve ser o eixo de uma Campanha Nacional em defesa da Universidade Pública, Democrática, de Qualidade e socialmente referenciada. Campanha a ser lançada desde o início de 1999 junto ao conjunto da sociedade, em especial junto à CUT”**, foi aprovada. A recomendação, proveniente do Grupo 4: **“Que os representantes da ANDES-SN na Comissão da GED levem em consideração os subsídios constantes dos documentos encaminhados em anexo: - Documento da ADUFSCar - Documento da ADUFRGS – Documento do Trabalho da ADUnB.”**, foi

aprovada por ampla maioria. A decisão remetida à Plenária, proveniente do Grupo 2, referente ao “texto apresentado pela ADUFSCAR “Avaliação Docente e Autonomia” foi considerada superada em função da decisão anterior. A inclusão de nova proposta do Grupo 4: **“Lutar pela incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados pensionistas, estrangeiros e demais celetistas e exigir a implantação da carreira única, indicada no Congresso de Manaus/1993”** foi aprovada com algumas abstenções. A inclusão de nova proposta do Grupo 4: **“Contra o desconto de contribuição sindical, de 1% sobre a GED, tendo em vista não ser esta uma gratificação de valor fixo e caráter permanente”** foi decidido encaminhar para as bases para discussão e para o XXXVII CONAD ordinário para decisão. A proposta do Grupo 1: **“Exigir do governo a incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º e 2º graus, aposentados, pensionistas, estrangeiros e demais celetistas. O marco para a deliberação sobre carreira docente está expresso pela decisão congressual de carreira única (Congresso de Manaus – 1993)”** foi decidido que será incorporada à proposta anterior, do Grupo. A proposta do Grupo 1: **“O IV CONAD Extraordinário adverte a Diretoria da ANDES-SN por ter rompido com a prática consuetudinária – base do direito a partir da vida orgânica das instituições – que confere legitimidade aos setores e comandos de greve, expressos da livre manifestação das seções sindicais, que indicam seus membros e apontam as diretrizes a serem seguidas. O IV CONAD Extraordinário considera ser dever de toda e qualquer diretoria do sindicato respeitar essas diretrizes”** foi considerada superada. Assim, tendo vencida a pauta o Presidente da Mesa agradeceu a colaboração da Plenária e deu por encerrada a sessão e dissolvida a Mesa, às vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, e eu, Mário Wrege, 2º Secretário, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente.

Prof. Francisco Jaime Bezerra Mendonça
Presidente

Prof. Mário Luiz Dame Wrege
2º Secretário

RELATÓRIO III – AVALIAÇÃO DOCENTE E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

1 – O IV CONAD Extraordinário reafirma as propostas de Autonomia e Avaliação contidas no “Proposta ANDES-SN para a Universidade Brasileira” (Caderno 2), incorporando a oposição dos projetos e medidas implementadas nos últimos anos pelo governo federal, configurando assim um programa de luta pela autonomia e democracia universitária, que deve ser o eixo de uma Campanha Nacional em defesa da Universidade Pública, Democrática, de Qualidade e socialmente referenciada. Campanha a ser lançada desde o início de 1999 junto ao conjunto da sociedade, em especial junto à CUT.

Recomendação:

Que os representantes da ANDES-SN na Comissão da GED levem em consideração os subsídios constantes do documento da ADUFSCar; Documento da ADUFRGS; e Documento do Trabalho da ADUnB.(textos em anexo).

2 - Lutar pela incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados pensionistas, estrangeiros e demais celetistas e exigir a implantação da carreira única, indicada no Congresso de Manaus/1993.

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO IV CONAD Extraordinário

Às vinte e duas horas e quarenta e quatro minutos do dia quatorze de setembro de um mil novecentos e noventa e oito, no Auditório do Hotel Excelsior, São Paulo – SP, foi instalada a Plenária de Encerramento do IV CONAD Extraordinário da ANDES-Sindicato Nacional. A mesa foi composta pelos Diretores da ANDES-SN: Dalton Melo Macambira, 1º Vice-Presidente, Anibal Sanchez Moura, 2º Vice-Presidente, Osmar de Oliveira Marchese, Secretário Geral e José Roberto Braga Portela, 1º Vice-Presidente Regional Sul. O prof. Dalton iniciou os trabalhos passando a palavra ao prof. Aníbal para que fizesse a leitura das Moções: 1 – De repúdio ao Conselho Universitário da Unimontes; 2 – De repúdio às agressões sofridas pelos trabalhadores rurais em frente à sede do INCRA, situada na cidade de Fortaleza – CE; 3 – De apoio à luta do MST no Pontal do Paranapanema, Ceará, no Maranhão, em todo o país. Todas as moções foram aprovadas por ampla maioria. Na sequência, o prof. Dalton agradeceu a cooperação de todos que contribuíram para a realização do IV CONAD Extraordinário e declarou encerrados os trabalhos às vinte e três horas e quinze minutos. Nada mais havendo a tratar eu, Osmar de Oliveira Marchese, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo Presidente da Mesa.

Prof. Osmar de Oliveira Marchese
Secretário Geral

Prof. Dalton Melo Macambira
Presidente

ANEXO A ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO MOÇÕES

1 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior reunidos no IV CONAD Extraordinário da ANDES-Sindicato Nacional, realizado em São Paulo, no período de 12 a 14 de setembro de 1998, repudiam a atitude do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - MG, pela atitude antidemocrática adotada na definição do calendário eleitoral de sucessão da reitoria da Instituição, tendo em vista a exiguidade dos prazos instituídos inviabilizaram a apresentação de candidaturas alternativas à do atual reitor, candidato à sua própria sucessão, cargo que ocupa há 10 anos como reitor pró-tempore.

O regime de urgência urgentíssima imposto ao processo sucessório contrasta com a morosidade com que foi conduzida a elaboração e aprovação do Estatuto da Unimontes promulgado no dia 19 de agosto de 1998.

Assim posto, solicitamos que o Conselho Universitário reveja sua decisão, ampliando o prazo para sucessão da reitoria, para que com isto não pesem dúvidas quanto a legitimidade da futura administração da Universidade.

Enviar para:

- Reitor da Unimontes - Prof. José Geraldo Freitas
- Conselho Universitário da Unimontes
- Governador do Estado de Minas Gerais - Eduardo Azeredo
- Seções Sindicais, como sugestão também enviarem mensagens

2 – MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior reunidos no IV CONAD Extraordinário da ANDES-Sindicato Nacional, realizado em São Paulo, no período de 12 a 14 de setembro de 1998, manifestam seu veemente repúdio às agressões sofridas pelos Trabalhadores Rurais em frente à sede do INCRA situada na cidade de Fortaleza, perpetradas pelas polícias estaduais.

Conhecedores das reiteradas ações de idêntica truculência perpetradas pelo governador do Ceará, governo este pautado na nefasta política neoliberal de FHC, não podemos nos calar perante mais esta denúncia de violência física.

Nos solidarizamos com a legítima luta dos trabalhadores rurais do Ceará e exigimos o cumprimento de suas justas reivindicações, a imediata punição dos agressores e a liberação dos três trabalhadores rurais que se encontram presos em consequência do conflito de Amontoada.

Enviar para:

- Governador do Estado do Ceará
- Diretor Geral do INCRA do Estado do Ceará
- Entidades nacionais e internacionais de Direitos Humanos
- Câmara dos Vereadores de Fortaleza
- Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

São Paulo, 14 de setembro de 1998

3 – MOÇÃO DE APOIO

Os docentes das Instituições de Ensino Superior reunidos no IV CONAD Extraordinário da ANDES-Sindicato Nacional, realizado em São Paulo, no período de 12 a 14 de setembro de 1998, manifestam apoio e solidariedade com a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, no Pontal do Paranapanema, Ceará, Maranhão e em todo território nacional, contra a política agrária latifundiária do governo FHC apoiado pelas classes dominantes mais retrógradas do Brasil. Os docentes repudiam a repressão selvagem do governo contra os justos reclamos e manifestações dos camponeses sem terra, o ataque contra a demonstração do MST em Fortaleza, em 13 de setembro, e unem-se a um dos mais importantes movimentos de luta do país, declarando-se dispostos a prestar solidariedade material, política e moral.

Enviar para: MST

RATEIO DE DESPESAS DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

Nº	SSIND.	FILIADOS	FATOR	QUOTA	TRANSPORTE	TX.OBS.	PAGAR/RECEBER(-)
1	ADUA	742	7,5	967,43	1.140,00		-172,58
2	ADUFPA	1.300	11,5	1.483,39	1.040,00	60,00	503,39
3	ADUFAC	364	4,0	515,96	1.113,16		-597,20
4	ADFCAP	120	1,5	193,49	1.040,00		-846,52
5	ADCESP	180	2,0	257,98	944,00	20,00	-666,02
6	ADUFPI	1.237	11,5	1.483,39	944,00		539,39
7	APRUMA	795	8,0	1.031,92	1.038,00	20,00	13,92
8	ADUFC	1.815	14,5	1.870,36	1.038,00	40,00	872,36
9	ADUFEPE	1.349	12,0	1.547,88	948,00	40,00	639,88
10	ADFURRN	508	5,5	709,45	1.020,00		-310,56
11	ADUFPB-JP	1.924	15,0	1.934,85	978,00	40,00	996,85
12	ADUFERPE	612	6,5	838,44	948,00	40,00	-69,56
13	ADURN	2.024	15,5	1.999,35	1.020,00	40,00	1.019,35
14	ADUPE	715	7,5	967,43	948,00		19,43
15	ADUEPB	519	5,5	709,45	1.014,58		-305,14
16	ADUCSAL	383	4,0	515,96	780,00	20,00	-244,04
17	ADUFAL	1.114	11,0	1.418,89	904,00	20,00	534,89
18	APUB	2.530	16,5	2.128,34	780,00		1.348,34
19	ADUFS-SE	512	5,5	709,45	848,00		-138,56
20	ADUNEB	460	5,0	644,95	780,00		-135,05
21	APUNI	31	ISENTO				0,00
22	SINDCEFET-MG	499	5,0	644,95	51,96	20,00	612,99
23	APUBH	2.685	13,5	1.741,37	51,96	80,00	1.769,41
24	ADUFOP	226	2,5	322,48	398,72	20,00	-56,25
25	ADUNIMONTES	150	1,5	193,49	398,72		-205,24
26	APES-JF	1.045	10,5	1.354,40	47,58	40,00	1.346,82
27	ASPUV	841	8,5	1.096,42	64,00	20,00	1.052,42
28	APROEFEI	195	2,0	257,98	48,00		209,98
29	SINDUEMG	66	ISENTO				0,00
30	ADUFES	1.161	11,0	1.418,89	504,00		914,89
31	ADUFU	1.214	11,5	1.483,39	65,28	40,00	1.458,11
32	ADFMTM	175	2,0	257,98	65,28		192,70
33	ADFUNREI	199	2,0	257,98	64,00		193,98
34	ADCAC	71	ISENTO				0,00
35	ADUFG	1.585	13,0	1.676,87	516,00	40,00	1.200,87
36	ADCAJ	30	ISENTO			20,00	20,00
37	ADUNB	1.375	12,0	1.547,88	530,00	20,00	1.037,88
38	ADUFMS	902	9,5	1.225,41	548,00	20,00	697,41
39	ADUNEMAT	253	3,0	386,97	548,00		-161,03
40	ADUFMAT-MT	1.185	11,0	1.418,89	738,00	40,00	720,89
41	ADUF RJ	3.330	18,0	2.321,82	43,22	80,00	2.358,60
42	ADUR-RJ	578	6,0	773,94	43,22	20,00	750,72
43	ADUFF	2.350	16,0	2.063,84	43,22	60,00	2.080,62
44	ADUNIRIO	605	6,5	838,44	43,22	20,00	815,22
45	ADCEFET-RJ	519	5,5	709,45	43,22		666,23
46	ASDUERJ	1.411	12,5	1.612,38	43,22	40,00	1.609,16
47	ADUFSCAR	669	7,0	902,93	0,00	100,00	1.002,93
48	ADEPM	470	5,0	644,95	0,00	40,00	684,95
49	ADUNESP	1.009	10,5	1.354,40	0,00	80,00	1.434,40
50	ADUNICAMP	1.927	15,0	1.934,85	0,00	40,00	1.974,85
51	ADFMM	214	2,5	322,48	0,00	40,00	362,48
52	ADUSP	3.084	18,0	2.321,82	0,00	40,00	2.361,82
53	APUFPR	2.423	16,5	2.128,34	48,00	80,00	2.160,34
54	SINDOCEFET-PR	893	9,0	1.160,91	48,00	60,00	1.172,91
55	ADFAED	85	ISENTO				0,00
56	APUFSC	2.121	15,5	1.999,35	420,07	40,00	1.619,28
57	ADUFPEL	1.160	11,0	1.418,89	530,00	60,00	948,89
58	SEDUFMS	1.245	11,5	1.483,39	633,62	40,00	889,77
59	APROFURG	684	7,0	902,93	627,30	20,00	295,63
60	ADUFRGS	2.573	16,5	2.128,34	530,00	20,00	1.618,34
		60.441	498,0		27.001,55	1.580,00	

Previsão de Despesas do IV CONAD Extraordinário

RATEIO	Despesas Efetuadas
1 - Pessoal	
Secretaria	
. Passagens	715,50
. Diárias	1.155,00
. Hotel	1.377,00
. Horas extras	3.560,00
. Prestação de Serviços	1.700,00
Assessoria de Imprensa	
. Passagem	238,33
. Diárias	385,00
. Hotel	459,00
Sub-total	9.589,83
02 - Telefone	2.000,00
Sub-total	2.000,00
03 - Material de Secretaria	
. Correio	2.906,28
. Papelaria	595,22
Sub-total	3.501,50
04 - Xerox	
. Aluguel	520,00
. Gastos com Xerox do Hotel	148,00
Sub-total	668,00
05 - Imprensa e Divulgação	
. Caderno Textos	1.680,00
. Cartaz/ Arte	200,00
Sub-total	1.880,00
06 - Infraestrutura	
. Aluguel de Computadores	2.450,00
. Aluguel de salas	3.750,00
. Água e Café	1.750,00
. Coffee Break	1.680,00
Sub-total	9.630,00
07 - Bolsas e camisetas	5.925,00
Sub-total	5.925,00
08 - Filmagem/Edição	1.850,00
Sub-total	1.850,00
09 - Táxi e Estacionamento	243,00
Sub-total	243,00
TOTAL	35.287,33

ITENS	RECEITA	DESPESA
1. PESSOAL		9.589,83
2. TELEFONE		2.000,00
3. MATERIAL DE SECRETARIA		3.501,50
4. XEROX		668,00
5. IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		1.880,00
6. INFRAESTRUTURA		9.630,00
7. BOLSAS E CAMISETAS		5.925,00
8. FILMAGEM/EDIÇÃO		1.850,00
9. TÁXI E ESTACIONAMENTO		243,00
RECEITA DE OBSERVADORES	1.580,00	
TOTAL GASTO NA ORGANIZAÇÃO		35.287,33
MARGEM DE SEGURANÇA (10%)		3.528,73
TRANSPORTE DE DELEGADOS		27.001,55
VALOR A SER RATEADO		64.237,61
TAXA DE RATEIO		128,99

OBS: Taxa de Rateio = valor a ser rateado / total da cota

ANEXO
(Caderno de Textos e Avulsos)

IV CONAD Extraordinário

Homenagem Especial:
PROF. DR. ALOÍSIO TEIXEIRA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior

UnB Pavilhão Multi Uso I - Bloco A - Sala A1-72

Campus da UnB - Brasília - DF

Caixa Postal 04470 - CEP 70919-970

Tel: (061) 348-2530/347-2028

Fax: (061) 274-3303

Gestão 1998/2000

Presidente: Renato de Oliveira

Secretário Geral: Osmar de Oliveira Marchese

1º. Tesoureiro: Márcio Florentino Pereira

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro

TODOS OS TEXTOS EM DEBATE NO IV CONAD ESTÃO DISPONÍVEIS NA HOME PAGE DA ANDES-SN

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: andes-sn@andes.org.br

Jornalista Responsável: Geraldo Texeira

Secretária Administrativa da ANDES-SN: Maria de Fátima Alves da Silva

Editoração : Focus Comunicação

Impresso em Brasília, setembro de 1998

APRESENTAÇÃO

O Caderno de Texto do IV CONAD Extraordinário, que se realizará na cidade de São Paulo, nos dias 13 e 14 de setembro, sob a organização da Regional São Paulo da ANDES-SN, reflete, através das diversas colaborações, o particular momento que vivemos.

Neste caderno, procuramos acrescentar às contribuições das Seções Sindicais escritos diversos, produzidos recentemente, que acreditamos, adequam-se às discussões que ocorrerão neste evento.

Esperamos que o material permita, numa conjuntura de profunda demanda de ação política no social, que as nossas discussões internas gerem a unidade democraticamente produzida pelas nossas possíveis diferenças.

Neste CONAD Extraordinário vamos avaliar a greve das IFES, a questão da avaliação docente e a autonomia universitária e, finalmente, a questão da democracia interna no movimento docente. Esta pauta deverá permitir que as diferentes posições se encontrem e democraticamente fluam na direção do fortalecimento da ANDES-SN.

Vamos ao trabalho!

A Diretoria
Gestão 1998-2000

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CRONOGRAMA E TEMÁRIO

TEMA - AVALIAÇÃO DA GREVE NAS IFES

- Texto 1 - A greve e a nova diretoria da ANDES-SN
- Texto 2 - O fundamentalismo e a defesa da Universidade pública
- Texto 3 - Não estamos isolados

TEMA - AVALIAÇÃO DOCENTE E AUTONOMIA

- Texto 4 - Comissão sobre avaliação do desempenho docente
- Texto 5 - GED: Mecanismo de transição para a quebra de um paradigma
- Texto 6 - A educação superior e a construção do futuro
- Texto 7 - A Questão da Autonomia Universitária

TEMA - DEMOCRACIA INTERNA NO MOVIMENTO DOCENTE

- Texto 8 - Cultura Política, Democracia Interna e Outras Trelas

RELATÓRIO DA AUDITORIA - Texto 9 -

CONTRIBUIÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS E DE SINDICALIZADOS

- Texto 10 - Prof. Osvaldo Coggiola
- Texto 11 - Sindicalizados pela ADUFMAT-SSind
- Texto 12 - Diretoria da ADUFRJ-SSind.
- Texto 13 - ADUFF-SSind.

REGIMENTO DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

CRONOGRAMA E PAUTA

HORÁRIO	11/09	12/09 Sábado	13/09 Domingo	14/09 Segunda-feira
Manhã		09:00 às 12:00 - II Seminário 09:00 às 12:00 Credenciamento para o IV CONAD Extraordinário	09:30 às 11:30 Plenária de Instalação	08:30 às 12:30 Plenária - Avaliação Docente e Autonomia
Tarde		14:00 às 18:00 - II Seminário 14:00 às 18:00 Credenciamento para o IV CONAD Extraordinário	14:00 às 18:00 Plenária - Avaliação da Greve das IFES	14:00 às 18:00 Plenária - Democracia Interna no Movimento Docente
Noite	Abertura do II Seminário	20:00h Plenária de Abertura	Livre	19:00 às 21:00 Plenária de Encerramento

Temário: 1 - Avaliação da Greve

2 - Avaliação Docente e Autonomia

3 - Democracia interna no Movimento Docente

II Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica

TEMA - AVALIAÇÃO DA GREVE NAS IFES

As posições da Diretoria da ANDES têm sido expressas nos meios de divulgação da entidade. Os textos agora reapresentados neste Caderno constituem-se em material para discussão neste evento.

Texto 1

A greve e a nova diretoria da ANDES-SN

*Prof. Dalton Melo Macambira **

O nosso sindicato nacional tem se pautado por uma visão aparentemente classista da atividade sindical, pretensamente de vanguarda e revolucionária. O grupo político que comandou a Andes nos últimos 12 anos (ANDES AD), parte do pressuposto que o movimento sindical se constitui no pólo aglutinador da sociedade na luta pela transformação social. Na frente de todo esse processo estaria um sindicato de intelectuais capaz de iluminar o caminho e conduzir os demais sindicatos para a construção da nova sociedade que se ergueria sobre os escombros da sociedade capitalista em crise (permanente). Do ponto de vista teórico essa concepção sindical encontra sua matriz fundadora no século XIX, particularmente no socialismo revolucionário francês, caudatário das várias frações anarquistas. No Brasil, mais recentemente, esse conjunto de idéias tem encontrado respaldo nas diversas correntes trotskistas organizadas nos partidos de esquerda.

Essa veleidade vanguardista e “revolucionária” transformou a Andes em uma espécie de partido político que, como tal, precisa de uma disciplina e organização para dar conta do conjunto de atribuições próprias da instituição partidária de “esquerda”. Essa visão de mundo levou o sindicato nacional a uma postura estreita e sectária nas suas relações sindicais e com a sociedade. A direção anterior da Andes, olhando de cima para baixo, via as entidades sindicais como organizações tão atrasadas politicamente que reduziam a sua atividade sindical aos limites da corporação e da luta econômica, ou seja, ao específico. Todo esse processo divorciou o sindicato de suas bases, do cotidiano do professor, muitos dos quais não comparecem mais as assembleias gerais, seminários e eventos nacionais porque não se identificam com a ANDES, não se sentem representados. Ao deixar de representar o professor, o nosso sindicato se descredenciou como interlocutor da universidade com a sociedade.

Essa concepção sindical equivocada pode ser bem observada na recente greve das Universidades Federais. Greve esta que, a despeito de ter sido um movimento histórico, revela todas as contradições e equívocos na sua direção e condução. A direção anterior, que controlava o comando nacional de greve (CNG), partia do pressuposto que sindicato não tem que negociar, mas impor ao governo sua proposta, isto é, entregar ao governo uma pauta de reivindicações e entrar em greve, mantendo o movimento paredista até que o governo atenda toda a pauta. É o jogo de soma zero, ou é tudo ou não é nada. Por isto perdemos a oportunidade de negociar com o governo quando a greve estava forte.

Quando a nova diretoria tomou posse (26/06) já estávamos há mais de 90 dias em greve, com o movimento já bastante enfraquecido. Foi nesse momento que o CNG resolveu apresentar uma proposta alternativa, mas já era tarde. O governo tinha mobilizado sua base de apoio parlamentar na Câmara para aprovar a Gratificação de Estímulo à Docência - GED com mudanças “cosméticas” sugeridas pelos Reitores, garantia dos aposentados receberem 60% da gratificação, comissão MEC/ANDES/ANDIFES para definir os critérios da avaliação (para que os professores da ativa possam atingir 100% da gratificação) e a promessa do Ministro de conceder bolsas para os professores de 1º e 2º grau. O prazo da Lei Eleitoral que proibia aumento na remuneração dos servidores terminava no dia 03 de julho. As vésperas desse limite a GED chegou ao Senado, com o seu presidente ameaçando não colocar em votação se a greve não terminasse.

Reconhecendo que a GED não era uma boa proposta, conhecendo a truculência do Sr. ACM e a ameaça de sairmos da greve sem nada (como preferia a diretoria anterior e o CNG), a nova diretoria da ANDES decidiu evitar o pior. Não poderíamos assumir um ônus que não era nosso, qual seja, o fracasso completo de uma greve que foi capaz de mobilizar a universidade e mostrar a sociedade a situação de caos da educação superior pública em nosso país, fato que desgastou ainda mais a imagem do governo FHC, contribuindo para a sua queda nas pesquisas eleitorais. Decidimos, então, encaminhar o final da greve (recomendação aceita pela ampla maioria das assembleias gerais) não porque o governo atendeu as nossas reivindicações, mas

porque o nosso compromisso é com a sociedade que financia a universidade pública e garante a sua sobrevivência.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os professores que confiaram em nossa proposta de trabalho e votaram na chapa 2: GANHAR A ANDES PARA NÃO PERDER A UNIVERSIDADE. Nosso compromisso é romper com a política estreita e sectária que predominou até agora. Somos mais identificados com o pensamento médio do conjunto dos professores universitários brasileiros, fato indispensável para um processo de reaproximação da ANDES com suas bases, principalmente com a chamada comunidade científica. É um absurdo querer reduzir o movimento docente à sua militância, aos frequentadores de assembleias, Conads e Congressos. Um sindicato de trabalhadores intelectuais, de produtores do conhecimento, de ciência e tecnologia, como é a ANDES-SN, não pode reduzir sua atuação apenas à dimensão sindical ou corporativa, mas também precisa dar conta da sua dimensão acadêmica e institucional. O comportamento exclusivamente sindical afastou a ANDES da academia. A preocupação maior com a preservação da universidade pública foi apenas e tão somente discurso, retórica.

Vamos retomar nossa ação institucional. Em relação ao executivo, ao parlamento e ao poder judiciário. Nossa postura sindical não comportará preconceitos. A atuação no terreno institucional é uma necessidade, sobretudo porque devemos buscar sempre a negociação e, quando for o caso, a greve como instrumento legítimo do movimento sindical para defender os interesses dos trabalhadores. O desafio é garantir a permanente mediação dialética entre a ação institucional (negociação) e a ação sindical (mobilização). Também não temos dúvida que a principal campanha sindical e batalha política a ser desenvolvida em 1998 passa pelo processo eleitoral, sobretudo para presidente da república. Devemos, juntamente com a CUT, articular um amplo movimento social para lutar contra a reeleição de FHC.

Precisamos, enfim, arejar a ANDES, torná-lo um sindicato ágil, realmente capaz de defender a Universidade Pública. *“Acreditamos, como a ampla maioria dos docentes do Brasil, que a existência da universidade é garantida pela sua capacidade de produção do conhecimento; é, portanto, local de discussão, não de obediência a consensos forçados. Por isso, nosso sindicato deve defender intransigentemente o salário e a dignidade dos professores, deve proteger os interesses da categoria e firmar-se, ao mesmo tempo, como pólo de reflexão (...)”* (Manifesto da Chapa 2) coletiva dos problemas da universidade e da sociedade. Precisamos, enfim, resgatar o conceito de sindicato que deu origem a Andes, cujos pressupostos dizem respeito a um sindicalismo realmente classista, plural e democrático.

**Dalton Melo Macambira é professor de História Contemporânea da UFPI e 1º Vice-Presidente nacional da ANDES-SN.*

Texto 2

O fundamentalismo e a defesa da Universidade pública

A greve das instituições federais de ensino superior começa a apresentar seus verdadeiros resultados. De um lado, começamos a debater a questão da avaliação docente, tema principal deste evento. Mas, dos resultados dessa greve, este talvez tenha sido o menos problemático. Infelizmente!

Além de ter colocado novos desafios para o movimento docente, de cuja orientação dependerá o futuro da universidade brasileira - não só das universidades públicas, mas da instituição universitária como um todo - esta greve revelou novos problemas no plano do relacionamento das lideranças do movimento, evidenciado no sectarismo de algumas delas.

Os céticos dirão que não reside aí nenhuma novidade, que o sectarismo e a intolerância sempre foram a marca de certas correntes políticas que se reclamam da esquerda, alguns repetirão o conhecido bordão do “é por isto que as coisas não funcionam”, etc. Aparentemente têm razão - nós, no entanto, julgamos que não. Entendemos que a greve revelou algo novo, extremamente preocupante e que precisa ser compreendido, pois faz parte dos desafios que enfrentaremos.

Como hipótese preliminar, pensamos que estamos frente um novo tipo de fundamentalismo político. A hipótese é plausível porque, independentemente do conteúdo apregoado, o fundamentalismo caracteriza-se como um tipo de ação que abdica da racionalidade, ou, o que vem a dar no mesmo, confunde a ação política com a transformação dos desejos (apresentados pomposamente como “princípios”) em fatos objetivos. O

fundamentalista jamais negocia, pois, não partilhando dos seus “princípios”, a única identidade possível para o adversário é o Mal, e o Mal, seja sob a forma do Grande Satã, do Anti-Cristo ou do Neoliberalismo, não admite contemporizações. O fundamentalismo é a forma tragicômica da ética de princípios, e esta, a História já o demonstrou, consome-se na violência.

O fundamentalista, é claro, tem na violência institucionalizada seu grande argumento. No entanto, na medida em que não é portador de futuro (seu reino “não é deste mundo!”), seu discurso caracteriza-se pelo descompromisso com a situação presente, com o mundo real. As instituições deste mundo, entre elas a Universidade, não constituem sua preocupação fundamental.

Assim, entre um sistema de gratificações salariais que *pode* sustar ou diminuir a evasão de docentes das universidades federais e o *nada*, o fundamentalista escolhe o *nada*, pois este evita-lhe o risco de conspurcar-se no Mal (no caso, o projeto de avaliação docente que complementarará o sistema de gratificações, que, segundo diz, quebra o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, portanto, abre caminho para o projeto neoliberal), não importando-lhe a consumação da violência configurada no esvaziamento das universidades via massacre salarial.

Não importa que o sistema de avaliação docente esteja rigorosamente em aberto, tanto na forma quanto no conteúdo. Não importa, inclusive e principalmente, que a definição do sistema de avaliação possa se constituir num momento privilegiado de luta política e ideológica visando à concretização de princípios longamente defendidos. Aliás, é justamente essa possibilidade que assusta o fundamentalista, pois significa aceitar o princípio da realidade.

Nós entendemos as coisas de forma diferente. Em primeiro lugar, entendemos que através da ação política trazemos nossos princípios para o campo do mundo real: a ação política é a mediação com a realidade, e só nesta medida pode ser objeto de juízo moral. É por isto que aceitamos o desafio de participarmos da comissão que definirá os critérios nacionais da avaliação docente. Trazendo este debate para o interior das universidades e apostando na capacidade do movimento docente não só de superar os riscos nela implicados como de transformá-la numa ferramenta para a construção da universidade pública que almejamos, isto é, socialmente comprometida e capaz de responder aos desafios científicos, tecnológicos e culturais que ainda nos separam da modernidade.

Renato de Oliveira é sociólogo, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente da ANDES-Sindicato Nacional

Texto 3

Não estamos isolados

Repercussão da greve mostra que a sociedade reconhece a universidade pública como um direito do qual não vai abrir mão.

*Prof. Dr. Renato de Oliveira**

A greve encerrada em julho comporta duas avaliações: primeiro, se valeu a pena; segundo, se foi vitoriosa.

A primeira tem uma resposta francamente positiva. O grau de mobilização atingido pelos professores e pela comunidade universitária mostrou que a universidade pública está longe de entregar os pontos, como parecia apostar o MEC no momento em que anunciou o Programa de Incentivo à Docência, com o qual pretendia substituir salários por um sistema de bolsas rotativas que não atingiriam mais de um terço do total de professores. Além disso, a repercussão que obteve junto à opinião pública, a ponto de ser co-responsável pela queda de popularidade deste governo, mostrou que não estamos isolados da sociedade. Esta, cada vez mais consciente de suas necessidades, identifica na universidade pública um direito seu, que não se mede pura e simplesmente pela oportunidade de cada um frequentar seus cursos regulares.

A contribuição da universidade constitui algo bem mais complexo, que a sociedade demonstrou perceber e defendeu por meio de inúmeras manifestações de apoio, e uma sociedade que se mobiliza em defesa de seu sistema universitário é uma sociedade que aposta em si mesma. Em suma, esta greve valeu a pena.

A resposta à segunda questão é mais complexa. Em síntese, os resultados da greve foram os seguintes: a partir deste mês teremos um conjunto de gratificações salariais de valores muito baixos, variáveis segundo a titulação e o regime de trabalho dos docentes, mas isonômicas entre aposentados e ativos. Num prazo ainda não definido, mas certamente não inferior a três meses, seremos submetidos a um sistema de avaliação de desempenho docente que se pretende permanente, e sobre cujos resultados incidirão gratificações com valores entre zero e pouco mais de R\$ 500/mês, segundo os resultados individuais da avaliação. Os aposentados ficarão excluídos dessas gratificações. Eles não serão avaliados. Os docentes de primeiro e segundo graus ligados às IFES estão excluídos desse sistema - estavam incluídos num segundo projeto que seria apresentado pelo deputado José Jorge, relator da matéria, que no entanto não o apresentou, por razões que não ficaram claras, dependendo, agora, de um compromisso ministerial de revisão de seu plano de carreira em 120 dias e da adoção, durante esse prazo, de um sistema de bolsas emergenciais.

Finalmente, a redação do projeto aprovado, além do título, Gratificação de Estímulo à Docência, confunde um dos critérios básicos definidos pelo movimento docente para a aceitação de qualquer proposta, qual seja, a não vinculação do reajuste salarial a qualquer sistema de avaliação de produtividade individual. As gratificações que serão concedidas imediatamente e de forma irreversível corresponderão a 60% do teto das gratificações que poderão ser obtidas por meio da avaliação. Entendemos que essa confusão vai se desfazer com o tempo, permanecendo, no entanto, o que é inegável: os valores concedidos foram muito baixos, e mesmo a promessa de serem majorados em 10% após as eleições não muda muita coisa.

Mas o que é também inegável, do nosso ponto de vista, é que evitamos o pior, que seria terminar uma greve de mais de três meses sem absolutamente nada. Essa hipótese significaria aumentar o ritmo de evasão de professores, principalmente dos mais qualificados, além de uma desmoralização e perda de auto-estima que nos enfraqueceria definitivamente face às iniciativas pouco louváveis deste governo em matéria de ensino superior público. Desse ponto de vista, o fato de termos obtido um prazo para a negociação dos critérios de avaliação docente certamente não é desprezível.

Renato de Oliveira é sociólogo, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente da ANDES-Sindicato Nacional

TEMA - AVALIAÇÃO DOCENTE E AUTONOMIA

Texto 4

Esta é uma contribuição preliminar, não oficial, produzida por Diretores da ANDES-SN para iniciar a discussão do tema.

Comissão sobre avaliação do desempenho docente

Fazendo eco à antiga e justa luta da sociedade pela defesa da universidade pública, entidades diretamente com ela envolvidas, como a ANDIFES e a ANDES, além de um número crescente de outras instituições e grupos da sociedade civil, têm manifestado preocupação com as condições atuais e perspectivas da universidade brasileira e com a política que vem sendo implementada através do MEC.

A comissão que ora se constitui para tratar o tema da avaliação do desempenho docente é um marco importante da luta da comunidade universitária e da sociedade brasileira em defesa da universidade, ferramenta que é da democratização que anseiam.

O atual momento é duplamente singular. Primeiro, por se constituir numa das raras oportunidade em que, fruto da representatividade de instituições criadas pelos movimentos organizados no âmbito da sociedade, os mecanismos decisórios do estado brasileiro explicita e formalmente se abrem à sua participação na elaboração de uma política pública de impacto fundamental na conformação sócioeconômica do futuro de nosso País. É sem dúvida acertada a iniciativa do MEC ao reconhecer a necessidade de que representantes daquelas duas entidades que hoje se situam no pólo de oposição à política do governo participem, junto a seus próprios funcionários, dessa comissão. Na medida em que ela venha a se constituir num espaço de construção de alternativas para a universidade e num instrumento democrático de amplificação desse debate que crescentemente interessa a cidadania, essa comissão estará conduzindo ao propósito que anima seus integrantes - servidores públicos - de servir à sociedade.

Em segundo lugar porque essa comissão poderá se constituir numa instância capaz de transformar em medidas concretas e operacionais, e de amplo impacto no conjunto da universidade brasileira, a considerável acumulação de conhecimentos e experiências existente no âmbito dessas três instituições e da comunidade universitária em geral.

A responsabilidade que assumimos de, juntamente com funcionários do MEC, tratar a questão da avaliação de desempenho dos docentes, colocada esta pelo Ministério como um processo tão urgente a ponto de ter que ser iniciado antes mesmo da recomposição das condições de operação e dos salários da universidade pública, entendida por nós como imprescindível, urgente e prioritária, é enorme. Essa responsabilidade aconselha uma profunda e abrangente reflexão sobre o que significa para nossas entidades, um processo de avaliação. A reflexão, que se inicia neste documento, deverá estabelecer um marco de referência capaz de ajudar-nos a explicitar as concordâncias e divergências que nos conduzirão ao necessário compromisso que a democracia nos impõe. Este documento, por isso, busca tão somente avançar alguns passos tentativos de natureza programática e conceitual na direção de uma proposta de avaliação coerente com nossos propósitos.

Iniciamos por reafirmar nosso entendimento do processo de avaliação como um meio para tornar cada vez mais funcionais e proveitosas as relações entre o sistema - universidade - e seu contexto - a sociedade. Em especial, no caso da pública, como um meio de fazer com que ela possa retribuir ao conjunto da sociedade o significativo esforço que torna possível sua existência, contribuindo, através da ampliação e melhoria dos serviços que presta, para a democracia e a equidade.

Assim entendido, esse processo só tem sentido caso combine, de forma coerente com a meta de produzir conhecimento e recursos humanos que atendam ao constante aprimoramento material, cultural, ético e espiritual da sociedade, a avaliação institucional com a do desempenho individual; sendo, a primeira, a moldura construída em permanente e dinâmico contato com a sociedade que estabelece o campo onde opera a segunda, orientando as ações dos professores no cumprimento daquela meta.

Coerentemente com a importância que deve ser atribuída às questões abrangentes de natureza programática e conceitual, nossa reflexão tem como balizamento uma pergunta fundacional óbvia, sem a consideração da qual o exercício da avaliação é não apenas ocioso como irracional, sobre qual universidade queremos para a sociedade que desejamos. É esse balizamento racional, que considera o atributo da funcionalidade entre o sistema - universidade - e seu contexto - a sociedade - um objetivo básico, e a dimensão prospectiva como obrigatória, dado que seria pífio avaliar o passado, o que orienta nossa reflexão.

De forma a organizar nossa reflexão, é conveniente fixar idéias explorando um aspecto metodológico seguramente consensual. Qualquer mudança intencional de um sistema tem como condição necessária um permanente processo de avaliação. É através dele que se promove o trânsito do sistema de uma situação inicial, referenciada ao contexto em que se insere, em direção a uma outra situação, tida como desejada. É a avaliação que aponta as direções de mudança e as ações a serem implementadas num momento ulterior. Após a implementação dessas, e a avaliação dos resultados alcançados é que, iterativamente, se propõe novas ações que levem o sistema a aproximar-se do cenário desejado.

O processo de avaliação supõe a existência de um conjunto, às vezes não explicitado, de elementos que, mais do que simplesmente articulados e interdependentes, devem ser definidos por derivação:

- 1- um diagnóstico da situação atual do contexto que envolve o sistema e a explicitação das relações de causalidade que determina sobre ele;
- 2- um diagnóstico (atual) do sistema e dos seus componentes;
- 3- uma caracterização do cenário (futuro) desejado que deve alcançar o contexto e das implicações que determina sobre o sistema;
- 4- uma derivação, a partir dos elementos anteriores, da imagem (futura) desejada do sistema;
- 5- concepção de indicadores e critérios para a sua avaliação que indiquem via a sua monitoração o grau de aderência do sistema (isto é do estágio em que se encontra) a sua imagem (futura);
- 6- ferramentas de avaliação do sistema e seus componentes coerentes com os demais elementos, capazes de indicar as direções de mudança a serem operacionalizadas a cada estágio mediante o processo de implementação.

Alguns elementos normativos desse conjunto - indicadores, critérios e ferramentas de avaliação - podem ser adotados de uma experiência alheia, situação em que não precisarão ser construídos pelos atores envolvidos

com a mudança. Devem, entretanto, estar referidos ao diagnóstico - do contexto e do sistema - e ao cenário desejado; isto é devem ser compatíveis e funcionais para a consecução da trajetória de mudança desejada. O conjunto resultante é por isso, freqüentemente, de natureza híbrida; o que não compromete necessariamente sua adequação à situação avaliada.

De acordo com a intenção enunciada de dar alguns passos preliminares para chegar a definir critérios de avaliação do desempenho docente, vamos apresentar considerações tentativas sobre os quatro primeiros elementos acima indicados.

1- o diagnóstico da situação atual do contexto e as relações de causalidade que determina na universidade:

As características da universidade brasileira parecem estar condicionadas por duas ordens de relações de causalidade. Como se estivesse sujeita a dois tipos de contextos: o contexto sóciopolítico nacional e o conformado pela dinâmica atual de exploração da fronteira do conhecimento. Por essa razão esses dois contextos e as relações de causalidade que determina na universidade são abordados em separado.

1.1 o diagnóstico da situação atual da sociedade brasileira e as relações de causalidade que determina na universidade:

1.1.1 a sociedade brasileira se caracteriza por uma correlação de forças políticas, que sanciona uma crescente e brutal concentração de poder econômico, que muito pouco espaço deixa para que o conhecimento original e os recursos humanos qualificados que produz a universidade possam ser aplicados para alterar a situação de miséria em que se encontra a maioria da população;

1.1.2 esse entendimento da situação atual invalida a colocação de que teria sido o atraso científico e tecnológico, a falta de "qualidade" da universidade - e não a falta de consciência das suas elites de poder - o determinante da grave situação social em que se encontra o País. Tampouco, simetricamente, pode ser validado o argumento de que um maior apoio à universidade seria em si mesmo, mantida a atual correlação de forças políticas, uma condição relevante para a melhoria dessa situação;

1.1.3 conhecidos fatores sóciopolíticos internos e externos têm determinado nossa condição de país periférico que se caracteriza por um processo de desenvolvimento que não leva à inovação tecno-produtiva. Nem o modelo primário exportador, ou o de substituição de importações, e menos ainda o da abertura neoliberal e da globalização, demandam significativamente profissionais qualificados ou conhecimento localmente produzido;

1.1.4 as empresas locais tendem a continuar funcionando segundo a lógica da importação de tecnologia. Esta lógica, embora racional e coerente com nosso perfil social e econômico-produtivo, ao não induzir à criação de capacidade inovativa interna às empresas, não permite que elas se beneficiem do potencial de pesquisa e formação de recursos humanos existente na universidade (uma maneira de fundamentar este argumento é observar como se distribui o gasto em C&T nos países avançados: no Japão, por exemplo, dos 2,5% do PIB que se gasta em C&T, cerca de 70% é realizado pelas empresas; nos EUA, 60%, na Coreia do Sul, 80%);

1.1.5 não parece ter fundamento o argumento antigo mas ainda defendido de que, uma vez que as empresas locais possuem baixa capacidade de P&D esta poderia ser substituída pela existente na universidade, ou até mesmo de que não seria conveniente "duplicar" no setor produtivo a infra-estrutura e os recursos humanos de que dispõe a universidade. Na verdade, a baixa capacidade inovativa das empresas é um obstáculo tão sério a ponto de impossibilitar a adequada expressão de suas demandas para os pesquisadores da universidade e aproveitar o potencial ali existente. Além do que, a atividade que se desenvolve num centro de P&D empresarial é normalmente muito distinta da que tem lugar num laboratório universitário;

1.1.6 o argumento de que as empresas locais, hoje operando num ambiente livre do protecionismo, tenderão, maciçamente, a contratar projetos de pesquisa com a universidade, não pode ser validado pela experiência internacional. No caso dos EUA - exemplo tão insuspeito a ponto de ser tomado como modelo -, segundo dados da National Science Foundation, apenas 2% do que a empresa privada gasta em P&D é contratado com a universidade. O que mostra que a pesquisa universitária é maciçamente apoiada a fundo perdido pelos governos dos países avançados, e também por empresas, não porque seus resultados sejam diretamente aplicáveis à produção mas sim porque ela é a única maneira eficiente que se conhece para treinar pesquisadores capazes de conceber tecnologias que tornem as empresas competitivas;

1.1.7 o abandono do modelo da industrialização por substituição de importações que, a longo prazo apontava para o aumento do conteúdo local da tecnologia utilizada, mediante o apoio à pesquisa, agravou a

disfuncionalidade e a debilidade da universidade em relação à política econômica. Levou também, e antes que o impacto das pressões dos centros internacionais de poder se fizesse sentir na esteira da globalização, ao desmonte da estratégia de autonomia tecnológica antes perseguida. Estratégia que, apesar de incapaz de contrabalançar a política econômica e industrial de curto prazo que a inibia, foi responsável pela implantação e expansão da pesquisa e da pós-graduação na universidade pública. A modernização conservadora que se seguiu - na medida em que prescindiu, ainda mais que a política anterior, de insumo local de conhecimento científico e tecnológico e pessoal qualificado - apressou a deterioração da universidade;

1.1.8 a proposta do governo, de inserção "competitiva" na economia mundial, em função da abertura que promove, tende a fazer com que muitas empresas nacionais - ineficientes que são - fechem suas portas ou se transformem em pontos de venda de suas antigas concorrentes transnacionais situadas no exterior. Empresários que depois de um longo período de proteção e subsídios, com mão-de-obra, energia e insumos baratos, não se tornaram competitivos, parecem não reunir capacidade ou vontade de fazê-lo nas condições menos propícias atuais, o que agrava a disfuncionalidade da universidade;

1.1.9 é pouco provável que empresas criadas no período da substituição de importações possam tornar-se competitivas e produzir ou demandar internamente conhecimento tecnológico ou científico. Dado que são muito pequenos a flexibilidade tecnológica e o hiato administrável em relação ao exterior que apresentam os segmentos em que operam, para competir no exterior, elas teriam que ter uma expectativa de ganhar mercados que justificassem o investimento no desenvolvimento de tecnologia, em geral de propriedade das empresas que dominam o mercado internacional. O custo de oportunidade do desenvolvimento de variantes tecnológicas próprias que possam proporcionar-lhes um lucro diferencial do inovador é extremamente alto. Dificilmente lograriam eficiência semelhante à das tecnologias mais modernas empregadas pelas empresas estrangeiras para produzir bens adequados aos mercados por elas controlados;

1.1.10 a proposta do governo, que desresponsabilizando-se do financiamento à universidade pública, sugere que esta busque recursos junto à iniciativa privada vendendo serviços e resultados de pesquisa tampouco parece realista. Novamente a situação norte-americana serve como referência. Os recursos aplicados pelas empresas privadas para a pesquisa nas universidades (os 2% indicados acima) representam apenas 7% do orçamento de pesquisa destas; ou algo como 3 ou 4% de seu orçamento total; ainda que pudesse ser aqui igualada, essa porcentagem não seria suficiente para resolver a crise orçamentária das universidades públicas;

1.1.11 o argumento de que haveria um significativo ganho qualitativo para a atividade de pesquisa desenvolvida na universidade caso aumentasse sua interação com a empresa privada, tampouco parece válido. A demanda desse segmento, ao contrário do que ocorria com o das empresas estatais em ritmo acelerado de privatização, que por apresentar alto conteúdo tecnológico permitia a realização de programas de pesquisa de longo prazo, envolvendo vários grupos e permitindo o equipamento de laboratórios e a formação de pós-graduação, não apresenta maiores desafios para a universidade. As empresas privadas locais, ou são transnacionais e salvo exceções não realizam pesquisa no País, ou são nacionais, e tipicamente apresentam demandas tipo "trouble shooting", correspondente às tecnologias ultrapassadas que utilizam e cuja solução deixa pouco saldo, principalmente em termos de conhecimento, para a universidade;

1.1.12 a tendência à globalização e própria incapacidade do capital aceleradamente acumulado desde os anos 70, de valorizar-se no âmbito privado, faz com que este avance, em todo o mundo também no espaço público do ensino e da pesquisa. À semelhança do que ocorre em outras áreas tradicionalmente sob a responsabilidade do estado capitalista contemporâneo, a privatização vem forçando crescentemente esse espaço em busca de novas oportunidades de investimento que diminuam a probabilidade de uma crise simultânea de subconsumo e super-acumulação. A universidade pública passa a ser vista, por razões conhecidas, como mais um campo de ampliação do privado. E isso sem que sejamos capazes de explicitar alguma razão forte, de interesse público, que possa contrabalançar aquelas pressões.

1.2 o diagnóstico da dinâmica atual de exploração da fronteira do conhecimento e as relações de causalidade que determina na universidade:

1.2.1 a dinâmica mundial de exploração da fronteira científica e tecnológica é ditada pelas elites políticas, econômicas e científicas dos países ricos. Via o estado e o mercado, elas colocam sucessivos desafios a um sistema de produção de conhecimento cada vez mais privatizado, ávido por resultados econômicos e internacionalizado, visando ao atendimento de suas demandas específicas;

1.2.2 essa dinâmica que, por estar baseada numa sinergia entre pesquisa e produção em que as empresas ocupam posição central (as vinte maiores transnacionais gastam em pesquisa mais do que a França e a Grã-Bretanha), gera novo conhecimento cada vez mais rápida e intensivamente incorporado a "novas tecnologias"

- informática, química fina, biotecnologia, mecânica de precisão, etc. Antigas interpretações acerca da relação ciência-produção de tipo "science push" ficam, assim, cada vez mais comprometidas.

1.2.3 o desenvolvimento das novas tecnologias ocorre nos países avançados em paralelo à conformação (e no interior) de novos segmentos produtivos que passam a ser vistos como tendo uma capacidade intrínseca de difundir inovação. Isto leva a que, por um lado, passe a se esperar desses "innovation carriers", independentemente do contexto sócio-econômico onde se pretende implantá-los, crescimento econômico. Por outro, a supor uma associação estrita entre conhecimento e aplicação produtiva que obscurece a possibilidade de que este possa usado para satisfazer necessidades distintas daquela para a qual foi concebido ou primeiramente utilizado;

1.2.4 essa mesma dinâmica que, por ser gestada no âmbito de sociedades que produzem conhecimento original e o transformam permanente e exemplarmente em inovações que alavancam seu desenvolvimento, tende a obscurecer o fato de que a ciência é uma construção social, historicamente determinada, resultado de um processo onde intervêm múltiplos atores com distintos interesses. Que não é uma mítica busca do avanço do conhecimento universal, mas sim uma teia de relações sociais, que naqueles países sinaliza áreas de relevância - econômica, social, militar -, a responsável por um lento e sutil, mas poderoso e abrangente, mecanismo de indução da dinâmica tecnológica e científica;

1.2.5 a tendência que apresenta essa dinâmica é compatível, como esperado, com a "dotação de fatores" dos países avançados. Ela produz tecnologias cada vez mais poupadoras das matérias primas que não possuem e da mão-de-obra cara, e intensivas em conhecimento por eles gerados e crescentemente monopolizado pelo capital transnacional;

1.2.6 os bens e serviços resultantes dessa dinâmica mundial, que incorporam tecnologia potencialmente cada vez mais eficiente (descontando aqui as distorções do consumismo), rapidamente se difundem no tecido social dos países avançados. Por se encontrarem crescentemente afastados das necessidades da população dos países periféricos (cuja renda per capita é mais de sete vezes menor e, em geral, mal distribuída), aqueles bens e serviços apenas parcial e seletivamente a beneficiam;

1.2.7 nos países avançados, os projetos de pesquisa e os próprios pesquisadores, quando competem por recursos, já passaram pelo teste - substantivo - da relevância, cabendo aos pares o controle - adjetivo - de qualidade, que seleciona os que merecem o dinheiro do contribuinte. Portanto, o critério de qualidade (mérito, excelência) acadêmica que se afirmou como hegemônico, a ponto de ser utilizado, e entendido como universal, de sentido comum, e definido no âmbito interno à ciência, é a "decodificação" no âmbito da comunidade universitária de um sinal de relevância gerado numa sociedade específica e estável, submetida a uma particular correlação de forças políticas;

1.2.8 é quase generalizadamente aceita nos países avançados, e por conseqüência nos países periféricos, a idéia ingênua e escapista de que "a ciência não pode ser planejada", e que somente os cientistas (exatos), por serem responsáveis pelo avanço do conhecimento e possuírem uma percepção que só a familiaridade com a pesquisa faculta, é que podem, mediante o expediente incremental de conseguir recursos para o seu trabalho, orientar seu desenvolvimento. Metodologias racionais de planejamento para a identificação de prioridades de pesquisa através de critérios sócio-econômicos, são vistas como uma intromissão de burocratas obscurantistas e imediatistas que conduz aos piores resultados. Por distorcer uma pretensa lógica intrínseca, natural e endogenamente determinada, de expansão da fronteira do conhecimento, e por violentar a liberdade acadêmica, elas tendem a embotar a criatividade e a limitar o impacto sempre visto como positivo da ciência sobre a sociedade;

2- o diagnóstico (atual) da universidade:

Analogamente ao que se fez na anterior, nesta seção as características que hoje apresenta a universidade são abordadas em separado.

2.1 características que decorrem do contexto sócio-político nacional

2.1.1 a fragilidade da universidade oriunda de sua disfuncionalidade estrutural, seja para viabilizar o modelo socialmente concentrador e injusto através da produção de benefícios econômicos para as elites, seja para servir aos interesses da maioria, mediante a geração de conhecimento relevante ou facultando mobilidade social, torna-se cada dia mais patente;

2.1.2 é crescente a dificuldade que encontra a elite acadêmica para defender seus interesses pela via da cooptação de outras elites que detêm o poder. É cada vez menos aceitável o argumento de que a orientação

que ela imprime à universidade levará à soberania nacional, ao desenvolvimento econômico, e ao atendimento das necessidades sociais e, enfim, de que a longo prazo toda pesquisa de "qualidade" é útil;

2.1.3 num quadro internacional marcado pelo neoliberalismo e hegemonizado pela tendência à globalização, a preservação do caráter público da universidade e do contrato social dele derivado se torna crescentemente disfuncional. Ao tentar manter a relação tradicional com a sociedade, a universidade tende a adotar uma posição defensiva e corporativa de volta ao passado. Na impossibilidade de fazê-lo e imersa na racionalidade imposta pelo quadro existente, a universidade se confronta ao que parece ser um único caminho: legitimar-se como produtora de saberes funcionais à reprodução do capital. De fato, a redefinição de suas relações com o estado e com a empresa, numa conjuntura marcada no nível político pelo neoliberalismo e no tecnológico pela ruptura do paradigma fordista, tende a se dar de uma forma contrária aos interesses da maioria da população. Desperdiça-se, assim, a possibilidade colocada pelo novo conhecimento, e pelas novas formas de veiculá-lo, de ampliar o acesso a ele e de reforçar a tendência ainda débil à democratização;

2.1.4 as pressões externas e internas derivadas da nova forma de acumulação do capital fazem com que a universidade pública passa a ser vista como mais um campo de ampliação do privado. E isso sem que a universidade pública seja capaz de explicitar alguma razão forte, de interesse público, que possa contrabalançar aquelas pressões. Cabe especular; e isso é o que pretendem os pontos seguintes, qual seria o resultado de um novo ciclo de privatização do ensino superior brasileiro;

2.1.5 o crescimento proporcionalmente muito maior das instituições privadas de ensino superior que ocorreu no País durante a ditadura militar levou a que se invertesse a composição relativa público-privado. A participação das instituições públicas na oferta de vagas de graduação passou de cerca de mais de 60% para 25%, processo semelhante ao do Chile, também durante a ditadura militar (no México, por exemplo, a relação é inversa: 73% das matrículas encontram-se na rede pública). De fato, o Brasil ocupa hoje o oitavo lugar no ranking da privatização do ensino no mundo. Países como os EUA, conhecido pelo caráter privado de suas melhores universidades, ocupa o vigésimo lugar. Esse tipo de comparação, embora não permita nenhuma análise conclusiva serve, em conjunto com outras informações derivadas da experiência internacional, para servir de argumento contra a política de privatização do ensino superior implementada pelo governo, as vezes justificada como uma forma de liberar recursos para a educação básica (a informação de que, no caso norte-americano o valor arrecadado com taxas de matrícula cobre apenas 15% do custo do aluno, é um exemplo);

2.1.6 esse processo de expansão, como é sabido, deu-se em detrimento dos padrões de ensino da universidade brasileira como um todo (dois indicadores disponíveis - o de participação dos professores da universidade pública vis-à-vis à privada, em dedicação exclusiva e com doutorado - respectivamente, 75% contra 11%, e 22% contra 5%, são suficientes para caracterizar esse fato);

2.1.7 esse processo de expansão levou a uma atípica porcentagem dos graduados em ciências sociais quando comparada com os em engenharia e ciências naturais - especialidades mais ligadas à produção (ela é de 54% no Brasil, enquanto que na França, no México e na Coreia do Sul fica em torno de 20%). Por não exigirem equipamentos e instalações especiais, elas costumam apresentar um custo por aluno bastante inferior, sendo especialmente adaptados a serem explorados pelas instituições privadas de ensino (o fato de que a porcentagem dos que se titulam nos doutorados brasileiros em ciências sociais, onde o custo por aluno é mais próximo ao das ciências duras", é de 27%, consubstancia esse argumento). Espalhar cursos de graduação dessa natureza ao longo do País parece ter sido a estratégia de distribuição espacial (ou regional) que guiou a política demagógica e irresponsável seguida pelo governo para promover a expansão do ensino público, e principalmente privado, no País;

2.1.8 esse processo de privatização com degradação nem sequer aumentou o acesso da população de menor renda, e por isto incapaz de aceder ao ensino privado médio que aumentaria sua chance de entrar na universidade pública, ao ensino superior. A política educacional da ditadura, consentânea à concentração de renda, não aumentou a porcentagem das pessoas de 18 a 25 anos que estão matriculados no ensino superior, que permanece no patamar dos 10%, consideravelmente menor do que a de outros países da América Latina com renda per capita equivalente ou até menor (no México, Argentina e Venezuela ela é, respectivamente, de 15, 19 e 30%; na França ela é 50%);

2.1.9 as características do processo de privatização ocorrido no passado foram determinadas pela impossibilidade das instituições privadas em oferecer salários e condições de trabalho competitivos e atrair os jovens mais dedicados e melhor formados, que se orientaram para a universidade pública;

2.1.10 o contrato social que, à semelhança do que ainda que precariamente ocorre nos países avançados, respeitava a especificidade do espaço da universidade como viabilizador de um projeto nacional de interesse

comum, fazendo com que o trabalho universitário se mantivesse a salvo do obscurantismo e do imediatismo, pertence a um passado que não pode ser recriado. Por isso, manter a visão conspiratória, reclamar do desmantelamento da estrutura de pesquisa, e lembrar com saudade as vacas gordas, ao contrário do que muitos ainda pensam, pouco adiantará. Não é pretendendo prolongar a agonia de um contrato com a sociedade, obsoleto e injusto, que a comunidade de pesquisa se irá legitimar e manter o que, difusa mas crescentemente, vem sendo apontado como privilégios;

2.1.11 a proposta de inserção subordinada do País na economia mundial demanda uma política para o ensino superior e para a C&T que apenas promova a capacidade interna de operar a tecnologia importada. Dada as características das tecnologias e dos segmentos mobilizados, muito pouco se requer de pessoal qualificado, de desenvolvimento tecnológico, e muito menos científico, local. O resultado inevitável é o crescente desmantelamento da universidade e a manutenção num nível apenas basal - de reprodução dos quadros ligados a um ensino cada vez mais voltado à mera operação de tecnologia importada - da infra-estrutura de pesquisa científica. No melhor dos casos, isto poderia ocorrer simultaneamente a uma "retirada tática" - defensiva e em geral corporativa - da comunidade universitária na direção das ciências básicas;

2.1.12 o surgimento de outros atores e instituições - ONGs, empresas produtoras de bens e serviços e outras instituições públicas e privadas -, ao diminuir a importância relativa da universidade enquanto locus da criação e difusão de conhecimento, colocam em xeque o caráter da relação universidade-sociedade. Passa a ser crescente o questionamento do "internalismo" da comunidade universitária, denotado pela expressão "torre de marfim",

2.1.13 o oportunismo do governo ao desqualificar as demandas da comunidade universitária tem sido bem sucedido. Elas são crescentemente interpretadas por setores da sociedade e da burocracia como demonstrações de um corporativismo egoísta e antidemocrático que penaliza programas sociais; em especial, o de educação básica;

2.1.14 enseja o oportunismo do governo o fato de que a universidade venha paulatinamente perdendo, até mesmo nos países periféricos como o nosso, seu papel na defesa dos interesses dos movimentos sociais contra o autoritarismo. A resultante desses processos não tem apontado, como poder-se-ia esperar, no sentido de contrabalançar a tendência anterior aproximando a universidade do conjunto da sociedade;

2.1.15 a política educacional do governo, que não tem atendido sequer à manutenção da participação da universidade pública, e o retrocesso havido nos últimos anos nas suas condições de operação, colocam em risco sua capacidade para atender as demandas que o processo de democratização com o qual estamos engajados sobre ele tenderá a colocar;

2.1.16 o impacto negativo induzido por outras políticas públicas como a científica e tecnológica, industrial, de comércio exterior e econômica em geral, aumenta a disfuncionalidade e fragilidade da universidade;

2.1.17 difunde-se uma idéia equivocada de que o compromisso da universidade com a democratização da sociedade passa mais pela alteração do peso relativo das categorias que a compõem na escolha de seus dirigentes do que na produção de conhecimento, realização de pesquisa e formação de pessoal qualitativa e quantitativamente capaz de promover aquela democratização;

2.1.18 a maneira superficial e quase leviana como a comunidade universitária freqüentemente justifica seu pleito por recursos para a formação pessoal ou para a pesquisa através da necessidade de consecução de uma meta econômica ou social quando na verdade ela prescinde de ações daquela natureza e requeria apenas a mobilização mais racional do potencial disponível, a difusão de tecnologia já existente, a absorção de tecnologia externa, ou simplesmente uma ação política.

2.2 características que decorrem da dinâmica atual de exploração da fronteira do conhecimento e de seu impacto na conformação do ethos da comunidade universitária

2.2.1 a racionalidade subjacente à defesa que faz a comunidade universitária de seus interesses, derivada da dinâmica mundial de exploração da fronteira científica e tecnológica e exacerbada pelo efeito demonstração que crescentemente exerce sobre a comunidade universitária local, não deixa que esta perceba que a democratização torna cada vez mais necessário gestar uma nova dinâmica coerente com os interesses da maioria da população;

2.2.2 diferentemente do que ocorre nos países avançados, é baixa no Brasil a densidade da teia de relações sociais. Isto faz com que seja muito fraco o sinal de relevância que emite para a comunidade universitária, não permitindo a emergência de um conceito próprio de qualidade que potencialize uma nova dinâmica;

2.2.3 a ênfase dada aos indicadores cientiométricos a como o science citation index para a comparação da "produtividade acadêmica" com padrões internacionais, que revelam a baixa "qualidade" da ciência brasileira.

Além do fato conhecido de que este tipo de avaliação contém um reducionismo qualitativo, ele não leva em conta uma questão quantitativa. Cada pesquisador dos países avançados tem acesso a um recurso em média mais de 5 vezes superior ao do que dispõe um brasileiro. Tendo em vista que a produção de papers está cada vez mais correlacionada à quantidade de recursos (gastos em equipamentos, biblioteca, etc) colocados à disposição do pesquisador, parece mais justo, em se tratando de avaliar a qualidade do pesquisador, que cada citação de trabalho brasileiro fosse computada com peso 5;

2.2.4 é a crescente aceitação no âmbito do governo as propostas de alguns líderes da comunidade de pesquisa que entendem a concentração dos recursos para a pesquisa e a pós-graduação como um resultado inevitável da "pujança econômica do eixo São Paulo - Rio". Esses colegas condenam o desperdício que representa o montante pago a título de adicional de pesquisa aos professores "improdutivos" em dedicação exclusiva, que estimam em 1,2 bilhão de reais por ano e atacam "a ideologia de indissociabilidade entre ensino e pesquisa" minimizando a importância do "efeito Mateus" e propondo a institucionalização do apartheid dos "escolões" de terceiro grau;

2.2.5 as propostas de outros líderes, de "domesticação" dos grupos de pesquisa periféricos treinando seus integrantes nas universidades do sudeste, de maior prestígio internacional e mais conectadas ao main stream. Ao potencializar um critério de qualidade pretensamente universal e neutro, mas sabidamente elitista e retrógrado, esses líderes da comunidade tendem a perpetuar uma pesquisa imitativa e a que sacrificar inutilmente a criatividade de seus colegas das "universidades periféricas". Ao inibir ainda mais a detecção dos sinais de relevância que nossa sociedade - culturalmente mimética, politicamente tutelada, economicamente dependente e socialmente injusta - timidamente emite, contribuem para aumentar a concentração regional da pesquisa brasileira (73% dos professores doutores estão no sudeste e a porcentagem dos alunos de doutorado - cerca de 90% - que lá se encontram mostra como a situação tende a se retroalimentar);

2.2.6 a utilização alternada de um critério de relevância social, que dê conta da crescente ansiedade da opinião pública por ver materializados os resultados da pesquisa e favoreça os centros emergentes e periféricos, e de um critério de qualidade exógeno, mais "sério" e academicamente correto, nas instituições do sudeste, proposta por alguns dá uma boa imagem da precariedade com que esta questão tem sido tratada;

2.2.7 a ausência de um projeto do governo para a universidade pública que tende a fazer com que se adotem procedimentos para avaliação de sua "qualidade" inócuos - dado que não prevêm que a instituição seja avaliada em si mesma, em função da sua missão auto-determinada, de suas metas, dos indicadores que ela mesmo se coloca ou até contraproducentes - na medida em que se convertem em expediente de exclusão de alguns e punição de outros

3- o cenário desejado para o Brasil e suas implicações para a universidade:

3.1 o processo de democratização política cujos germes já se pode identificar na sociedade brasileira aumentará a capacidade dos setores marginalizados de veicular seus interesses levando à expressão de uma demanda por direitos de cidadania. À medida em que avançar e se consolidar, ela dará lugar a um processo de democratização econômica que irá fortalecê-la ainda mais. Esse, aumentará ainda mais a capacidade dos setores marginalizados de veicular seus interesses e propiciará a satisfação de necessidades sociais não atendidas por bens e serviços - terra, alimentação, transporte, moradia, saúde, educação, comunicação, etc - de enormes proporções;

3.2 as demandas tecnológicas que emergirão da democratização econômica que interessa à maioria da população, seja no campo das necessidades sociais, seja no da agregação de valor aos recursos naturais de que dispomos para servir a nossa população e alavancar nosso comércio exterior, serão consideravelmente distintas daquelas que movimentam a dinâmica científica e tecnológica mundial, orientada a atender outras sociedades;

3.3 a originalidade daquelas demandas irá pressionar por tecnologias hoje inexistentes. Tecnologias capazes de solucionar com eficiência os problemas específicos que enfrentaremos não estarão disponíveis. Isto, aliado à premência política associada à satisfação daquelas necessidades - dada sua importância para a sustentação do processo de transformação social que queremos -, aumentará significativamente a importância das políticas educacional e de C&T e das atividades que enseja;

3.4 os segmentos voltados à satisfação de necessidades sociais como habitação, educação, alimentação, energia, saneamento, transporte, são os que possuem maior potencial de geração de emprego. Sua elasticidade emprego produto aumentaria ainda mais caso seja possível "engenheirar" tecnologias distintas das convencionais, que maximizem a relação produto/capital e minimizem a relação capital/trabalho;

3.5 nesses segmentos é maior a proteção natural contra o impacto negativo do processo de globalização e introdução de novas tecnologias sobre o emprego. Eles oferecem, por outro lado, menor resistência do ponto de

vista político; é neles onde o estado pode cumprir um papel mais incisivo para levar a cabo uma estratégia de redução das desigualdades. Sua ação como viabilizador do desenvolvimento de tecnologias nas áreas em que é diretamente responsável pela satisfação das necessidades da população pode ser explorada visando ao aumento da produtividade justamente aí, onde pode ser maior o impacto positivo imediato, e onde é mais importante garantir o apoio ao processo de democratização;

3.6 integrar os 50% da população brasileira hoje marginalizada ao mercado de consumo implicaria, metaforicamente falando, em construir um outro Brasil do tamanho do que já existe. Mas a fronteira de acumulação econômica para inovações tecnológicas que atendam este desafio com maior eficácia do que as atualmente disponíveis é ainda mais significativa se lembrarmos a quantidade de países com situação social semelhante à nossa mas sem capacidade equivalente de formação de recursos humanos e de P&D;

3.7 o segmento produtor de bens intermediários e matérias primas, para aumentar sua contribuição para a obtenção de divisas necessárias ao financiamento de um novo projeto de desenvolvimento, deverá ser alvo de uma estratégia tecno-produtiva específica. À semelhança do que ocorre no segmento de consumo de massa, a produção e emprego eficiente de nossas matérias primas naturais, carecem de tecnologias capazes de potencializar nossas vantagens comparativas. Essas tecnologias, devido a sua especificidade, terão que ser "engenheiradas" internamente através da mobilização da capacidade nacional de pesquisa. Seu desenvolvimento pode cumprir um papel muito importante para a proteção e estímulo à atividade do capital nacional;

3.8 a substituição de matéria prima importada para a fabricação de produtos de massa é outro filão tecnológico que, caso explorado de forma adequada terá óbvias implicações positivas sobre a balança comercial. De fato, apoiado num acompanhamento das tendências mundiais, será possível não apenas substituir importações mas entrar no mercado externo "na frente da demanda" com insumos baseados em matéria-prima local e competitivos que satisfaçam as necessidades dos segmentos dinâmicos das economias dos países centrais. Este comportamento antecipatório é fundamental para aproveitar - uma vez que seria ingênuo e nocivo querer a ela nos antepor - a atual tendência de substituição, economia e diversificação dos materiais e as perspectivas da biotecnologia, presentes na nova divisão internacional do trabalho. Seu potencial negativo, de perda de vantagens comparativas e realocação industrial, é suficientemente conhecido para merecer uma estratégia específica;

3.9 de forma semelhante ao que ocorreu nos campos de produção de álcool, extração de petróleo em águas profundas, produção de nióbio e de titânio, etc, onde se demonstrou a viabilidade desse tipo de estratégia alternativa, a exploração de recursos marinhos ou dos recursos da biomassa e genéticos, entre outras parecem especialmente promissoras;

3.10 a capacidade do governo em sinalizar ao setor privado oportunidades de investimento nos dois campos acima apontados, que atraiam o capital aplicado em segmentos inviabilizados pela abertura econômica e que satisfaçam os interesses do conjunto da sociedade depende de uma estratégia como essa. A incorporação do empresariado nacional a um novo ciclo de crescimento econômico, baseado na ocupação do mercado interno e na exploração de nossas vantagens comparativas para a exportação, irá gerar uma considerável expansão do emprego e uma demanda realimentada por recursos humanos qualificados e resultados de pesquisa localmente produzidos;

3.11 tem sido em janelas de oportunidade tecnológica abertas em setores de instalação ainda incipientes no País - como informática, telecomunicações, aeronáutica - onde se tem mostrado possível deter a penetração e evitar o predomínio das empresas transnacionais, e desenvolver tecnologia própria. Uma estratégia com esse objetivo, caso executada com antecipação, através de um esforço concentrado e viabilizado pelo Estado, poderia servir como um "anteparo tecnológico" para atuação das empresas nacionais nos segmentos privilegiados pela democratização.

4- a imagem (futura) desejada da universidade:

4.1 a democratização política, fruto de um processo de mobilização que se inicia timidamente há mais de dez anos mas que tende a se expandir exponencialmente, alavancará, tomara que em breve e sem maiores custos sociais, um cenário equitativo de democratização econômica. Preparar a universidade para esse cenário supõe uma profunda reavaliação das prioridades, explícitas ou não, que têm orientado sua atividade de docência e pesquisa. Os segmentos produtivos privilegiados pela democratização não se inserem na dinâmica econômica e tecnológica mundial e por isto não têm sido fertilizados com conhecimento atual "Engenheirar" o conhecimento novo para satisfazer as demandas que esse cenário irá colocar é um urgente desafio que muito interessa à universidade pública;

4.2 é forçoso reconhecer que dadas as características do cenário da C&T brasileira será ainda por algum tempo a universidade pública, o protagonista central. O outro ator - a empresa - é aqui um coadjuvante menor que só

pouco a pouco irá abandonar a lógica da importação de tecnologia. É necessário perceber, para evitar frustrações e melhor identificar eixos de atuação, que isso só irá ocorrer à medida em que o processo de democratização forçar, via demanda por tecnologias ainda não desenvolvidas uma nova dinâmica de exploração da fronteira científica e tecnológica; e até então o papel da universidade pública será fundamental;

4.3 o espaço para utilização do conhecimento e do pessoal produzido pela universidade, hoje restringido pelo nosso padrão de desenvolvimento sócio-econômico imitativo e dependente, irá se ampliando à medida em que a democratização política for avançando e que a concentração de renda que hoje marca a sociedade brasileira for sendo alterada;

4.4 as oportunidades abertas pela combinação do novo conhecimento científico e tecnológico já desenvolvido em outros países, incorporado ou não a novas tecnologias, com a capacidade local, permitirá atacar campos de pesquisa e áreas de aplicação cuja prioridade irá sendo definida através do planejamento conjunto da universidade, dos institutos de pesquisa e do setor produtivo;

4.5 a insatisfação da comunidade universitária com o fruto de seu trabalho e com as condições em que é realizado, e a crescente consciência de que sua atividade de docência e pesquisa podem alavancar uma mudança social que venha ao encontro de seus interesses de crescimento profissional, legitimidade frente à sociedade, prestígio acadêmico e remuneração adequada, têm levado a sua radicalização política. Esta, tende a abrir caminho a um processo de "ressignificação" da comunidade universitária capaz de desencadear a mudança política da área educacional e de C&T num sentido compatível com a democratização;

4.6 a comunidade de pesquisa brasileira, quase que exclusivamente trabalhando em instituições públicas, ainda visualiza o conhecimento que produz como um bem público e não aceita que seja tratado com uma simples mercadoria. Uma proposta da ANDES e da ANDIFES, de aproveitar o resultado da sua atividade, que a comunidade entende como sua missão oferecer à sociedade, e de aprofundar o seu caráter público, tenderá a ser por ela amplamente respaldada. Em especial na situação atual, em que a alternativa proposta pelo neoliberalismo entende que é através da comercialização desses resultados que as instituições que ela se empenhou em construir devem superar as restrições orçamentárias colocadas pelo governo. Essa oportunidade é conjuntural. Dado que pode vir a ser eliminada pela internalização da racionalidade neoliberal no meio acadêmico deve ser decididamente explorada pelas nossas entidades;

4.7 é central o papel da comunidade universitária, e pequena participação de outros atores, no processo decisório das políticas educacional e de C&T. Em situações de escassez crônica de recursos que inviabilize as condições de trabalho e ameace o nível basal de reprodução da comunidade universitária, ela pode "apropriar-se" dessas políticas públicas e convertê-las numa mera reivindicação corporativa pela recomposição daquelas condições. Além de apontar para o passado, amplificando as distorções conhecidas, algumas de responsabilidade da própria comunidade universitária, essa "apropriação" dificultaria a adoção de novas práticas que possam adequar aquelas políticas a uma distinta correlação de forças políticas;

4.8 o papel hegemônico que possui a comunidade universitária no processo decisório das políticas educacional e de C&T a torna o ator em melhores condições (se não o único) para iniciar um necessário processo de sua reorientação dessas políticas que permita antecipar aquelas demandas;

4.9 a pouca probabilidade de que novos atores possam a curto prazo participar do processo decisório dessas políticas deixa como única alternativa para promover sua reorientação num sentido compatível com a democratização, a "ressignificação" da comunidade universitária;

4.10 não obstante, no nível estratégico, a defesa dos interesses da universidade pública supõe alianças com atores sociais "portadores de futuro". Atores que possuam capacidade de pressão crescente e que apontem para a construção de uma sociedade democrática e viável - econômica, social e ambientalmente. Pragmaticamente falando, isto demanda o desenvolvimento de uma capacidade de convencê-los do potencial da universidade para a consecução de uma situação que seja para eles desejável;

4.11 a "ressignificação" da comunidade universitária e o avanço do processo de democratização irá dando lugar a uma abordagem não apenas coletiva mas multidisciplinar e eminentemente política - na acepção mais elevada do termo - à formulação das políticas educacional e de C&T e ao aumento da viabilidade e governabilidade das ações empreendidas;

4.12 a adoção de uma posição pró-ativa, que se contraponha ao comportamento reflexo que tende a afastá-la da ética e a encurralá-la num corporativismo suicida, demanda da universidade a negação da racionalidade dominante. Exige que se desarme a armadilha colocada pela falaciosa disjuntiva estado-empresa, mediante o estabelecimento de alianças com movimentos sociais interessados na democratização. Reagir produzindo

conhecimento engajado com a transformação social de maneira a torná-la política e materialmente viável parece ser o caminho que a universidade deve trilhar para a construção de uma nova sociedade equilibrada e sustentável;

4.13 a alteração dos mecanismos discriminatórios de alocação de recursos que desestimulam grupos capazes de pesquisar temas estranhos ao main stream, mas local e nacionalmente relevantes, mediante uma nova dinâmica de exploração da fronteira de conhecimento, permitirá a construção de trajetórias virtuosas de crescente qualidade a partir da delimitação de espaços de relevância particulares que os projetem no cenário científico internacional;

4.14 o desafio que coloca a geração de inovações de alta eficácia especialmente concebidas, irá estimular a rápida transformação da universidade e levará à construção de nosso próprio - brasileiro - critério de qualidade;

4.15 as mudanças de método de trabalho (pesquisa multidisciplinar, definição de objetos de pesquisa por áreas de problema e em função do contexto sócio-econômico local, e não em função dos limites disciplinares, etc) e os critérios que serão adotados para estimulá-las irão viabilizar, mediante um novo padrão de alocação de recursos, a pretendida inflexão no sentido de um maior comprometimento social das políticas educacional e de C&T;

4.16 formas de avaliação que premiem a capacidade das instituições de tornarem-se social e economicamente relevantes para o seu contexto local, reforçarão o princípio, fundado numa combinação entre diversidade e unicidade, que justifica em inúmeras sociedades a existência de uma universidade pública de caráter nacional. Materializarão ademais a responsabilidade das universidades públicas das regiões mais atrasadas do País a encontrar seu caminho próprio de exploração da fronteira do conhecimento para servir à sociedade que as mantém, e o direito e a potencialidade que têm de construir as trajetórias de qualidade e respeitabilidade acadêmica;

5 - Considerações finais

A resposta da universidade à demanda da sociedade

À medida em que a universidade desperte para a preocupação de viabilizar a satisfação das necessidades sociais emergentes, mediante a antecipada mobilização de seu potencial e criando uma dinâmica de pesquisa interdisciplinar, inovativa, endógena, e auto-sustentada, ela será cada vez mais legitimada pela sociedade.

A sensibilização da comunidade universitária, do empresariado nacional e de técnicos do governo situados em porções do aparelho de estado mais próximas ao atendimento das necessidades sociais, a respeito da viabilidade da democratização e da conveniência em apoiá-lo, tenderá a multiplicar as ações tendentes ao reforçamento de nossa capacidade científica e tecnológica.

Uma infra-estrutura física instalada razoavelmente completa e diversificada e o considerável contingente de docentes e pesquisadores altamente qualificados da universidade pública é a plataforma de lançamento de onde partiria a proposta de "ressignificação" da comunidade universitária. Esta condição tornaria suficiente o conjunto, até agora integrado apenas pela condição necessária, que é a existência de recursos humanos e materiais acumulados, que servirá de alicerce para o desenvolvimento científico e tecnológico que demanda o Brasil do futuro.

A democratização política em curso, e com mais razão a econômica que, se espera, se seguirá, irá exercer uma legítima demanda por mais vagas no ensino superior. Para chegar a uma porcentagem de jovens matriculados na universidade como a da Argentina, no prazo de dez anos, seria necessário aumentar de menos de 2 para cerca de 4 milhões o número de alunos matriculados, ou para mais de 5, para nos igualarmos ao Chile.

Mais além dos aspectos quantitativos, o desafio do processo de democratização coloca uma questão de procedimento. Como, por quem e onde se dará a expansão do ensino superior que ele demanda? Parece evidente que ela não poderá seguir os passos de dois países latino-americanos que, quando submetidos a um processo de repressão política e concentração de renda imposto por ditaduras militares - o Brasil e o Chile - aumentaram a participação privada no ensino superior até chegar a cifras atipicamente elevadas. Até que ponto esta evolução se deveu à implementação de uma política educacional ou à "mão invisível do mercado" é difícil dizer. O que deve ser salientado é que a democratização que se espera, muito provavelmente, tenderá a gestar um processo inverso ao que ocorreu no passado.

A universidade pública deve se preparar para esse processo. Ela parece ter plenas condições de levar adiante esse projeto e evitar a desastrosa e antipopular política para o ensino superior brasileiro que adotou a ditadura. Evitar um novo ciclo de expansão do ensino privado, que numa conjuntura que se afigura como a ante-sala de um processo de democratização econômica seria um contra-senso, é perfeitamente possível. Uma condição necessária para tanto é a adoção de um processo de avaliação como o que aqui estamos

propondo. Ela não é, entretanto, suficiente: oferecer salários e condições de trabalho competitivos para atrair os jovens mais dedicados e melhor formados, e assim retribuir à sociedade o seu esforço é um dever democrático de todos nós.

A avaliação como primeiro passo para o atendimento das demandas da sociedade democrática que queremos

A reflexão que este documento inicia tem como primeiro objetivo mostrar que nosso projeto de uma universidade voltada para a construção da democracia tem como pressuposto uma crítica ao critério de qualidade acadêmica atualmente adotado. E que essa crítica se baseia na constatação de que ele é uma construção social historicamente determinada. Que o critério que se impôs como hegemônico em nível mundial é o dos países que se encontram na fronteira científica e tecnológica, que produzem conhecimento original. Que neles, uma teia de relações sociais - formada por empresas, ministérios como o da defesa, saúde e agricultura, etc - típica daqueles países, tem sido responsável por um lento e sutil, mas poderoso, mecanismo de indução do conteúdo da pesquisa. Que na verdade, são as demandas daquelas sociedades, sinalizando áreas de relevância - econômica, social, militar - para a realização de pesquisa, e não uma mítica busca do avanço do conhecimento universal, o que há muito tempo preside a dinâmica tecnológica e científica.

Essa constatação de que a idéia de qualidade só pode existir, e só tem sentido, enquanto critério, social e historicamente datado, quando precedida pelo requisito da relevância é um primeiro resultado importante de nossa reflexão. O segundo, é que o adensamento dessa teia de relações sociais o que pode desencadear, em países periféricos como o nosso, a emergência de um conceito próprio de qualidade. O terceiro, é que a construção da qualidade é um processo que deve manter uma determinação local.

A aplicação do critério de qualidade acadêmica gerado no contexto dos países avançados à universidade brasileira não garante a solução de seus problemas. Adotar tal critério implica em renunciar à possibilidade de gerar critérios próprios mais adequados à situação local. Apesar de parecer prático, dado que aporta soluções simples e imediatas, o ele nos faz incorrer no risco de gerar inconvenientes ainda maiores do que os que tem até agora sofrido a universidade.

Primeiro, porque tende a formar recursos humanos e a gerar resultados de pesquisa inadequados à realidade local. Ao adotar um critério de qualidade exógeno se está, na realidade, emulando a dinâmica de exploração da fronteira científica e tecnológica própria países avançados que, ainda que pudesse ser internalizada pela universidade brasileira através da sua aplicação exitosa, não contribuiria para aproximá-la da sociedade local nem promover seu bem-estar.

Segundo, porque esse critério e a ferramenta que o operacionaliza - a revisão por pares - pode implicar na simples reprodução dos problemas existentes. Ao contrário do que sugerem alguns líderes da comunidade universitária, que consideram o corporativismo, segundo eles uma das causas principais dos problemas da universidade pública brasileira, como passível de ser eliminado mediante o critério e a ferramenta que propõem. Como se sabe, mesmo em países avançados, como os EUA, onde a revisão por pares tem sido aplicada sistematicamente há mais de cinco décadas, ela não foi capaz de superar o corporativismo. O fato da comunidade de pesquisa brasileira ser mais de vinte vezes menor do que a norte-americana, muito menos diversificada, e espacialmente concentrada, revela que a adoção do critério e da ferramenta que o operacionaliza é, no mínimo, insuficiente para combater o corporativismo.

Há que ressaltar, adicionalmente, que ao pautar-se por um critério de qualidade exógeno, a comunidade universitária brasileira corre o risco de isolar-se ainda mais da sociedade. O ambiente em que se reproduz essa comunidade, potencializado pela globalização e seu conceito de modernidade ancorado na superioridade científico-tecnológica, reforça sua auto-percepção como vanguarda intelectual. Num quadro de escassez de recursos, tal situação tende a levar a um crescente corporativismo, visualizado este como um expediente para defender-se das ameaças colocadas pelo meio hostil.

O problema já mencionado, da inadequação do critério de qualidade à realidade local, tende a acentuar-se pelo uso da revisão por pares. O "par" disciplinar, envolvido com o ambiente da pesquisa científica internacional, costuma utilizar como padrão de excelência aquele existente nos centros localizados nos países avançados. Adicionalmente, por estar, em geral, distante do setor produtivo, não necessariamente é capaz de avaliar a aplicabilidade dos resultados da pesquisa.

Para converter a revisão por pares um mecanismo adequado à realidade local seria necessário, em primeiro lugar gerar um critério próprio de qualidade acadêmica e, posteriormente, torná-lo consensual no âmbito da comunidade universitária.

Finalmente, cabe reafirmar que a crítica aqui realizada sobre a aplicação de um critério de qualidade exógeno aferido mediante a ferramenta revisão por pares não implica numa discordância com a idéia de que a avaliação é uma condição necessária de efetivação da mudança. Mas sim numa firme percepção de que esse tipo de avaliação não é condição suficiente para enfrentar a diversidade, complexidade e gravidade dos problemas da universidade pública brasileira.

Este documento pretende ser uma contribuição para o diálogo com outros atores interessados na avaliação como um instrumento para o aprimoramento e a defesa da universidade pública brasileira. A ANDES seguirá submetendo suas posições à crítica desses atores, de acordo com os princípios democráticos que pautam sua atuação e visando a aumentar a participação da sociedade nas decisões que envolvem o futuro da universidade brasileira.

É compromisso da ANDES fazer com que este diálogo reflita o amadurecimento que viveu a universidade pública no decorrer da greve e o apoio que recebeu da sociedade, ao perceber como sua a nossa luta. A ANDES assume a responsabilidade que decorre da consciência adquirida, de que a crise da universidade só poderá ser superada na medida em que uma profunda transformação a coloque à altura dos desafios da democratização política e econômica que todos desejamos.

A Diretoria da ANDES-SN deliberou por reapresentar o texto do Prof. Dr. Gil Vicente Reis de Figueiredo, publicado no Informandes nº 84, como contribuição ao IV CONAD Extraordinário.

Texto 5

GED: Mecanismo de transição para a quebra de um paradigma

*Prof. Dr. Gil Vicente Reis de Figueiredo **

Há pouco mais de dez anos, em 1987, os professores das universidades federais, depois de uma longa greve, conseguiram um feito inédito: fizeram valer, em todo o sistema público federal de ensino superior, o princípio da isonomia salarial, antes inexistente, rumo à construção de um padrão unitário de qualidade para as IFES. No ano seguinte, sindicatos, organizações da sociedade civil, movimentos populares e partidos políticos comprometidos com a luta pela justiça social iriam garantir a inscrição, na Constituição de 1988, de direitos básicos, como o acesso gratuito e universal à saúde e à educação, em todos os níveis, visto como dever do Estado.

Essas vitórias têm sido, em especial nos últimos anos, duramente contestadas e atacadas, em contra-ofensivas tendentes a favorecer a implantação de modelo político-econômico social cuja ótica é a de 'integrar' o Brasil no processo de globalização a partir de uma perspectiva subalterna, bem ao gosto dos que vêm nosso país como um nicho de mercado do capitalismo central. Redefine-se o papel do Estado, via reformas como a Administrativa, que acarreta a quebra do regime jurídico único, da isonomia e da estabilidade do funcionalismo; vendem-se empresas estatais de importância estratégica.

Nesse contexto, o papel que se reserva às universidades públicas não é o de formar recursos humanos com capacidade crítica - técnica e politicamente. E nem o de gerar, sistematizar e divulgar conhecimentos de forma a propiciar um desenvolvimento compromissado com a conquista da cidadania social plena para todos os brasileiros e a inserção soberana do país no cenário mundial. Muito pelo contrário, faz-se coro com o Banco Mundial, que defende o fomento a estabelecimentos privados e maior diferenciação no ensino superior público, incentivando-o à massificação da produção de diplomas.

O atual governo tem demonstrado um forte grau de afinamento com essas idéias. Na área da educação, duas iniciativas centrais marcaram sua atuação, anteriormente às investidas PID/GED. A primeira redundou na aprovação da LDB em vigor, que atribui às universidades públicas 'estatuto jurídico especial', facultando-lhes estabelecer o seu próprio regulamento de pessoal e específicos planos de carreira, cargos e salários. A segunda, ainda em tramitação, é o Projeto de Emenda Constitucional 370/A, que, em consonância com a LDB, abre espaço para uma interpretação do conceito de autonomia universitária fragmentadora das IFES, que aponta para o rompimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com 'Instituições de ensino', de um lado e, de outro, 'Centros de Excelência', cuja vocação seria a da pesquisa.

Essas medidas implicam o estabelecimento, nas IFES, de um patamar mínimo (e baixo) de qualidade e de vencimentos, acima do qual ocorreria uma ‘saúdável’ diversificação. Para que isto possa se efetivar, é preciso que se implantem mecanismos, tanto institucionais como de avaliação do trabalho dos professores, objetivando mensurar o quanto universidades, no plano global, e docentes, no individual, estariam acima daquele limite inferior.

Foi precisamente nessa direção que o ex-Ministro José Goldemberg apresentou, em 1991, seu ‘Modelo para o financiamento das IFES’, que se constituía numa matriz de distribuição de recursos entre as universidades federais. Uma análise do ‘Modelo’ mostra que a participação de cada IFES no orçamento federal dependeria, grosso modo, do número de alunos formados (sem a necessária ponderação da qualidade da formação recebida, no caso da graduação) e de indicadores técnicos ligados à qualificação do corpo docente, entre outros fatores. Não há dúvida de que a proposta do ex-ministro é representativa, em essência, da política do atual governo. Portanto, para proceder à partilha de recursos entre as IFES, há tempos se está gestando instrumento hábil.

Para viabilizar, entretanto, a distribuição orçamentária interna, faltava um elemento: uma avaliação individual, que permitisse aos dirigentes dispor de forma de aferição da diferenciação entre os docentes consonante com o projeto do governo, traduzindo-a salarialmente. Uma avaliação que garantisse, no período de transição que antecederia a instalação da ‘autonomia universitária’, a elaboração e consolidação de métodos de atribuição de notas individuais por produção, desconstruindo ideologicamente, no imaginário coletivo, a noção de isonomia. Notas essas que, para produzir a referida massificação do ensino, deveriam ser essencialmente dependentes de variáveis quantitativas, tais como as relativas ao número de horas-aula lecionadas.

A GED, refinamento do PID, sua forma inicial, representa pois a pedra fundamental que faltava para a consecução desse projeto estratégico; a isso se deveu a irredutibilidade do governo em relação a esse ponto, durante a recente greve.

As conseqüências concretas dessas medidas, se e quando implementadas, são previsíveis.

Em um primeiro momento – que já está em curso – haverá uma enorme pressão para que se aumente o número de horas-aula a serem oferecidas, dividindo-se turmas, ampliando-se vagas em cursos, etc., posto que a GED penaliza pesadamente os docentes ‘não produtivos em ensino’. Ou seja, impõe-se condições objetivas para que tal processo ocorra sem a necessária contrapartida: construção de salas de aulas, de laboratórios e contratação de recursos humanos.

Depois, virá a ‘autonomia financeira’. Cada universidade receberá verbas da União de acordo com o total de alunos formados. Em decorrência, à grande quantidade de turmas criada deverá sobrepor-se a ampliação do número de estudantes por turma, visando a elevação dos recursos federais captados pela instituição, tanto mais necessários quanto menor a capacidade desta de obtê-los por outras vias. De forma que os valores dos salários, agora diferenciados na rede, serão maximizados pela produção em série de estudantes graduados e/ou pela venda de serviços à iniciativa privada, em escala incompatível com a desejável boa formação profissional discente e com a liberdade de pensamento e de ação que deve permear a produção independente de conhecimentos.

Os desafios que teremos que enfrentar no curto prazo são, portanto, imensos. Primeiro, devemos tentar reduzir propositivamente o impacto negativo da GED, sem contudo cair na armadilha de legitimá-la, insistindo em participar de fóruns de discussão que venham a se revelar palco de um jogo de cartas marcadas. Em segundo lugar, é vital obstaculizar o avanço do projeto de autonomia do governo, em andamento. E, por último, é igualmente fundamental retomar o debate sobre a qualidade do trabalho acadêmico, resgatando nosso projeto para a universidade e o princípio da valorização do controle social dos serviços públicos.

** Gil Vicente Reis de Figueiredo é
PhD em Matemática pela University of Warwick, Inglaterra e
prof. adjunto na Universidade Federal de São Carlos*

A Diretoria da ANDES-SN deliberou por reapresentar o texto do Prof. Dr. José Dias Sobrinho, publicado no Informandes nº 84, como contribuição ao IV CONAD Extraordinário.

Texto 6

A educação superior e a construção do futuro

*Prof. Dr. José Dias Sobrinho **

A avaliação institucional é hoje um dos temas de maior interesse e foco de conflitos no âmbito da educação superior. Por isso, faz parte de uma agenda internacional e ocupa um espaço de ampla importância no campo das políticas oficiais das instituições educacionais, dos governos e de organismos internacionais de financiamento. Toda avaliação se produz num espaço social de valores. As grandes disputas que envolvem a avaliação não são aquelas sobre aspectos técnicos; o que fundamentalmente está em questão são concepções sobre a educação superior e sobre a sociedade e a construção do futuro. A questão da titularidade da avaliação se instaura, portanto, como um nó central dos confrontos. De um lado, avaliações impostas de cima e de fora, sem que a universidade possa em nenhum momento participar como sujeito. Por outro lado, os esforços nem sempre bem organizados da comunidade acadêmica e científica reivindicando o direito, o dever e a competência de protagonizar os processos de avaliação.

De cima para baixo e de fora para dentro, uma determinada avaliação institucional veio tornando-se instrumento das políticas econômicas e sociais da maioria dos estados desde o final dos anos 70 (sobretudo Chile e Reino Unido), ganhando força nos países latino americanos na década de 90. É a avaliação que responde à compulsão de eficiência e produtividade a que a educação superior é levada pelos estados controladores e avaliadores, num cenário de crescentes restrições orçamentárias. A retórica da excelência e da qualidade edulcoram a idéia de produtividade segundo a lógica do mercado: aumentar a quantidade de rendimentos, com menores custos. Sobretudo nos países mais avançados, a fórmula é: a combinação de maior autonomia e maior responsabilização (accountability) gera maior produtividade e eficiência. As cobranças e a responsabilização impostas ao mundo econômico se transferem à instituição educativa, a seus conteúdos e a seus agentes. Nesse caso, a qualidade se mede e se quantifica; conhecimentos e habilidades úteis são aqueles que têm valor prático e funcional. Competência profissional significa ajuste ao perfil desenhado pelo mercado. Os modelos mais adequados para “avaliar” (no caso, medir, comparar e estabelecer “rankings”) são, então, aqueles que se baseiam rigidamente nos instrumentos técnicos, supostamente “descontaminados” da subjetividade. As fontes de valores, os destinatários e os proprietários dessa avaliação, em geral, são órgãos e agências governamentais. Os objetivos mais comuns são o de promover o ajuste do sistema, definindo as estruturas jurídicas, hierarquizar instituições, cursos ou grupos, e instrumentalizar financiamentos e processos de credenciamento, com base em critérios de eficiência, utilidade e competitividade, tendo em vista metas e padrões pré-estabelecidos.

“Assessment”, termo que não encontra boa tradução em português, representa bem essa prática, de inspiração anglossaxônica e que faz fortuna em várias partes do mundo, de medir rendimentos de indivíduos e grupos e outras dimensões institucionais, em comparação com objetivos e padrões predeterminados. Atualiza conceitos e práticas da velha psicometria (medida de rendimentos), da cienciométrica (quantificação da produção científica), combinando-os com a mais recente econometria (medida da eficiência, do ponto de vista econômico). Em virtude do poder fiscalizador, da rapidez de atuação e da credibilidade produzida pela idéia de objetividade, o “assessment” e suas variações são os instrumentos mais utilizados por aqueles governos que fazem questão de controlar os resultados, sem se importarem muito com os processos e condições de produção. Os objetivos, uma vez estabelecidos, seriam válidos e inquestionáveis por princípio. Importante seria, então, verificar se estão sendo cumpridos. E, nessa lógica, quase não cabe considerar tudo o que é complexo e não matematizável.

Entretanto, a comunidade universitária, não sem contradições internas e dificuldades, luta para fazer prevalecer uma outra concepção de universidade, distinta da lógica economicista e tecnicista, e uma outra avaliação, levando em conta que a Universidade é uma organização complexa, a comunidade acadêmica e científica é cambiante, heterogênea, sua cultura é de intercâmbio, de comunicação e de busca de entendimentos. Para essa comunidade, os significados são históricos e construídos intersubjetivamente, os valores são produzidos nos distintos e diferenciados grupos, as culturas são plurais, as situações educativas são sistemas abertos de intercâmbio e processos de comunicação. Por isso, têm grande importância os processos de longo prazo, os significados nem sempre manifestos e quantificáveis, as transformações e situações nem sempre previstas. A universidade não é uma realidade fixa e pronta, é obra em construção e de responsabilidade coletiva, permanente e intersubjetiva, por sujeitos em intercâmbio.

De acordo com essas idéias, é possível esboçar tentativamente algumas das principais características e condições de uma avaliação institucional protagonizada e sustentada por importantes setores da comunidade universitária.

1. Global. O campo de avaliação é a instituição considerada globalmente. A perspectiva de conjunto inclui as múltiplas visões das partes e dos instantes, porém integra suas relações em significações de conjunto. Mediante a combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos, a avaliação articula as diversas unidades e estruturas às dimensões de totalidade. Não se trata só de averiguar se as articulações se produzem, mas sobretudo de ajudar a construir os sentidos de integração. Os diversos elementos explicativos concorrem para a compreensão global. Integrar implica também interpretar as causas, conseqüências, contextos e processos daqueles fenômenos que se quer compreender e transformar. A qualidade do social e educativo está principalmente no conjunto.

2. Participativa e negociada. A avaliação institucional é um processo que se vai construindo através da participação ativa de todos os sujeitos que nele se envolvem. Sendo a comunidade um sistema aberto, a negociação deve ser permanente, como esforço de construção de consensos relativos e dinâmicos. A participação ampla e organizada dos agentes internos e externos, cada categoria cumprindo os papéis a ela atribuídos socialmente, gera o entendimento de que os principais resultados dessa avaliação não estão necessariamente nos relatórios finais, porém, mais certamente, no exercício democrático e no valor construtivo e pedagógico do processo.

3. Operatória e estruturante. A avaliação é orientada para o conhecimento, a interpretação, a tomada de decisões e a transformação da realidade, ao longo do processo. Os resultados são interpretados e recebem os juízos de valor em sua relação com os contextos e os processos que os produziram. As transformações se dão em nível institucional e também dos sujeitos, pelo acréscimo de consciência pedagógica e melhor compreensão dos compromissos em relação à universidade e à sociedade.

4. Formativa. O sentido principal do processo e dos resultados deve ser o educativo ou formativo, em virtude do caráter de construção social. Dada a importância do debate público e da interpretação, os procedimentos qualitativos são bastante valorizados. A avaliação deve orientar-se à melhoria e à construção da qualidade, conforme critérios socialmente produzidos.

5. Permanente. A avaliação tem três momentos mercantes: auto-avaliação (ou avaliação interna), em que a comunidade de cada instituição define socialmente a concepção, os sujeitos, o objeto, os objetivos e a metodologia; avaliação externa, realizada por comissões de pares externos, em articulação com a auto-avaliação e em relação com a vocação ou missão de cada instituição; reavaliação entendida como meta-avaliação, comparação entre as avaliações interna e externa, síntese em novo patamar feita pela comunidade e estabelecimento de novas metas e processos). Não obstante esses momentos organizacionais, a avaliação deve instaurar-se como cultura e integrar-se às estruturas permanentes da instituição, intervindo no cotidiano e na história dessa universidade de modo contínuo e institucional. O fenômeno educativo não se esgota em medidas e ações restritas, pontuais, de curto prazo. Sendo educativa, a avaliação é estruturada e deve ser permanente.

6. Legítima. Legitimidade política e técnica: processo rigoroso e submetido às exigências éticas, da comunidade. Os sujeitos são legitimados pelo processo social. Os recursos científicos da avaliação se aliam e mesmo devem submeter-se aos critérios da “verdade social”, resultante dos debates públicos.

7. Voluntária. Sendo um processo orientado para a melhoria e a construção da qualidade educativa, não deve ser mandatória, nem punitiva, nem servir às hierarquizações. Ao contrário da competitividade, a avaliação deve reforçar o valor da solidariedade. As comparações mais valiosas são aquelas de uma instituição (ou parte dela) consigo mesma, ao longo do tempo e levando em conta a missão, os contextos e a história.

8. Adaptada a cada instituição. Cada instituição é única, tem uma história singular e maneiras próprias de entender e construir sua missão. A avaliação deve respeitar a identidade, as prioridades e definições de cada instituição, levando em conta as condições objetivas e subjetivas. A referência principal da avaliação é a missão de cada instituição e as maneiras de esta cumprir os seus compromissos sociais. Portanto, para além dos aspectos gerais e universais da avaliação, cada universidade deve definir com clareza os princípios e objetivos mais apropriados ao seu processo, bem como as melhores e mais adequadas maneiras de realizá-lo, não perdendo de vista a identidade (dinâmica) institucional.

** José Dias Sobrinho, editor da revista Avaliação, foi Pró-Reitor de Pós-Graduação da Unicamp e*

Texto 7

A Questão da Autonomia Universitária

Renato de Oliveira*

Resultado do próprio processo histórico de criação das universidades brasileira, a questão da autonomia universitária nunca encontrou guarida entre nós. As universidades foram o resultado ou de iniciativas oligárquicas refletindo projetos ideológicos mais ou menos consistentes na primeira metade do século, ou de projetos estatais voltados ao "desenvolvimento econômico" no período de supremacia da ideologia desenvolvimentista, inclusive durante o ciclo militar. No caso das universidades católicas, sua estrita subordinação à hierarquia eclesiástica nunca deu lugar à autonomia. A única exceção dentre estas, a PUC/SP, que na primeira metade dos anos 80 conheceu uma experiência importante neste campo, apenas confirmou a regra. Quanto às iniciativas empresariais, o óbvio dispensa qualquer comentário.

Em conseqüência, a partir dos anos 60 a questão da autonomia passou a ser uma das palavras de ordem que, sob a bandeira geral das Reformas de Base que incluíam a Reforma Universitária, mobilizou os estudantes e setores mais progressistas do corpo docente e dos meios intelectuais. O golpe de Estado e os anos de chumbo da ditadura, no entanto, encerraram aquele período.

Onde tem origem a tradição recente da luta pela autonomia universitária? Encontramos essa origem na luta pelo fim da ditadura militar e, mais especialmente, na forma peculiar de engajamento do movimento docente naquela luta. De fato, foram os professores organizados em suas Ads que recolocaram a questão da autonomia no centro do debate sobre a Universidade, e o fizeram de dois modos: primeiro, através da sua prática política, lutando pela anistia aos colegas banidos pelo regime militar; segundo, através da sua reflexão teórica, colocando a autonomia como o eixo estruturador da "Proposta das Ads e da Andes para a Universidade Brasileira".

Registrar isto é importante por uma razão básica: a autonomia universitária só faz sentido como parte de um projeto político maior, o que aliás está presente no debate pré-64. Assim, chegamos à primeira conclusão: a luta pela autonomia foi a forma de inserção da comunidade universitária na luta pela democracia, e é assim que deve continuar sendo. Vale dizer, estamos frente a uma questão política maior, que não se esgota no interior da Universidade, o que, por outras palavras, está dito na "Proposta das Ads e da Andes para a Universidade Brasileira".

O que aconteceu na última década? É preciso reconhecer antes de mais nada que o movimento docente recuou do seu papel de vanguarda na defesa de um projeto de Universidade. Várias razões levaram a isto, e os sucessivos ataques de sucessivos governos aos direitos dos docentes certamente estão entre as principais, na medida em que levaram as Ads e a Andes a uma atitude defensiva, voltada para a garantia de direitos trabalhistas. A transformação da Andes em sindicato contribuiu para isto, na medida em que, equivocadamente, grande parte de suas direções assumiu uma atitude sindicalista clássica, lutando por direitos sociais sem interferir na questão do *poder*. Este ficou reduzido às disputas eleitorais das sucessões às reitorias, quando "movimento" apresenta seus candidatos, quase invariavelmente defendendo propostas de maior engajamento da Universidade nas questões sociais do país. Fecha-se então o anel que sufoca o debate sobre a autonomia: o que se exige da Universidade é seu compromisso com os que perderam na disputa por interesses no jogo da sociedade civil, sacrificando seu papel, que deveria ser central, na construção de um espaço público de exercício da democracia. No debate político que se trava no interior da instituição, a necessidade de elaboração de uma cultura crítica, enquanto construção histórica capaz de transcender o quadro imediato das relações sociais com seu cortejo de distorções e injustiças, é deixada de lado em favor de um pseudo-engajamento que não consegue definir seus próprios valores.

É no vazio político deixado pela Andes, que, dando uma interpretação corporativa aos interesses dos docentes, perde sua capacidade de representação política da própria Universidade, que cresce a importância da Andifes. A Universidade Pública necessita de alguém que sistematize e dê voz aos seus interesses, e este papel vem sendo cumprido pela associação dos reitores. O "Projeto de Lei Orgânica da Universidade Brasileira", que a entidade trouxe recentemente ao debate, insere-se nesta perspectiva e fortalece momentaneamente sua posição.

Este "Projeto", no entanto, merece consideração por suas razões básicas. Primeiro, por avançar no delicado terreno da formalização jurídica, o que, na situação atual, é absolutamente imprescindível e inadiável. De fato, é no campo da formulação jurídica que se definirão as posições relativas dos agentes envolvidos na discussão da autonomia, e isto no curtíssimo prazo. Considerar que a forma jurídica da autonomia apenas refletirá correlações de forças dadas previamente é pura racionalização da incapacidade de entrar no debate. A não ser que consideremos que o governo tem respostas (neoliberais!) prontas para todos os setores da vida social, que iria desovando ao sabor das circunstâncias! Se pensarmos assim realmente não teremos nada a fazer, muito menos a discutir, e, dependendo da disposição de cada um, iremos ou para casa ou inventar alguma forma de derrubar o governo! Ora, é evidente que na realidade as coisas são um pouco mais complexas. O governo e sua política neoliberal constituem um projeto que vai se construindo e se desenhando na prática dos seus agentes e nos embates com seus opositores. Achar que tudo está pronto no receituário do Banco Mundial é uma ingenuidade perigosíssima, para não dizer coisa pior! Por mais que o governo se utilize de métodos da ditadura para impor sua política, o fato de vivermos sob um regime formalmente democrática impõe certos limites à sua vontade, obrigando-o à negociações que - sua estratégia de reformas está aí para o demonstrar! - certamente obrigam a concessões.

É sob este prisma que devemos analisar a urgência da discussão de propostas sobre a autonomia que contemplem sua formalização jurídica. Trata-se, antes de mais nada, de apostarmos na nossa capacidade de influenciar as posições dos diversos agentes envolvidos na questão, dando respostas objetivas aos interesses colocados em cena. Isso não se consegue com declarações de lei!

É necessário portanto reconhecer que a Andifes deu um passo à frente ao formular um projeto de lei orgânica para o ensino superior. Reconhecer isto não significa capitular frente aos reitores, mas justamente o contrário: é a possibilidade de nos reinserirmos ativamente neste debate.

Em segundo lugar, o projeto da Andifes revela afinidades evidentes com as formulações da própria Andes, o que é compreensível, dado que inúmeros dos seus autores são também responsáveis pela matriz histórica das posições do movimento docente. E a primeira e mais fundamental afinidade está na sua própria concepção: *uma lei orgânica abrangendo a totalidade das IES, independentemente de serem públicas ou privadas*. De fato, submeter as instituições públicas e privadas aos mesmos princípios ordenadores de um sistema concebido e organizado sob a égide do interesse público é e sempre foi a ambição maior do movimento docente! Por isto só este projeto deveria ser considerado o ponto de partida da fase atual de discussões.

Mas não se trata aqui de defender o projeto da Andifes, nem de analisá-lo em detalhe. Muitas de suas formulações são problemáticas e certamente mereceriam reparos, desde que o movimento docente o submetesse a uma análise crítica e objetiva. Defendemos essa atitude como uma necessidade, pois a comunidade universitária como um todo necessita de um projeto que contemple seus interesses maiores, e se há algum setor capaz de organizar e dar voz a esses interesses certamente não serão os reitores! Sua própria condição institucional os impede de agirem com a necessária autonomia em relação ao governo e aos *lobbies* que se movem no complexo institucional de ensino e pesquisa. Ao primeiro embate do seu projeto com as forças conservadoras a tendência será o recuo justamente nas formulações mais avançadas do projeto. Isto sem contar a própria instabilidade da correlação de forças interna à Andifes, resultante das eleições para dirigentes que, por vezes, alteram radicalmente o perfil político e ideológico das reitorias.

Em suma, o setor capaz de representar autonomamente a comunidade universitária e seu compromisso público é o movimento docente. É absolutamente fundamental, portanto, que a Andes saia da defensiva e assuma a responsabilidade de responder às complexas questões colocadas pelo debate sobre a Autonomia Universitária.

Assumir essa responsabilidade implica enfrentar problemas que há alguns anos mal se desenhavam, e que exigirão do movimento docente a ousadia de colocar em questão um dos seus postulados fundamentais, que, ainda que não explícito (e certamente negado no discurso de grande parte dos seus dirigentes!), tem pautado a prática da Andes e das ADs ao longo dos últimos anos: o postulado segundo o qual a condição de profissionais assalariados tem como corolário uma homogeneidade de interesses corporativos por parte dos docentes universitários. Homogeneidade, inclusive, que se traduziria numa pretensa identidade com as outras categorias profissionais de servidores públicos federais. É a preservação dessa "homogeneidade", e de sua necessária expressão em termos de unidade de posições políticas sobre as mais diversas questões, que impede o debate no interior do movimento docente. Ora, entrar no debate sobre a autonomia universitária significa abrir um espaço de luta ideológica para a qual, segundo parece, grande parte das direções do movimento docente não estão preparadas! A autonomia universitária revelará não só a diversidade do corpo docente e o papel secundário dos interesses corporativos no seu interior, como, o que é fundamental, sua especificidade face aos demais servidores públicos. Elaborar um projeto que responda aos interesses maiores da comunidade

universitária implicará, de nossa parte, não só na capacidade de realizarmos concessões em benefício de alianças estratégicas contra os adversários históricos da universidade pública, como também de representarmos os interesses daqueles que, por motivos os mais diversos, não estão na arena deste debate: sejam os grupos sociais historicamente marginalizados da vida política brasileira, sejam os grupos da comunidade científica mais voltados para preocupações pragmáticas concernentes ao futuro de sua atividade do que ao debate ideológico sobre a Universidade. Ambos certamente serão suscetíveis às propostas do governo!

Situemos algumas questões que, a nosso ver, exigirão um posicionamento claro de nossa parte. A primeira delas é justamente nossa condição de “servidores públicos”, normalmente confundida com a de “funcionários do Estado”, o que nos leva ao abrigo comum do Regime Jurídico Único dos servidores da União. É necessário que discutamos o que significa o serviço público enquanto exercício profissional nos campos do saber e da cultura na perspectiva da construção de uma democracia. Parece-nos evidente, em primeiro lugar, que interesse público não é sinônimo de interesse do Estado, e nosso país é pródigo de exemplos neste sentido: são raras as ocasiões em que o Estado se colocou ao lado do interesse público, e abundantes aquelas em que se revelou um instrumento de privatização dos bens e do espaço público – aliás, esta função é sua essência mesma! Em segundo lugar, também deveria ser evidente que a função estatal não é sinônima dos valores que orientam e conferem identidade social a um docente ou pesquisador universitário. Este não é um “funcionário do Estado” no sentido estrito do termo, dado que sua função não é, nem poderia ser, zelar pela reprodução das condições sociais, políticas e ideológicas do exercício da dominação estatal. Da mesma forma, seria incorreto concluir que a Universidade é um “aparelho ideológico do Estado” – este é um argumento que não se sustenta nem teórica nem praticamente, sendo resultado mais de um viés ideológico do que de uma posição teórica e epistemologicamente fundamentada sobre a sociedade e suas contradições.

É evidente que, desde um ponto de vista sociológico, podemos identificar os interesses privados que, de forma mais ou menos explícita e imediata, condicionam o trabalho universitário. Seria um absurdo, no entanto, concluir que o equacionamento jurídico desse trabalho, assim como sua regulamentação legal, devesses submeter-se a esta constatação de fato! A lei deve expressar uma ordem de valores que transcendem a realidade fática. Nós devemos optar pela Universidade que queremos construir – uma Universidade voltada para o mercado ou comprometida com a estruturação do espaço público de exercício da cidadania? - e expressar esta opção na norma legal.

Em segundo lugar, a questão da autonomia implica numa determinada relação com o Estado e a Sociedade. Autonomia não quer dizer soberania, portanto a Universidade deve estar subordinada à ordem jurídica e institucional do Estado, garantido dessa forma uma relação com a sociedade pela qual a autonomia universitária seja a expressão da autonomia da própria sociedade na esfera da cultura e do saber. A Universidade autônoma representa *um dos níveis de articulação do poder* numa sociedade capaz de concebê-lo não enquanto tutela, mas enquanto espaço de deliberação coletiva sobre interesses comuns, isto é, enquanto espaço público.

É evidente que em nosso país o poder sempre foi tutela das oligarquias sobre a sociedade. A ordem social regulada e seus mecanismos de desarticulação de grupos de classes sociais, impedindo a emergência e constituição de identidade sociais fora do padrão oligárquico, se constituíram sempre na garantia de preservação de interesses numa sociedade fundada sobre as formas mais vis de expropriação do trabalho e da riqueza social. No entanto, esta é a cultura política brasileira das classes dominantes! A experiência histórica das classes dominadas, em seus momento de maior riqueza e expressão, sempre apontou para outro tipo de articulação do poder e dos interesses sociais. Há dois exemplos contemporâneos que somos obrigados a levar em consideração: o projeto de um Sistema Único de Saúde, tal como formulado pelo debate em torno da Reforma Sanitária que culminou na Constituinte de 86-88, e as experiências de orçamento participativo em gestões municipais. Em ambos reside num projeto de transformação do aparelho de Estado, permitindo a expressão dos interesses das classes populares diretamente em seu interior: No primeiro caso, colocando estes interesses no interior da estrutura institucional estatal; no segundo subordinando esta estrutura à expressão extrainstitucional desses interesses. No entanto, e isto é igualmente fundamental embora menos lembrado, fazer com que esses interesses se expressem através do Estado implica na exigência de superação do seu aspecto imediato de interesses empíricos de classe ou de grupos sociais, tornando-os expressão do *interesse público*. Nesta perspectiva o Estado assume a representação do interesse público, na medida em que suas políticas serão objeto não da imposição unilateral do interesse da minoria que eventualmente controla o aparelho estatal, mas de uma deliberação coletiva que é tão *pública* quanto o permite a situação histórica e a cultura política dos agentes envolvidos.

Transpor esse modelo para a Universidade significa também pensar novas formas de representação da sociedade nas instâncias de deliberação sobre as políticas acadêmicas. Mas significa também repensar a questão do financiamento, que situamos como nossa terceira questão. É evidente que a autonomia pressupõe financiamento público, com recursos alocados do orçamento estatal que garantam a manutenção das universidades, os salários dos corpos docente e técnico-administrativo, uma política de expansão do sistema de universidades públicas e a infra-estrutura básica de ensino, pesquisa e extensão. O financiamento, no entanto, tem a ver com a relação entre as universidades e a sociedade, no sentido de que a atividade universitária deve, o mais rapidamente possível, reverter em benefícios para a sociedade pensada o mais amplamente possível. Neste sentido, parece-nos que o modelo de financiamento estatal exclusivo e integral deve ser revisto por duas razões. Primeiro, pelo crescimento exponencial das necessidades: face à necessidade de recursos cada vez mais volumosos para financiar a pesquisa, não há porque impedir que as Universidades recorram a fontes de financiamento não-estatais, desde que isto não implique em perda de sua autonomia, isto é, em subordinação de suas atividades às necessidades imediatas do mercado. Ainda que não tenhamos a tradição de filantropia e de investimentos privados a fundo perdido que beneficiam as universidades nas sociedades anglo-saxônicas, certos projetos ou certas áreas podem despertar interesse tanto de grupos econômicos privados quanto de organizações sindicais, para ficarmos apenas nestes dois exemplos, significando maiores recursos financeiros para as universidades, à condição de que elas tenham autonomia para sua utilização. Em segundo lugar, a apropriação social dos resultados da atividade universitária, especialmente no campo da pesquisa, implica em mecanismos de transferência mais amplos que a simples intervenção e regulação estatal não garantem. A este respeito, o exemplo da ex-União Soviética é talvez o melhor: universidades integralmente financiadas pelo Estado, com altíssimo índice de desempenho em todas as áreas do conhecimento e do saber, conviveram longos anos com um baixo nível tecnológico da sociedade em praticamente todos os setores. Ou seja, a atividade universitária, especialmente na pesquisa, não resultou em benefício para a sociedade, pelo menos na medida dos recursos sociais que foram investidos. Dois elementos devem ser analisados neste exemplo. Primeiro, o fato de que o financiamento estatal pode implicar na subordinação estrita das universidades a política de “desenvolvimento” ditadas pela tecnoburocracia estatal sem qualquer compromisso com as necessidades sociais mais amplas. Segundo, a ausência de um mecanismo econômico de apropriação social dos resultados da pesquisa universitária: o Estado não preencheu, inclusive porque não é esta sua função, o vazio deixado pela supressão do mercado capitalista, o mesmo mercado que, em algumas universidades americanas, por exemplo, converte imediatamente os avanços do conhecimento em benefícios sociais, como o ilustra o exemplo da rápida disseminação dos micro-computadores de uso pessoal. Em suma, se uma universidade autônoma quer se legitimar socialmente, ela tem que enfrentar a questão do mercado, não como o *deus ex-machina* que tudo resolve, mas como forma histórica de organização das relações econômicas nas quais ela se insere.

Ampliação das possibilidades de financiamento com garantia de participação no orçamento do Estado implica no fortalecimento dos mecanismos de avaliação e controle da atividade universitária. Fortalecimento não apenas no sentido da capacidade efetiva desses mecanismos de influenciarem positivamente na conquista de padrões de excelência e de produtividade acadêmica compatíveis com as necessidades sociais, mas de *representação* pluralista dessas necessidades no interior mesmo desses mecanismos. A avaliação de uma universidade deve ser também, e talvez o seja fundamentalmente, um momento de *deliberação* sobre as melhores alternativas a serem adotadas para a melhor consecução de seus objetivos, e tais decisões implicam em critérios políticos, portanto envolvendo interesses, o que significa que os mecanismos de avaliação devem combinar os critérios técnicos com a garantia de exercício da democracia e de preservação da autonomia universitária.

Por fim, e como decorrência, cabe enfrentar a questão dos “centros de excelência”. Em primeiro lugar, tenhamos presente que a excelência é um exigência cada vez maior da sociedade sobre a universidade: a sociedade está mais organizada e mais informada, o que significa que, ao mesmo tempo que se torna mais capaz de perceber a importância da instituição universitária, cobra mais de seu desempenho. Mas a excelência é também resultado da concorrência crescente entre as várias instituições no campo do ensino e da pesquisa: as agências de financiamento, sejam elas estatais ou não, estarão cada vez mais prontas a exigir retorno de seu investimento em termos de produtividade. Em suma, temos que levar em conta que a época do pioneirismo na organização acadêmica já passou, e que a difusão de idéias em escala mundial define padrões de aceitabilidade do trabalho científico cada vez mais internacionalizados, o que em certas áreas já é algo corrente. Ora, dada as dificuldades de financiamento e, fundamentalmente, a ausência de continuidade nas políticas de apoio governamental à atividade científica, a reação da comunidade científica, especialmente das áreas mais submetidas à concorrência dos grandes centros, foi a elaboração do projeto de “centros de excelência”. Este projeto significaria, em última análise, a extra-territorialização de certos grupos de pesquisa em relação às suas universidades de origem: suas relações seriam estabelecidas diretamente com as fontes

de financiamento, sem que obrigatoriamente tivessem que prestar contas de suas atividades às suas respectivas universidades – o que, diga-se de passagem, já ocorre nas áreas que dependem fundamentalmente de financiamentos externos. Obviamente, isto significa a fragmentação da universidade, que deixaria de existir enquanto tal, o que anularia qualquer conquista em termos de autonomia: só é autônoma uma instituição que consegue preservar sua unidade administrativa e conseqüentemente uma personalidade pedagógica, técnica e científica mínimas.

Seria um erro, no entanto, para não dizer um retrocesso, combatermos o projeto de "centros de excelência" sem apresentarmos uma alternativa que contemple as necessidades da comunidade científica dita de ponta, pois essas necessidades são legítimas! Sequer o argumento de que a excelência é um valor que precisa ser relativizado face às necessidades sociais mais prementes se justifica, pois isto equivaleria à defesa da mediocridade acadêmica. O fim de toda atividade científica é o conhecimento crítico e de qualidade, portanto o objetivo da excelência acadêmica é imanente à vida universitária considerada seriamente. Por mais que toda ciência deva ser submetida ao crivo da ética, não cabe ao cientista isoladamente, ou mesmo à comunidade científica como um todo, buscar os padrões de legitimação de sua atividade. Esta busca é um processo que deve envolver a sociedade como um todo e seus padrões culturais, incluindo aí a aceitação da ciência como um valor. Ora, nós sabemos que esta aceitação não é um fato em grande número de culturas, e uma Universidade Autônoma, significando a democratização e a ampliação da Cultura e do Saber, é um fator fundamental para a conquista desse valor como elemento estruturante de uma vida cidadã.

TEMA - DEMOCRACIA INTERNA NO MOVIMENTO DOCENTE

Texto 8

Cultura Política, Democracia Interna e Outras Trelas

*Fernando Arthur Freitas Neves**

Há muito o movimento docente carece de uma discussão acalorada sobre a constituição política da vivência democrática. Os últimos acontecimentos apenas precipitaram o mal-estar que se havia instalado faz bastante tempo entre nós. O contentamento com a política da "maioria" foi abalado por uma ruptura eleitoral, porém, rapidamente, a convivência com a divergência teve de experimentar um paradoxo de representação com o qual não está acostumada e muito menos preparada para lidar. Este trauma é apenas o desfecho de uma cultura política que considerava derrotada toda a contestação ao seu projeto hegemônico.

Contudo, não se trata de um eclipse na gestão do movimento docente e, mais particularmente, no cotidiano do sindicato. Não foi à toa que as dissensões agravaram-se no interior da mesma corrente que alardeava sua intocada capacidade de conduzir o movimento entre tempestades e furacões. Portanto, parece-nos um equivoco manifesto acoimar a nova direção como a responsável exclusiva pelos desdobramentos imediatos a posse da mesma, bem como as altas tensões desta com o comando nacional de greve (doravante denominado CNG). A cultura política instalada no movimento docente, costumeiramente, é apresentada como a reprodução de um rito e uma mística referenciada nos paladinos do movimento; ou seja, tendíamos todos a identificar um conjunto de valores *a priori* como sendo auto-justificados. Ocorre, porém que a apropriação desses valores será sempre mediada pelas contradições originadas na trama dos contendores.

Antigamente, o reconhecimento da existência de divergências no seio das classes trabalhadoras e também em sua direção era um sintoma de vigor e de confiança na capacidade de elaboração política com vistas à superação dos dilemas. Na ambiência atual, todos os conflitos são ordenados para terem soma zero, tal rapina só cristalizou-se na cultura do movimento graças a conformidade com o "modus operandi" de uma burocratização crescente e encrostada no fazer político da liderança. Em que pese a satisfação imediata que esse procedimento criou através da ritualização da representação política via sindicato; faz algum tempo que escutamos os reclamos das "bases", dos professores e até da chamada liderança intermediária que este sistema já apresenta vários sinais de desgaste.

As conseqüências do que estamos apontando não é sentida de modo igual e nem com a mesma intensidade; talvez até nos perguntem, será que o movimento docente e o conjunto do movimento sindical estaria mesmo

sofrendo de mais uma das crises tardias sustentada em alguma sociologia do caos?. Ao nosso ver, a natureza de nossa crise expressa-se pela baixa perspectiva de enfrentarmos os desafios de atualizarmos a utopia. Nosso acanhamento em perceber a dinâmica do fazer político tem obstado o avanço da luta, contentamo-nos em afirmar o receituário do programa com a mesma sinfonia de ladainha; ora, se o inimigo usa disfarces como *PROTEUS* para impedir de ser morto, nossa própria inventividade deve superar a ossificação que enrijece nossa perspectiva de oferecer hábeis ferramentas para luta de libertação dos trabalhadores.

Não raro, pretendemos que a realidade adegue-se aos nossos preceitos, fitamos com despreendimento nossos sonhos; além de sermos um pouco auto-indugentes com nós próprios. Mas devemos nos questionar, até de modo intransigente, a causa de quem

atende nosso desconforto? Se quisermos enfrentar este debate, somos obrigados a pontuar a cadeia de idiossincrasias que move cada um como resposta primeira. Embora estejamos mais propensos a consagrar o sacrifício à causa como única resposta possível.

Entre tantas motivações a verdade confirmava-se no horizonte do militante, pois ele expectava um sentimento quase religioso de realização, de glória e de êxtase. A produção desta cultura por anos a fio embotou-se sobre si mesma, desguarnecendo a riqueza da crítica como ariete mais lapidado para transformação da própria cultura. Conformidade e obediência eram conseguidas graças a um treino da militância, cujo prêmio era ascensão jocosamente retratado na cartilha do “capa-preta”¹.

Em detrimento da pluralidade e da sadia concorrência de idéias fomos subtraídos à assimilação acrítica do protocolo de plantão instalado nas direções sindicais. Guardadas as devidas proporções, vivenciamos a adágio de Lukács sobre o fenômeno do Stalinismo onde o método do centralismo democrático é servilmente debulhado pelo centralismo burocrático. Similar experiência pode ser observada com o aceite teórico e prático das teses de um evolucionismo próprio das forças produtivas em um socialismo de caserna. As veleidades de tal empreendimento já desenhavam uma sensação de dessabor e de inépcia para satisfazer o desejo de participação e de formulação da maioria.

No tocante a esse juízo, Robert Kurtz, arguto estudioso da realidade do socialismo do leste, sustenta que a cultura política desenvolvida naquele sistema não poderia ter outro ocaso que não o encerrado. Quando o aprofundamento da extração do valor trabalho tornou-se a pedra de toque da reprodução ampliada do sistema, mais e mais substituiu-se o mérito da discussão pela certeza no/do firmamento; a noção do cumpra-se no lugar do discuta-se veiculou-se com maior intensidade através das estruturas rígidas por onde materializa-se a ideologia. Ao invés de revolucionarizar a perspectiva de transformação do trabalho assentou-se o destino de um paraíso etéreo e inodoro.

E o que isso tem haver conosco? Para quem não quiser, nada! Talvez para quem quiser discutir possamos estabelecer uma nova práxis de convivência onde os princípios não sejam apenas letras mortas cravadas no testamento, mas sinônimo de uma vívida e gratificante luta política. Os recursos mobilizados até aqui têm se contentado com adjetivações que tão somente confirmam nossa própria compreensão do real. Não por acaso, nas horas de maior tensão, as divergências cedem à exposição ao ridículo ou aos desbragados ataques de feitiço moral tal como traidor, revisionista e colaboracionista. A recente história do movimento dos trabalhadores é rica em episódios onde os litigantes tendem a qualificar o oposto com essa ou aquela característica. A título de ilustração, o caso da denominada revolução cultural chinesa testemunha com clarividência nosso pensamento, pois quando mesmo partidários daquela fulgurante experiência começaram a se interrogar sobre a eficácia dos mecanismos adotados para o alcance de uma reforma material e moral viram-se surpreendidos com as acusações de delação ou de conspurcação com o demônio capitalismo.

Possivelmente, o fulcro da crítica às investidas da diretoria do Andes/SN tem sua similitude com este método descrito acima, deriva daí a assimetria entre as diferentes concepções sindicais neste momento em concurso. Cremos, entretanto, que a possibilidade de desmanchamos um processo novo deve partir exatamente da crítica e da autocrítica à cultura atual eivada de vícios como os que presenciamos recentemente.

A quebra da confiança não foi uma iniciativa da atual diretoria, esta já havia se instalado no *corpus* político do movimento docente quando os vetos determinaram quem poderia ascender aos postos de comando na direção do sindicato. O legítimo direito de requerer e de concorrer com sua concepção sindical deve ser assegurado na nova cultura como um princípio basilar contra a cultura do xerimbabo (domesticação). A livre circulação das idéias deve ser revitalizada como método de intervenção democrática em todos os fóruns do movimento e o significado de nossas decisões deve ser consubstanciado por uma fluência de um projeto de

1 Um folklore em torno da liderança sempre foi objeto de intensa carnavalização bastante

um sindicalismo combativo, classista e independente, a saber - o incentivo à verve da rebeldia deve ser estimulada de modo a potencializar as posturas da minoria.

O ostracismo a que estavam destinadas as concepções minoritárias em nosso sindicato deverá a partir daqui ser definitivamente afastado; para tanto devemos instar uma práxis política de incorporação dessas demandas na vida orgânica do movimento docente. Suspeitamos que muito dos descabros com os quais fomos afrontados recentemente poderiam ser traduzidos em enfrentamentos de densidade sobre as concepções de mundo e de universidade existentes no tecido da categoria. Atônitos, assistimos um encafurdar de declarações de princípios que escondiam mais do que demonstravam sobre suas posições.

Com efeito, perdemos tempo precioso e capacidade de intervenção ao não auscultar o intenso pleito para enraizarmo-nos na universidade e fazer da greve o grande instante de reflexão sobre esta conjuntura. O redemoinho no qual fomos tragados impediu o estabelecimento de um patamar de cumplicidade e de solidariedade capaz de soldar uma aliança para devolvermos as agressões do governo, nosso inimigo - esse, sim, antagonista na luta de classes. Isso para não citarmos os saldos que o governo auferiu ao perceber os descompassos na dinâmica do movimento.

Por quanto, a postura de uma nova cultura política deve cingir com as práticas proselitistas. Se quisermos fortalecer o ANDES/SN precisamos transpor a aparência das verdades preconcebidas e concitar-mos na natureza mesma de um sindicato que se pretende ser uma síntese entre o trabalho intelectual, do trabalho do intelectual e sobre o trabalho intelectual e suas mediações outras.

Conceber a relação de alteridade como uma dialética do movimento do/no outro à obrigar-nos à repensar nossas próprias certezas; valorizar as diversas tentativas de elaboração que se processam no mador da luta política como mais um instrumento candidato a fornecer um novo modo de intervir e; conferir excelência da decisão com uma proteção para que as posições minoritárias possam emergir, desnecessário dizer que sempre filtradas por um profundo debate político. Se entre nós não houver um opção determinada pela premissa da proteção da minoria, todo e qualquer investimento ruíra por terra. Restando apenas o lamento, o retorno à velha cultura debilitada e a falência do sindicato como vetor a impor derrotas ao capital, quiçá ao capitalismo.

Discussão

Sempre que nos voltamos à cultura política consagrada no campo dos trabalhadores tendemos a vê-la de maneira reificada. Parece que estamos lidando com relíquias do mais sutil relevo. Toda a possibilidade de focar o problema por diferentes ângulos é logo apontado como revisionismo, não havendo, portanto, a possibilidade de testar outras metodologias de confronto com objeto. É natural que seja assim. Nos sentimos seguros dentro do domínio do território por nós alinhado, mas essa fortaleza sugere mais um tigre de papel.

Quando nos deparamos com a necessidade mediata e imediata de incorporar novas representações do fazer político, somos mais modestos do que se precisa. Para além das bravatas da retórica democrática, expectamos uma postura sectária de quem não está do nosso lado converte-se em inimigo cujo sangue há de se beber. Na prática, muito pouco é relevado, a cultura política ao invés de absorver as diferentes experiências acumuladas porta-se como um grande sensor à disciplinar o que é ou não passível de ser executado. Para o restolho, é para lá que são enviadas uma gama de propostas que não encontram circunstâncias para se desenvolverem.

De modo centralizado, a subsunção da minoria à vontade da maioria tem se feito sem a observação mínima das aferições pontuais que o sindicato recentemente sofreu, cremos que nele reside o hiato entre a representação da diretoria e a representação intermediária. A afirmação de que a maioria das AG's referendaram as posições do CNG só é verdadeira em parte, pois o salto de representação que estas haviam obtido no pico da greve já não eram os mesmos do fim de junho; a construção do conjunto da greve como se tem alardeado não fora produto exclusivo dos oponentes da atual diretoria, pois convém lembrar que ambos os blocos em disputa, no congresso em Porto Alegre, revelaram grande hesitação sobre sua pertinência; o adiamento da eleição para um momento posterior poderia ou não ter traçado um perfil mais satisfatório para a governabilidade da ANDES/SN, coisa impossível de avaliar, pois esta condicional é a mesma que nos imobiliza pela ausência de debates; a abertura efetiva de negociação só não se processou por responsabilidade única do governo, esta posição só esqueceu de responder aos professores o porquê da lentidão nas tomadas de decisão e do difícil convencimento interno ao CNG em negociar; a intervenção do presidente eleito, secundado por sua diretoria teria fragilizado o movimento docente na mesa de negociação, ocultando a marginalização que o presidente eleito vivenciou quanto à composição da comissão de negociação; o cancelamento da reunião entre o CNG e a diretoria após a desautorização da presidência do sindicato por parte desse primeiro, novamente sem citar os constrangimentos seguidos por qual passou o

presidente e, por último, a intervenção da diretoria ao propor o fim da greve caso a GED fosse aprovada no senado, não havendo por parte da grande maioria dos professores, seja ela qual for, a manifestação clara e inelutável de que a direção do sindicato portou-se à margem da ética.

A bem da verdade, estamos assistindo e ensaiando uma intensa luta pela fortuna do sindicato. Contudo, devemos todos revestimo-nos do sacrifício do que é construir um sindicato para os trabalhadores, qual o significado deste organismo para formulação de propostas e qual o seu papel na disputa de um projeto de sociedade. Ainda que tenhamos claro o disposto acima, isto não é certeza de resolução de nossos problemas. Mas existe um meio - a tal da democracia interna.

Se recolocarmos para análise aquele conjunto de situações poderemos chegar a uma síntese mais próxima das realidade. Na diretoria, ninguém questiona ou questionou a legitimidade das Ags em pontuar e definir os rumos do movimento paredista, o que a diretoria se nega é aceita o cerceamento imposto à manifestação de sua posição ou oposição de qualquer outro membro da categoria, isso não autoriza imunizar de crítica aquele que porventura assuma uma dada posição. Quanto a insistir na representatividade das AGs cabe apenas uma ponderação, ao final de junho constatássemos uma redução de número de presente, alertando-nos da necessidade de maior mobilidade na condução da greve; o preço pago foi que quando chegamos na proposta defensável para aquela correlação de forças já estávamos esgaçados.

De uma vez por todas, a síndrome do revolucionário da plantão deve acabar, não é possível mais a convivência com etnocentrismo sindical que vê apenas a si como detentor da melhor proposta, nosso critério de verdade deve se a práxis. A propósito, militante de ambos os lados da contenda atual defenderam posições favoráveis e contrárias à entrada em greve.

A mobilização em torno da eleição dentro de uma greve, no setor mais representativo do sindicato, nos oferecem muitas lições: 1) subestimamos as seqüelas advindas do processo eleitoral, pensamos tratar-se apenas da chamada alternância de poder, a prática demonstrou que diferentes concepções sindicais precisam desenvolver métodos de colaboração na adversidade e da diversidade para enfrentarmos inimigos comuns; 2) a regra de transição deve ser a mais clara possível, não é sábio a perspectiva de ruptura total entre uma tradição e outra, algumas soluções de continuidade podem minimizar parte significativa do *gap* de agora; 3) a governabilidade do sindicato e tarefa de todos, mais não recuaremos um milímetro em nosso direito de gestão, isso significa reforçar as instâncias decisórias e qualificar cada vez mais nossos canais de interlocução - o sindicato é um patrimônio de todos que contribuem; 4) o reclamo por abertura de negociações foi mal direcionado pelo CNG, o protocolo em vigor naquele organismo orientava-se para o impasse, e toda contestação a essa metodologia era desqualificada - o remédio para isso... cremos que seja a tal democracia interna; 5) a composição da comissão de mobilização não conseguiu refletir a nova maioria conquistada nas urnas com a maioria expressa nas AGs, essa é uma crítica que dificilmente pode ser imposta à atual diretoria, inclusive o presidente eleito foi "devidamente" defenestrado daquela e de outras representações, a quem caberia a sensibilidade de promover esta reunião e assegurar a democracia interna? - advogar a submissão das idéias para ter seu assento garantido tal pouco parece justo;

6) não presenciamos ainda uma enxurrada de devolução da GED, o que justificaria a crítica mais contundente à posição assumida pela direção. Deste modo, a iniciativa da diretoria foi com o intuito de preservar a expressão e a representatividade conquistada pelo movimento grevista; 7) não decretamos o fim da greve, defendemos uma posição segundo nosso direito, reconhecemos, porém, o direito de defesa de posições contrárias. A verdade...tomemos a práxis como referência.

O que estamos assinalando até aqui não espera constituir-se em mais uma declaração de princípio. Cremos em nosso programa e a maioria dos associados ao sindicato também o acolheu, pelo menos momentaneamente. Resta-nos aprofundamos a convivência democrática, a presença de espírito e a revitalização dos nossos instrumentos de decisão. A título de ensaio que tal estabelecermos neste fórum o prenúncio da nova cultura?

Trelas e salgalhadas

Muitas trapalhadas poderiam ser evitadas, a exigência de urbanidade no trato da luta política pode nos livrar do desconforto nas relações pessoais. Se quisermos ser diferentes teremos de limpar o mar das intrigas, das malícias mas também do imobilismo que pode nos enredar. Consoante com a nova cultura, devemos valorizar o coletivo sem descuidar dos indivíduos. As iniciativas de um e outro devem ser prestigiadas, pois o saldo político a conquistar é o crescimento da nossa capacidade de elaboração e de intervenção sobre a realidade.

A eleição deste tipo de interlocução irá pautar-se na probabilidade mais que justa de reconhecer em outras interpretações uma leitura mais acurada da realidade, dispondo desta feita de um prognóstico possível além do cristalizado em nossos cartilhas

No mais, ... democracia interna e luta política.

Velho Mao dizia “existe contradição entre o operário e o patrão, existe contradição entre companheiros, uma se resolve por armas na mão, outra pela discussão”.

***Prof. Fernando Arthur de Freitas Neves é 1º Vice-Presidente da Regional Norte da ANDES-SN**

Texto 9

Relatório da Auditoria

Para ciência dos delegados ao IV CONAD Extraordinário, sendo que a Diretoria estará tomando as providências que se fizerem necessárias

Entidade: ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Sede: Prédio Multi Uso, Bloco A, Sala A-165 – Campus da UNB – CEP: 70910-070 – Brasília - DF
Presidente: Renato de Oliveira
Período Auditado: 01 de janeiro a 30 de junho de 1998
Período da Auditoria: 23/07 a 10/08/98

Senhor Presidente

Apresentamos a V. Sa. o resultado de nossos trabalhos de auditoria realizada na sede dessa Entidade, relativa à gestão do período de 01 de janeiro a 30 de junho do corrente exercício, nos termos do contrato celebrado com a ANDES-SN.

Nossos trabalhos foram desenvolvidos, com observância às Normas de Auditoria Independente, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme Resoluções n.º 820 e 821/97, tendo sido adotados os procedimentos de auditoria usuais e geralmente aceitos, consistindo de exames aprofundados na extensão julgada necessária às circunstâncias, bem como utilizada a técnica da amostragem

A documentação originária dos registros contábeis, os relatórios – Diário, Razão e balancetes e demais documentos e controles inerentes ao objeto da auditoria, sob a responsabilidade da Secretaria de Finanças, foram-nos disponibilizados, sem nenhuma restrição, tendo-nos sido prestado o apoio necessário dos funcionários responsáveis pelos mesmos.

1 PERSONALIDADE JURÍDICA E GENERALIDADES DA ANDES-SN

1.1 A ANDES-SN, criada em 19/02/81, é a entidade sindical representativa dos docentes das instituições de Ensino Superior, com personalidade jurídica de direito privado, com natureza e sem fins lucrativos e duração indeterminada, conforme dispõe seu Estatuto atualizado e consolidado, no XVI Congresso da ANDES – Sindicato Nacional, tendo sido arquivado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, sob o n.º 18667, em 14/04/97.

1.2 A Entidade, de acordo com dados recentes da Secretaria de Finanças, possui 66.471 (sessenta e seis mil quatrocentos e setenta e um) sindicalizados, vinculados a 92 (noventa e duas) Associações de Docentes – Seções Sindicais e Sindicatos de Docentes espalhadas pelo País, sendo que dessas 31 (trinta e uma) estão inadimplentes. Por outro lado, conforme relatório do XVII Congresso, realizado em fevereiro deste ano, participaram do evento 56 (cinquenta e seis) Ads-SSind., representantes de 61.520 (sessenta e um mil quinhentos e vinte) filiados.

1.3 Atualmente 6 (seis) Ads-SSind. – SEDUFMS, ADUPE, ADESA-PE, ADUNB, ADESB/PE E SINDFAFICA - estão com o mesmo CGC/MF da ANDES-SN, as quais tiveram seus Regimentos Internos aprovados em Congresso ou ad referendum do mesmo pelo CONAD. Nessa condição, a ANDES-SN deve estabelecer controle eficiente e seguro da gestão econômico-financeira dessas Entidades, visando evitar possíveis situações de insolvência ou inadimplência das mesmas, que certamente trarão transtornos para todos que possuírem o mesmo CGC/MF.

1.4 O exercício financeiro da ANDES-SN, embora não esteja previsto em seu Estatuto, coincide com o ano civil.

1.5 A atual Diretoria foi eleita e empossada em 20 de junho deste ano.

1.6 Não existe regulamentação dos procedimentos administrativos e financeiros para a realização de despesas com compras, serviços e contratações e controles em geral. Existe apenas as “Orientações para se fazer a Prestação de Contas”, em que os Diretores e Secretarias Regionais devem se basear em suas prestações de contas de “adiantamentos” recebidos da ANDES-SN.

1.7 A apresentação de Balanço e Prestação de Contas anual, pelo Tesoureiro Regional ao 1º Tesoureiro da ANDES- SN, prevista no Regimento Interno padrão da Secretaria Regional, não está sendo feita, vez que não existe contabilidade e a liberação de recursos e sua aplicação são feitos mediante repasse tratado como “adiantamento” e despesa comprovada por prestação de contas mensal.

2 EXAMES REALIZADOS

2.1 Previsão Orçamentária

2.1.1 Na “Previsão Orçamentária “da Entidade, para o exercício corrente, aprovada no XXXVI CONAD, foi estimada uma Receita e fixou uma Despesa no total de R\$ 3.015.000,00 (três milhões e quinze mil reais)..

2.1.2 O balancete contábil do mês de junho, que demonstra os registros das operações ocorridas no semestre, acusa a arrecadação total de R\$1.907.500,00 (hum milhão novecentos e sete mil e quinhentos reais) e de despesa efetivada de R\$ 1.655.000,00 (hum milhão seiscentos e cinqüenta reais).

2.1.3 Com esse desempenho verifica-se no semestre um superávit na Receita de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), 20,6% (vinte virgula seis por cento) em relação à prevista, contra um gasto a maior de R\$147.150,00 (cento e quarenta e sete mil e cento e cinqüenta reais), 0,98% (zero virgula noventa e oito por cento), conforme demonstramos abaixo:

COMPORTAMENTO DA DESPESA NO 1º SEMESTRE

<u>Item</u>	<u>Prevista</u>	<u>Realizada</u>	<u>Diferença</u>	<u>%</u>
Diárias	102.500,00	113.500,00	10.650,00	10,39
Passagens	121.000,00	143.000,00	22.000,00	18,18
Hotel	68.500,00	58.800,00	-9.700,00	-9,70
Salários e Encargos	590.000,00	476.100,00	-113.900,00	-19,30
Outras	625.500,00	863.600,00	238.100,00	38,06
Soma	1.507.500,00	1.654.650,00	147.150,00	9,80

Obs. Verifica-se que o item de despesa “Outros” foi o que mais contribuiu para uma realização maior que a prevista, sendo que os sub-itens “Anuidades e Taxas a Órgãos de Classe”, com R\$ 252.457,23; “Jurídicas e Legais (Assessoria)”, com R\$ 114.889,69; e “Despesa Comando Nacional de Greve”, com R\$ 87.568,76, foram os mais substanciais.

2.1.4 O item da receita “Recuperação de Despesa” que no semestre registra o total de R\$ 1.882,22, na realidade não se constitui efetivamente em receita, mas sim em devolução ou reembolso de despesa. Embora não seja um valor significativo, o correto é registrar as entradas dessa natureza como estorno da despesa.

2.1.5 Os valores recebidos das Ads - Seções Sindicais, relativos às suas contribuições à CUT-Nacional, estão sendo considerados indevidamente como receita da ANDES-SN, vez que os mesmos são repassados àquela Entidade, os quais da mesma forma indevidamente estão sendo registrados como despesa da ANDES-SN.

2.1.6 Na mesma linha de procedimento, os valores, relativos aos Congressos da ANDES-SN, recebidos das Ads – SSind. ou a ela repassados, estão sendo considerados, respectivamente, como receita e despesa da ANDES-SN.

Recomendação:

1. considerar como receitas ou despesas da ANDES-SN somente aquelas que se refiram as suas atividades operacionais, sendo os valores apenas intermediados - CUT - Nacional - controlados e contabilizados em conta própria e as relativas aos Congressos, da mesma forma, considerando-se como receita ou despesa da ANDES-SN somente o resultado do evento, com isso tanto a receita como a despesa da Entidade ficaria melhor demonstrada..

2.2 Movimentação Financeira

2.2.1 A movimentação financeira da ANDES-SN é feita, na sede, pela Secretaria de Finanças que controla a arrecadação da receita e a execução da despesa e desembolsos, registrando-se no “Movimento Financeiro” como entrada todos os cheques emitidos, mesmo que nominais ao favorecido e como saída todos as despesas e desembolsos.

2.2.2 A maioria dos cheques é emitida nominal a ANDES-SN, geralmente em valores altos para atender a varias despesas e suprir o fundo de caixa. Em situações especiais, como a que ocorre entre a saída de uma e entrada de outra Diretoria, a Secretária de Finanças pode ficar com altas somas no cofre da Entidade, sob sua responsabilidade, com sérios riscos para si e para a Entidade.

2.2.3 As contas bancárias são mantidas junto ao Banco do Brasil S/A, sete de movimento e sete de aplicações financeiras, e à Caixa Econômica Federal, três de movimento, uma de poupança e três de aplicações financeiras. Constatamos que o saldo da conta de n.º 4635-6, mantida na CEF está sendo diluídos com as taxas bancárias.

2.2.4 Verificamos que em 01/01/98., a contabilidade fez um lançamento de ajuste, de R\$ 10.645,69 (dez mil seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), na conta 1.1.11.12.0008 – Banco do Brasil c/c 437515-7 - CNM, reduzindo o saldo de R\$ 10.684,19 para R\$ 38,50,. Não foi anexado ao Movimento Financeiro desse dia documento correspondente ao débito, o qual também não consta do extrato da referida conta bancária. Até o encerramento de nossos trabalhos não obtivemos nada os esclarecimentos a respeito.

2.2.5 Além do “Movimento Financeiro”, que é manuscrito, a Secretaria de Finanças faz um controle paralelo informatizado, que em geral coincide com os registros contábeis.

Recomendações:

1. limitar o valor destinado ao fundo fixo de caixa, caso em que o cheque poderá ser nominal à ANDES-SN.
2. seja estudada a possibilidade de se emitir cheque sempre nominal ao favorecido ou ao banco, quando este se destinar-se a vários pagamentos/dépósitos.
3. analisar as contas bancárias paralisadas, cujos saldos estão sendo diluídos com as taxas bancárias, transferidos para a conta principal, ou correlata.
4. solicitar extrato da conta 437515-7 ao Banco do Brasil e identificar a origem do débito de R\$ 10.645,69, procedendo-se a regularização apropriada na contabilidade.

2.3 Contabilidade

2.3.1 A contabilidade é terceirizada e informatizada. Encarrega-se de processar a escrituração contábil com base na documentação preparada ou organizada pela Secretaria de Finanças da ANDES-SN: a receita mediante relatório, extratos e avisos bancários; e a despesa, pelos documentos originais registrados em “Movimentos Financeiros” e pelas prestações de contas das Secretarias Regionais da ANDES e dos Diretores, por adiantamentos recebidos.

2.3.2 A empresa de contabilidade executa também todos os procedimentos da área de pessoal – Livro de Empregado, folha de pagamento e respectivos contracheques, férias, rescisões, etc. – elabora os Recibos de Pagamento de Autônomo e guias de recolhimento do INSS, FGTS, Imposto de Renda na Fonte, PIS e ISS.

2.3.3 O Plano de Contas adotado está condizente com a natureza da Entidade, exceto no que se refere às contas do grupo “Patrimônio Líquido”, integrado pelas contas “Capital Social Realizado”; “Lucros Acumulados”, “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, “Lucros ou Prejuízos Exercícios Anteriores” “Lucro ou Prejuízo do Exercício”. A Entidade não tem “Lucro” ou “Prejuízo” mas sim “Superávit” ou “Déficit”.

2.3.4 Há ainda os casos das contas que registram os adiantamentos às Secretarias Regionais e da conta 0034 – Ação FGTS, que indevidamente estão alocadas no grupo 1.1.13.15 – Adiantamentos a Prestadores de Serviço.

Recomendações:

1. alterar os títulos das contas componentes do Patrimônio Líquido, com a finalidade de adequá-las às finalidades da Entidade;

2. criar grupo de contas condizente com a natureza dos adiantamentos concedidos às Regionais e com a “Ação do FGTS”.

2.3.5 Analisamos os registros contábeis demonstrados nos Balancetes de Verificação, Razão e Diário, do período sob exame tomando por base o Balancete do mês de junho do corrente exercício verificamos:

a) a existência de grande quantidade de saldos invertidos em contas do Ativo, ou seja onde deveria ser devedor está credor, e vice-versa, em contas do Passivo;

b) boa quantidade de contas com saldos paralisados, que pela suas naturezas deveriam estar encerradas;

c) os rendimentos ocorridos no mês de junho nas contas de aplicação e de poupança não foram contabilizados.

Recomendações:

1. regularizar todas as contas que estão com saldos invertidos ou com saldos paralisados há mais de três meses;

2. contabilizar todas as operações ocorridas no mês, dentro do próprio mês.

2.3.6 Na análise das contas contábeis verificamos que:

2.3.6.1 Os saldos das contas do grupo 1.1.11.11 – Caixa, que representam as disponibilidades em espécie coincidem com os registrados do controle paralelo da Secretaria de Finanças. Face a extemporaneidade, não efetuamos a contagem do dinheiro em espécie existente em cofre.

2.3.6.2 Os saldos das contas bancárias foram conciliados com os respectivos extratos e se apresentam corretos.

2.3.6.3 As contas representativas dos valores a receber, em 30/06/98, apresentavam as seguintes situações:

a) saldos pendentes de regularização, vez que já figuravam no Balanço encerrado em 31/12/97:

- 1.1.13.11.0004 - Empréstimo a ADUNESP - R\$ 3.026,75;

- 1.1.13.13.0013 - Adiant. a Funcionários - Maria Angélica C. Campelo - R\$ 9,00, credor (trata-se de conta de saldo devedor);

- 1.1.13.14.0001 - Adiant. a Diretores - Zildo Gallo - R\$ 137,01;

- 1.1.13.14.0002 - Adiant. a Diretoria - Paulo Martins - R\$ 448,23;

- 1.1.13.14.0030 - Adiant. a Diretoria - Gilberto Lopes Teixeira - R\$ 600,00.

- 1.1.13.20.0005 - Créditos Com Governo - Imposto de Renda - R\$ 328,31;

- 1.1.13.20.0006 - Créditos Com Governo - IRRF - R\$ 52,09.

b) os saldos contábeis em 31/12/97, representativos dos adiantamentos feitos às Secretarias Regionais, comparados com os demonstrados nos controles da Secretaria de Finanças e Prestações de Contas das Regionais são diferentes. Temos, por exemplo, o caso da Regional do Rio de Janeiro que na contabilidade apresentava o saldo de R\$ 9.625,96, no controle da Secretaria de Finanças R\$ 20.676,64 e no extrato

bancário da Regional R\$ 68,39, já em 30/06/98, a contabilidade registra o saldo de R\$ 17.224,86 e a Secretaria de Finanças R\$ 2.017,86;

Recomendações:

1. analisar e regularizar os saldos paralisados, remanescentes de 1997;
 2. estabelecer controle seguro sobre os adiantamentos às Secretarias Regionais, que possibilite a conciliação dos saldos apresentados nas Prestações de Contas, extratos bancários e contabilidade.
- 2.3.6.4 Os bens móveis adquiridos no período sob exame foram devidamente registrados no grupo de contas próprio. Não há controle paralelo nem inventário anual dos bens patrimoniais.

Recomendação:

1. estabelecer controle sobre os bens móveis, mediante ficha própria, informatizada ou não, e proceder ao levantamento físico dos mesmos, pelo menos uma vez por ano.

2.3.6.5 No do Passivo Circulante, temos no grupo “Contas a Pagar” onde estão alocadas os valores relativos a tributos e contribuições sociais, devidos ou descontados de empregados e terceiros, onde as contas que apresentam saldo em 30/06/98, registram os seguintes fatos:

- a) 2.1.12.11.0002 - Pessoal e Encargos - INSS, com o saldo de R\$ 2.545,75, refere-se aos descontos ocorridos sobre a folha de pagamento do mês de junho, cujo recolhimento foi feito no mês de julho;
- b) 2.1.12.11.0004 - Pessoal e Encargos - Imposto de Renda, aparece com o saldo de R\$ 4.080,29, que efetivamente não representa os valores retidos na fonte no mês de junho. A divergência já vem desde o saldo de 1997, de R\$ 1.801,69, quando os recolhimentos foram de R\$ 4.347,30;
- c) 3.2.23.23.0001 - Impostos e Taxas - ISS, o saldo de R\$ 327,16, também não representa os descontos ocorridos no período que foram de R\$ 341,87;
- d) 2.1.12.12.0006 - Imposto e Taxas - Imposto de Renda, o saldo de R\$ 310,39 é o mesmo da mês anterior, ou seja não há o registro de recolhimento no mês de junho, nem do saldo de R\$ 243,38 de 31/12/97;
- e) 2.1.12.12.0009 - Impostos e Taxas - Imposto Sindical, o saldo de R\$ 104,34 está pendente desde abril. Verificamos que esse valor se refere ao desconto feito no mês de março do empregado Kleber e não recolhido junto aos demais.

Recomendação:

1. analisar e regularizar as contas cujos saldos estão pendentes e não representam os valores apropriados.

2.3.6.6 Figurando indevidamente como Exigível a Longo Prazo, temos as contas do grupo “Outras Obrigações” que registram os empréstimos feitos de uma fonte para outra, onde os saldos em 30/06/98 apresentam as seguintes situações:

a) 2.2.13.11.0002 - Empréstimos/Adiantamentos – Banco do Brasil c/c 435515-7 CNM. O saldo de R\$ 10.819,24 devedor (no Passivo figuram contas credoras) é o resultado de dois lançamentos, um de empréstimo feito da conta 1.1.11.12.0014 - Banco do Brasil CM-01 para a conta 1.1.11.12.0016 - Banco do Brasil - 437864-4 Caravana, no dia 05/02/98, de R\$ 9.180,76, ainda pendente, e o outro de empréstimo feito a ADUF PB, como adiantamento para as despesas do CONAD, de R\$ 20.000,00, em 08/06/98, feito pela conta 1.1.11.12.0008 - Banco do Brasil - 437515-7 - CNM, da análise verificamos ainda que:

- o valor de R\$ 9.180,76, origina-se da conta “Caravana”, portanto figura indevidamente nesta conta;
- o lançamento de crédito do empréstimo de R\$ 20.000,00 esse lançamento de débito deveria ser em conta do Ativo Circulante, sob o título ADFPB;
- os saldos das outras duas contas estão registrados em igual valor no Ativo Circulante, em nome do devedor.

Recomendações:

1. alocar as contas que não caracterizam obrigações exigíveis a longo prazo, no grupo do Passivo Circulante.

2. analisar os lançamentos ocorridos na conta indicada na letra “a” e proceder aos lançamentos de correção.

2.3.6.7 O grupo do Patrimônio Líquido integrado pelas contas, já comentadas no item 2.1.2, deste relatório, pelo seu funcionamento, só deve registrar lançamentos no encerramento do exercício, entretanto verificamos que os recebeu neste exercício, dois, sem reflexos diretos em contas de outros grupos, feitos entre elas mesmas, e outros dois, em 01/01/98, feitos na conta 2.4.13.11.0002 - Ajustes Exercícios Anteriores, um tendo como contra partida a conta 1.1.11.12.0008 - Banco do Brasil c/c 437515-7 - CNM, de R\$ 10.645,69 e outro a conta 1.1.11.12.0012 - CEF c/c 4635-6, de R\$ 38,01, ambos alterando os saldos dessas contas do Ativo Disponível, da primeira para menos e da segunda para mais.

2.3.6.8 Os valores recebidos das AD - Seções Sindicais, com destinação à CUT - Nacional e a sua participação em Congressos da ANDES – SN, estão sendo contabilizados como receita da ANDES – SN, quando ao nosso ver deveria ser em uma conta do Passivo, onde também seriam lançadas os desembolsos, sendo que no caso do Congresso, somente o resultado positivo ou negativo seriam registrados em conta de receita ou despesa da ANDES – SN..

Recomendação:

1. adequar a contas próprias do Passivo Circulante, os valores recebidos pela ANDES - SN que não se caracterizam em receita própria, mas sim de simples intermediação.

2.4. Documentação de Despesa

2.4.1 No exame da documentação de despesa,, que é constituída do movimento próprio da ANDES – SN e das Prestações de Contas das Secretarias Regionais e dos Dirigentes, constatamos as seguintes falhas e/ou impropriedades:

a) pagamentos feitos a pessoas jurídicas somente com a apresentação de simples recibos, quando deveria ser mediante Nota Fiscal de Serviço, e sem a retenção Imposto de Renda na Fonte, como nos casos da “Alino & Roberto Advogados”, “Contas & Dados Contabilidade “ e “Manesco, Ramires, Perez, Azevedo e Marques Advogados”;

b) nos pagamentos feitos à “Manesco, Ramires, Perez, Azevedo e Marques Advogados”, feitos por bloquitos bancários a empresa estava incluindo indevidamente a tarifa bancária da cobrança de R\$ 4,00;

c) pagamentos feitos pelos valores brutos a Licurgo Salustiano Botelho, em 09/01/98, conforme depósito de R\$ 1.397,50, quando deveria ser do líquido de R\$ 1.253,00. O RPA - Recibo de Pagamento de Autônomo identifica os seguintes valores: valor bruto R\$ 1.397,50, IRRF - R\$ 74,63, ISS - R\$ 69,88 e valor líquido R\$ 1.253,00 e em 04/06/98 de R\$ 644,00. Foram contabilizados somente os valores brutos;

d) pagamento, em 26/01/98, pelo valor bruto de R\$1.568.77, a Martins, Botelho e Silva Escritório de Advocacia, quando deveria ser do líquido de R\$1.545,24, vez que está destacado na sua Nota Fiscal o Imposto de Renda retido na fonte de R\$23,53. Foi contabilizado somente o valor bruto;

e) pagamentos, mediante depósitos bancários, feitos a Flávio Pachalski, não tendo sido localizados os respectivos RPAs, sendo R\$4.650,00, em fevereiro, R\$4.000,00, em março e R\$4.450,00, em abril. Não ocorreram os descontos do Imposto de Renda e do ISS e nem os recolhimentos destes e do INSS devido;

f) pagamentos à franqueada da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, “ACF Radio Center” sem os comprovantes da postagem simples.;

g) pagamento feito, em 02/06/98, a Denise Fátima Veiga, de R\$ 200,00 por serviços prestados, sem os descontos do ISS e o recolhimento do mesmo e do INSS devido;

h) pagamento de multa e juros de mora, por recolhimentos em atraso:

- de contribuições ao INSS, em janeiro R\$ 700,17, em março R\$ 39,73, em abril R\$ 609,42 e em junho de R\$ 39,79; e

- de tributos federais, em junho R\$ 14,59.

Recomendações:

1. exigir Nota Fiscal de Serviço das empresas prestadoras de serviço, caso seja alegada a dispensa de sua emissão, que a mesma apresente documento fornecido pelo fisco nesse sentido.

2. suspender o pagamento de tarifas bancárias, incluídas pelos credores noas cobranças via bancária.
3. reter ou descontar e recolher, no prazo devido, o Imposto de Renda na fonte e Imposto Sobre Serviços, sobre os pagamentos feitos a pessoas físicas ou jurídicas que estão sujeitas a ele .
4. recolher a contribuição ao INSS sobre todos os serviços prestados por autônomos
5. evitar o recolhimento de tributos e contribuições sociais com atraso, que resulte em juros de mora e multa.

2.5 Pessoal

2.5.1 Os salários dos empregados da Entidade, estão sendo praticados de acordo com a tabela do Plano de Cargos e Salários de 1996.

2.5.2 A progressão funcional , de uma referência para outra, com o incremento de 10% (dez por cento), ocorrida em junho deste ano, também seguiu esse PCS.

2.5.3 Em 1º de maio último foi celebrado Acordo Coletivo entre a Diretoria da ANDES -SN e os seus empregados, concedendo-se o reajuste pelo IGPM/FGV, tendo sido também aprovado um novo Plano de Cargos e Salários, com nova “Matriz de Carreira”, onde a nomenclatura dos cargos foi mantida, e alteradas a quantidade de Referências e as Tabelas Salariais, no Nível de Apoio (NA), de 14 (quatorze) para 5 (cinco) e a faixa salarial maior de R\$ 1.095,45 para R\$ 527,08; no Nível Médio, (NM) de 18 (dezoito) para 5 (cinco) e a faixa salarial maior de R\$ 3.781,81 para R\$ 1.229,84; e no Nível Superior (NS), de 14 (quatorze) para 5 (cinco) e a faixa salarial maior de R\$ 4.160,02 para R\$ 2.125,87.

2.5.4 Em nossa opinião, as alterações procedidas são impraticáveis não só para os empregados antigos, como para os que forem admitidos a partir de sua vigência, uma vez que os cargos e suas atribuições continuam os mesmos.

2.5.5 Os Livros de Registro de Empregados estão desatualizados, no que se refere às anotações de férias, alterações salariais e promoções ou mudança de cargo.

2.5.6 Não foi localizado o Livro de Inspeção do Trabalho.

2.5.7 Está incorreto o enquadramento da ANDES - Sindicato Nacional no FPAS – Fundo de Previdência e Assistência Social, código 566, o certo é o 523, que engloba os “Sindicato ou associação profissional de empregado, trabalhador avulso ou empregador pertencente a atividade outrora **não vinculada ao ex-IAPC**”. O código 566, se refere aos “...outrora **vinculados ao ex-IAPC**”, com isso a Entidade vem recolhendo no item Terceiro 4.5% (quatro e mio por cento), quando deveria ser 2,7% (dois virgula sete por cento), ou seja 1,8% (um virgula oito por cento) a mais do que o devido, sobre a Folha de Pagamento, que só no período sob exame atingiu o montante de R\$ 3.807,44 conforme demonstramos abaixo:

Mês de Compet.	F.Pagto. R\$ Base de Cálculo	Terceiros R\$		Diferença.
		Recolhido	Devido	
12	44.606,59	2.007,29	1.204,38	802,91
01	44.321,82	1.994,48	1.196,69	797,79
02	47.851,57	2.153,32	1.292,00	862,32
03	37.592,81	1.691,67	1.015,00	676,67
04	44.597,16	1.871,87	1.204,12	667,75
			Soma	3.897,44

Recomendações:

1. verificar com a Assessoria Jurídica sobre as implicações do novo Plano de Cargos e Salários.
2. atualizar os Livros de Registro de Empregados e providenciar a aquisição do Livro de Inspeção.
3. levantar todos os recolhimentos feitos ao INSS, apurar o total de pagamento indevido do item “Terceiros” e providenciar a recuperação dos valores pagos a maior.

2.5.8 A contribuição de 15% (quinze por cento) devida pela ANDES-SN ao INSS, sobre os pagamentos feitos a autônomos - pessoas físicas - prestadores de serviço não está sendo recolhida com a devida regularidade, como nos seguintes casos:

- a) sobre os pagamentos feitos no mês de janeiro deste ano;
- b) sobre os pagamentos feitos ao Sr. Flavio Pachalski, nos meses de fevereiro, março e abril.

2.6 Adiantamentos e Prestações de Contas de Secretarias Regionais

2.6.1 As Secretarias Regionais localizadas em cidades com atividade sindical mais intensa recebem dois tipos de adiantamento, um, em valor exato, para a sua manutenção propriamente dita – aluguel, água, luz e telefone – e outro, correspondente a 1% (um por cento) da receita da ANDES – SN, para custear as suas ações operacionais e, no caso, de São Paulo, mais um outro para atender à produção e distribuição Revista.

2.6.2 Desnecessariamente são organizadas Prestações de Contas distintas, uma para cada fonte de recurso. A conta bancária na Regional é uma só, a contabilidade da ANDES – SN não separa o que é de uma ou de outra fonte e procede os lançamentos nas contas de despesa, conforme o Plano de Contas.

2.6.3 As instruções para a Prestação de Contas não prevêem a anexação do extrato da conta bancária, talvez em razão de que a maioria das Regionais não os apresente regularmente.

2.6.4 A classificação da despesa na Prestação de Contas não é a mesma da contabilidade, com isso dificulta a sua apropriação contábil.

2.6.5 Verificamos que a documentação anexada às Prestações de Contas, em geral, são hábeis, apenas necessitando de uma regulamentação sobre o tipo e forma de preenchimento.

2.6.6 Embora haja um controle efetivo dos adiantamentos concedidos e das prestações de contas, os saldos apresentados pelas Regionais, pela Secretaria de Finanças e pela contabilidade não se igualam.

Recomendações:

1. estudar a possibilidade de se adequar a classificação da despesa na prestação de contas à contabilidade
2. estabelecer controle efetivo sobre os saldos em poder dos Regionais, de forma a possibilitar que os mesmos reflitam a mesma posição da Secretaria de Finanças e da contabilidade.
3. considerando que a conta bancária na Regional é uma só e que a contabilidade não distingue uma da outra, sugerimos a unificação das prestações de contas em um só processo

2.7 Adiantamentos e Prestações de Contas de Diretores

2.7.1 A Entidade utiliza o processo de adiantamento e prestação de contas para a Diretoria, em geral, em valores suficientes e necessários a atender despesas com hospedagem, deslocamentos urbanos, passagens e outras, quando o valor recebido é insuficiente o Diretor realiza os gastos necessários e depois é reembolsado e quando gasta menos devolve a Entidade. Existe na Secretaria de Finanças controle dos adiantamentos concedidos e das respectivas prestações de contas

2.7.2 O procedimento tem gerado um grande volume de papel e mão-de-obra, tanto para quem recebe o adiantamento e presta contas, quanto para a Secretaria de Finanças e contabilidade, o que poderia ser melhorado com a adoção mecanismo mais simplificado.

Recomendação:

1. estudar uma forma de se estabelecer um mecanismo para a concessão de diária para cobrir não só a alimentação, mas também a hospedagem e deslocamento urbano, onde o valor já seria considerado como despesa e o Diretor apenas apresentaria o relatório das ações desenvolvidas em sua missão e a capa do bilhete de passagem aérea utilizada. com isso conceder-se-ia adiantamento somente para atender a despesas específicas do evento.

3 CONCLUSÃO

Os fatos apontados indicam a necessidade de regularização imediata dos casos onde a Entidade está sendo prejudicada financeiramente - itens 2.2.4 e 2.5.7 - e a adoção de medidas para sanar as falhas e impropriedades de caráter formal, que não representam prejuízo para a ANDES – SN.

Diante disso colocamo-nos a disposição de V. Sa. para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, bem como para a realização de consultoria na manualização de procedimentos nas áreas financeira, contábil e de pessoal.

Era o que tínhamos a relatar

Brasília DF, 18 de agosto de 1998

MerConsult Auditores e Consultores Associados Ltda.

Evaldo Augusto da Silva

Contador CRC DF n.º 1463

Texto 10

A CRISE UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E A GREVE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

CONTRIBUIÇÃO DO PROF. OSVALDO COGGIOLA (Vice-Presidente da Adusp S.Sind.)

A privatização da universidade e a destruição do ensino superior público não são um processo especificamente brasileiro, mas mundial, determinado pela crise estrutural do capital e suas conseqüências básicas nesse plano: a) A tendência do capital para a destruição, cada vez maior, do potencial produtivo da sociedade; b) A necessidade, para o capital, de reintegrar na sua órbita, como campo de investimento lucrativo, as atividades sociais que fugiram daquela, em primeiro lugar a educação, incluída a superior. A comparação desfavorável do Brasil e da América Latina com os países “organizados” (ou “desenvolvidos”) só é válida em termos pedagógicos ou propagandísticos, para demonstrar o modo especialmente perverso que aquela tendência mundial adota na periferia capitalista, e não como “exceção à norma”. Nesse contexto, é lícito apontar que 80% da pesquisa do ora badalado “modelo” das universidades privadas dos EUA, é financiado por verbas públicas através de bolsas de pesquisa.

A explosividade da crise universitária a nível internacional, está determinada pela massificação do ensino universitário depois da Segunda Guerra Mundial. Os EUA anteciparam o processo na “década dourada” de 1920, passando de 250 mil estudantes universitários em 1900, para um milhão e meio em 1940 (na pós-graduação, as cifras respectivas são de 5.800 e ...100 mil): uma sextuplicação. No país havia 3 milhões de estudantes universitários em 1958, e 10 milhões em 1974: um crescimento muito superior ao demográfico. O próprio ensino secundário cresceu de 2,5 para 4,8 milhões somente nos anos 20 (um crescimento de 32% à 51% dos jovens em idade escolar).

Na França, o número de universitários passou de 150 mil estudantes em 1956 para 605 mil em 1967, sendo criado então um ministério exclusivo para as universidades. As cifras da ex-URSS são muito mais espantosas que as dos EUA e Europa. Na América Latina, também, em 1950 havia 75 universidades com 270 mil alunos (2% dos jovens na idade universitária) e 25 mil professores. Em 1988 havia 450 universidades e 2.000 instituições de ensino superior, com mais de 6 milhões de alunos para as primeiras (um milhão e meio somente no Brasil, que tinha apenas 100 mil em 1960) e 500 mil professores: entre 10% e 15% dos jovens em idade correspondente (porcentagem muito inferior ao dos EUA, Europa e Japão). Na “década perdida” (1980-90), as universidades cresceram anualmente em 5%, apesar do retrocesso econômico.

Paralelamente se desenvolve o que Ernest Mandel, em *O Capitalismo Tardio*, denominou a “constituição da pesquisa (produção de conhecimentos) em um ramo independente da produção”. As inversões em ciência e tecnologia cresceram 15 vezes nos EUA entre 1947 e 1967, enquanto o PIB só cresceu 3 vezes. Na América Latina o processo foi desigual, dado que 50 das 450 universidades concentram 80% da pesquisa (no Brasil, as três universidades públicas paulistas concentram quase 60% da pesquisa). Na universidade foi deslocada a figura do “professor” pela do “pesquisador que dá aulas” (ultimamente, na medida da exacerbação da desigualdade, a última está sendo substituída pelo “gerente de recursos econômicos e humanos” que, às vezes, dá aulas).

As razões do processo descrito se encontram, parcialmente, na necessidade de qualificação da mão-de-obra de um capitalismo em expansão (1945-1970), e também nas concessões feitas pelo capital para evitar desenvolvimentos revolucionários no pós-guerra ou, o que é o mesmo, na pressão dos trabalhadores e da população explorada (este, fator decisivo nas últimas décadas de contração econômica). Classes e camadas sociais antigamente marginalizadas da universidade, passaram a ter acesso a ela.

As conseqüências do processo universitário, e educacional em geral, são múltiplas. Por um lado, a proletarização do professorado (que deixa de ser um setor de “elite”) o que o leva a adotar os métodos de organização e luta dos trabalhadores em geral: na França se constitui a central FEN (Federação da Educação Nacional) que compete com as centrais sindicais; surge a CTERA na Argentina e o poderoso sindicalismo educacional no Brasil e no México, assim como as centrais continentais e mundiais (CEA, CMOPE, etc.).

Surge em todas as partes um inédito sindicalismo universitário, e o setor professoral em geral passa do “associacionismo” (de características a-clasistas e corporativas) para o sindicalismo de classe em todos os níveis do sistema educacional. No Brasil, a ANDES surge com o sindicalismo combativo da década de 70, transformando-se em sindicato nacional a partir de 1988, sendo precedido pela “metamorfose sindical” das associações do professorado brasileiro de 1º e 2º graus (1).

É no quadro da crise que a questão da privatização assume formas brutais: a educação - a educação superior em especial - deve ser transformada em um “negócio”, para um capital em crise, desesperado por novos campos de exploração lucrativa, assim como acontece com a previdência, a saúde, etc. (este é o fundo de classe que se esconde por trás das argumentações oficiais relativas ao equilíbrio das contas do Estado). A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 370 mereceu um comentário inapelável da ANDIFES: “a redação do parágrafo primeiro não garante que as universidades permaneçam como pessoas jurídicas de direito público, permitindo que a legislação infraconstitucional possa torná-las pessoa jurídica de direito privado, regidas pela legislação ordinária civil”.

A privatização assume diversas formas, desde o argumento cínico da “captação de recursos externos” que caracteriza a “privatização branca” das maiores universidades públicas, até a privatização por decreto nos elos mais fracos da corrente (Tocantins, Bahia). Trata-se de uma tendência internacional, como o revela o seguinte comentário à nova Lei de Ensino Superior, recentemente aprovada na Argentina, realizado pelo jornal *Prensa Obrera*: “É uma lei de confiscação do salário, de tornar a educação paga, e de destruição da universidade pública. Porque o ‘financiamento externo’ só servirá a cátedras e departamentos isolados, deixando a grande maioria das atividades sem saída. Não existe no projeto nenhum conceito pedagógico, só adequação aos requerimentos de um capitalismo em crise que tem que arrasar com as conquistas educativas da população para defender seu lucro”.

No Brasil, a mesma tendência toma a forma institucional do Pronex, que pretende instaurar as “ilhas de excelência” (capitalista) e o salve-se-quem-puder para o restante, para o qual irão institucionalizar a autonomia financeira para as Universidades, para que elas possam, “livremente”, trabalhar e serem transformadas em empresas. Essa é a transformação global que a burguesia quer para a Universidade: cortam verbas, selecionam as que irão receber as migalhas, mudam seus cursos e pesquisas em função das necessidades do capital (as “parcerias”), e privatizam seus espaços para que as empresas lucrem mais.

Daí a necessidade de alterar o artigo 207 da Constituição Federal, que rege a autonomia universitária e as responsabilidades da União junto às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com a PEC-370 abre-se a possibilidade de acabar com a autonomia universitária, pois as alterações propostas podem abrir brechas jurídicas que possibilitariam o início do processo de privatização das universidades públicas, desresponsabilizando progressivamente o Estado brasileiro do financiamento público das IFES e dando total liberdade às instituições particulares de ensino superior de tornarem-se verdadeiras “fábricas de diplomas”.

A argumentação em favor da desqualificação dos *currículos* (inclusive o das Escolas Técnicas), em função das “novas tecnologias”, foi já apresentada de maneira cínica e ideológica (isto é, através de uma inversão da realidade) em documento da FIESP de 1990: “A carência de pesquisa básica e aplicada, a escassez de mão-de-obra especializada e a rápida obsolescência das inovações tornaram os investimentos em setores de alta tecnologia os mais arriscados em um país de industrialização recente como o Brasil. Uma ênfase maior em tecnologia de ponta deverá ocorrer quando o país estiver apto a investir maior parcela de recursos na formação de capital humano e P&D”.

Mais direta e menos diplomaticamente, o mestre analfabeto portenho de nosso diplomado “príncipe” tupiniquim, justificava assim recentemente as mudanças curriculares e a privatização geral do ensino na Argentina: “Quem tem mais futuro no mercado de trabalho, um menino que tem o primário e o secundário mas que não sabe trabalhar num computador, ou um analfabeto que maneja um computador? Vamos para um mundo da tecnologia, do saber” (Carlos Menem). É isso que eles querem: analfabetos com computador...

Através da privatização, é um processo de desqualificação geral dos diplomas universitários o que se pretende, em nome das “novas tecnologias”. Um dos ideólogos da “cyber-educação” afirma isto de modo messiânico: “Já se passaram 2.500 anos desde a época de Sócrates, Platão e Aristóteles. Desde então criamos naves espaciais, biotecnologia, engenharia genética, lasers, rádio-astronomia, matemáticas não-lineares, teoria do caos, satélites, super-computadores, TV interativa, e inteligência artificial. Chamamos isso de progresso. Mas o que acontece na educação? Dois milênios e meio depois, ainda pomos alunos em uma sala de aula com uma autoridade que lhes ensina por períodos determinados de tempo. Avançamos muito pouco desde o paradigma educacional usado por Sócrates e seus discípulos”(2).

A universidade “sem paredes, sem salas de aulas e sem... professores” com que ele sonha, já não é mais uma universidade. E também não são universidades os “entes” favorecidos pelas recentes políticas do CNE com o *label* institucional de universidade. Sobre os quais a *Veja* comenta que “alguns dos cérebros mais brilhantes, muitos dos cientistas mais prolíficos, gente que devotou décadas à busca do conhecimento e ao ensino de gerações está abandonando a universidade pública e batendo às portas de escolas particulares - as mesmas que até dez anos atrás, em tom de chacota e desprezo, eram chamadas de “caça-níqueis”, “arapucas” e “pagou-passou””(3).

O toque cínico vem por conta dos comentários dos responsáveis da política governamental: “No curto prazo, será o caos. As faculdades públicas estão se desestruturando, e as particulares ainda não conseguem oferecer uma alternativa à altura”, sentencia a professora Eunice Durham, aposentada pela USP, consultora do Ministério da Educação. “Essa migração desmonta grupos de pesquisa armados ao longo de décadas e tira lideranças importantes do cenário”, acrescenta Abílio Baeta Neves, secretário de ensino superior do MEC.

A tendência geral é: privatização do ensino superior, cortes nos orçamentos públicos de pesquisa (em especial de pesquisa básica), desvalorização dos diplomas, desqualificação do trabalho universitário. Nos EUA, certamente, o setor privado chega a investir 40% do total aplicado em pesquisa e desenvolvimento. Este total corresponde a 3,5% do PIB americano, que é de 7,1 trilhões de dólares. O governo norte-americano chega a aplicar mais de 50% dos gastos totais com pesquisa em desenvolvimento em todas as áreas. Somente na área de ciências biomédicas e ciências de saúde, através de seu Instituto Nacional de Saúde (*National Institute of Health*), gasta 13,1 bilhões de dólares anuais (corrigidos anualmente em cerca de 3% anuais de acordo com a inflação local). Dentre estes 13,1 bilhões, 7,4 bilhões destinam-se ao financiamento de pesquisa em diferentes universidades em todo o país, 1,12 bilhão para pesquisa dentro de seus institutos e o restante destina-se ao pagamento de estudantes e pós-doutorados em treinamento.

Estes valores não incluem os gastos com salários e não mencionam os gastos na área de humanas e exatas, especialmente nas engenharias, onde gastos vultuosos são realizados anualmente (4). Mas isto se dá num sistema que “nasceu” privado, o que significa que a iniciativa privada, e a “captação de recursos externos” (no setor privado) foi historicamente incapaz de manter um sistema universitário no país capitalista mais desenvolvido do planeta. Por outro lado entre 92 e 97 a iniciativa privada nos EUA manteve constante seu investimento em ciência básica (7 bilhões de dólares anuais). No entanto, o investimento em pesquisa aplicada saltou de 26 para 32 bilhões e o investimento em desenvolvimento de novas tecnologias foi de 86 para 114 bilhões de dólares anuais(5).

O processo é mais claro na Europa, onde a escola é definida como “o grande mercado do século XXI”. O volume desse “mercado” está calculado em “um trilhão de dólares (que é) segundo a OCDE, o montante dos gastos anuais dos seus Estados-membros em educação. Esse ‘mercado’ é muito cobiçado. Quatro milhões de professores, 80 milhões de alunos, 320 mil estabelecimentos escolares (entre os que 5.000 universidades e escolas superiores da União Européia) estão na mira dos mercadores. Mas serão necessários muitos esforços para concretizar o que seria o desmonte do essencial do serviço público da educação”(6).

O instrumento fundamental da penetração do setor privado na educação e o “ensino a distância” que permitiria introduzir, de acordo com um documento da Comissão Européia de 1990, “critérios de rentabilidade”. Em maio de 1991, se define que “uma universidade aberta é uma empresa industrial, o ensino superior a distância é uma nova indústria (que) deve vender seus produtos no mercado do ensino contínuo, regido pelas leis da oferta e da procura” (7). Se trata de introduzir mais rapidamente as pessoas no mercado de trabalho, fazendo com que completem a sua formação já como trabalhadores (e não como estudantes universitários, momentaneamente fora do mercado de trabalho) o que, além de pressionar para baixo os salários, desonera as empresas do financiamento público (através dos impostos) das universidades, transformando estas num “negócio” pois, como diz claramente um informe de 1996 do OCDE, é necessário “um engajamento maior dos estudantes no financiamento da maior parte dos custos da sua educação”(8). Em outras palavras, o ensino pago, e desqualificado (pois carente da interação professor-aluno em sala de aula).

Assim, as novas tecnologias, sob a égide do capital, são postas a serviço dos objetivos destrutivos enumerados acima. Se, na Europa, esse processo avança, na periferia é arrasador: 580 mil estudantes “à distância” na Turquia, 353 mil na Indonésia, 242 mil na Índia, 217 mil na Tailândia, 211 mil na Coreia, 530 mil na China, que “produz mais de 100 mil graduados a distância por ano, com mais da metade dos 92 mil graduados em engenharia e tecnologia obtendo seu diploma através dela”(9). Com um debate crítico nulo e, *last but not least*, sem nenhum movimento estudantil (que, na China, desde 1911 até 1989, sempre criou problemas aos poderosos de plantão...).

Os cortes na pesquisa básica e a privatização são duas caras da mesma moeda. A redução das verbas públicas não expressa cabalmente a profundidade do processo, pois as verbas remanescentes destinam-se crescentemente a “parcerias” com o setor privado (como na badalada colaboração FAPESP-FIESP) onde o setor público entra com os gastos a fundo perdido, e o setor privado com o produto final, e condicionando o direcionamento da pesquisa.

Recentemente, em uma reportagem publicada pela revista *Nature*(10) de grande circulação e impacto na comunidade científica, um professor da USP, tentou mostrar à comunidade científica internacional, que o Brasil, assim como o restante da América Latina, poderá se desenvolver e crescer num futuro muito próximo. Isso, se a Universidade Pública (local onde a maior parte das pesquisas ocorrem), aproveitar este momento para buscar outras formas de financiamento e se os seus docentes buscarem outras formas de ganhar a vida, que não dependa do setor público. Neste artigo, ele defende a venda de serviços como prioridade e a obtenção de salários através de consultorias, ou mesmo da utilização do conhecimento científico para a abertura de negócios privados. “Não é surpreendente que este discurso esteja tão bem articulado com o estrangulamento do orçamento e salários, criando um ambiente perfeito para a desobrigação governamental”(11).

O sucateamento das universidades públicas no Brasil se produz dentro deste quadro mundial, comandado pelo capital financeiro internacional, do qual o governo FHC é, em última instância, o agente. Isto não poupa sequer a “ilha de excelência” da USP, que tem perdido 800 docentes nos últimos 5 anos (a razão de 150 por ano) totalizando atualmente 4.700 docentes na ativa. Mas o seu alvo fundamental é o sistema federal de ensino superior, que agrupa 52 universidades, com 42 mil docentes, 450 mil alunos e 1.700 cursos de pós-graduação, com um orçamento de R\$ 6,4 bilhões (sendo que as universidades privadas recebem R\$ 1 bilhão em subsídios diretos do Estado, além das mensalidades dos alunos e outras formas de financiamento; os 6,4 bilhões, por outro lado, são um “ilusionismo orçamentário” do governo, segundo denuncia da ANDES, pois por exemplo, bem mais de 400 milhões correspondem à execução de precatórios de passivos trabalhistas, que são responsabilidade exclusiva do governo, não das universidades) (12).

O crescimento do setor federal (e estadual) durante os anos de crescimento econômico das últimas três décadas, foi bem inferior ao do setor privado (generosamente subsidiado), ao ponto que em 1964, 80% das vagas eram oferecidas em universidades públicas, e 20% nas privadas, sendo que, hoje, essas percentagens se inverteram. Nos últimos anos, ao calor da crise, o processo se acelerou brutalmente, com o crescimento dos subsídios ao setor privado, o arrocho orçamentário das IFES, a imposição da “autonomia financeira” às universidades estaduais e os subsídios ao grande capital que quebraram a sua fonte orçamentária (as grandes plantas automotrices de SP deixaram de pagar ICMS por autopartes, assim como outros setores por exportações), a instalação de um escritório do BID no MEC e a submissão a um documento do Banco Mundial (1995) “desaconselhando o estímulo” às universidades públicas, a “privatização branca” das IFES e IEES através de uma verdadeira invasão de “fundações” (de direito privado), a privatização brutal, pura e simples, nos elos mais fracos da corrente (Tocantins, Bahia) e, *last but not least*, o desenvolvimento de cursos (pagos) a distância, de Harvard ou do MIT, via Internet.

O debate sobre a “reforma universitária”, ora em curso, parte do pressuposto da inadequação da atual estrutura à “realidade”, mas fazendo completa abstração dessa mesma realidade, que é a de um capitalismo mundial no seu período de declínio histórico (imperialista), padecendo da sua crise econômica mais profunda, e comandando um processo de destruição sistemática das forças produtivas sociais. Toda a questão consiste em saber se a universidade brasileira vai se adaptar a esse processo, ou vai resisti-lo organizadamente. Não se pode discutir “reforma” ignorando que as verbas para educação caíram 19,57% no governo FHC, que foram gastos R\$ 45 bilhões para pagamento da dívida externa, enquanto a educação recebeu apenas R\$ 9 bilhões.

Tudo com a ingerência direta do FMI e do Banco Mundial que juntamente com a UNICEF e a UNESCO promoveram a Conferência Mundial de Educação em 1990, na Tailândia, onde foram traçadas as metas do imperialismo com relação à educação nos países “subdesenvolvidos”.

O governo FHC batizou como “plano” e “reforma” um conjunto de medidas carentes de qualquer projeto e coerência interna, além do seu reacionarismo. A sua política, através da emenda constitucional nº 14 e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), vem trazendo conseqüências catastróficas para a já combalida educação pública. Garantindo formalmente a obrigatoriedade e gratuidade apenas para o ensino fundamental (1ª a 8ª séries), a reforma desobriga o governo com a manutenção dos outros níveis de ensino, o que representa uma drástica redução de investimentos para a educação. Em decorrência destas medidas, estimula a privatização do ensino médio e superior, relegados a último plano.

Outro elemento de arrocho é o chamado processo de avaliação de rendimento. O art. 9º da LDB define como uma das incumbências do governo federal “assegurar o processo nacional de avaliação de rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridade e a melhoria da qualidade de ensino”. Ou seja, em decorrência das enormes dificuldades de funcionamento, oriundas da escassez de investimentos, bem como da corrupção que alimenta todas as esferas do Estado burguês, principalmente os níveis de ensino médio e superior públicos, cuja oferta não é considerada como prioridade do governo, serão avaliados da forma negativa e, conseqüentemente, receberão menos verbas.

Como já foi dito “o PNE/MEC representa uma versão cujo eixo no ensino fundamental é o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), no ensino médio é o Decreto 2208/97 e, no ensino superior é a PEC 370/A/96 (que modifica o artigo 207 da Constituição, referido à Autonomia Universitária). É uma construção inconsistente do ponto de vista teórico, pois não fixa o financiamento para as metas propostas, não apresenta um diagnóstico da educação brasileira e apela para a responsabilidade da sociedade na forma do ‘voluntariado’ para resolver as questões da educação. Prevê um acréscimo financeiro global na base de 0,1% do PIB anual, para alcançar ao final de 10 anos os 6,5% recomendados pela UNESCO.”(13)

Enquanto entretinha a “opinião pública” com seus grandiloquentes “planos”, a política do governo FHC verificava-se no dia-a-dia. Permitiu-se que o sistema federal ficasse com uma lacuna de mais de 7000 docentes definitivos, cujas funções passaram a ser exercidas por “professores substitutos”, com salários simbólicos. Dentro do “Pacote Fiscal” de outubro de 1997 (destinado a conter o “contágio” da “crise asiática”) foram retirados R\$ 450 milhões do sistema federal de fomento à pesquisa (Capes – CNPq), ao mesmo tempo em que se propunham R\$ 300 milhões para as universidades particulares... Nas universidades federais, a deterioração salarial chegou ao ponto em que o salário de um professor universitário com mestrado, em regime de 40 horas de trabalho é de R\$ 589,00, salário inferior ou equivalente ao de categorias da sociedade de nível médio, sem nenhuma formação universitária.

Em 1998, o MEC decidiu ir além, lançando três propostas básicas: a) o ensino pago (“queiramos ou não, a cobrança de mensalidades ou de anuidade está na agenda”, disse o ministro Paulo Renato) em que pese já estar demonstrado que ele não cobriria 10% do orçamento universitário – se todos pagassem – e que 60% dos alunos das IFES não teriam condições de pagar(14); b) a instauração em nome de uma “autonomia financeira” – contida na PEC 370, em tramitação desde 1995 – de um verdadeiro salve-se-quem-puder, justificado em que “o modelo de financiamento da universidade (por verbas públicas) está falido e não abre possibilidades de expansão”(15) e defendido pelo principal porta-voz da direita burguesa com o delicioso argumento de que “a captação de recursos fora da administração pública é um caminho a ser experimentado desde que se abandonem os preconceitos que há na comunidade acadêmica pública contra os empresários. As universidades teriam muito a aprender e a ganhar se vencessem esse preconceito”(16); c) a vinculação dos salários docentes à produtividade, especificamente horas-aula (como se os docentes não preparassem aula, não dessem plantão, não fizessem pesquisa e/ou extensão) numa aproximação, não tanto ao regime “horista” das “fábricas de diplomas” particulares, e sim ao “salário por peças” anterior à legislação trabalhista.

O *Estadão* teorizou cinicamente: “parcerias, convênios, flexibilização da universidade, são os caminhos que se abrem”; em outras palavras, virem-se como puderem. A famosa “avaliação”, reclamada pelo governo como “instrumento de controle do uso das verbas públicas”, tirou definitivamente a sua máscara, revelando-se um instrumento de chantagem financeira sobre as universidades e sobre os próprios docentes.

Com 1175 dias sem reajuste e uma deterioração salarial calculada em 48,65% nesse período, a raiva acumulada dos professores explodiu da única maneira possível: a greve por tempo indeterminado, reivindicando esse reajuste. Ela foi deflagrada quando o MEC –depois de ignorar a pauta de reivindicações há tempos entregue pelo ANDES– anunciou o PID (Programa de Incentivo à Docência) prevendo reajustes diferenciados, abaixo da inflação, vinculados à produtividade, e excluindo os aposentados e os docentes de 1º e 2º graus vinculados às IFES, ou seja, vinculando de um só golpe arrocho, flexibilização e exclusão, no que foi qualificado pela ADUnB de “ignóbil, indecente, imoral e maquiavélico”.

A essência do PID já foi denunciada quando se analisou que “em nome da flexibilização, postula-se para as instituições públicas a eliminação do regime jurídico único, do concurso público e da dedicação exclusiva ao exercício da docência”(17). Junto a isso, além do PID não contemplar o conjunto da categoria docente, pois a ele teriam acesso, no máximo, 30% dos especialistas, 50% dos mestres e 60% dos doutores, ficariam também dele excluídos aqueles que atualmente possuem somente a graduação e os professores aposentados, muitos dos quais optaram por esta condição em virtude das ameaças de abolição de seus direitos pelas reformas administrativa e da previdência.

Estavam também sumariamente excluídos do PID todos os docentes que atuam no ensino de primeiro e segundo graus das universidades federais e nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Tudo isso dentro de uma estratégia bem ampla do governo, de destruição da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade: desta estratégia fazem parte, além do arrocho salarial, a não renovação dos quadros através de concurso público, a precarização do trabalho docente com a crescente contratação de professores substitutos, a política de privatização interna através do estímulo à disseminação das fundações de direito privado e o corte de verbas para a renovação das bibliotecas, a manutenção dos laboratórios e equipamentos e as demais despesas das instituições.

Iniciada no final de março, a greve dos docentes federais estendeu-se por 103 dias, comovendo a sociedade brasileira como nenhum outro movimento de luta no presente ano. Foi a greve mais longa da categoria em toda a sua história. Contrariando o desprezo inicial do MEC, ela ganhou rapidamente 49 das 52 IFES, conquistando adesão de 100% na maioria delas, radicalizando-se ao ponto de 19 professores iniciarem uma greve de fome em Brasília, que durou duas semanas. O sucesso do movimento foi garantido pelo fato da condução da greve estar sob a responsabilidade do Comando Nacional de Greve, com representantes eleitos em assembleias de base, e apoiado permanentemente em comandos locais de greve igualmente eleitos.

O recuo do governo no decorrer da greve foi impressionante. Primeiro, com a rejeição de fato do PID pelo Congresso Nacional (mediante a supressão do artigo 6º da Medida Provisória que o instaurou) submetido à pressão da greve. A 24 de abril, o Ministro Paulo Renato anunciou modificações no PID e tornou-o capaz de abranger até 90% dos professores universitários. Isto foi rejeitado, assim como a tentativa, feita em inícios de junho, de estender aos professores e aposentados sem pós-graduação e a gratificação até então prevista apenas para mestres e doutores. Mesmo assim, o Comando Geral de Greve dos professores não aceitou a proposta do governo, apoiado na decisão nesse sentido de 45 assembleias de base, que reafirmaram a reivindicação de aumento salarial homogêneo. Em maio, o MEC-FHC lançou sua cartada máxima, a retenção dos salários para quebrar a greve, e colheu um novo fracasso.

A extensão e a profundidade da greve fizeram explodir o quadro até então restrito e em surdina do debate sobre a reforma universitária que, junto com a própria greve, ganhou manchetes e páginas nobres dos jornais, assim como os principais espaços da TV. A crise ganhou a própria estrutura administrativa, com os reitores das universidades pronunciando-se contra a retenção dos salários. A direita teve como porta-voz o ex-ministro de Collor (e ex-reitor da USP) José Goldenberg, que passou a denunciar a “irresponsabilidade cívica” nas universidades: “Não há solução de médio e longo prazos para o problema das universidades federais sem resolver o problema da autonomia, e é isso que o ministro Paulo Renato deveria estar fazendo, em lugar de regatear com os grevistas o percentual do seu aumento salarial ou reter o seu salário.”(18)

A assessora de FHC, Eunice Durham, pôs o grito no céu: “O sistema financeiro das universidades está podre”. Propôs “uma emenda constitucional que não só assegure a autonomia, mas também garanta, por meio de uma subvinculação de 75% dos recursos destinados à educação, o financiamento público das universidades”. E pôs o dedo na ferida ao reconhecer que “se fosse possível para o governo, hoje, atender às reivindicações dos docentes, concedendo o aumento salarial linear, as universidades seriam apaziguadas, a discussão cessaria e nenhuma reforma seria feita”(19). Trocando em miúdos, que na greve estava em jogo muito mais do que o salário: ela punha em questão toda a política universitária (e, até certo ponto, educacional) do governo FHC.

Foi nesse quadro de crise que ganhou destaque, em finais de junho, o manifesto produzido pelo “Grupo de Defesa da Universidade Pública”, composto por 26 personalidades universitárias “auto-convocadas” na UFRJ.

Para muitos, apareceu como a possibilidade de que um grupo de “notáveis” “acima de qualquer suspeita” fizesse um meio-de-campo entre o governo e o forte movimento grevista. Entre esses muitos, cabe destacar a nova diretoria da ANDES-SN, que considerou que “os signatários são interlocutores válidos para a materialização do compromisso que assumiu durante a sua campanha”, e que o próprio manifesto expressava “uma posição objetiva e construtiva”. Sua única crítica refere-se ao critério de avaliação, que julga como uma “ferramenta inadequada” (a “revisão por pares”)(20).

Ora, o manifesto, de saída, consegue a façanha de sequer mencionar a greve em curso, e de referir-se a ela, pudicamente, como “a recente crise em nossas universidades federais”. Quanto às questões mais gerais, propõe a limitação da dedicação exclusiva (“privilégio a ser concedido apenas a quem o justifique”) assim como da estabilidade (“não aconselhável logo nos primeiros escalões”) chegando a propor, para resolver o “problema do passivo previdenciário”, o “recurso a fontes internacionais” (?). Para salvar a universidade, seria necessário “unir esforços no combate ao desinteresse persistente da área econômica manifestado ao

longo de vários governos sucessivos, à alienação da empresa e da sociedade, e ao predomínio de vantagens corporativas, desvinculadas do mérito e dos valores acadêmicos”(21). Acontece que o espantoso do “corporativismo” é o cavalo de batalha contra o movimento docente do governo FHC (que sequer é mencionado no manifesto). A única “autoridade” citada em defesa da universidade pública é ... Bill Clinton, o que revelaria mau gosto, se não revelasse uma definida vocação de acomodação ao *statu-quo*.

A questão central, que definiu o destino da greve, encontra-se no *interior* do próprio movimento docente, materializada na eleição da ANDES-SN, celebrada em meados de maio, em que a chapa da diretoria (que observou uma conduta classista, impulsionando o movimento e subordinando-se em todo momento às decisões das assembleias de base e do Comando Nacional de Greve) foi derrotada pela chapa da oposição.

Desde a sua realização, as eleições da ANDES se transformaram, literalmente, em *questão de Estado*, merecendo espaço em reuniões do gabinete e do congresso. O balanço eleitoral, em si, é contraditório, pois a chapa derrotada obteve quase 44% dos votos (contra 40% em 1996, quando houve duas chapas opositoras, unificadas em 1998) e foi vitoriosa em 43 ADs (sindicatos de base) contra 34 da chapa vencedora que, no entanto, obteve no cômputo total vantagem de 1700 votos. Note-se o comportamento da direção da CUT que fez questão de tomar posição eleitoral e, uma vez a nova diretoria empossada, defendê-la contra críticas (22).

Além dos apoios mencionados, decisivos, a chapa 2 (opositora) fez campanha com argumentos do tipo “queremos influir no sindicalismo brasileiro com a nossa especificidade de professores, trabalhadores intelectuais” (como se cada categoria não tivesse a sua especificidade, sendo o dever do movimento sindical uní-las para além delas) ou o de “somos docentes, integralmente ligados à vida acadêmica” (como se os outros fossem “agitadores profissionais” alheios à categoria!). A escassa discussão eleitoral -compreensível no meio da greve- fez com que pouco se conhecesse a posição da chapa 2 de crítica “à reivindicação de reajuste no piso salarial dos docentes, sabendo de antemão que tal proposta é inaceitável do ponto de vista governamental” (23) o que revela toda uma concepção da luta sindical (reivindicar só o aceitável pelo governo).

Vitoriosa a chapa 2, o presidente eleito (mas não empossado) iniciou uma atividade de contatos com representantes do governo e do parlamento, que foi apontada pela imprensa e por esses representantes, como “uma luz no fim do túnel”. A 25 de junho, o relator parlamentar do novo projeto governamental (GED, Gratificação de Estímulo à Docência, um PID “melhorado”), José Jorge, declarou, no *Diário da Paraíba* que “a diretoria que sai exige a retirada do critério de produtividade no cálculo das gratificações dos professores das universidades federais. Já o novo presidente está aberto a negociar”.

O presidente eleito defendeu-se argumentando que “em todos os contatos com deputados e lideranças partidárias que desenvolvi ao longo da última semana, atuei em estrita conformidade com o princípio enunciado pela atual presidente da ANDES em declaração ao jornal *Folha de S. Paulo* de 18/06, sexta feira última, qual seja, o de que a condição preliminar para qualquer negociação com o governo é a retirada, por parte deste, da exigência de avaliação de produtividade docente no projeto de lei a ser votado pelo Congresso Nacional” (24).

Acontece que a condição de “presidente eleito” não lhe dava qualquer “status” de negociador fora das instâncias existentes (CNG, diretoria vigente): o próprio princípio do “contato” é questionável. E que houve negociação (no caso, paralela) fica demonstrado pelo fato do presidente (então, ainda “presidente virtual”) afirmar que se pautou pelos princípios enunciados pela presidente (em exercício) da ANDES (que foi procurar na *Folha*, quando teria lhe bastado uma consulta ao CNG). Uma vez empossada, a nova diretoria emitiu nota na qual evidenciava a importância que dava ao princípio defendido, propondo que:

“O governo conceda os valores das gratificações previstos na GED, interpretados pelo Comando Nacional de Greve como um reajuste emergencial, estendendo-os também aos docentes de primeiro e segundo graus das IFES; o governo aceite que a avaliação de desempenho docente seja objeto de um projeto a ser elaborado em prazo de 90 dias, por uma comissão que inclua representantes das universidades, incluindo a ANDES-SN. Projeto este cuja implantação não incida sobre as gratificações ora concedidas” (25)

Ou seja, a aceitação do critério da produtividade, a exclusão dos aposentados (com direito adquirido) , a quebra da autonomia universitária através da aceitação da avaliação através de uma comissão com representação minoritária do movimento docente.

A nota provocou um escândalo no XXVI CONAD (Conselho Nacional de Associações Docentes, reunido nesse momento em Campina Grande), que quebrou a pauta prevista para discutí-la, e foi rejeitada pelo Comando Nacional de Greve, obrigando à nova diretoria a retirá-la.

Mas tendo agora contra o governo, o Congresso, os partidos, o isolamento, o desgaste de mais de 100 dias de greve, o levantamento da greve de fome (para não quebrar a saúde dos companheiros) o movimento de greve não resistiu. Poucas vezes se terá visto uma greve com tantos adversários políticos.

Nesse clima, ganhou força a proposta de levantar a greve, que foi amplamente publicitada. Chegou-se a emitir uma nota em que se reivindica “a intervenção providencial do Presidente do ANDES-SN” (sic).

Para o presidente, o principal “é que evitamos o pior, que seria terminarmos uma greve de mais de três meses sem absolutamente nada. Essa hipótese significaria aumentar o ritmo de evasão de professores, principalmente dos mais qualificados, além de uma desmoralização e perda de auto-estima que nos enfraqueceria definitivamente face as iniciativas pouco louváveis deste governo em matéria de ensino superior público”(26) Neste raciocínio, “alguma coisa” seria mais importante que os próprios motivos da greve, justamente contra “as iniciativas pouco louváveis deste governo”. Sem falar em que “qualquer coisa” não justifica o que foi criticado assim pela ADUFRJ: “Foi grave a negociação com o MEC de um Projeto de Lei com itens rejeitados pela ampla maioria de nossas assembleias. É inadmissível a diretoria do ANDES-SN intervir no CNG, cancelando uma reunião. Sabemos do desgaste que nosso movimento sofre, mas consideramos imperativa a convocação de um congresso dos docentes, para avaliarmos a conduta do presidente da ANDES-SN. Nosso sindicato deve continuar sendo um exemplo de transparência para continuarmos lutando pela universidade pública”.

Vinte e sete ADs já se pronunciaram em favor de um Congresso ou CONAD extraordinário. Qualquer que seja a sua pauta, ela está condicionada pelo fato de que “os professores retornam às salas de aula com a certeza de que o tratamento discriminatório dado pelo governo aos professores de 1º e 2º graus (que ficaram excluídos da Gratificação de Estímulo à Docência – GED), aos aposentados (somente os próximos professores a se aposentar receberão os 60% da gratificação) e a avaliação produtivista são derrotas que não serão esquecidas pela categoria”(27).

O governo saiu ferido do combate, mas poderia ter saído completamente derrotado, o que não foi o caso. A continuidade da luta está colocada, assim como a sua extensão às universidades estaduais e particulares, em momentos em que o próprio reitor da USP propõe publicamente o atrelamento de qualquer recurso suplementar para as universidades estaduais de São Paulo à avaliação do seu desempenho (28). Está colocada uma luta geral em defesa da Universidade Pública.

Notas

- (1) Uma história deste processo encontra-se em: Amarílio Ferreira Jr. , *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1998.
- (2) Joseph N. Pelton. Cyber learning vs. the University. An irresistible force meets an immovable object, *The Futurist*, novembro-dezembro 1996.
- (3) *Veja*, 10 de dezembro de 1997.
- (4) S. Smaili e F. Miraglia. *Desmentir e desmistificar é preciso, privatizar não é preciso*, 6 de junho de 1998
- (5) *The Sciences*, março-abril 1998
- (6) Gérard de Sélys. L'école, grand marché du XXIè siècle, *Le Monde Diplomatique*, junho 1998
- (7) *Rapport sur l'enseignement ouvert et à distance dans la CE*, maio 1991
- (8) *Internationalisation of higher education*, OCDE, 1996
- (9) M. Potashnik e J. Capper. Distance education: growth and diversity, *Finance & Development*, março 1998.
- (10) *Nature*, vol 392: 648, 1998
- (11) S. Smaili e F. Miraglia, *op. cit.*
- (12) *Informandes*, junho de 1998
- (13) ANDES/SN, *Caderno de Textos*, XXVI Conad, Campina Grande, 1998
- (14) *O Estado de S. Paulo*, 19 de julho de 1998
- (15) *Idem*, 25 de junho de 1998
- (16) *Idem*, 22 de junho de 1998
- (17) Deise Mancebo. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural, *Universidade e Sociedade* nº 15, fevereiro de 1998
- (18) *O Estado de S. Paulo*, 14 de julho de 1998
- (19) *Folha de S. Paulo*, 3 de maio de 1998
- (20) *Informandes*, julho de 1998
- (21) *Jornal do Brasil*, 3 de julho de 1998
- (22) Nota da CUT Nacional, 30 de junho de 1998

- (23) Renato de Oliveira et al. *Documento* s.d.p. (1998)
(24) Renato de Oliveira, Carta ao CNG, 21 de junho de 1998
(25) Nota Oficial da Diretoria da ANDES, Campina Grande, 27 de junho de 1998
(26) *Folha de S. Paulo*, 13 de julho de 1998
(27) *Jornal da ADUFRJ*, 6 de julho de 1998
(28) *Jornal da USP*, 20 de julho de 1998

Texto 11

GREVE DAS IFES E DEMOCRACIA INTERNA DO ANDES-SN

Contribuição dos seguintes sindicalizados pela ADUFMAT-SSIND: Aquiles Lazarotto, José Domingues de Godoy, Roberto Boaventura da Silva Sá, Tomás de Aquino Boaventura, Vinícius Machado P. dos Santos

Em nossa compreensão, refletir, hoje, sobre a última greve ocorrida nas IFES só tem significado mais amplo se não a circunscrevermos em si mesma, mas relacioná-la diretamente com a democracia interna de nosso Sindicato; aliás, motivo central deste CONAD EXTRAORDINÁRIO. Sem a devida relação, as diferentes e divergentes avaliações poderão não ultrapassar os limites do subjetivismo, além de estreitar as discussões apenas a um Setor, quando, na essência, o que está em jogo é algo bem mais profundo.

Os fatos acontecidos no final da greve - posse da nova diretoria e atropelo das negociações em andamento com o MEC - possibilitaram, de forma mais rápida e explícita, estabelecer as diferenças ideológicas e de concepção de sindicato e da própria sociedade em discussão, hoje, no interior do Sindicato. Diferenças que a partir de agora devem servir para definir limites e abrangências das concepções e apontar o norte do Sindicato pretendido pela maioria atuante.

No sentido de contribuirmos para tornar o mais claro possível o que nos difere das concepções da atual diretoria, valemo-nos, como exemplo recente, do editorial “Sindicalismo, universidade e sociedade”, da edição especial do *Informandes*, julho de 98, cuja intenção é apresentar uma história do SN, iniciada com a fundação da Associação Nacional “num Congresso reunindo as Associações Docentes de universidades públicas e privadas de todo o país” em 1981.

Após relatar a transformação da ANDES em Sindicato Nacional, só possível a partir da Carta Constitucional de 1988, o editorial diz que “pretendia-se que tal mudança na personalidade jurídica da associação não tivesse maiores conseqüências no que diz respeito ao perfil de sua atividade”, qual fosse a seguinte: “a certeza de que a identidade com o mundo do trabalho, buscada permanentemente nos debates internos dos seus militantes e ativistas, pudesse ser um desdobramento do rigor crítico que deve (Sic) marcar a produção intelectual de alta qualidade em todos os domínios do saber. A identidade com o mundo do trabalho, em suma, deveria ser a expressão de novos padrões de exigências sobre o trabalho intelectual e, sobretudo, se constituir num critério ético de desempenho profissional.” (grifos nossos)

A partir daí, o texto afirma que “a trajetória recente da Andes (Sic), no entanto, não honrou aquelas premissas”. Continua o editorial, dizendo que “diversos fatores, cuja complexidade escapa a alcance desta apresentação, contribuíram para a descaracterização da vocação inicial da associação, convertida num sindicalismo transformado em fim em si mesmo e que, nos últimos anos, aliava o radicalismo discursivo com o imobilismo e o afastamento das ‘bases’ que pretensamente representava.”

Como que percebendo a fragilidade da defesa saudosista da ANDES enquanto Associação, e sentindo a obrigação de se referir pelo menos *en passant* sobre sindicato, no último parágrafo, é dito que “isto não significa, obviamente, desprezar seu lado sindical.” Acrescenta o texto que, “pelo contrário, temos a certeza de que a ação sindical fica fortalecida, em termos de legitimidade, quando confrontada com as exigências que se colocam para uma instituição que se encontra no centro do interesse público.”

O editorial é encerrado, afirmando que “a luta sindical, entre nós, é um dos sustentáculos da universidade pública, e será um dos elos de ligação da universidade com as questões maiores da sociedade.”

Antes de tudo, é necessário dizer que, ao contrário da prática inaugurada pela atual gestão do SN, nenhuma postura do ANDES-SN deixara de ser deliberada, coletivamente, em seus eventos. As defesas intransigentes por uma Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, aliada à luta por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária sempre foram reiteradas vezes aprovadas, e em muitas ocasiões por aclamação, pelo conjunto do Sindicato Nacional.

Todavia, em função das divergências vivenciadas, alguns termos estão sendo reiterados em textos e discursos. Como exemplo, citamos “radicalismo” e/ou “fundamentalismo”, ainda que mantendo íntima ligação com suas respectivas raízes - radical e fundamento -, que, em suma, convergirão para o termo “base”, têm sido usados pejorativamente, tentando descaracterizar a luta de tantos. Por isso é que os princípios básicos do Sindicato Nacional, suas raízes e fundamentos, voltam a ser objetos de intensos debates.

Ao contrário dessa postura firme e sempre respaldada pela base - Assembléias das Seções Sindicais -, do editorial em questão, não vemos em nenhum momento a defesa intransigente da base de nosso SN. A palavra “base” só aparece no sentido de descaracterizar as antigas direções do ANDES-SN. A descaracterização caminha pelos números dos que participam das AGs, ou melhor, dos que não participam. E aqui merece outra reflexão. A quem as direções devem considerar? Ou as chamadas para as AGs têm sido exclusivas e/ou excludentes?

Quando isso é posto como ponto de partida para qualquer discussão, passa-se a uma defesa das vozes silenciosas da maioria que nunca participou, não participa e, talvez, nem participará de decisões nem de nosso Sindicato e nem de nada que tente representar um coletivo. E isto, deve ser compreendido como uma opção política. Embora lamentável, é uma constante da história a participação de poucos em engajamento com o coletivo. É óbvio que outra tarefa ininterrupta é a de tentar o máximo de participação. Aliás, esta parece ser a única convergência que os grupos apresentam. Mas é tão óbvio que enquanto não se atinge o ideal, luta-se com a realidade construída dentro do concreto.

Portanto, desconsiderar a base do Sindicato como tem feito a atual diretoria do ANDES-SN merece um cuidado especial por parte de todos. Manter nosso Sindicato solidificado nos princípios e fundamentos aprovados coletivamente nas instâncias deliberativas é dever imperativo, posto ser este um dos últimos pontos de resistência que os governos neoliberais têm encontrado no País.

Texto 12

Propostas da Diretoria da Adufrj-SSind para o IV Conad Extraordinário

Início do CONAD

Proposta de pauta para o IV Conad Extraordinário

- 1) Avaliação da greve nacional dos docentes das IFES;
- 2) Autonomia, avaliação e carreira docentes;
- 3) A democracia nas instâncias da ANDES-SINDICATO NACIONAL, e
- 4) Convocação de reunião extraordinária do CONGRESSO.

Tema: Avaliação da greve nas IFES (ou ponto de pauta equivalente)

A) Avaliação da greve nacional dos docentes das IFES de 1998

Texto Apoio A

Do ponto de vista político, a greve nacional dos docentes das universidades federais constitui-se num inegável sucesso. A Universidade Pública Brasileira passou a ocupar um lugar de destaque na pauta política do país. Imprensa, mídia, políticos, FHC, população, professores, alunos e funcionários, fizeram vários pronunciamentos e viveram três meses de intensos debates sobre os rumos da universidade. Foi um avanço considerável a constatação da responsabilidade do governo pela situação crítica do ensino público no país.

Mas o ponto mais importante neste período foi o amadurecimento das posições que defendem uma política comprometida com o ensino em benefício da população brasileira, com o fortalecimento do papel das universidades para o conjunto da sociedade brasileira, e com a necessidade de termos um sistema público de ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

Neste sentido, a atuação do movimento dos docentes foi fundamental. Num quadro nacional em que as vozes de oposição às políticas do governo FHC são poucas, em que o movimento sindical enfrenta dificuldades, o Andes-SN deu um exemplo de firmeza, de força, e principalmente, de organização. Para isto é importante ressaltar o caráter democrático, com representação direta das bases, que tem sido construído em nosso sindicato ao longo dos anos. Além dos encaminhamentos políticos, a organização sindical democrática é instrumento político de lutas essencial.

O reconhecimento destes aspectos políticos, no entanto, não pode esconder as dificuldades e as derrotas localizadas sofridas nesta greve. A aprovação de uma gratificação, de conteúdo danoso para a universidade pública, foi uma derrota para o movimento. É grave a exclusão dos professores do ensino de 1º e 2º graus, a discriminação dos aposentados, a farsa da “avaliação”. Os professores estrangeiros, regidos pela CLT, não tiveram direito à GED, fato só constatado ao receberem o contracheque de julho. É um precedente perigoso aceitar a avaliação dos docentes pelo número de horas em sala de aula, com suas atividades de pesquisa desprezadas pelo governo.

Também são graves e profundamente lamentáveis os procedimentos do presidente do Andes-SN na condução das “negociações paralelas”. O Andes-SN sempre priorizou os encaminhamentos decididos democraticamente, com amplo direito ao debate das diferenças dentro das instâncias reconhecidas pelos docentes. Foi grave a negociação com o MEC de um PL com itens rejeitados pela ampla maioria das assembleias gerais. É inadmissível a intervenção da Diretoria do Andes-SN no CNG, cancelando uma reunião. A responsabilidade da direção nacional na divisão do movimento é clara. As consequências podem ser desastrosas para o futuro do movimento. É desgastante para o sindicato, mas é imperativa a convocação extraordinária do Congresso do Andes-SN para avaliar, dentro das instâncias do sindicato, a conduta do presidente e demais membros da Diretoria do Andes-SN. O sindicato deve continuar sendo um exemplo de transparência para continuar a luta pela Universidade Pública de forma coerente.

A pauta de reivindicações dos docentes das IFES continua em vigor. A situação salarial não é boa, faltam vagas e recursos para o ensino público.

Continua necessária a mobilização e organização internas do movimento como fundamentais para os próximos acontecimentos. A crise na universidade continua, o governo implementa cada vez mais seu projeto de desmantelamento do setor público, a questão da autonomia universitária estará novamente em pauta com a votação da PEC 370. Estes e outros pontos com certeza vão exigir respostas contundentes por parte do movimento docente.

Não existe impedimento legal para a incorporação da GED pelo seu valor máximo, independente de avaliação, pois como trata-se de uma Lei já aprovada pelo Congresso Nacional, sua implementação não implicaria em gastos adicionais por parte do governo. Trata-se apenas de uma opção política.

Texto Resolução A

- 1) Atualizar a pauta de reivindicações dos docentes das IFES, elaborada antes da greve.
- 2) Exigir do governo a incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados, pensionistas, estrangeiros e demais celetistas.

Tema: Democracia Interna no Movimento Docente (ou ponto de pauta equivalente)

B) Relação da Diretoria do Andes-SN com o governo

Texto apoio B

A recente indicação de representantes do Andes-SN para compor a Comissão de Avaliação do MEC, à revelia das assembleias gerais das seções sindicais, do Conad e do Congresso, representa um grave retrocesso no sindicalismo construído pelo Andes-SN, afrontando a soberania da base do sindicato e, ao mesmo tempo, a independência do sindicato diante do governo.

A argumentação de que a decisão unilateral da diretoria do Andes-SN está assentada em uma suposta soberania desta instância que não encontra suporte em seu Estatuto:

Art. 29. A DIRETORIA é o órgão executivo da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 30. À DIRETORIA, coletivamente, compete:

II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regimentos e as normas administrativas da ANDES-

SINDICATO NACIONAL, bem como as decisões dos CONGRESSOS e CONADs;

Esta decisão afronta uma concepção de sindicato que norteia o Andes-SN desde a sua fundação. De fato, o Andes-SN representa uma experiência original no sindicalismo brasileiro, sendo uma das entidades pioneiras no rompimento com o “sindicalismo de Estado” vigente desde o Estado Novo e cuidadosamente alimentado pelo Governo militar após 1964.

O Andes-SN propõe-se a ser instrumento de organização democrática e de luta de todos os docentes universitários, em nível nacional, autônomo em relação ao Estado, aos partidos, aos credos religiosos e aos governos. A autonomia é concebida como a forma de garantir ao movimento docente vida e identidade próprias, na construção de propostas políticas e ações que contribuam para a transformação da universidade e da sociedade brasileira. Este princípio está expresso em seu Estatuto, nos seguintes termos:

Art. 4º. A ANDES-SINDICATO NACIONAL é uma Entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.

Com base neste princípio, o Andes-SN, por meio de suas instâncias deliberativas, vem adotando trajetória exemplarmente coerente. Em seu IX Congresso (1990), o Andes-SN deliberou contra a sua participação no Conselho Nacional de Educação, um órgão de governo criado na LDB, argumentando que *a sua participação num órgão dessa natureza comprometeria a autonomia e independência do movimento docente em relação ao poder público*. Esta posição foi reafirmada em várias ocasiões posteriores, como no XXIII Conad (1991) e no XXVI Conad (1993), com a recomendação de que a sua posição fosse levada à CUT; na compreensão do Andes-SN, os sindicatos cutistas devem discutir, propor e avaliar a política educacional mas, de forma alguma, serem, eles mesmos, gestores do governo. A primeira resolução proposta a seguir é um recurso contra a decisão da Diretoria de indicar os representantes na comissão e a segunda visa evitar a repetição de caso semelhante.

Apesar do princípio da autonomia do sindicato em relação ao governo estar garantido no Estatuto, as decisões arbitrárias da diretoria atual da entidade indicam a necessidade de aperfeiçoamentos neste instrumento normativo que garantam o funcionamento das instâncias democráticas do sindicato, objetivo da terceira resolução.

Texto Resolução B

1) Os representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL na comissão do MEC que vai tratar dos critérios para o cálculo da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), indicados pela DIRETORIA, devem retirar-se da comissão;

2) A indicação de representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL para órgão do Poder Executivo deve ser aprovada pelo CONGRESSO ou por outra instância deliberativa da ANDES-SINDICATO NACIONAL cuja competência inclua todos os assuntos que poderão ser normatizados pelo órgão e cuja jurisdição abranja todos os sindicalizados que poderão ser atingidos pelas decisões do órgão.

3) O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO propõe ao CONGRESSO a inclusão do seguinte artigo no Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art. Y. A indicação de representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL para órgão do Poder Executivo deve ser aprovada pelo CONGRESSO ou por outra instância deliberativa da ANDES-SINDICATO NACIONAL cuja competência inclua todos os assuntos que poderão ser normatizados pelo órgão e cuja jurisdição abranja todos os sindicalizados que poderão ser atingidos pelas decisões do órgão.”

C) Filiação ao MOSAP

Texto Apoio C

Por meio do OF CIRC nº 164/98, de 30/7/98, assinado pelo Secretário Geral do Andes-SN, as seções sindicais foram informadas que “nos próximos dias” estaria sendo concretizada “a filiação da ANDES-Sindicato Nacional ao MOSAP – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas” e solicitando uma série de dados sobre os sindicalizados de cada seção sindical.

Diante desta notícia, diversas seções sindicais chamaram a atenção da Diretoria para o Estatuto do Andes-SN:

Art. 65. A ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá se filiar a organizações nacionais e internacionais que litem pelos princípios e objetivos no presente Estatuto, desde que a filiação seja aprovada em CONGRESSO em cuja pauta deverá constar esta matéria.

A filiação anunciada não foi aprovada em Congresso do Andes-SN. Logo, a Diretoria do Andes-SN não poderia realizá-la, não cabendo qualquer análise do mérito da organização, como a que é esboçada no ofício supracitado. No dia 5 de agosto, novo ofício circular da Diretoria corrigiu a informação anterior, dizendo que a proposta de filiação seria levada ao próximo Congresso.

Entretanto, na reunião do setor dos docentes das Ifes, em 14 e 15 de agosto de 1998, os representantes das seções sindicais foram surpreendidas com a informação, dada pelo presidente do Andes-SN, de que a diretoria já havia filiado o Andes-SN ao MOSAP, *ad referendum* do Congresso.

Várias seções sindicais protestaram veementemente contra este procedimento, tanto porque não existe, no Estatuto do Andes-SN, a possibilidade da diretoria tomar esse tipo de decisão quanto pelo fato das comunicações sobre o assunto feitas pela diretoria às seções sindicais não exprimirem a verdade.

O Estatuto do Andes-SN prevê punições aos sindicalizados que não cumprirem suas disposições:

Art. 11. Os sindicalizados estão sujeitos a sanções pelo descumprimento das normas estatutárias e regimentais da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único. As sanções são de advertência, suspensão e exclusão, sendo as duas primeiras aplicáveis pelo CONAD e a última exclusivamente pelo CONGRESSO, garantido sempre o amplo direito de defesa.

Texto Resolução C

O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

- a) determina à DIRETORIA que cancele imediatamente a filiação da ANDES-SINDICATO NACIONAL ao MOSAP, e
- b) adverte os membros da DIRETORIA pelo não cumprimento do Art. 65 do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

D) Reconhecimento de instâncias deliberativas criadas pelas seções sindicais

Texto apoio D

O funcionamento democrático das instâncias do Andes-SN está baseado tanto no seu estatuto, que formaliza instâncias e procedimentos, quanto nas práticas construídas historicamente pelo movimento docente. Setores e comandos de greve, por exemplo, não são previstos em estatuto, mas têm sido importantes instâncias organizativas e suas deliberações têm sido, em geral, acatadas pelo conjunto do sindicato.

Durante a greve nacional dos docentes das federais deste ano, no entanto, esta prática foi abandonada pela atual Diretoria, que, em nome da sua competência estatutária para representar o Andes-SN em negociações coletivas e alegando que o Comando Nacional de Greve (CNG) não era instância deliberativa estatutária, negociou o fim da greve com o governo em troca da aprovação de uma lei que o CNG rejeitara com base nas deliberações das assembléias gerais das seções sindicais em greve.

Esta atitude da Diretoria rompeu com uma tradição democrática do movimento e retirou da base da categoria o comando democrático da greve e seus desdobramentos.

As resoluções propostas a seguir visam garantir as condições para que não se repita tal situação. A primeira resolução permite que as seções sindicais se organizem em setores e outros agrupamentos para melhor dar consequência às deliberações de suas assembléias gerais, sem contrariar o caráter nacional do sindicato nem seu Estatuto. A segunda resolução propõe que o Congresso inclua estas garantias no Estatuto.

Texto resolução D

1) O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO aprova:

- a) No exercício da autonomia prevista no § 2º do Art. 44 do Estatuto do Andes-SN, um grupo de ADS-SINDs pode criar instâncias organizativas ou deliberativas cujas atribuições não ultrapassem o conjunto de

atribuições das ADs-SSINDs do grupo estabelecidas no Estatuto nem contrariem deliberações do CONGRESSO ou do CONAD.

b) O regimento de uma instância assim criada será aprovado pelas Assembléias Gerais de todas as ADs-SSINDs pertencentes ao grupo que a criou.

c) A constituição de uma instância assim criada será homologada pelo CONGRESSO mediante apresentação das atas das assembléias gerais que propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com o Estatuto do Andes-SN.

d) O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma instância assim criada, *ad referendum* do CONGRESSO.”

e) Ao representar a ANDES-SINDICATO NACIONAL no estabelecimento de negociações e de dissídios coletivos, de acordo com a competência que lhe é conferida pelo inciso III do Art. 30 do Estatuto, a DIRETORIA deve respeitar as decisões das assembléias gerais das seções sindicais atingidas pelas negociações ou dissídios e das instâncias deliberativas criadas por essas seções sindicais na forma dos itens anteriores, quando as houver.

2) O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO propõe ao CONGRESSO as seguintes alterações no Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL:

a) inclusão de um artigo no Capítulo IV (Das ADs-SSINDs), com a seguinte redação:

“Art. X. No exercício da autonomia prevista no § 2º do Art. 44, um grupo de ADs-SSINDs pode criar instâncias organizativas ou deliberativas cujas atribuições não ultrapassem o conjunto de atribuições das ADs-SSINDs do grupo estabelecidas neste Estatuto nem contrariem deliberações do CONGRESSO ou do CONAD.

§ 1º. O regimento de uma instância criada na forma deste artigo será aprovado pelas Assembléias Gerais de todas as ADs-SSINDs pertencentes ao grupo que a criou.

§ 2º. A constituição de uma instância criada na forma deste artigo será homologada pelo CONGRESSO mediante apresentação das atas das assembléias gerais que propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com este Estatuto.

§ 3º. O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma instância criada na forma deste artigo, *ad referendum* do CONGRESSO.”

b) alteração do inciso III do Art. 30, que passa a ter a seguinte redação:

“III - representar a ANDES-SINDICATO NACIONAL no estabelecimento de negociações e de dissídios coletivos, de acordo com as decisões das assembléias gerais das seções sindicais atingidas pelas negociações ou dissídios e das instâncias deliberativas criadas por essas seções sindicais na forma do Art. X, quando as houver.

E) Convocação extraordinária do Congresso do Andes-SN

Texto apoio E

Ver textos apoio A, B, C e D.

Texto Resolução E

O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO requer a convocação de reunião extraordinária do CONGRESSO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL, para:

- a) deliberar sobre as alterações do Estatuto propostas por este CONAD, e
- b) destituir membros da DIRETORIA, de acordo com o Art. 42 do Estatuto.

Texto 13

TRABALHO INTELECTUAL, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E UNIVERSIDADE: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA

Contribuição da ADUFF-SSIND ao Caderno do IV CONAD Extraordinário

I - Introdução

Produzir uma análise sobre trabalho intelectual pode não passar de um exercício de metafísica se não o considerarmos enquanto atividade prática que envolve não só o gasto de energia física humana, mas que tem na sua consecução a conjunção de múltiplas determinações que abrangem desde as condições histórico-sociais em que é realizado até os influxos político-ideológicos que o envolvem. Assim, há que se considerar, quando nos referimos ao trabalho intelectual, como se articulam as determinações que cercam essa atividade para que ultrapassemos os limites da mera abstração e possamos compreendê-la enquanto processo real, na sua concretude.

N'A *Ideologia Alemã* Marx e Engels fazem referência a histórica separação entre trabalho manual e intelectual e sua relação com o aparecimento da sociedade de classes, ou seja, da sociedade em que se dá a exploração do homem pelo homem. Mais adiante, os dois autores avançam na crítica aos desdobramentos da divisão do trabalho no capitalismo como a especialização crescente dos trabalhos e das áreas do conhecimento. Em ambas as situações Marx e Engels concluem criticamente que ocorre um processo de desqualificação do fazer humano em função da fragmentação que se dá no processo de trabalho tanto quanto no processo da produção de conhecimento. No que se refere a produção material propriamente dita aprofunda-se a alienação do trabalhador no processo de trabalho e se intensifica a sua exploração. Na esfera da produção de conhecimento ganham status científico disciplinas teóricas que não ultrapassam os rasos limites de uma interpretação parcial e atomizada dos fenômenos sociais de maneira que são disseminadas as concepções irracionistas burguesas que negam a possibilidade da compreensão do real enquanto totalidade.

II – Capitalismo e produção de conhecimento

Os avanços do conhecimento científico e o impacto material e ideológico dos seus progressos são intrínsecos à própria história do capitalismo. Há que se ressaltar que os conteúdos e o método do conhecimento não são, assim, processos desconectados das contradições de uma sociedade marcada pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Desse modo, aqueles que produzem o conhecimento são indivíduos cuja inserção histórico-social, política e cultural está presente na sua atividade teórica, a qual se materializa, então, como parte de uma produção que é coletiva e, ainda, como expressão de uma época. Considerando ainda que as ideologias permeiam as ações humanas em todos os campos, a produção do conhecimento também se articula com as contradições de classe e as visões de mundo que as mesmas produzem, assim, a produção de conhecimento pode ser identificada na sua interligação mais ou menos orgânica com as ideologias de classe, sejam elas hegemônicas ou não.

A historicidade das práticas sociais tem suas peculiaridades no campo da produção de conhecimento - e aqui, é preciso ressaltar, referimo-nos a produção de conhecimento teórico (ou científico, como queiram) - onde os limites de uma época são transpostos na leitura crítica e superadora da ciência. Assim o foi, por exemplo, com a análise das crises do capitalismo feitas por Marx n'*O Capital*. As contradições do real em seu movimento constituem, portanto, o processo da superação da contradição mesma pela ação transformadora dos homens, através da *práxis* revolucionária. Considerando que as contradições atuais da história tendem ainda a um processo de agudização e que o caminho da sua superação não pode prescindir da formação de uma consciência revolucionária que se organize e se expresse materialmente num projeto de sociedade e numa ação organizada de classe, as possibilidades da transformação histórica não estão irreversivelmente superadas - ou seja, a história não acabou -, mas não como um dado inexorável da história, ou como essência positiva do seu devir, mas como elemento intrínseco de toda e qualquer possibilidade de superação emancipatória da atual ordem social para aqueles que efetivamente almejam ser sujeitos da história.

Na sociedade capitalista, mas que em qualquer outro modo de produção, a classe que detém o poder econômico e o poder político detém os meios de produção material bem como os meios de produção de conhecimento. A classe no poder tem, assim, as condições para tornar hegemônica a sua visão de mundo, para universalizar a sua ideologia de classe. Na história do capitalismo as condições da hegemonia burguesa estão relacionadas com a correlação de forças que se dá no embate entre as classes sociais. Nos momentos em que se fortalece a hegemonia burguesa fluem para o seu campo ideológico um contingente maior daqueles que atuam no campo da produção de conhecimento, ainda que alguns outros adiram ao campo ideológico do combate ao capitalismo. De todo modo, nos momentos de grande mobilização social e de enfrentamento ao capital, como por exemplo em maio de 68, quando aumenta a adesão de cientistas e intelectuais ao campo das forças progressistas da transformação, ainda assim, as forças no poder contam com

uma ampla *intelligentia* a seu serviço, seja como assessores técnicos do governo, seja como meros propagandistas das ideologias do Estado.

III – As fases do desenvolvimento capitalista e a produção de conhecimento

O ideário liberal que se projeta com o nascimento do capitalismo tem entre seus pressupostos a defesa do mercado como espaço *natural* da socialização do progresso e do bem estar. A busca do lucro seria o impulso dinamizador essencial que mobilizaria os agentes econômicos na produção de meios cada vez mais avançados e sofisticados de satisfação das necessidades humanas. Esses meios se materializariam numa rica diversidade de bens e serviços ao alcance dos consumidores. A garantia da distribuição dessa riqueza está na necessidade de realização do lucro e da satisfação das necessidades individuais dentro das condições da livre concorrência, relação que envolve tanto produtores quanto consumidores num processo dinâmico de harmonização/compatibilização entre os interesses dos que buscam a mercadoria e os que buscam o lucro. Este reino de harmonia e bem estar apregoado pelos liberais enfrenta a dura realidade das crises de acumulação de capital. Com a internacionalização do capitalismo suas crises assumem dimensões mundiais e características cada vez mais violentas (se nos referirmos apenas às duas guerras mundiais que ocorreram neste século).

IV – Capitalismo, controle ideológico e produção de conhecimento

Nos primórdios do expansionismo capitalista a revolução burguesa representou para o campo do pensamento um espaço fértil para o desenvolvimento de teorias e da pesquisa científica, evidentemente que, superada a fase revolucionária os limites políticos começam a se manifestar, afinal, as contradições do capitalismo são também objeto de análise teórica que se desdobram para um corpo ideológico contrário ao capital e portador de um novo projeto de sociedade, o socialismo revolucionário. “Rememorando” o passado de perseguições da idade média, tem início a ação policial contra os pensadores e propagadores das idéias anti-capitalistas bem como a ação de cooptação de classe para trazer a intelectualidade mais próxima do ideário liberal. Especialmente depois da revolução russa, no auge da crise capitalista que levou à I Guerra Mundial, as campanhas anti-comunistas e as perseguições políticas evidenciaram a verdadeira face do pluralismo burguês, incapaz de conviver com movimentos ou concepções que questionassem a base de todo o poder do capital: a propriedade privada. A perseguição passou ainda pela desqualificação do pensamento teórico socialista, com toda a carga ideológica das “conceituações” depreciativas que se puderam constituir, tais como as que o caracterizavam como teses economicistas, deterministas, historicistas, etc. Para formulação do ideário crítico burguês não faltaram, além dos apologetas do capital, ex-militantes do campo socialista. Muitos se apresentam, e ainda se apresentam nos dias de hoje na condição de críticos conseqüentes das limitações do pensamento socialista, fundamentalmente das teses de Marx, outros, assumem com transparência e vigor sua adesão às concepções neoliberais (No Brasil atual, Fernando Henrique Cardoso transitou de uma condição à outra com extrema destreza sendo seguido com, não menos agilidade por diversos outros intelectuais, como foi o caso de Francisco Weffort, por exemplo).

Com a constituição de uma hegemonia neoliberal e a queda dos regimes do leste europeu o “movimento crítico” ao marxismo se ampliou consideravelmente, em especial no espaço acadêmico. Reivindicando sua condição “pós-moderna” os novos teóricos críticos do marxismo recorrem, em grande medida, ao positivismo mais reacionário ou as facilidades conceituais do irracionalismo. Contudo, ao contrário dos profetas do fim, seja da história, das classes sociais ou do socialismo, a crise que o capital está enfrentando neste exato momento, que abala as estruturas não apenas do neoliberalismo enquanto modelo, mas do próprio capitalismo enquanto sistema econômico, tem feito retornar ao “bom e velho Marx” alguns teóricos liberais, como foi o caso recente das declarações do historiador inglês Stirner ao jornal A Folha de São Paulo quanto à atualidade da capacidade crítica da teoria marxista para explicar os processos de crise do capital e para enfrentar ideologicamente as conseqüentes injustiças de um modo de produção fundado na desigualdade entre os homens.

Assim sendo, se o liberalismo emergente travou um embate contra os grilhões das doutrinas reacionárias da idade média, isto só ocorreu devido a necessidade de se abrir, em todas as esferas da vida social, caminho para a o desenvolvimento das relações capitalistas, não apenas no mundo da produção, mas no das práticas sociais em geral, tanto no campo político, religioso, familiar como no campo do pensamento teórico e das pesquisas científicas. Foi nesse contexto que a ciência ganhou impulso e status. A revolução burguesa, aliada a proposição da universalização do ensino público e aos progressos no campo da comunicação, definiu as novas bases do acesso ao conhecimento socialmente produzido e as condições gerais para a produção de conhecimento enquanto elementos essenciais na constituição dos padrões de acumulação de capital nas diferentes fases do desenvolvimento capitalista. No período da hegemonia liberal as instituições ligadas à educação e a pesquisa adquirem um papel mais relevante do ponto de vista do “interesse social” entendido

primordialmente como interesse do mercado capitalista. Por se tratar de um processo marcado pelas contradições intrínsecas ao capitalismo, essas contradições irão permear todo o trabalho desenvolvido nessas instituições de modo que o capitalismo estará sempre envolvido no aprimoramento das formas de controle dos procedimentos e dos conteúdos originários das práticas educacionais e pedagógicas bem como dos métodos e dos resultados da pesquisa científica.

V – O capitalismo no pós-guerra e a produção científica e tecnológica

A questão da funcionalidade do conhecimento ante as necessidades do capital afetam o estabelecimento dos critérios de alocação de recursos em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, de priorização de investimentos, de acessibilidade aos resultados de pesquisas, da apropriação dos mesmos (propriedade e patentes). A definição dos critérios implicam na institucionalização de parâmetros técnicos e políticos os quais, conforme a história e o desenvolvimento do capitalismo, irão variar conforme o modelo hegemônico vigente de acumulação de capital. Esses critérios se estabelecem no limite do embate entre os interesses contraditórios do capital e do trabalho, num embate de forças que varia conforme as condições de exercício da hegemonia pelo poder burguês.

O breve período da chamada Época de Ouro do capitalismo, após a II Guerra Mundial, foi a expressão de uma heterodoxia na gestão capitalista sobre o processo de acumulação de capital. Essa heterodoxia só foi permitida diante da necessidade de se controlar as possibilidades de crises de acumulação e de se conter o avanço do ideário socialista substanciado, então, pela condição de potência consolidada pela URSS ao fim do conflito bélico. As teses keynesianas incorporaram princípios de planejamento e planificação estatal oriundas do pensamento e das experiências socialistas no plano econômico. O Estado de bem-estar social introduz, para além da intervenção planejada do Estado na economia, a política do pacto social - a qual só foi possível em condições de pleno emprego -, nela a relação com o sindicalismo se estabelece com base em negociações menos ortodoxas, as quais permitiram consideráveis avanços no atendimento às demandas dos trabalhadores, mas tudo dentro dos limites da conciliação de classes, ou seja, a contrapartida das políticas sociais do *welfare state* foi o abandono do sindicalismo classista por uma concepção e prática sindicais reformistas. A expansão do modelo produtivo assentado sobre o consumo de massas (sob inspiração do fordismo) e o pleno emprego facilitou as políticas de bem-estar social. Nessa fase, em que a correlação de forças permitiu avanços no campo das demandas dos trabalhadores e em que o Estado teve uma forte atuação reguladora sobre a vida social as ciências tiveram um fantástico impulso. A última metade do século XX assistiu a um surto de progresso tecnológico e científico inimaginável em qualquer outra fase da história humana, foi neste período que se generalizou-se por todo o mundo uma relativa “massificação” do acesso ao ensino de nível universitário (especialmente nas economias centrais).

Nas condições de expansão do sistema universitário emergem diferentes modelos para o ensino superior, a constituição desses modelos assim como a expansão do próprio sistema estão associados com as novas demandas sociais decorrentes do desenvolvimento capitalista. Durante sete séculos as forças no poder estabeleceram mecanismos de controle sobre a universidade haja visto o potencial de produção de pensamento crítico e transformador que as extintas universidades livres haviam revelado. Incorporadas pela Igreja e, mais tarde, pelo Estado, as instituições universitárias receberam o reconhecimento das elites (e mais tarde, de todo o povo) quanto as suas funções, funções essas definidas pelo poder instituído dentro da ordem institucional vigente.

A função de fornecer quadros políticos e intelectuais para as classes dirigentes atravessou períodos históricos até as fases mais recentes do capitalismo. Por outro lado, o desenvolvimento da atividade de pesquisa em conjunto com o ensino e a extensão superior, consubstanciam um modelo que atendeu os interesses hegemônicos durante um período restrito da existência do capitalismo. A possibilidade de ruptura entre o ensino e a pesquisa não surge como decorrência do processo de popularização da universidade, mas do pragmatismo crescente das sociedades contemporâneas na seleção dos investimentos que atenderão de forma mais imediata as demandas do capital. As aplicações técnicas, econômicas e militares do saber científico os colocam num patamar extremamente estratégico numa sociedade tomada pelo fundamentalismo de mercado, em tempos neoliberais a dissociação entre ensino e pesquisa responde menos a uma nova concepção de universidade do que a um novo modelo de acumulação que torna imprescindível a concentração e centralização máximas dos saberes que se relacionam com o mundo da produção.

A mercantilização e a privatização do patrimônio científico são fenômenos do novo modelo de acumulação que devem ser respondidos por um padrão de produção científica pautado por critérios rigidamente controlados pelo mercado em suas forças hegemônicas. O Estado “afasta-se” da universidade, no que diz respeito ao financiamento, liberando-a para a exploração dos capitais em concorrência. Todo o patrimônio cultural, científico, tecnológico, material e humano se inclui nesse processo de liberalização. O controle

social passa a ser defendido, compreendendo-se que, nessa conjuntura, o social é entendido como mercado. A ruptura do ensino e da pesquisa demandará uma justificativa e um apoio ideológico/institucional para alcançar maior legitimidade no próprio meio científico, assim, em meio ao darwinismo social emerge o darwinismo acadêmico como epifenômeno da barbárie que a concorrência em moldes neoliberais imprime ao mundo cotidiano.

VI – O Brasil neoliberal e as estratégias de controle de produção de conhecimento: a cooptação dos intelectuais e de direções sindicais.

No Brasil, a adesão de largos contingentes intelectuais às teses privatizantes e mercadológicas sobre a universidade, deve-se menos à força ideológica da propaganda governamental que a evidente luta pela sobrevivência no meio acadêmico. Os critérios de avaliação qualitativa são substituídos por critérios meramente quantitativos no intuito de desfazer o elo enriquecedor que aliançava ensino, pesquisa e extensão em meio à degradação geral das condições de trabalho e salário que os docentes enfrentam no cotidiano do seu trabalho. A cooptação abrange as instituições universitárias, as entidades científicas, as agências de financiamento e ao próprio meio sindical, haja vista a recente intervenção da direção nacional do ANDES-SN, ao fim da última greve das universidades, a qual envolveu docentes, técnicos administrativos, estudantes e os professores de 1º e 2º graus da base do ANDES-SN e da SINASEFE, a referida intervenção veio a legitimar a votação de um projeto cuja essência privatista e de desmonte da universidade pública vinha sendo rejeitado há mais de cem dias pelos docentes das IFES em greve.

Agora mesmo, a direção do ANDES-SN se presta mais uma vez a função de agente legitimador de uma ordem neoliberal imposta ao se colocar (sem sequer convocar um debate em suas assembleias gerais entre os docentes das IFES) como entidade integrante da Comissão arbitrariamente constituída pelo MEC para estabelecer os critérios de “avaliação qualitativa” (sic) que irão complementar a avaliação do “Programa de Estímulo à Docência” cuja essência, já denunciada pela categoria em greve, é reduzir o fazer acadêmico à condição de tarefa-hora/aula remunerada por critérios contrários àqueles que foram construídos pelo MD na perspectiva de uma universidade pública, gratuita, com qualidade socialmente referenciada e alicerçada sobre o tripé da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão.

ATENÇÃO : A ADUFF APRESENTARÁ, AINDA, TEXTO COMPLEMENTAR A ESTE DURANTE A REALIZAÇÃO DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO.

SOLICITAMOS QUE ESTA OBSERVAÇÃO SEJA INCLUÍDA NO TEXTO IMPRESSO DO CADERNO.

REGIMENTO DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

CAPÍTULO I - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO convocado pela diretoria conforme o Art. 26, inciso II, do Estatuto da ANDES SINDICATO NACIONAL - ANDES-SN, reúne-se em São Paulo - SP, no período de 12 a 14 de setembro de 1998.

Art. 2º - O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, é instância deliberativa intermediária da ANDES-SN, conforme o Art. 22 do Estatuto da ANDES-SN.

Art. 3º - São atribuições do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - elaborar políticas sobre a pauta do IV CONAD, a serem consolidadas no XXXVIII CONGRESSO da ANDES -SN e subsequentes;

II - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO da ANDES-SN, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição;

III - Implementar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO da ANDES-SN;

IV - Regulamentar, quando necessário, as deliberações do CONGRESSO da ANDES-SN;

V - Exercer as funções de Conselho Fiscal da ANDES-SN;

VI - Examinar e apresentar parecer ao CONGRESSO da ANDES-SN sobre relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela Diretoria;

VII - Decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria;

VIII - Convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO da ANDES-SN;

IX - Aplicar penalidades de advertência e suspensão aos associados da ANDES-SN, conforme o disposto no Art. 11 do Estatuto da ANDES-SN;

X - Criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes;

XI - Alterar a contribuição financeira dos associados, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente, e

XII - Homologar a constituição de ADS SEÇÕES SINDICAIS (ADS SSIND), *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 4º - Por motivos imperiosos e justificados, o IV CONAD Extraordinário pode estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Art. 5º do ESTATUTO da ANDES-SN.(Art. 24 do Estatuto)

Parágrafo 1º - As diretrizes previstas no caput desse artigo não podem contrariar deliberações de Congressos anteriores.

Parágrafo 2º - As deliberações estão sujeitas à ratificação no CONGRESSO da ANDES-SN imediatamente subsequente.

CAPÍTULO II - DOS PARTICIPANTES

Art. 5º - São participantes do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - Um (01) Delegado de cada AD SSIND, escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral, devidamente credenciado;

II - Um (01) Delegado representativo dos sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, escolhido na forma determinada pelo CONGRESSO da ANDES-SN, devidamente credenciado;

III - Os associados da ANDES-SN, devidamente credenciados, como observadores por sua respectiva AD SSIND e pelos sindicalizados via Vice Presidentes Regionais;

IV - Os membros das Comissões Organizadora e Diretora do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, e

V - Os convidados pelas Comissões Organizadora e Diretora do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Parágrafo único - Os Delegados de AD SSIND e de sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, devidamente credenciados, só podem ser substituídos, durante a realização do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, obedecidas as seguintes condições:

a - comprovar a necessidade de se ausentar, definitivamente, do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, junto à Comissão Diretora;

b - os Suplentes de Delegados, indicados pela AD SSIND e sindicalizados via Vice Presidentes Regionais, devidamente credenciados como tal e presentes no IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, e

c - cada AD SSIND e sindicalizados via Vice Presidentes Regionais só podem substituir seu Delegado uma única vez.

Art. 6º - O Presidente da ANDES-SN preside o IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo único - Os demais membros da Diretoria, efetivos e efetivados, da ANDES-SN participam do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO com direito a voz e sem direito a voto.

CAPÍTULO III - DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I - DOS ORGÃOS

Art. 7º - São órgãos do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Plenárias.

Parágrafo 1º - As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da Convocação do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Parágrafo 2º - Os demais órgãos do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO têm existência restrita ao período de realização do evento.

SEÇÃO II - DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 8º - A Comissão Organizadora, constituída por Diretores da ANDES-SN, dois (02) Diretores representantes da **Regional São Paulo** e dois (02) Diretores, indicados pela Secretaria Geral e pela 1ª Tesouraria da ANDES-SN.

Art. 9º - É de competência da Comissão Organizadora:

I - Preparar a infraestrutura necessária à realização do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO;

II - Organizar a sessão de abertura do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO;

III - Responsabilizar-se pelas receitas e despesas do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, organizando o rateio entre as ADS SSIND;

IV - Indicar, entre seus componentes, três (03) membros para compor a Comissão Diretora, e

V - Realizar, juntamente com a Comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO.

SEÇÃO III - DA COMISSÃO DIRETORA

Art. 10 - A Comissão Diretora do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, composta pelos Diretores da ANDES-SN, efetivos e efetivados, e por três (03) membros da Comissão Organizadora, indicados entre seus membros.

Art. 11 - É de competência da Comissão Diretora:

I - Realizar, juntamente com a Comissão Organizadora, o credenciamento dos participantes do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO;

II - Dirigir os trabalhos do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, e

III - Deliberar sobre a substituição de Delegado, em conformidade com o Parágrafo único do Art. 5º deste Regimento.

SEÇÃO IV - DAS PLENÁRIAS

Art. 12 - As Plenárias do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO são compostas por:

I - Todos os Delegados de ADS SSIND e representativos dos sindicalizados via Vice Presidentes Regionais e do Presidente da ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

II - Todos os Observadores das ADS SSIND e representativos dos sindicalizados via VPR, devidamente credenciados, Diretores da ANDES-SN, membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz.

Art. 13 - As Plenárias são dirigidas por um Mesa Diretora composta por:

I - Um (01) Presidente;

II - Um (01) Vice Presidente;

III - Um (01) Primeiro Secretário, e

IV - Um (01) Segundo Secretário.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora indica, entre seus membros, os componentes das Mesas Coordenadoras.

Parágrafo 2º - A Plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, nos termos deste Regimento.

Parágrafo 3º - As deliberações observam a maioria simples dos participantes com direito a voto, presentes a cada sessão .

Art. 14 - É da competência do Presidente da Mesa Coordenadora:

I - Preparar, junto com o 1º Secretário, a Ordem do Dia da Sessão Plenária, e

II - Dirigir a sessão Plenária, orientando os debates e promovendo as votações em conformidade com as normas deste Regimento.

Art. 15 - É de competência do Vice Presidente da Mesa Coordenadora:

I - Auxiliar o Presidente em suas atividades, e

II - Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 16 - É de competência do 1º Secretário da Mesa Coordenadora:

I - Preparar, junto com o Presidente, a Ordem do Dia da sessão Plenária, e

II - Elaborar o Relatório Final das deliberações da sessão Plenária

Art. 17 - É de competência do 2º Secretário da Mesa Coordenadora:

I - Auxiliar o 1º Secretário nas suas atividades, e

II - Elaborar a Ata da sessão Plenária.

Art. 18 - A verificação de quorum para o início das Plenárias será feito através de lista de presença. Da lista de presença constará o nome do Delegado, o nome da AD SSIND, assinatura e horário da assinatura.

Parágrafo 1º - Passados 30 minutos do horário previsto para o início das plenárias será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença, que será enviada para as Seções Sindicais e iniciada/aberta uma nova lista de freqüências

Parágrafo 2º - As sessões Plenárias iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO desde que observado o quorum de 50% mais um dos Delegados credenciados.

Parágrafo 3º - Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início da sessão Plenária, o quorum mínimo será de 30% dos Delegados credenciados.

Parágrafo 4º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto para o início da sessão Plenária, iniciar-se-á a mesma com qualquer número de Delegados presentes.

Parágrafo 5º - As deliberações somente ocorrerão com a presença da maioria absoluta dos delegados credenciados.

Art. 19 - A duração das sessões Plenárias do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO obedecerá ao previsto no Cronograma do evento.

Parágrafo único - Por deliberação da Plenária, o tempo de duração das sessões Plenárias poderá ser prorrogado no máximo em 1 hora.

Art. 20 - A verificação de quorum em qualquer momento do andamento da Plenária será feito pela contagem dos Delegados através do cartão de voto.

CAPÍTULO V - DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 21 - Quando uma proposição estiver em debate nas sessões Plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 22 - A discussão de cada matéria pode ser encerrada a critério da Mesa Coordenadora, após consulta ao plenário e atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 23 - As discussões e votações tem o seguinte procedimento

I - FASE DE DISCUSSÃO, com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada orador.

II - FASE DE ENCAMINHAMENTO DAS VOTAÇÕES, com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada orador, com encaminhamentos contra e a favor, alternadamente, em igual número.

III - FASE DE VOTAÇÃO, feita através do levantamento, pelos Delegados, do cartão de voto.

Parágrafo 1º - O aparte pode ser concedido pelo orador e o tempo utilizado será descontado de seu tempo regimental.

Parágrafo 2º - Não será permitido a nenhum orador ceder sua vez a outro.

Parágrafo 3º - Toda deliberação será por maioria simples dos membros com direito a voto.

Art. 24 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento terão precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - As questões de encaminhamento não serão aceitas na Fase de Encaminhamento das Votações.

Parágrafo 2º - Em regime de votação não serão aceitas questões de ordem, de encaminhamento ou de esclarecimento.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 25 - As propostas de Moções oriundas de participantes do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO, de ADS SSIND ou de grupos devem ser entregues aos membros da Comissão Diretora, na Secretaria do evento até 17 horas do dia 13 de setembro 1998, datilografadas, com especificações de seu caráter e dos destinatários (nome completo e endereço)

Parágrafo único - A critério do Plenário, podem ser apreciadas Moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 26 - A Diretoria da ANDES-SN tem um prazo máximo de 15 dias úteis para divulgar o relatório final do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Art. 27 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 28 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do IV CONAD EXTRAORDINÁRIO.

SÃO PAULO, 13 DE SETEMBRO DE 1998.

AVULSOS

TEXTO 1

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO DA DIRETORIA DA ANDES-SN PARA A CONJUNTURA

A diretoria da ANDES-SN propõe ao IV CONAD extraordinário a inclusão no seu temário o debate acerca da conjuntura. Motivada por duas questões fundamentais:

1. A gravidade do momento porque passa o país;
2. O processo eleitoral em curso sintetiza o enfrentamento político nesta conjuntura, isto é, a principal batalha política.

Desta forma conclamamos o movimento docente para o amplo debate sobre a conjuntura que permita a construção da unidade mínima para o enfrentamento com o governo neoliberal e o desafio de derrotar FHC. Como desdobramento prático desse debate propomos aos delegados do IV CONAD extraordinário que a ANDES-SN indique, aos seus filiados, o voto em Luís Inácio LULA da Silva para presidente da República no dia 04 de outubro próximo pelas razões que seguem.

A crise em que o país está mergulhado e as soluções apontadas pelo governo FHC estão levando a economia à bancarota, ameaçando a nossa soberania e destruindo as condições mínimas de exercício da cidadania e dignidade da maioria da população.

O governo brasileiro afirma que a crise é decorrente de problemas externos, que repercutiram no Brasil graças ao comportamento irracional dos investidores, em especial dos especuladores. Por conta disso o governo e a mídia vêm insistindo na tese de que a política econômica está correta e que estamos sofrendo as conseqüências dessa crise que teve início na Coréia e Japão, atingindo posteriormente os chamados países emergentes como a Rússia e o Brasil. No entanto, o efeito dessa crise nas pesquisas eleitorais ainda é muito débil. O eleitorado tem reagido de forma conservadora, preferindo, como tem insistido a imprensa, “não trocar o comandante do navio no meio da tempestade”.

A verdade é que a Bolsa de Valores de São Paulo teve a maior queda da história, 15,82%, com o governo elevando a taxa de juros para 49,75% para impedir a fuga de divisas. Mesmo assim as nossas reservas internacionais continuam sendo reduzidas, registrando-se, no espaço de uma semana, queda de 74 para 51 bilhões de dólares. Isto significa que em poucos dias tudo que o governo arrecadou com a privatização da Telebrás foi para o “ralo”. Destaque-se que grande parte dessas reservas se constitui em investimentos de curto prazo que, se não renovados, pode se transformar em “pó” da noite para o dia. Essa política econômica recessiva tem elevado drasticamente os índices de desemprego. Chegamos à espantosa cifra de mais de 13 milhões de trabalhadores desempregados. A resposta do governo é a flexibilização das relações de trabalho, implicando na sua precarização através da instituição do contrato de trabalho temporário ou o trabalho sem contrato.

Esse modelo de modernização conservadora, que teve início no governo Collor e que foi aprofundado no governo FHC a partir do plano de estabilização da moeda (Plano Real) tornou a nossa economia vulnerável frente a esta crise internacional. A fragilidade de nossa economia está presa à irresponsabilidade dessa política baseada em taxa de juros elevada, que atrai capital meramente especulativo que eleva a dívida interna e inibe o investimento produtivo; política cambial supervalorizada, dificultando as exportações através de política de comércio exterior inadequada; passivo externo elevado; reservas embora ainda elevadas estão em queda livre. Essas medidas, sempre defendidas pelo FMI, têm resultado em maiores endividamentos, estagnação econômica e tragédia social. O pressuposto básico dessa política é enfrentar a crise reafirmando o ideário neoliberal da concentração de renda e a supremacia do mercado, isto é, atender aos interesses dos especuladores e manter o emprego do presidente a qualquer preço.

Diante dessa gravíssima crise não nos interessa a política do “quanto pior melhor”, como muito bem afirmou Lula na solenidade comemorativa dos 15 anos da CUT. Não desejamos que o país “quebre” para que a oposição possa ganhar a eleição. Entendemos que é preciso construir um amplo movimento social capaz de garantir a vitória de uma proposta democrática e popular, reforçando a posição tomada pela direção nacional da CUT. Sabemos perfeitamente o que significaria um segundo governo de FHC, inclusive para a

Universidade Pública. O corte de verbas no orçamento para a educação atingiu de forma dura a Universidade e o sistema público de Ciência e Tecnologia. Temos consciência de que a política desse governo implicará na destruição da Universidade através da implementação da PEC-370 e de outras medidas que só um segundo mandato poderia lhe assegurar. Compreendemos que para o governo FHC os limites da democracia esbarram nos interesses do mercado.

Neste sentido, entendemos que a forma mais conseqüente de materializar a deliberação de nossas instâncias de lutar contra a reeleição de FHC é apoiar a candidatura de LULA/BRIZOLA, já no primeiro turno, porque é o único capaz de provocar um segundo turno e enfrentar FHC com chances de vitória. O que está em jogo é o futuro da nação. Não podemos nos abster nesse momento tão decisivo para o Brasil.

TEXTO 2

Propostas da Assembléia Geral da Adufrj-SSind para o IV Conad Extraordinário

As propostas que se seguem foram aprovadas pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 10/9/98. Exceto quanto ao texto resolução A)1), cuja redação teve um adendo, os textos são idênticos às propostas apresentadas anteriormente pela Diretoria da Adufrj-SSind, que estão no Caderno de Textos do Conad, assim como os textos de apoio correspondentes.

Tema: Avaliação da greve nas IFES e Democracia interna

A) Avaliação da greve nacional dos docentes das IFES de 1998

Texto Resolução

- 1) Atualizar a pauta de reivindicações dos docentes das IFES, elaborada antes da greve, enfatizando o plano de vencimentos.
- 2) Exigir do governo a incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, aposentados, pensionistas, estrangeiros e demais celetistas.

B) Relação da Diretoria do Andes-SN com o governo

Texto Resolução

- 1) A indicação de representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL para órgão do Poder Executivo deve ser aprovada pelo CONGRESSO ou por outra instância deliberativa da ANDES-SINDICATO NACIONAL cuja competência inclua todos os assuntos que poderão ser normatizados pelo órgão e cuja jurisdição abranja todos os sindicalizados que poderão ser atingidos pelas decisões do órgão.
- 2) O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO propõe ao CONGRESSO a inclusão do seguinte artigo no Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art. Y. A indicação de representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL para órgão do Poder Executivo deve ser aprovada pelo CONGRESSO ou por outra instância deliberativa da ANDES-SINDICATO NACIONAL cuja competência inclua todos os assuntos que poderão ser normatizados pelo órgão e cuja jurisdição abranja todos os sindicalizados que poderão ser atingidos pelas decisões do órgão.”

C) Filiação ao MOSAP

Texto Resolução

O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO

- a) determina à DIRETORIA que cancele imediatamente a filiação da ANDES-SINDICATO NACIONAL ao MOSAP, e
- b) adverte os membros da DIRETORIA pelo não cumprimento do Art. 65 do Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

D) Reconhecimento de instâncias deliberativas criadas pelas seções sindicais

Texto Resolução

1) O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO aprova:

a) No exercício da autonomia prevista no § 2º do Art. 44 do Estatuto do Andes-SN, um grupo de ADs-SSINDs pode criar instâncias organizativas ou deliberativas cujas atribuições não ultrapassem o conjunto de atribuições das ADs-SSINDs do grupo estabelecidas no Estatuto nem contrariem deliberações do CONGRESSO ou do CONAD.

b) O regimento de uma instância assim criada será aprovado pelas Assembléias Gerais de todas as ADs-SSINDs pertencentes ao grupo que a criou.

c) A constituição de uma instância assim criada será homologada pelo CONGRESSO mediante apresentação das atas das assembléias gerais que propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com o Estatuto do Andes-SN.

d) O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma instância assim criada, *ad referendum* do CONGRESSO.”

e) Ao representar a ANDES-SINDICATO NACIONAL no estabelecimento de negociações e de dissídios coletivos, de acordo com a competência que lhe é conferida pelo inciso III do Art. 30 do Estatuto, a DIRETORIA deve respeitar as decisões das assembléias gerais das seções sindicais atingidas pelas negociações ou dissídios e das instâncias deliberativas criadas por essas seções sindicais na forma dos itens anteriores, quando as houver.

2) O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO propõe ao CONGRESSO as seguintes alterações no Estatuto da ANDES-SINDICATO NACIONAL:

a) inclusão de um artigo no Capítulo IV (Das ADs-SSINDs), com a seguinte redação:

“Art. X. No exercício da autonomia prevista no §2º do Art. 44, um grupo de ADs-SSINDs pode criar instâncias organizativas ou deliberativas cujas atribuições não ultrapassem o conjunto de atribuições das ADs-SSINDs do grupo estabelecidas neste Estatuto nem contrariem deliberações do CONGRESSO ou do CONAD.

§ 1º. O regimento de uma instância criada na forma deste artigo será aprovado pelas Assembléias Gerais de todas as ADs-SSINDs pertencentes ao grupo que a criou.

§ 2º. A constituição de uma instância criada na forma deste artigo será homologada pelo CONGRESSO mediante apresentação das atas das assembléias gerais que propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com este Estatuto.

§ 3º. O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma instância criada na forma deste artigo, *ad referendum* do CONGRESSO.”

b) alteração do inciso III do Art. 30, que passa a ter a seguinte redação:

“III - representar a ANDES-SINDICATO NACIONAL no estabelecimento de negociações e de dissídios coletivos, de acordo com as decisões das assembléias gerais das seções sindicais atingidas pelas negociações ou dissídios e das instâncias deliberativas criadas por essas seções sindicais na forma do Art. X, quando as houver.

E) Convocação extraordinária do Congresso do Andes-SN

Texto Resolução

O IV CONAD EXTRAORDINÁRIO requer a convocação de reunião extraordinária do CONGRESSO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL, para:

a) deliberar sobre as alterações do Estatuto propostas por este CONAD, e

b) destituir membros da DIRETORIA, de acordo com o Art. 42 do Estatuto.

Tema: Avaliação docente e autonomia

Relação da Diretoria do Andes-SN com o governo

Texto Resolução

Os representantes da ANDES-SINDICATO NACIONAL na comissão do MEC que vai tratar dos critérios para o cálculo da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), indicados pela DIRETORIA, devem retirar-se da comissão;

TEXTO 3

ESTADO NEOLIBERAL E REFORMA UNIVERSITÁRIA

1. OS INTELLECTUAIS E O ESTADO MÍNIMO

A profissionalização dos docentes universitários que se generalizou neste século não seguiu um modelo único e definitivo, mantendo sua correspondência com as condições gerais do desenvolvimento capitalista e a correlação das forças político-sociais em luta. O processo de consolidação de uma hegemonia neoliberal nos anos 80 encontrou sua expressão ao nível da universidade na constituição de um novo padrão de profissionalização docente em conformidade com os princípios empresariais e mercadológicos do novo ideário capitalista. Esse padrão, por sua vez, se coaduna com um novo modelo com um novo modelo de universidade, a chamada “universidade de resultados”, tão ao gosto dos “mercadores de conhecimento”, o qual se caracteriza pela subversão dos conceitos de autonomia, avaliação, ensino e pesquisa, traduzidos numa linguagem a-pós-moderna como, respectivamente, desobrigação do Estado para com o financiamento da universidade pública, subversão/desqualificação da atividade docente, rebaixamento do ensino a horas-aula e a transformação da pesquisa científica e tecnológica em prestação de serviços a particulares. Além de afetar diretamente a atividade docente, o modelo de universidade assim proposto supõe uma reforma de Estado, *pós-moderna*, para a constituição do *Estado Mínimo*.

O impacto atual das demandas de mercado sobre a vida das universidades explicita a necessidade de se analisar a contradição entre a investigação básica e a investigação aplicada. Hoje existem centros não-universitários para a produção científica de pesquisa avançada, uns poucos financiados por agências não governamentais. A maioria dos outros subsiste com financiamento público mas vêm sendo transferidos a valores abaixo do de custo para a iniciativa privada através do programa nacional de privatizações (caso da EMBRAER, TELEBRÁS, etc.), entre outros. O Estado brasileiro veio fomentando, com suas agências de financiamento da pesquisa em C&T, a constituição e o fortalecimento dos centros de pesquisa não-universitários, os quais têm absorvido, dentro dessa lógica de centros de excelência, parte significativa dos recursos do PROEX, criado justamente com essa finalidade. Esses centros têm como uma das suas características a flexibilidade ampla na formação de parcerias com o setor privado e sua forte orientação de mercado. A destinação de financiamento público para estes centros revela uma tendência intrínseca ao projeto de reforma universitária do governo FHC: acabar com a autonomia universitária e dissociar as atividades de pesquisa, das de ensino e extensão, viabilizando uma maior transferência de recursos para uns raros núcleos já previstos na classificação da Lei 9.394/95 como destinados à pesquisa, em contraste com a transformação em larga escala das IFES no que poderão vir a ser os “Escolões de 3º grau”.

O “manifesto dos intelectuais” divulgado no Encontro da SBPC deste ano, em Natal, a pretexto de defender a universidade, difunde a lógica dos núcleos de excelência e a concepção de avaliação meritocrático-punitiva do MEC. O referido manifesto explicita proximidades consideráveis entre as idéias desse grupamento (?) e a proposta de autonomia do MEC. Importante lembrar que boa parte dos novos ideólogos da reforma universitária se reúne fora dos movimentos a fim de manter sua distinção acadêmica e institucional em relação ao que consideram corporações, principalmente os partidos e sindicatos. Esse agrupamento individualizado de “elite” (ou de “excelência”, como queiram), julga-se capaz de superar a discussão coletiva mais ampla das organizações político-sindicais. Na verdade, nele se reúne a vanguarda dos apologetas da *universidade de resultados*, quando não os intelectuais oriundos dos centros de pesquisa privados e alguns dos pioneiros da aplicação das experiências privatizantes nas Instituições Públicas de Ensino Superior, destacando-se os “especialistas” em “convênios” com o setor privado através da disseminação das FAU (Fundações de Apoio Universitário). São essas experiências que impulsionaram fortemente o avanço privatizante nas Instituições Públicas de Ensino Superior, servindo ainda como fonte das complementações salariais que afetam a isonomia e a solidariedade sindical, complementações, em muitos casos, irregulares.

Os defensores dessa modernização via avaliação institucional são, em muitos casos, portadores de estranha “síndrome”, típica do neoliberalismo, a da “amnésia seletiva”¹

“...fazendo tábula rasa do que a ditadura fez com a Universidade Pública (...) esquecendo-se de que éramos nós, como docentes, que oferecíamos a tais institutos e centros os novos pesquisadores (estudantes formados por nós), bem como os leitores de suas publicações e os participantes de seus debates, além de sermos os difusores de suas pesquisas em nossos cursos, os críticos [do atual modelo de avaliação das universidades] se propuseram a ‘avaliar’ a universidade segundo os de trabalho de seus institutos e centros privados, isto é, de instituições que não realizam o trabalho da docência, nem são bloqueados por micro e macro poderes burocráticos nem pelas mudanças políticas do governo”²

Alguns dos membros desse agrupamento são adeptos da tese de que, com a chegada da crise dos anos 70, a escassez de recursos públicos teria transformado o Estado num elemento dificultador – devido aos seus cortes sucessivos de verbas e controle orçamentário – ao desenvolvimento da universidade. Concluem assim que deve-se investir na natural interação da universidade com o “ambiente sócio-econômico”, a qual é prodigiosa em trazer nova alternativa para a instituição conseguir recursos: o mercado. Aliás, segundo essa perspectiva, isto deve se dar especialmente quando este “ambiente sócio-econômico” pressiona a universidade com as demandas de uma

“... economia moderna [caracterizada] pela globalização de mercados e competidores, pela necessidade crescente de produção em alta escala e pela manipulação das preferências do consumidor...”³

Além de propagandistas e defensores da “universidade de resultados”, esse grupamento lidera em seus espaços institucionais de trabalho toda uma nova geração de “emergentes”, os intelectuais institucionais. Como bem caracterizou James Petras, esse grupo inclui um contingente de intelectuais que optou pela condição de “...prisioneiros de seus próprios e estreitos laços profissionais. Seus vínculos com as fundações estrangeiras, com as burocracias internacionais e os centros de investigação dominam uma vazia e sedentária vida política interna” em detrimento da luta em defesa de uma universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, da luta por condições salariais e de trabalho mais dignas e justas para o conjunto da categoria “... esforçam-se para obter a maior soma em dinheiro da agência de financiamento mais acessível”⁴

2. A RELAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, CARREIRA E AUTONOMIA E OS MÉTODOS DO GOVERNO PARA PRIVATIZAR AS IFES

No caso brasileiro, um dos principais representantes do projeto neoliberal de reformas do Estado, o ex-ministro Luís Carlos Bresser Pereira, apresentou a proposta de transformação das universidades públicas em organizações sociais. Trata-se de uma nova estrutura organizacional e de uma nova relação da universidade com o Estado. Basta dizer que as organizações sociais são definidas pelo MARE como “organizações públicas não-estatais”, como entidades que terão um estatuto jurídico próprio desvinculado do Estado, o que significa a abertura total para a privatização das universidades públicas federais, para a terceirização dos serviços e a implantação dos contratos precários de trabalho. Para implementação desse modelo já convergiram várias medidas políticas governamentais: a PEC 173/95, da reforma administrativa, e a Lei 9.394/96, a LDB/Darcy/MEC/Banco Mundial, entre outras. As implicações extrapolam os limites da docência universitária:

*“A lei [LDB] prevê quadros de pessoal docente, técnico-administrativo, assim como planos de cargos e salários individualizados para cada universidade, **atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis**. Isto significa em essência: o fim da unicidade de carreira do pessoal, da isonomia salarial, porque é quase impensável*

1 HOBBSAWN em A Era dos Extremos faz referência à perda da memória pública e à formação de uma memória seletiva que atinge as gerações mais jovens neste fim de século. A idéia se aproxima da de Hobsbawn mas tem um sentido mais restrito aos “acadêmicos” convertidos ao culto da pós-modernidade.

2 CHAÚÍ, M. Em torno da Universidade de Serviços. Revista USP, São Paulo (25), Mar/mai-95, p. 57.

3. BRICKMAN, R. “A visão do Centro: Políticas, Desempenhos e Paradoxos”. In: SCHWARTZMAN, S & CASTRO, C. de M. (org.). Pesquisa Universitária em Questão, São Paulo: Ed. Unicamp/Ícone Ed./CNPq, 1986, p. 40.

4. PETRAS, J. “Os intelectuais em retirada”. In: COGGIOLA, O. (org.). Marxismo Hoje. São Paulo: Ed. Xamã/Edusp, 1994, p. 18.

que, nos moldes da política de reforma do Estado de corte neoliberal, sejam mantidas as normas como as do atual regime jurídico único (RJU), e porque, com a liberdade de obtenção de recursos junto a fontes públicas ou privadas, de que gozarão as universidades públicas, os recursos disponíveis serão muito diferenciados entre essas instituições (art.52, parágrafo único, V). Portanto, institui-se carreira diferenciada institucional, que se inicia com o fim do regime de trabalho e a isonomia salarial dos corpos docente e técnico-administrativo.”⁵

As medidas atingem necessariamente as condições contratuais de trabalho dos servidores públicos das IFES de modo a viabilizar novos regimes de trabalho de acordo com os existentes no setor privado.

Contudo, novas medidas vêm, ainda, se combinando na arquitetura desse novo modelo de universidade, como, por exemplo, a recente aprovação da Lei nº 9.678, em 03/07/98, que instituiu a “Gratificação de Estímulo à Docência”. As análises críticas sobre o GED, feitas pelo MD no decorrer da greve de 104 dias (em AGs, CLGs e no CNG) expressam bem a essência de desmonte da universidade pública embutida na nova Lei: é contrária ao princípio da isonomia, prejudica a carreira docente, cria a remuneração por tarefa hora/aula, impõe uma avaliação de produtividade quantitativista, discrimina e exclui segmentos inteiros dos docentes das IFES (aposentados e docentes de 1º e 2º graus) e o conjunto dos técnico-administrativos. Assim sendo, a GED cumpre, entre outras coisas, com função de introduzir as novas relações necessárias para a agilização do processo de transformação das IFES em organizações sociais apresentado pelo MARE. Depois de aprovada a lei do GED, o MEC dá consequência à constituição de uma comissão para definição daqueles que deverão ser os “critérios de avaliação qualitativa” e, a título de conferir legitimidade aos referidos critérios que irão, na verdade, consolidar a GED, convida a ANDIFES e a ANDES-SN a participarem da comissão.

É um erro político grave que a diretoria do ANDES se preste a servir de coadjuvante na farsa montada pelo MEC em torno do tema da avaliação docente. Os docentes das IFES desencadearam um movimento radicalizado e amplo no qual foi conquistada a opinião pública e colocou-se a universidade na centralidade do debate político, numa conjuntura em que o presidente-candidato tentava fazer de palanque eleitoral a educação pública e, ainda, foram expostos e desmascarados ante a sociedade FHC e seu ministro Paulo Renato. Tudo isso foi possível porque a luta era movida pela compreensão política clara e avançada do MD de que os elementos intrínsecos ao PID e a GED serviam ao projeto de desmantelamento das IFES e pela compreensão de que se operacionalizavam as clivagens previstas na Lei 9.394/95. É verdade que a atitude da diretoria ao final da greve nada tem de contraditório com suas ações, mas sim com as lutas dos docentes, conforme demonstrou ao solicitar formalmente a Antônio Magalhães a aprovação do PL/GED e oferecer-lhe, como moeda de troca, o fim da greve dos docentes numa data “pré-fixada”, desconsiderando o CNG e não consultando os grevistas através de AG.

3. IMPLICAÇÕES DA GED:

MAIS UM PASSO A CAMINHO DO DESMONTE DAS IFES.

QUAL O PAPEL DO SINDICATO?

Há que se considerar a “indissociabilidade” entre as propostas de avaliação, autonomia e carreira do MEC, pois todas se articulam com o empreendimento das organizações sociais, com a privatização das IFES. Quanto à avaliação do GED, ergueu-se o debate sobre a dicotomia entre avaliação quantitativa e qualitativa. Posta nestes termos, a discussão oblitera o fato mais importante: os propósitos da avaliação implicam a destruição da carreira docente e a constituição de um novo padrão profissional para o trabalho dos professores universitários. Esse novo padrão isola a pesquisa – considerada como ciência aplicada conforme demanda de mercado – da atividade de ensino – considerado como preparação técnico-profissional dentro de novos parâmetros curriculares, também alinhados com as necessidades da chamada “esfera sócio-econômica” (a saber, o empresariado e as agências financiadoras de pesquisa, públicas e privadas). O que, para os ideólogos neoliberais, representaria um maior dinamismo e sintonia das atividades universitárias com o mundo globalizado, se revela de fato como subordinação da universidade ao mercado, como o fim da perspectiva mais avançada de universidade pública, laica, autônoma, com garantia de financiamento para desenvolver pesquisa em associação com as atividades de ensino e extensão, uma universidade que permita ao estudante superar, durante o processo da sua formação, a condição de mero graduado para a de candidato qualificado à pós-graduação e ao exercício da pesquisa e da produção teórico-crítica. No que tange à carreira, vai contra os princípios do RJU, da isonomia e da luta dos

5 SILVA Jr., J.R. e SGUISSARDI. “Reforma do estado e Reforma do Ensino Superior no Brasil. IN: SGUISSARD, V. (org.). Avaliação Universitária em Questão. Reformas do Estado e da Educação Superior. Campinas: Autores Associados, 1997, p. 21. (grifo do autor)

docentes pela implementação da carreira única. Tudo isso junto representa a flexibilização para a disseminação do contrato precário de trabalho entre os docentes em consonância com a onda de desregulamentação que já avança no setor privado. Por fim, os princípios da GED vão de encontro ao projeto de autonomia do MEC. O mecanismo pulveriza, através dos ditos “critérios de avaliação”, com suas pontuações e remunerações flutuantes, a malha universitária pública federal, estabelecendo distinções entre os docentes dentro das IFES e entre as IFES.

As implicações da GED atendem também ao projeto da reforma da previdência uma vez que, além de discriminar os aposentados do 3º grau, excluem a totalidade dos aposentados de 1º e 2º graus, juntamente com os docentes da ativa deste segmento de ensino das IFES. O projeto de reforma da previdência não pode prescindir da separação dos aposentados de quaisquer direitos relacionados ao pessoal da ativa, fato que ocorre entre os aposentados do setor público federal. Essa situação configura, para o MARE e o governo FHC, mais um “empecilho” ao projeto de reformas. A pretexto de “diminuir o gasto público e melhorar a qualidade do atendimento”, coloca-se, à disposição do setor privado, uma fatia de milhões de trabalhadores em condições de insegurança permanente no trabalho, de modo que se forma e amplia uma clientela significativa para uma rentável investimento: os fundos de aposentadoria ou fundos de pensão. A GED, sendo apenas uma lei, consegue produzir um conjunto de problemas dentro das IFES relacionados aos princípios essenciais do projeto global do neoliberalismo de reorganização do Estado e da economia.

É preciso aqui destacar que a proposta de pagamento de bolsas para os docentes de 1º e 2º graus é mais um expediente para descaracterizar e desqualificar as atividades desenvolvidas por esses profissionais na rede de ensino federal. Não se trata, obviamente, de uma etapa na direção de uma política para o resgate do tratamento isonômico em relação aos docentes de 3º grau. Trata-se, isto sim, de uma ação direta sobre a categoria para desmobilizá-la e fragmentá-la, o que certamente já deveria ter sido denunciado e combatido vigorosamente pelo sindicato. Assim, tanto as bolsas quanto o GED introduzem um tipo de adicional financeiro que, uma vez imposto, atua como estímulo a busca da produtividade nos termos do MEC. Se concretizado, esse estímulo tem um efeito desagregador e despolitizador para a categoria. Afinal, após mais de 4 anos sem reajuste salarial e mais de 100 dias de greve, é fundamental a atuação de uma direção sindical com uma política firme e coerente, capaz de indicar ações às bases do MD para o enfrentamento a esses novos ataques.

Contudo, encontramos-nos diante de uma direção sindical “benevolente” para com o governo, “sensível” a “vontade política” do ministro Paulo Renato de promover uma “discussão democrática” sobre os critérios de avaliação, a carreira e a autonomia. Pior, encontramos uma direção que envia orientação às ADs para providenciarem o desconto sindical sobre os adicionais do GED sob alegação de que se trata de uma gratificação permanente (!). A leitura mais superficial da lei aprovada deixa claro que se trata de uma remuneração variável. Outrossim, vale sempre a pena lembrar que os docentes estiveram em greve durante 104 dias e saíram da greve derrotados e sob protestos em virtude da aprovação da GED. Cabe, portanto, indagar sobre a coerência das posições: queremos acabar com a GED e substituí-la por uma outra lei que institua um ganho fixo que não seja contraditório com os princípios do MD? Ou queremos extrair dividendos financeiros de uma gratificação que feriu todos esses princípios e abriu as portas para a implementação do projeto de reforma universitária do MEC? Antes de qualquer resposta, é preciso que fique claro que a GAE, que recebe desconto sindical, configura gratificação permanente e incorporável ao salário, diferentemente da GED.

O pior de tudo isso é que nos encontramos diante de uma direção que foi incapaz de conclamar as ADs para a defesa da autonomia das IFES ante os processos de intervenção promovidos pelo MEC contra diversos dirigentes democraticamente eleitos pelas comunidades universitárias. Considerando que essas intervenções revelam uma ação clara do MEC no sentido de impor uma relação autoritária e antidemocrática sobre as IFES e demonstrar com que mecanismos se pretende promover as reformas na universidade, resta-nos, por fim, a pergunta: **como e quando a atual diretoria encaminhará, se é que pretende fazê-lo, a urgente e necessária luta unitária dos docentes em defesa das IFES e contra o projeto neoliberal?**

Referências bibliográficas

ANDES, Cadernos ANDES Nº 2 – PROPOSTA DA ANDES/SN PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA.

ANDES, Comunicados do CNG-ANDES – GREVE DOS DOCENTES DAS IFES (31/03 a 13/07/98).

ANDES, UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, no. 1.

BIANCHET, R.G. Modelo Neoliberal e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

BOBBIO, N. Os Intelectuais e o Poder. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BRASIL. Leis, etc. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Leis, etc. Lei 9.678, de 03/06/97.

BRASIL. Leis, etc. PEC 173-A/96.

BRASIL. Leis, etc. PEC 370-A/96.

FERNANDES, A. M. e SOBRAL, F. Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HADDAD, S., WARDE, M.J. e TOMMASI, L. de. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez/PUC e Ação Educativa, 1996.

HOBSBAWN, E. Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990.

Relatórios do Setor das IFES – 1994 a 1998.

SANTOS, B. S. Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

A DIRETORIA DA ADUFF APRESENTA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA AS DISCUSSÕES DO IV CONAD EXTRAORDINÁRIO OS SEGUINTE TEXTOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS DO CNG:

4.3. BALANÇO GERAL DA GREVE E ENCAMINHAMENTOS DE LUTA*

Em 13 de julho de 1998, encerramos uma greve de 104 dias. Neste momento, faz-se necessário realizar uma avaliação geral: os problemas enfrentados e, fundamentalmente, o saldo deixado ao movimento docente (MD) e à defesa da universidade pública.

Em primeiro lugar, cumpre-nos destacar a capacidade demonstrada pelo MD de uma ação coletiva e fortalecida, numa época em que se quer negar a importância do sindicalismo e caracterizá-lo como uma forma ultrapassada de luta dos trabalhadores.

A greve desencadeou o debate sobre a universidade pública e sua inserção na política nacional, promovendo uma articulação que possibilitou a conquista do apoio da sociedade para nossa pauta de reivindicações.

Pauta de reivindicações cuja questão salarial é apenas um dos pontos, ao lado da garantia da qualidade via manutenção das vagas e abertura de concursos, mas ao mesmo tempo chama a atenção e avança no calendário de lutas contra o projeto de educação defendido pelos atuais governantes e pela implementação daquele construído democraticamente pelas forças populares junto ao MD.

O primeiro projeto, concebido sob imposição do Banco Mundial, está contido na proposta da PEC 370 e quer implantar a autonomia universitária submetida à lógica excludente do mercado. O segundo, por seu turno, o projeto do MD, quer avançar no sentido de uma autonomia com referência social.

A greve de 1998 reanimou a luta de base, das seções sindicais do ANDES-SN, que demonstraram unidade, firmeza e criatividade na construção do movimento e na promoção de ações de luta. Apesar do fato de que não conseguimos nos colocar efetivamente como massa nas ruas, é possível afirmar que no decorrer da greve houve um nível de investimento político traduzido nos grandes atos públicos.

A avaliação dessa greve não se deve limitar ao conteúdo da pauta de reivindicações. Toda ação conjunta se move num contexto em que, além das questões relacionadas com aquilo que se propõe como objeto de negociação, são extremamente relevantes os aspectos referentes à identidade e à capacidade de ação do próprio coletivo.

A Greve e a Pauta de Reivindicações

Em relação a nossa pauta de reivindicações, uma análise realista não justifica conclusões muito otimistas. Iniciamos a greve por uma pauta emergencial composta de 4 itens:

- reajuste salarial emergencial de 48,65%;
- recomposição do quadro docente;
- ampliação de vagas e abertura de concursos;
- retirada do PID imposto via Medida Provisória.

Não há nenhuma conquista referente a esses itens. Quanto ao PID, este foi efetivamente retirado, mas, após algumas tentativas governamentais de implantá-lo sob diferentes disfarces, acabou sendo aprovada uma forma de gratificação que ainda mantém características fundamentais daquele programa, que motivou a indignação geral do movimento docente. O conteúdo real dessas tentativas foi imediatamente percebido pelas bases do sindicato, cujas assembleias gerais em todo território nacional o rejeitaram.. Uma vez transformado em lei, o PL-GED, hoje instituído, está sendo visto por alguns como conquista do MD. Trata-se de enorme equívoco. Não se pode negar, evidentemente, que a sua implantação projeta adicionais de remuneração a uma parcela dos professores do ensino superior. Nem por isso, a solução encontrada para o impasse se torna aceitável. Seus aspectos mais negativos não residem tanto na magnitude dos "ganhos concedidos", e sim no caráter excludente e discriminatório da política salarial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que passará a vigorar a partir de agora e na sua adequação integral a uma concepção de Educação Superior privatista e diametralmente oposta aos princípios do MD.

Nessa perspectiva, em situação extremamente desfavorável ficam os professores de 1º e 2º graus em efetivo exercício. Foi-lhes concedida apenas uma promessa: de uma bolsa, que não se sabe se existirá, qual o seu valor, nem sob que condições será concedida, além da reestruturação da carreira. Lembre-se que a adoção de carreiras diferentes para os três níveis de ensino é contrária a deliberação adotada pelo MD, em suas instâncias decisórias. A segregação total dos aposentados do primeiro e do segundo grau nada mais é do que a soma de duas discriminações: a que se exerce contra os inativos e a que se refere ao nível de ensino em que atuam. Quanto aos atuais aposentados do 3º grau, há uma obscura névoa de compreensão da sua situação na referida lei

Ao não contemplar os itens relativos a recomposição e ampliação do quadro docente pela abertura de concursos, o governo exclui o segmento dos substitutos de qualquer perspectiva de ganho. Considerados os baixíssimos salários que esse segmento recebe, aumenta-se propositalmente o estímulo a essa forma de contratação e ao não preenchimento de vagas do quadro efetivo. Isso é coerente com as incessantes tentativas governamentais de tornar cada vez mais precário e segmentado o trabalho docente, como forma de, ao mesmo tempo, fazer avançar o processo de privatização e "poupar" recursos para poder canalizá-los para a especulação financeira.

Mesmo entre os que teoricamente têm direito à "GED plena" existem discriminações. Os ganhos que venham a receber poderão ser variáveis no tempo. Não há garantia de que a gratificação não possa ser retirada total ou parcialmente, e 40% de seu montante terá o caráter de remuneração por tarefa. Além dos aspectos já referidos, as enormes deficiências de redação do texto da lei geram dúvidas sobre questões importantes, que poderão se objeto de manipulação pelo governo, quando de sua implementação.

Em seu conjunto, essa política é inaceitável pelo MD.

A Greve e a Capacidade de Mobilização dos professores

Se não temos razões para considerar que a greve foi vitoriosa em relação a nossa pauta de reivindicações, o mesmo não acontece no que se refere à capacidade de agir coletivamente demonstrada pelos professores das IFES. Foi a greve que contou com o maior percentual de adesão já verificado na história do Sindicato. Este fato se reveste de um significado extremamente relevante: mostra-nos que, no contexto atual, o modelo de reforma do Ensino Superior desenhado pelo FMI e pelo Banco Mundial, aceito com subserviência pelo governo brasileiro, defronta-se com a oposição da imensa maioria dos docentes das IFES.

Em várias ocasiões, a categoria demonstrou inequivocamente a sua disposição de luta, e recusou, com firmeza, ameaças de represália e promessas de cooptação consubstanciadas em propostas de ganhos diferenciados para alguns grupos, na esperança de que aceitassem a segregação de outros companheiros. Com dignidade resistimos à falta de pagamento. Com dignidade professores estiveram acampados com estudantes, desempregados e outros trabalhadores em Brasília e participaram da Marcha no dia 20-05-98, autoritária e violentamente reprimida pela política do GDF. Com dignidade descartamos os sucessivos engodos, do PID à GED. Com dignidade e altruísmo um grupo de professores deu ao país uma lição de radicalidade democrática e de compromisso com a universidade pública, através da greve de fome.

Depois dessa experiência de luta, a compreensão da comunidade universitária a respeito das questões relacionadas com o ensino neste país já não será a mesma. Além disso, o movimento foi capaz de promover um debate além dos muros da universidade, e de impor revezes à monumental campanha de desinformação promovida pelo governo a respeito da situação educacional brasileira. Pelo menos no início da greve, fomos capazes de ocupar espaços importantes na mídia, e chegamos a obter divulgação surpreendentemente favorável. Segmentos importantes da sociedade civil manifestaram-se a nosso favor, o mesmo aconteceu no Poder Legislativo, em âmbitos federal, estadual e municipal.

Tudo isso nos faz crer que a base do movimento tem disposição de luta e que não se recusará a enfrentar os embates que estão por vir. Caso o atual Presidente da República consiga reeleger-se, provavelmente haverá, já no início do próximo período governamental, forte investida no sentido de aprofundar a política de privatização, principalmente através da PEC-370A e do projeto das organizações sociais. É importante denunciar e se contrapor a esta política em todos os foros possíveis, inclusive mostrando o seu caráter de mera aplicação às condições brasileiras de um receituário contido em diversos textos do Banco Mundial.

Apesar de apresentar um saldo nitidamente positivo, quanto à capacidade de ação do movimento docente, esta greve revelou, também, dificuldades no tratamento de alguns problemas relevantes.

Se, por um lado, houve uma preocupação madura do ANDES/SN em buscar, no interior da CNESF, contribuir para articulação das lutas dos servidores públicos federais (o que, no limite das dificuldades enfrentadas por cada categoria não foi possível), por outro lado, ao se configurar um forte movimento de luta no setor da educação pública federal, movido, na sua essência, pelo enfrentamento ao projeto de desmonte que o governo buscava impor, o CNG-ANDES/SN não encaminhou a discussão sobre a articulação mais orgânica dessas lutas.

As dificuldades de articulação mostraram seus efeitos negativos por ocasião da manobra fraudulenta do governo, quando tentou pôr fim à greve dos técnico-administrativos, divulgando na imprensa que a greve tinha sido suspensa a partir de um suposto acordo MEC/FASUBRA. Também foram prejudicadas as discussões acerca de uma estratégia para superar o impasse posto pela exclusão deliberada pelo MEC das reivindicações dos estudantes e das relativas aos 1º e 2º graus. Tivemos ainda dificuldades, ao final da nossa greve, em agilizar a elaboração de uma estratégia conjunta que permitisse uma pressão unificada no interior do congresso e, no encerramento das greves, a possibilidade de um debate ampliado de avaliação do resultado da aprovação do PL MEC/GED, seu impacto sobre as IFES e a construção de um calendário unificado de lutas para os novos enfrentamentos que com certeza ainda ocorrerão.

Entendemos que a dinâmica do movimento, sustentada em práticas democráticas, e sua maturidade política nos permitirão superar crítica e coletivamente essas questões, avançando de forma politizada na articulação necessária para os novos enfrentamentos que certamente virão. Exemplo dessa maturidade foi a forma unificada como saímos da greve, ao percebermos que já não havia condições de mantê-la, e a firmeza com que inúmeras assembléias repudiaram tanto o método como os resultados do acordo que permitiu a aprovação do PL.

Apesar da força do movimento, não fomos capazes de obrigar o MEC a abrir mão de suas posições, mesmo após havermos recuado em relação à nossa posição original. O governo sequer recebeu a proposta "A", apresentada pelo MD, demonstrando a mesma intransigência com que já vinha tratando o conjunto de nossa pauta de reivindicações. Ao fim, a proposta "A" não repercutiu em nada na tentativa de abertura de negociação. A partir daí, redefinimos nossa estratégia e partimos para a reafirmação dos nossos princípios - com exceção do princípio da linearidade- considerando-os como fundamentais na constituição de um PL alternativo e como referência para quaisquer possibilidades de modificações que atingissem a essência do PL/MEC-governo-Banco Mundial.

Para o insucesso das negociações em torno desses princípios contribuíram dois fatores, um interno ao sindicato, e outro concernente às relações com a ANDIFES.

Desde o início de nossa greve buscamos, entre outras coisas, travar um diálogo com os dirigentes das IFES. O objetivo precípuo era a defesa da universidade pública, conquistando o comprometimento das reitorias com nossa pauta de reivindicações e a nossa luta. Não foi fácil, salvo as raras e sempre honrosas exceções. Conforme o movimento avançou, recuaram os reitores nos compromissos que diziam ter conosco, proporcionalmente ao avanço da aproximação dos mesmos com o MEC. Por mais de uma vez as AG e o CNG-ANDES/SN tiveram que se manifestar de forma contundente contra as tentativas de negociação advindas da ANDIFES, as quais se confrontavam com a nossa pauta em seus princípios mais elementares. O comportamento da ANDIFES contribuiu para facilitar a viabilização da proposta do governo em detrimento da do MD. Por esse motivo não podemos deixar de colocar aqui essa denúncia e o nosso mais veemente protesto contra esse tipo de intervenção das administrações universitárias. Comportamento análogo está sendo adotado em relação à PEC 370A.

Importante ressaltar o papel inconveniente e inoportuno desempenhado por alguns membros da executiva nacional da CUT, que interferiram na política interna do sindicato, desrespeitando nossa autonomia e democracia. Além disso, a CUT não deu demonstrações de solidariedade à greve, mantendo-se apática durante a maior parte do seu desenvolvimento.

Não podemos deixar de nos referir ao papel desempenhado pela intervenção da nova diretoria que, quatro dias após ser empossada, promoveu uma negociação contrária aos encaminhamentos aprovados neste comando, a partir das Assembléias Gerais dos professores, que resultou num acordo com o senador Antônio Carlos Magalhães, pela aprovação do PL. Nessa ocasião, a conduta da Diretoria comprometeu todo o processo de discussão e interferiu no comportamento dos partidos de esquerda, em detrimento de nosso projeto.

Não bastasse tudo isso, a nova diretoria tentou suspender arbitrariamente e autoritariamente a reunião do CNG. Tais atos foram um ataque ao CNG e desrespeitaram todo um sacrifício coletivo de mais de cem dias, do conjunto dos docentes que se negavam a fazer do nosso projeto de universidade moeda de troca por uma gratificação que configura, na sua essência, o início de desmonte da nossa carreira, num reducionismo técnico-produtivista da atividade docente e, conforme afirma o próprio ministro Paulo Renato, na introdução dos elementos necessários para a implementação do projeto de autonomia do MEC já rejeitado pelo MD.

A explicitação das diferenças faz parte da democracia do MD, mas jamais a imposição autoritária de medidas que contrariam os fóruns deliberativos do movimento. As tensões derivadas das ações da diretoria foram utilizadas pela mídia para tentar comprometer a imagem de unidade e democracia que vimos consolidando durante toda a greve ante a sociedade brasileira.

Outrossim, cabe ressaltar que as AD, numa grande demonstração de força e unidade, ao referendarem por ampla maioria em suas AG o indicativo de saída unificada encaminhado pelo CNG, reafirmaram o compromisso do movimento docente em preservar o nosso sindicato e defender intransigentemente os princípios democráticos que o regem. Movidas por esse sentimento é que emergiram de diversas AG's moções de apoio ao CNG, de repúdio ao comportamento da diretoria e propostas de convocação de um CONAD Extraordinário para avaliar essas questões.

4.4 ANÁLISE ACERCA DOS DIFERENTES PROJETOS RELACIONADOS À PAUTA SALARIAL*

Ao fim do movimento grevista de 1998 é chegada a hora de realizar avaliações conjunturais e estruturais. Nessas avaliações que estão sendo feitas e publicadas nos documentos do Comando Nacional de Greve, não se deve furtar à análise comparativa de todas as propostas relativas à questão salarial, desde o PID original que deflagrou a greve até a aprovação da lei nº 9.678 de 3/07/98, que instituiu a GED. O presente texto é acompanhado de tabela, na qual os diversos projetos e propostas são cotejados didaticamente, para se ter a precisa noção do que se queria e do que foi aprovado.

O PID I

Nos meados de fevereiro último, o Governo Federal divulgou, pela imprensa, que concederia reajuste salarial aos professores universitários. Em março, o governo apresenta sua proposta de suposto reajuste, através da Medida Provisória nº 1.616-16, o **Programa de Incentivo à Docência (PID)**.

Após a divulgação do PID, constatou-se que não se tratava de reajuste salarial, mas de concessão de bolsas, cujo pagamento dar-se-ia vinculado ao trabalho por tarefa, ou seja, à obrigatoriedade de cada docente dedicar 10 horas-aulas semanais à docência, sendo seis em classe na graduação. Tratava-se, assim, de uma proposta que contrariava o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que atacava a autonomia universitária.

Além do engodo representado pela confusão de termos promovida — concessão de bolsa e reajuste salarial — a MP trazia a proposta de que nem todos receberiam as bolsas, apenas parte dos doutores e mestres e percentagem reduzidíssima de especialistas. Além disso, estavam excluídos do PID docentes em regime de 20 horas-aula, aposentados e pensionistas e professores de 1º e 2º graus das IFES.

A tentativa de implementar o PID foi o estopim da Greve Nacional, finalmente deflagrada a 31 de março último e que em poucos dias envolveu 51 campi do sistema federal de educação.

O PID II

Numa tentativa de promover o refluxo da greve em seus momentos iniciais, o Governo Federal apresenta o PID II (Medida Provisória nº 1.657), em princípio idêntico ao original, porém com modificações em sua regulamentação. Em linhas gerais, o segundo programa previa que os recursos disponíveis à implementação do PID inicial poderiam ser agora repassados a todos os professores da carreira do 3º grau, mantendo a exclusão de aposentados e pensionistas bem como dos professores de 1º e 2º graus das IFES. Todavia, o canto da sereia do programa em apreço estava na limitação dos recursos às universidades e, o que é mais grave, na brutal redução nos valores das bolsas, à medida que o universo atendido seria ampliado, tornando irrisórios os possíveis efeitos financeiros.

Tinha-se, portanto, um PID piorado, à medida que mantinha o acirramento da competição e incorporava a desestruturação da carreira docente, já que cada IFES estabeleceria sua política de distribuição das bolsas.

À luz dos aspectos negativos acima arrolados, o Movimento Docente repudiou totalmente o PID II e não somente manteve a greve, mas ampliou-a em alcance e dimensão. Devido à força conquistada pelo movimento, o Congresso Nacional rejeitou o artigo 6º da Medida Provisória (onde se criava o PID II). Neste momento, o MD reiterava sua pauta.

INTERFERÊNCIAS NO PROCESSO

Afora o papel da Diretoria eleita e ainda não empossada do ANDES-SN, já analisada em documentos anteriores deste CNG, cabe destacar a intervenção da ANDIFES na greve. No fim de maio, em reunião com membros da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e da Tecnologia Nacionais — a ANDIFES surpreendeu todos, colocando-se como parte do embate e apresentando proposta para saída de greve com as seguintes diretrizes no tocante aos docentes: "...1) **valorização da titulação; 2) valorização dos docentes ativos; 3) inclusão dos docentes inativos mesmo que de forma diferenciada dos ativos; 4) compromisso de elaboração de uma agenda para construção de uma nova carreira...**". Traduzindo objetivamente esta proposta, a ANDIFES publicou informe em 28/05/98, em que trazia pontos que se alicerçavam na criação de gratificação vinculada à atividade docente. Além disso, introduziu como baliza o tratamento diferenciado de aposentados e pensionistas.

A GED

Neste momento, inviabilizou-se a abertura de mesa de negociações com o MEC, já que parlamentares colocaram-se como negociadores e o Congresso Nacional passou a posicionar-se como o espaço da negociação. O MEC, então, apresentou Projeto de Lei à referida Casa Legislativa (PL nº 4605-B), cuja base é justamente a **Gratificação de Estímulo à Docência (GED)** e cujo texto assimilava a proposta da ANDIFES em suas linhas gerais. A GED introduzia na questão salarial das IFES o conceito de pagamento por tarefa, ao apresentar um critério de pontuação para se atingir o valor teto da gratificação. Esta pontuação consistiria em um máximo de 140 pontos assim distribuídos: **10 pontos por hora-aula semanal em classe até 120 pontos; até 60 pontos pelo resultado de avaliação qualitativa das atividades de pesquisa e extensão.**

A avaliação aduzida no parágrafo anterior teria os critérios definidos por cada IFES, que deveriam ser publicados no Diário Oficial da União para vigir a partir de trinta dias de sua publicação. O Projeto de Lei trazia ainda critérios para concessão de gratificação para professores ocupantes de cargo de direção bem como para aqueles afastados. As diferenças básicas em relação à proposta da ANDIFES residiam na exclusão completa de professores de 1º e 2º graus, além de não apresentar qualquer perspectiva para a grave situação dos professores substitutos, bem como excluí-los de um possível efeito financeiro.

Quanto aos aposentados e pensionistas, havia diferença de tratamento. Isto ocorre porque a avaliação qualitativa de que trata o texto do PL só vale a partir de 1998 e terá periodicidade anual. Ou seja, os já aposentados e pensionistas estão excluídos da gratificação total e só têm direito a 60% do teto da GED e apenas aqueles que se aposentaram podem ser, na lógica da lei, avaliados pelo teto.

Nesse tempo, deflagrou-se a greve de fome de professores voluntários pela rejeição à GED/MEC e pela aprovação de um Projeto de Lei negociado. Ao mesmo tempo, o governo pressionava o Congresso para aprovação da GED em sua forma original — acrescentado com o substitutivo do Deputado José Jorge, relator da matéria — devido ao suposto prazo legal na virada de junho para julho, estabelecido pela Lei eleitoral para concessão de reajuste salarial a servidores públicos. O Congresso aceitou a pressão e apressou o rito, submetendo o PL/GED ao plenário da Câmara a 24 de junho. Neste data, não houve quorum para votação do PL e sua aprovação só poderia ocorrer na hipótese de acordo de lideranças, o que não houve devido à obstrução promovida pelas oposições.

Os dias que se seguiram à rejeição da GED/MEC foram de intensas negociações no Congresso Nacional, visando a que o Deputado José Jorge aceitasse o substitutivo do MD para atender os princípios do movimento docente: reajuste desvinculado da avaliação de produtividade e não exclusão ou tratamento discriminatório de aposentados, pensionistas e professores de 1º e 2º graus. Assim, o CNG indicou uma sugestão de flexibilização da pauta salarial que foi aprovada pelas AG's. Em meio a isso, foi apresentada uma proposta ao relator do PL-GED por um grupo de professores denominado "notáveis". Esta proposta não respeitava os princípios do MD, trazendo apenas correções no texto para atender aos interesses de seus elaboradores.

Finalmente, a Câmara dos Deputados reuniu-se a 30 de junho último para apreciar PL-GED em sua redação final, aprovando o substitutivo do Deputado José Jorge. Embora fosse contra, a oposição não mais obstruiu a

votação, acolhendo o argumento do Governo de que a não aprovação da GED naquela data inviabilizaria qualquer reajuste ainda este ano.

No dia 1º de julho, o PL-GED foi ao Plenário do Senado Federal, onde foi aprovado sem alterações, com o bloco das oposições repetindo o comportamento adotado na Câmara, garantindo quorum para votação da matéria. Acrescente-se a isto a intervenção da Diretoria eleita e já empossada, que apontava neste sentido, contrariando as deliberações das AG's. O PL-GED aprovado é quase idêntico ao enviado pelo Governo. As principais alterações em relação à proposta original foram as seguintes:

No artigo 1º:

- a) parágrafo 2º, inciso I, a expressão "hora-aula semanal em classe" teve suprimidas as palavras *em e classe*, o que amplia as atividades que podem ser classificadas como hora-aula;
- b) parágrafo 4º do mesmo artigo, a nova redação retirou das IFES a responsabilidade para estabelecer o regulamento sobre as formas e fatores da avaliação qualitativa do desempenho docente, passando-a para uma comissão nacional a ser designada pelo MEC;
- c) parágrafo 5º, acrescenta que a avaliação aqui referida será realizada por uma comissão composta por docentes internos e externos à IFES;
- d) parágrafo 6º, determina que cada IFES irá publicar no DO da União o regulamento para avaliação (na proposta original, a IFES deveria enviar tal regulamento ao MEC para este fazer a publicação) e retira o prazo de 30 dias após a publicação para vigência do regulamento;
- e) parágrafo 7º, retira limites à concessão da GED presentes na proposta original;

No artigo 3º:

- a) parágrafo único, faz a concessão retroagir até a data de início da vigência da lei, com respectivo pagamento das diferenças devidas, quando na proposta original a concessão retroagia à data de vigência do regulamento da avaliação;

No artigo 4º:

Este artigo refere-se à concessão da GED para ocupantes de cargos de direção, função gratificada e afastados para mestrado, doutorado e pós-doutorado.

- a) parágrafo 1º, quando trata dos ocupantes de funções gratificadas, o projeto aprovado limita a concessão da gratificação em tela aos ocupantes destes cargos dentro da própria instituição onde estão lotados;
- b) parágrafo 2º, retira-se a palavra *não* do trecho "o disposto no § 3º do art. 1º não se aplica na hipótese prevista no parágrafo anterior". Em outras palavras, com exceção dos ocupantes de cargo de direção, todos os professores referidos no item acima terão de cumprir jornada mínima de 8 horas-aula semanais, ao contrário do que ocorria no projeto original.

No dia 03 de julho, o Presidente da República sanciona a GED, aprovada no Congresso Nacional, com dois vetos: ao *caput* do art. 4º (que garantia aos servidores no exercício de cargo de direção, direito a uma gratificação calculada com base na pontuação máxima - 140 pontos). Este *caput* criava mais um favorecimento aos dirigentes das IFES, pois elevava o percentual da gratificação a ser percebida por eles. O segundo veto, feito ao parágrafo 2º do mesmo artigo, estende a GED aos ocupantes de funções gratificadas — FG1 e FG2 — como por exemplo chefes de departamento e coordenadores de cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do movimento grevista, desde seu início com o PID até a aprovação da GED, mostra que a lei aprovada não traz muita diferença em relação ao que propunha o governo originalmente. Em ambos, no PID pelas bolsas e na GED pela gratificação, deixou-se de lado a possibilidade de um reajuste geral e isonômico para todos os docentes das IFES. A rigor, apenas os professores efetivos de 3º grau terão algum resultado financeiro, com tratamento diferenciado para aposentados e pensionistas, já que sinalização de concessão de bolsas provisórias para os professores de 1º e 2º graus das IFES, no momento, só pode ser considerada em exercícios conjeturais. Além disso, à medida que a concessão de bolsas jamais foi entendida como possibilidade de ganho financeiro, ela tem a pronta rejeição do MD.

No limite, a GED traz um elemento agravante em relação ao PID: introduz, no trabalho docente, a remuneração vinculada à produtividade, nos 60 pontos possíveis na avaliação qualitativa. Isto vem ao encontro do projeto de universidade negociado pelo MEC, por imposição do Banco Mundial em seu projeto para educação em países subdesenvolvidos.

Face ao exposto, no item especificamente salarial das reivindicações docentes, os possíveis resultados são restritos a parcela de professores das IFES (e diferenciados e variáveis dentro desta parcela), excludentes das demais categorias e iniciam a implantação do modelo de universidade submetida à lógica do mercado, ferindo a construção de sua verdadeira autonomia.

5. ENCAMINHAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DE CONAD EXTRAORDINÁRIO*

Considerando o grande número de deliberações de AGs pela convocação de um CONAD extraordinário que chegaram a este CNG e considerando que ao mesmo não lhe compete a convocação deste conselho, em reunião do dia 07.07, decidiu-se dar ciência à Diretoria do ANDES-SN, para que a mesma possa tomar as providências cabíveis, conforme ofício abaixo.

Brasília, 13 de julho de 1998

De: Comando Nacional de Greve - CNG/ANDES-SN

Para: Diretoria do ANDES - SN

Prezados Senhores:

Nos últimos dias, este CNG tem recebido das AGs inúmeras indicações de CONAD extraordinário. Considerando que a Convocação de tal conselho não compete ao CNG, estamos encaminhando cópia das indicações a esta Diretoria para conhecimento e providências.

Seguem anexos documentos disponíveis enviados pelas Seções Sindicais:

Saudações Sindicais.

COMANDO NACIONAL DE GREVE/ANDES-SN

LEVANTAMENTO DAS ADs QUE SOLICITARAM CONVOCAÇÃO DE CONAD EXTRAORDINÁRIO AO CNG:*

TOTAL DE AD'S QUE SOLICITAM CONAD EXTRAORDINÁRIO AO CNG-ANDES/SN CONFORME COMUNICADO Nº 71: 30

1. APROFURG; 2. ADUC – Cajazeiras; 3. APES-JF; 4. ADUFAC; 5. ADUFMT; 6. ADUFERPE; 7. ADUFPB/PATOS; 8. ADUFPA; 9. ADUFEPE; 10. APRUMA; 11. APUFPR; 12. ADUFF; 13. ADUnB; 14. ADUFAC; 15. ADUFRGS; 16. ADFUNREI; 17. ADUFPB; 18. ASPUV; 19. SEDUFMS; 20. SINDCEFET/MG; 22. ADUFU; 23. SINDOCEFET/PR; 24. ADUFRJ; 25. APUFSC; 26. ADUFPPEL; 27. ADUnB; 28. APUB; 29. ADURRJ; 30. ADUR-RJ;

MEMBROS DO CNG QUE PARTICIPARAM DA DISCUSSÃO PARA ELABORAÇÃO DO TEXTO DE BALANÇO EM BRASÍLIA*

MESA: Marieta (ADUFEPE), Wilma (ADUFF), Catarina (APUFPR)

DELEGADOS: Vavá (ADUFMAT), Luiz Carlos (ADUFPPEL), Fanuel (ADUFU), Valdomiro (ADUR-RJ), Rosária (APROFURG), Agripino (APRUMA), Catarina (APUFPR), Ribas (APUFSC), Ranah (ASPUV), Regina (SEDUSFM), Rodrigo (SINDOCEFET - PR), Wilma (ADUFF), Iberê (ADUFC), Marieta (ADUFEPE), Luiz Fernando (ADFUNREY), Baracho (ADUFERPE), Paulo Vítor (APES-JF).

OBSERVADORES: Nara e Nádia (APUFSC), Marcelo (ADUFRJ).

MEMBROS DO CNG QUE CONFECCIONARAM O ÚLTIMO COMUNICADO E DERAM AS ÚLTIMAS PROVIDÊNCIAS ANTES DA DISSOLUÇÃO DO COMANDO EM BRASÍLIA*

MESA: Ranah (ASPUV), Iberê (ADUFC)

DELEGADOS: Luiz Carlos (ADUFPEL), Fanuel (ADUFU), Ranah (ASPUV), Wilma (ADUFF), Iberê (ADUFC), Marieta (ADUFEPE), Baracho (ADUFERPE).

***(COMUNICADO CNG-ANDES/SN Nº71, DE 13/07/98)**

OBS.: O CNG dissolveu-se, conforme o regimento, com o fim da greve, no dia 13/07.

DEMOCRACIA INTERNA E AS INSTÂNCIAS DO SINDICATO

Objetivando a discussão primordial que motivou a solicitação da convocação deste CONAD Extraordinário, estamos elencando alguns dos principais problemas relacionados ao comportamento da atual diretoria em relação à democracia nas instâncias do ANDES/SN. São eles, a saber:

1 - Suspensão da reunião do CNG às 10:50 do dia 01/07/98: após emitir dois documentos dando ciência do reconhecimento do CNG-ANDES/SN como instância condutora do movimento grevista das IFES e único fórum definidor dos interlocutores no processo de negociação da greve, a diretoria do ANDES-SN, numa atitude inédita na história do sindicato, suspendeu a reunião do Comando Nacional de Greve em Brasília, alegando que o mesmo não é fórum ou instância previsto ou regulamentado nos estatutos do ANDES-SN. Naquele momento encontravam-se em Brasília 31 delegados e 20 observadores eleitos em conformidade com as deliberações das assembleias gerais das suas respectivas ADs. Os delegados presentes em Brasília, mais do que um investimento político que envolve gastos financeiros para as seções sindicais, tem função de representação e de execução dos encaminhamentos aprovados pelas suas bases. O fórum do CNG não está previsto estatutariamente porque o nosso Estatuto define a estrutura organizativa do sindicato dentro dos parâmetros políticos da democracia do movimento, ele não trata da regulamentação de estratégias conjunturais de luta dos docentes nem dos fóruns que necessariamente se formam para encaminhar essas estratégias.

O reconhecimento do CNG pela categoria se materializa no investimento político e material que as ADs fazem em lá manter seus delegados, em instrumentalizá-los através de discussões e decisões das suas AGs. Reconhecer o CNG não significa desconhecer uma diretoria legitimamente eleita e representativa do sindicato. O papel da diretoria como participante da condução de um movimento grevista é de se integrar ativamente na construção do movimento e não de intervir unilateralmente sobre o mesmo como representação superior às deliberações das AGs. A intervenção sobre o CNG é ainda mais grave considerando-se que se tratava da maior greve das IFES (em nível de adesão de docentes e de ADs) na história do ANDES, e que havia-se resgatado um nível de participação da categoria em Assembleias Gerais e atos públicos como não ocorria há alguns anos.

A intervenção no CNG, agravada pela intervenção da diretoria nas negociações no Congresso e no Senado repercutiram de modo extremamente negativo sobre o conjunto dos docentes. A indignação provocada se expressa num número significativo de moções de repúdio aos atos da diretoria e de apoio ao CNG bem como na solicitação de convocação desse CONAD. Se, de fato, a intervenção “salvacionista” da atual diretoria tivesse sido positiva como ela tem veiculado nos documentos do sindicato, certamente haveria uma renovação no ânimo da categoria para acompanhar os desdobramentos “positivos” (sic) da greve: as negociações em andamento acerca dos critérios de avaliação do GED na Comissão definida pelo MEC e as discussões sobre o programa de bolsas para os professores de 1º e 2º Grau.

2. O OFÍCIO DA DIREÇÃO DO ANDES/SN À ANTONIO CARLOS MAGALHÃES:

Estavam presentes em Brasília 51 docentes, entre delegados e observadores, trabalhando intensamente pela aprovação, pelo Congresso, do PL 4.605-B/98 do MD, como substitutivo ao PL/GED do MEC. Somavam-se mais de 100 dias de luta pela abertura de negociações por parte do MEC sobre uma pauta emergencial construída pela categoria nas instâncias do movimento. O PL substitutivo foi fruto de uma discussão que envolveu a flexibilização – por decisão da maioria absoluta das AGs ocorridas naquela última semana – da pauta emergencial. Isso decorreu da intransigência resolvida do MEC em abrir qualquer canal de negociação com o ANDES/SN (mesmo durante o período de 2 anos que se seguiu ao fim da greve de 96, quando nenhuma greve foi feita). Nesse momento crucial da greve, a diretoria recém-eleita, através de ofício assinado pelo presidente do ANDES-SN, prof. Renato de Oliveira, solicitou ao presidente do Senado, o senador Antônio Carlos Magalhães, que aprovasse o PL do governo e, numa atitude inqualificável, negociou um

período para o término da greve sem o conhecimento prévio da categoria. Essa atitude afetou as condições das negociações em andamento entre o CNG e o Congresso.

Deixamos claro que o que está em questão não é que o ofício da direção do ANDES tenha se dirigido a ACM, mas que a proposta contida no ofício não se dirigisse primeiramente aos docentes em greve! A diretoria não só pode Ter uma proposta sua como é seu papel construir e publicizar para o MD alternativas e indicativos de ação para enfrentar os problemas que afetam a categoria e a universidade. A diretoria transgrediu os parâmetros de democracia na construção do movimento quando traiu toda uma luta em nome de uma ação “salvacionista”, que segundo ela, representava a superação de uma posição irracional, fundamentalista e de intransigência dos “membros do comando nacional de greve” esquecendo-se que esses “membros” são docentes eleitos em assembléias gerais. A pretexto de uma análise que reduzia a estratégia do movimento à lógica do “tudo ou nada”, definiu que caberia a ela, diretoria, e não a categoria, intervir nos rumos da greve. Ante a reação de indignação e protestos dos docentes em suas AGs (com moções de repúdio e pedidos de CONAD Extraordinário), a diretoria lançou-se numa verdadeira campanha de desqualificação das instâncias do MD e todo e qualquer movimento de oposição (vide os *InformAndes* editados pela atual gestão).

3. PARTICIPAÇÃO DO ANDES/SN NA COMISSÃO MEC/GED: Com relação à comissão para o estabelecimento dos critérios de avaliação da GED instituída pelo MEC a AG da ADUFF tem posição desde o período de greve: trata-se de uma encenação para legitimar a gratificação imposta pelo governo, participar dela é atuar como coadjuvante nesta farsa.

Mas não vamos reduzir a questão a posição de uma AG pois se trata de uma questão que foi apreciada em várias assembléias gerais e que teve deliberação da categoria. Cabe, portanto, a pergunta: o que justifica o desprezo da diretoria pelas posições das ADs em relação a esta questão? Qual o respaldo político que a diretoria tem para, sem consultar os interessados, encaminhar a posição de participar da referida comissão e nela propor critérios que não foram sequer analisados pela categoria? Como ficam as implicações da regulamentação da GED tais como a institucionalização da discriminação dos aposentados do 3º grau e a exclusão de todos os docentes (ativos e aposentados) do 1º e 2º graus?

4. FILIAÇÃO DO ANDES/SN AO MOSAP E CRIAÇÃO DA ENCARREGATURA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS AD REFERENDUM DO CONGRESSO DO SINDICATO: Como se justifica que uma diretoria altere a estrutura interna do sindicato sem nenhuma discussão prévia sobre a necessidade de fazê-lo? Como pode ocorrer das seções sindicais do ANDES serem simplesmente **comunicadas** sobre decisões que envolvem a formalização da filiação do ANDES a qualquer entidade que seja? É incrível como a atual diretoria se confere poderes que não possui a partir da justificativa de que é uma diretoria eleita com mais de 10 mil votos. Primeiro: os votos, numa eleição sindical, definem quem vai dirigir o sindicato e não a “quantidade de poder” que um ou mais diretores terá. Segundo: a legitimidade e representatividade de uma diretoria não se define pelo número de votos que ela recebe, mas pelo reconhecimento político da sua vitória num pleito eleitoral democrático, inclusive por parte daqueles que não se dirigiram às urnas. Terceiro: essa legitimidade e representatividade referem-se a atribuições que estão definidas na prática política desse sindicato e que encontram seus limites dentro desta mesma prática. A nossa prática sindical tem sido, historicamente, a de democratizar e socializar informações para, através da decisão coletiva, fortalecer as decisões construídas pela direção do sindicato que modificá-las, se for necessário. Os fóruns deliberativos de base são o espaço constituído para isso, as reuniões de setor se constituíram também como um espaço de integração, comunicação e construção coletiva da categoria, através das suas representações locais, junta à direção nacional. Assim sendo, a bem do respeito às instâncias do ANDES e à sua democracia interna, a Assembléia geral da ADUFF é contra quaisquer deliberações *ad referendum* dos congressos do nosso sindicato. Pretenderá a diretoria reduzir a prática sindical no ANDES a, de dois em dois anos, votar nas eleições e referendar nos Congressos?

5. FALTA DE TRANSPARÊNCIA E CONSISTÊNCIA NAS INFORMAÇÕES: a reunião do 1º e 2º graus realizada em Brasília e a última (e única) reunião de setor convocados pela atual diretoria foram marcadas pela perplexidade dos representantes das ADs ante a quantidade de “fatos consumados” que eram informados. Não bastasse isso, as informações eram marcadas por inconsistências que tornavam ainda mais difícil a sua compreensão. Exemplo disso foi a informação sobre uma tabela de bolsas para o 1º e 2º graus publicizada pelo MEC em sua página na Internet e que não tinha sido oficializada pelo MEC junto ao sindicato. A referida tabela, segundo o informe, teria sido obtida informalmente num evento festivo no sul do país. Como pode um sindicato do porte do ANDES se prestar ao papel de oficializador de informações “de bastidor” fornecidas pelo MEC! Outro exemplo foi acerca da

participação do ANDES na comissão de avaliação do MEC, não se sabe até o momento porque as posições das assembléias gerais foram desconsideradas e nem como se dá a representação do sindicato na referida comissão. Dos nomes apresentados, através de ofícios às ADs, como “titular” e “suplente” da representação do ANDES não consta o do presidente, prof. Renato de Oliveira, no entanto, o mesmo já substituiu os tais representantes em uma reunião da referida comissão. Afinal quem representa o quê e com respaldo em quê?

6. NÃO ENCAMINHAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES: Foi convocada uma reunião de setor das IFES em 14 e 15 de agosto passado na qual foram aprovados alguns encaminhamentos indicativos. Em função da suspensão da reunião do CNG ao final da greve das IFES sob pretexto de que não se tratava de fórum previsto estatutariamente, a reunião do setor foi marcada pela discussão do próprio caráter que ela teria uma vez que o setor também não está definido no estatuto do sindicato. A diretoria disse que, ao convocar o setor “era a sua intenção encaminhar as decisões do mesmo”, contudo, ressaltou que “a diretoria era soberana” para decidir sobre o que encaminhar. Ao final da reunião a diretoria disse que encaminharia todas as indicações ali aprovadas. Contudo, isso não ocorreu.

Não foi convocada uma rodada de AGs para discutir avaliação docente e comissão de avaliação do MEC nem foi convocada uma reunião do setor a seguir da rodada de AGs conforme se havia votado e aprovado. Nenhuma justificativa foi apresentada até o momento para essas e outras decisões que não foram encaminhadas.

A participação das ADs nas reuniões de setor é um investimento político que envolve disponibilização não só de recursos financeiros, mas, o que é mais importante, do tempo das pessoas tanto no setor propriamente dito quanto em reuniões e, em vários casos, assembléias gerais preparatórias para qualificar as posições que possam ser tomadas. As reuniões de setor se consolidaram como um fórum importante na dinamização das relações das ADs entre si e com a direção do sindicato. Não há justificativa política e democrática para a desqualificação de um fórum como esse.

7. TRATAMENTO DADO ÀS SOLICITAÇÕES DAS ADs DE CONVOCAÇÃO DE UM CONAD EXTRAORDINÁRIO: Além da demora na convocação e da solicitação de documentos que não eram formalmente necessários para que a convocação fosse feita, a diretoria foi negligente, sob todos os aspectos para com a realização deste CONAD: a) não previu a reunião dos grupos mistos; b) desconsiderou as indicações e a disponibilização do espaço por parte de ADs para realizar o evento num hotel, o que aumentando os custos, oblitera a visibilidade do evento dentro das ADs e dificulta as possibilidades de se conseguir espaço para eventuais discussões em grupo; c) não apresentou texto com as posições da diretoria e, d) apresentou textos individuais de diretores como sendo textos de diretoria.

8. DESCONTO DE 1% SOBRE OS VALORES DO GED: Sob alegação de que a GED é uma

gratificação permanente, a diretoria do ANDES encaminhou ofício orientando as ADs para providenciarem o desconto sindical e seu repasse ao caixa nacional sem qualquer aprofundamento da discussão junto a categoria. Trata-se de uma discussão que não pode deixar de ser feita: a GED, conforme todas as avaliações políticas e jurídicas, é uma gratificação variável que não tem caráter permanente. Além disso, se o movimento docente ao final da greve indicou a luta pela retirada do GED em favor de uma gratificação compatível com os princípios do MD (não exclusão ou discriminação, não atrelamento a avaliação quantitativa, não remuneração por tarefa, etc.), como é possível defender a sua institucionalização através do desconto sindical sem termos sequer discutido o encaminhamento do final da greve com a categoria?

Por todas essas questões a assembléia geral da ADUFF se manifestou contra o desconto sindical de 1% sobre a GED.

9. NÃO PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO ANDES NA PLENÁRIA DOS SPF: Na plenária dos servidores públicos federais, ocorrida no dia seguinte a reunião do setor das IFES, em 14 e 15 de agosto passado, o prof. Renato de Oliveira, presidente do ANDES, era representante do ANDES como delegado. Sem qualquer justificativa, porém, não esteve presente à plenária, uma plenária que discutiu um tema importante da conjuntura e que foi objeto de amplo debate no último Congresso do ANDES, a saber, o apoio oficial ou não do sindicato a uma candidatura específica a presidência da república. A Plenária aprovou o apoio dos SPFs a candidatura de Lula. A delegação da ADUFF votou contrariamente a qualquer apoio em função da posição histórica do ANDES de manter sua autonomia em relação à candidatos e partidos, várias outras representações de ADs votaram dessa forma por partilhar desse entendimento.

10. TRATAMENTO OFENSIVO A REPRESENTANTE DA ADUFF: Por ocasião das discussões travadas na avaliação de conjuntura na Plenária dos SPFs, no dia 16/08/98, a profª Wilma Pessôa, secretária-geral da ADUFF, fez uma intervenção criticando estratégias sindicais de conciliação e de omissão citando a atuação da CUT nos últimos anos em relação à greve geral, e a atuação da atual diretoria no final da greve das IFES, como exemplos de ação que fragilizavam o campo da esquerda (e as candidaturas desse campo) e fortaleciam a ação do governo. Na ocasião, o prof. Dalton Macambira, que anteceder a profª Wilma, fez referência a importância política da greve dos docentes das IFES para o desgaste do governo FHC. Durante a sua intervenção a profª Wilma ao criticar a intervenção da diretoria no final da greve das IFES, colocou que esta diretoria (sem citar nomes ou fazer ofensas de qualquer tipo) tinha entre seus membros pessoas que foram contra a greve e que agora pretendiam tirar proveito político da mesma. Na ocasião a diretoria do ANDES apresentou um documento que foi lido para a Plenária no qual fazia acusações à direção da mesa (que reagiu de forma contundente retrucando todas elas) e a profª Wilma Pessôa, nominalmente (que não conseguiu fazer uso do direito de resposta), o tom agressivo do documento o caracterizava como uma nota de repúdio ou de denúncia. A diretoria da ADUFF enviou ofício protestando contra essa prática antidemocrática e teve como resposta um ofício N° 337, de 24/08/98, que, afora a elucidação de que o documento lido na Plenária era uma nota de “esclarecimento”, acusava a profª Wilma Pessôa de veicular inverdades e de ser **desonesta**. A diretoria da ADUFF entende que a polêmica e a divergência de opiniões devem se dar no limite do tratamento que preserve a integridade física e moral bem como o caráter das pessoas. A diretoria do ANDES transgrediu esses limites não apenas num debate público como num ofício ao dirigir uma ofensa moral a um membro do sindicato. Por essa razão a assembleia geral da ADUFF aprovou moção de repúdio à atitude da diretoria e solicita esclarecimentos sobre o conteúdo do referido ofício uma vez que não condiz com o que foi relatado pelos delegados da ADUFF presentes àquela plenária.

11. UTILIZAÇÃO DA IMPRENSA DO ANDES PARA ATACAR AS INSTÂNCIAS LEGÍTIMAS DO MOVIMENTO E DIVULGAR OPINIÃO PESSOAL DE DIRETORES: Uma das “inovações” promovidas pela atual gestão foi a de se utilizar de maneira acintosa o *InformANDES*

como instrumento para desqualificar as Assembleia Gerais, os militantes e qualquer fórum ou grupo que possa ameaçar a possibilidade de que ela exerça o poder sem oposição ou que a obrigue a compartilhá-lo.

A imprensa sindical é veículo de informação e politização, não pode ser transformado num jornal de opinião, esse é um fundamento elementar na elaboração de qualquer veículo de comunicação de um sindicato. Essa é uma questão política importante na relação do sindicato com a categoria.

Outra questão ainda mais grave é a utilização da imprensa sindical para atacar as instâncias do movimento, para desqualificar as assembleias gerais das ADs e para tentar rebaixar a militância e a oposição à condição de “freqüentadores de assembleias”. A diretoria questiona a representatividade das decisões tomadas em assembleias devido ao baixo quórum que elas tem tido, não se preocupa em analisar a conjuntura e pensar coletivamente os mecanismos para fortalecer as instâncias do sindicato. Não o faz porque não lhe interessa! Argumenta maquiavelmente que seus poderes se definiram na eleição e que só os congressos podem colocar deliberações para que ela execute (sendo assim, nos intervalos entre os congressos, a diretoria é “soberana”).

A direção também questiona as assembleias gerais e os critérios de escolha de delegados para os fóruns da categoria por considerar que há uma distorção na representação: embora eles sejam a direção eleita pela maioria dos votantes os fóruns e seus representantes são compostos por uma maioria de oposição. Não são capazes de admitir a sua incapacidade de politizar e formar quadros de militância com capacidade de intervenção e de formulação que mereçam a confiança das bases da categoria.

Eleger-se delegado a um fórum do sindicato exige um nível de confiança direto da base porque lá o militante não é um desconhecido, porque na base não se trata de um voto secreto mas de uma opção declarada. Em assembleias cheias ou vazias a oposição tem saído vitoriosa na disputa da delegação. Como explicar esse fenômeno? A diretoria não procura analisar e explicar mas tão somente desqualificar para, quem sabe um dia, suprimir estatutariamente esses fóruns ou limitar-lhes o poder de representação.

A diretoria utiliza números para desqualificar as AGs mas se esquece do baixo quorum dessas eleições. Por que essa contradição de argumentos para os que sabem tão bem “trabalhar com a razão”?

A diretoria faz do silêncio da maioria o seu trunfo, tenta qualificar a não-participação como consenso em torno das suas posições e a participação como ato de irracionais e fundamentalistas. Sendo assim, conclui-se pela lógica da direção, que a razão se expressa no silêncio e o fundamentalismo irracional dos radicais na freqüência as assembleias, reuniões de setor, CONADs, Congressos e outros fóruns do movimento.

Infelizmente a militância sempre foi um ato de minorias, mas tem sido a militância através da história a força política capaz estimular a mobilização das maiorias. Foi assim em todas as greves desse sindicato.

Os burocratas-autoritários de todo tipo, dos stalinistas aos fascistas, acreditam na força do líder, do Partido Único, defendem o monolitismo da estrutura contra a dialética do movimento. O centralismo que caracterizou a intervenção da ação do presidente do ANDES ao final da greve das IFES e a alegação do uso da razão em contraposição ao irracionalismo que emanava do CNG e das assembleias gerais só pode ser entendido dentro da lógica que afirma que a verdadeira democracia é “a livre escolha de um líder, a quem cabe a obrigação de assumir plenamente toda a responsabilidade pelo que faz ou deixa de fazer. Não haverá votação por maioria em questões simples. “Isto porque as democracias tradicionais são ineficazes pois deixam “as decisões finais nas mãos de uma assembleia do povo da qual só pequena parte possui o conhecimento e a experiência requeridos pelos problemas em consideração”*. Ante a incapacidade das assembleias e seus representantes no CNG de aceitar a verdadeira racionalidade que daria a saída “salvadora” para a greve, surgiu líder, o representante da Razão, aquele que assumiria plenamente a responsabilidade pelo fim do movimento.

Diante disso, a ADUFF reafirma com firmeza a defesa intransigente da democracia e das instâncias e fóruns do ANDES, em defesa do nosso sindicato e contra toda tentativa de centralismo e cupulismo.

* CAPALDI, N. (org.). Da Liberdade de Expressão – Uma Antologia de Stuart Mill a Marcuse. RJ, FGV, 1974. Citação da página 109)

TEXTO 4

AVALIAÇÃO DOCENTE - GED

A assembleia da ADUFRGS, de 11/09/98, aprovou as seguintes sugestões sobre a avaliação dos docentes das IFES, no contexto da GED, para serem encaminhadas ao CONAD extraordinário, de 12 a 14 de setembro e aos representantes da ANDES junto à comissão criada pelo MEC para tratar deste assunto. As sugestões consistem dos seguintes princípios norteadores para o sistema de pontuação:

- 1) Na contagem do número de horas-aula (10 pontos por hora-aula semanal, segundo a lei, com mínimo de 80 e máximo de 120 pontos) sejam computadas:
 - a) As aulas ministradas pelo docente em qualquer curso oferecido pela universidade, independentemente de nível, origem ou destino, isto é, incluindo graduação, pós-graduação estrito e lato senso e extensão, exceto os que contemplam remuneração extra salário.
 - b) As atividades realizadas pelo docente diretamente junto a alunos, como orientação de teses ou dissertações e iniciação científica, seminários de pesquisa para estudantes, orientação de monitoria, atendimento a alunos em horários definidos e periódicos, etc, devendo a cada atividade ser atribuído um valor equivalente em “horas-aula”, como, por exemplo, duas horas-aula por orientando de tese ou dissertação, uma hora-aula por orientando de iniciação científica, etc.
- 2) No cômputo da pontuação por outras atividades docentes, seja valorizado:
 - a) Toda produção intelectual que, de alguma forma, tenha sido publicizada, como artigos em revistas, livros, comunicações em congressos, conferências, exposições, mostras, recitais, etc. e trabalhos em desenvolvimento, correspondentes a projetos aprovados e mediante relatório;
 - b) Todas atividades oficializadas por algum órgão (conselho, câmara, comissão, colegiado, etc) da universidade, como as atividades administrativas, inclusive participação em órgãos colegiados, coordenação de projeto, chefia de laboratório ou de grupo de pesquisa, participação em banca de concurso ou de tese, etc.: e representação em órgãos profissionais, quando reconhecidas pelo departamento.
- 3) A determinação nacional quanto ao detalhamento da pontuação deve ser suficientemente genérica para deixar espaço a que a autonomia de cada universidade, e de cada departamento, possam concluir a regulamentação, respeitando suas especificidades.

Porto Alegre, 11/09/98

TEXTO 5

Contribuição do Prof. Lucas (ADUFPel)

O ANDES-SN surgiu como importante instrumento de luta para defesa não só dos interesses da categoria docente, como da Universidade Pública Gratuita e de Qualidade. Sua construção se fez nos marcos de uma prática democrática, fundada no respeito às bases e aos fóruns do movimento, não se desvinculando das lutas sociais mais amplas pela democracia e por uma sociedade justa e igualitária. E a democracia é, para além de um princípio, uma prática que se constrói e aprimora cotidianamente no coletivo. O coletivo do ANDES-SN, formado por docentes de primeiro, segundo e terceiro graus, ativos e aposentados, das IFES, IEES e IPES, em suas lutas históricas têm procurado sempre pautar-se pela prática e pela ética da democracia dos trabalhadores e contra todas as formas de divisionismo, exclusão ou discriminação de qualquer segmento da categoria que patrões e governos tentam impor:

A gravidade da atual conjuntura, marcada pelo avanço destruidor das políticas neoliberais, se expressa, no âmbito da Universidade, por um projeto de reforma universitária que pressupõe, de um lado, o ataque aos direitos e às condições salariais e de trabalho dos docentes e, de outro, o desmonte e a privatização das Universidades Públicas. Foi nesse contexto que se deflagrou a greve dos docentes das IFES, a qual foi além da luta pela recuperação salarial, pondo no centro do debate público as políticas educacionais do Presidente Fernando Henrique, prejudicando, inclusive, a sua campanha eleitoral. Nesse período, dinamizou-se a luta na base da ANDES-SN. No Rio de Janeiro a UERJ realizou corajoso e marcante movimento de greve. No campo geral da luta em defesa da educação pública, destacaram-se também as greves da FASUBRA, dos estudantes das IFES, da SINASEFE, do SEPE-RJ e do SINPRO-DF.

Contudo, foi aprovada a lei que implementou a GED, uma lei que o movimento jamais reivindicou, apesar da intervenção da atual diretoria ao final da greve. Diante da impossibilidade de manter a mobilização, a greve foi encerrada. Deixou um saldo político positivo: os cento e quatro dias de uma luta digna de um qualificado debate com a sociedade sobre a Universidade Pública e de um inquestionável apoio dos professores à greve. Isso não significa, porém, que a gratificação que nos foi outorgada ao final do embate seja uma conquistas do movimento docente.

Decorridos dois meses do término da greve, torna-se necessário avaliá-la, não apenas em relação a sua pauta que surgiram em sua fase final, e que ameaçam gerar uma crise de confiança sem precedentes na vida do Sindicato.

Nesse sentido, o IV CONAD Extraordinário:

- 1 - respalda a posição assumida pelo CNG durante a condução da greve;
- 2 - enfatiza que, apesar de não constituírem instâncias estatutárias, os Comandos Locais e Nacional de Greve são coletivos historicamente consagrados nas diversas lutas da ANDES-SN. De seu funcionamento dependem a democracia interna do Sindicato e o respeito às decisões de base adotadas nas Assembléias Gerais das AD SSinds;
- 3 - desaprova a atitude tomada pela atual diretoria do Sindicato, ao negociar paralela e contrariamente às deliberações do CNG, que naquele momento representava a posição política da imensa maioria das Assembléias realizada em todo o território nacional;
- 4 - considera inaceitáveis as duas razões principais apresentadas pela diretoria para justificar sua conduta durante a negociação com o MEC e com o Presidente do Senado;
 - a) *a partir de uma compreensão profundamente equivocada da legislação eleitoral, desenvolveu-se o argumento de que deveríamos optar entre "a GED ou NADA". É lamentável que uma decisão de enorme importância para o Movimento Docente tenha sido tomada pela cúpula do Sindicato amparada nesse tipo de argumento.*
 - b) *com base no fato de que 60% da GED serão aplicados igualmente a ativos e inativos do terceiro grau, considerou-se essa gratificação como isonômica, ao menos entre esses dois segmentos. Disso se derivou a*

idéia de que a GED não contraria os princípios do Movimento Docente. O IV CONAD Extraordinário não aceita essa interpretação e corrobora a avaliação feita a respeito pelo CNG ao final da greve.

PELAS RAZÕES EXPOSTAS, É ADOTADA COMO DOCUMENTO OFICIAL DESTE CONAD A AVALIAÇÃO DA GREVE CONTIDA NO COMUNICADO NÚMERO 71 DO CNG/ANDES-SN

TEXTO 6

Contribuição da ADUFRJ Seção Sindical

Plano de Lutas - setor dos docentes das IFES

Texto Resolução:

- 1 - Atualizar a pauta de reivindicações dos docentes das IFES, elaborada antes da greve.
- 2 - Exigir do governo a incorporação emergencial e imediata dos valores integrais do teto da GED para todos os docentes de 1º e 2º graus, aposentados, pensionistas, estrangeiros e demais celetistas. O marco para a deliberação sobre carreira docente está expresso pela decisão congressual de carreira única (Congresso de Manaus - 1993)

Democracia interna

Texto Resolução:

- 1 - O IV CONAD Extraordinário adverte a Diretoria da ANDES-SN por Ter rompido com a prática consuetudinária - base do direito a partir da vida orgânica das instituições - que confere legitimidade aos setores e comandos de greve, expressos da livre manifestação das seções sindicais, que indicam seus membros e apontam as diretrizes a serem seguidas. O IV CONAD Extraordinário considera ser dever de toda e qualquer diretoria do sindicato respeitar essas diretrizes.
- 2 - O IV CONAD Extraordinário recomenda que o debate sobre as formas organizativas (p.ex., setor) seja feito pelo conjunto do sindicato e examinado sob forma de reforma estatutária no próximo Congresso.

TEXTO 7

DOCUMENTO DE TRABALHO DA ADUnB SOBRE AVALIAÇÃO/GED

Introdução

Apesar de não corresponder a uma avaliação institucional, cuja discussão já se torna premente, a avaliação/GED possibilita o começo de uma tomada de posição que certamente se ampliará no futuro. A Diretoria da ADUnB discutiu o assunto, internamente, junto ao Conselho de Representantes (em reunião de 3.9.98), e em Assembléia (9.9.98).

A presente discussão sobre avaliação incide sobre os 40% da GED que ainda não são recebidos por nenhum docente. Os 60%, já pagos, representam a porção “quantitativa” da gratificação e estão amarrados ao número de horas/aula, cujo mínimo, definido por lei, é de 8 horas/aula por semana. Contrastivamente, denominamos os 40% de o “qualitativo”. Cabe lembrar que o docente que trabalhar 8 horas/aula por semana já faz jus aos 60% da GED.

Há vários princípios gerais que devem ser explicitados. Primeiramente, que o processo de avaliação deve ser um instrumento de estímulo e não punitivo. Um instrumento que, ao mesmo tempo que estimule a produção e

a qualidade acadêmicas, sirva para identificar quais problemas estão impedindo ou dificultando o bom desempenho dos profissionais que não se classificarem a contento. É claro que o objetivo é melhorar o desempenho de todos os professores. Por isto, um mecanismo de limitação quantitativa que, desde o início, impeça contemplar a todos é passível de ser visto como uma rigidez desnecessária embutida no processo de avaliação. Referimo-nos ao estabelecimento de um patamar máximo de pontos a ser distribuído em cada instituição, definido como 45 vezes o número de docentes efetivos em atividade.

Achamos, ainda, que a inclusão de mecanismos de avaliação do próprio sistema de avaliação propiciaria tomar ações corretivas nas distorções de qualificação e desempenho identificadas. Por último, tomamos como princípio geral que qualquer proposta da “Comissão Nacional” designada pelo MEC para estabelecer “as formas e fatores de avaliação qualitativa do desempenho docente, bem como os critérios de atribuição de pontuação” deve ser genérica e flexível para atender às especificidades das diversas IFEs.

Para esta avaliação/GED o texto elaborado pela Comissão da ANDIFES “para propor diretrizes de Avaliação de Produtividade da GED-MEC” levanta alguns pontos que, ao longo das discussões realizadas, tornaram-se a base a partir da qual elaboramos este documento de trabalho.

Documento de trabalho sobre Avaliação/GED - ADUnB

(com base no Documento da ANDIFES).

1. A pontuação será atribuída a cada servidor em função da avaliação do seu desempenho na docência, na pesquisa e na extensão.
2. Para efeito da integralização dos 10 (dez) pontos por hora-aula semanal, até o máximo de cento e vinte pontos, poderão ser consideradas, além da atividade clássica e formal da ministração de disciplinas em sala de aula - em nível de graduação, especialização, mestrado ou doutorado -, atividades outras tais como seminários, projeto de orientação científica, estágio curricular, monografia de graduação e orientação de alunos de graduação e pós-graduação.
3. As demais atividades, que não forem exercidas de conformidade com o previsto no parágrafo anterior, deverão ser remetidas à consideração do que estabelece o Inciso II do parágrafo 2o. do Artigo 1o. da Lei no. 9.678, de 03 de julho de 1998.
4. Considerando o grau de heterogeneidade entre as IFES e a necessidade de se proporem critérios globais de avaliação do desempenho docente, as atividades necessárias para que o docente obtenha os sessenta pontos previstos no supracitado inciso II deverão ser avaliadas quanto à sua qualidade e intensidade. Assim, cada docente receberá uma pontuação de zero a um valor máximo “n”, onde “n” deverá ser estabelecido, em cada Instituição, para cada indicador de desempenho. O somatório de todos os valores de “n” deverá ser superior a 60 pontos, de forma que um docente possa obter os 60 pontos sem que, necessariamente, tenha que desenvolver ações em todos os indicadores de desempenho previstos.
5. A avaliação docente prevista no inciso II não deve perturbar a realização de grandes ações já em curso nas IFES, seja no ensino, pesquisa, extensão ou gestão. Assim, devem ser automaticamente computados os 60 pontos para docentes que coordenem ou participem de projetos, necessariamente envolvendo alunos, aprovados por instituição externa, financiados, em parceria, de impacto social, ou recomendados pela comissão local de avaliação, se o docente comprometer, nestas ações, um mínimo de 20 horas da sua carga horária semanal. A participação do docente nestas ações, com carga horária semanal inferior a 20 horas, terá pontuação proporcional.
6. Outra forma de obtenção de pontos, para efeito de aplicação do disposto no inciso II, é o desempenho docente em atividades relacionadas com os indicadores propostos a seguir, a critérios das IFES.

Indicadores de Desempenho Docente - IDD (Grandes Categorias)

1. Novas metodologias e técnicas de ensino.
2. Produção científica, tecnológica, cultural e artística (artigos nacionais e internacionais, comunicações, livros, patentes, filmes, vídeos, peças teatrais, etc.).
3. Orientação de programas acadêmicos (estágios, monitorias, projetos de graduação etc.) não previstos nos currículos dos cursos e, portanto, não objeto de pontuação na parcela referente às horas-aulas semanais a que se refere o inciso I do parágrafo 2o. do Artigo 1o. da supracitada Lei.

4. Orientação científica (IC, PET, dissertações, teses, monografias, pós-doutorado, etc.) não prevista nos currículos dos cursos e, portanto, não objeto de pontuação na parcela referente às horas-aula semanais, como no item acima.
5. Coordenações, chefias e gerenciamentos em unidades acadêmicas e de pesquisa. Participação em cursos de capacitação, extensão, atualização e aperfeiçoamento, promovidos pela Instituição.
6. Participação como membro efetivo de colegiados, comissões inter e intra-institucionais, conselhos superiores, conselhos municipais, estaduais e/ou federais ligados às políticas públicas, etc.

Considerações finais

É necessário

- enfatizar a prioridade e o peso diferenciado dos professores com Dedicção Exclusiva que representam o núcleo da instituição no que diz respeito a suas atribuições de ensino, pesquisa e extensão;
- contemplar mais claramente nos Indicadores de Desempenho Docente (IDD) as atividades de extensão;
- contemplar mais claramente a diferença de números de alunos em cada curso e/ ou atividade docente;
- contemplar mais claramente as particularidades de áreas de conhecimento (sobretudo da saúde) onde produtividade/qualidade pode ser medida por indicadores diferentes;
- definir claramente as atribuições e limites da avaliação “externa”;
- que as avaliações sejam bianuais e não realizadas anualmente;
- que o sistema de avaliação possa ser traduzido em uma sistemática simples de índices que facilite sua implementação e não onere excessivamente sua implantação.

Brasília, 11 de setembro de 1998.

TEXTO 8

Contribuição da ADUFSCar Seção Sindical

Tema 1 – Avaliação da Greve

constante da pauta do IV CONAD Extraordinário do ANDES – Sindicato Nacional
(São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998)

A greve das IFES/98: um balanço crítico

1. Introdução

A partir da aprovação unânime do ‘Estado de Greve’, no Congresso de Porto Alegre, em fevereiro de 1998, frente ao anúncio do Plano de Incentivo à Docência (PID) do governo, o movimento docente, durante quase dois meses, acumulou forças, debateu e aprofundou análises e, a 31 de março, deflagrou uma greve nacional, que aos poucos foi crescendo em adesão, até atingir, em poucas semanas, a quase totalidade do sistema federal de ensino público superior.

Não foram poucas as dificuldades de mobilização, em várias ADs, em razão dos insucessos de 1996, que desgastaram o instrumento greve junto às bases, e, também, fruto de avaliações de conjuntura que viam o governo fortalecido na correlação de forças e, por isso, consideravam reduzidas ou nulas as chances de vitória. Muitos hesitaram portanto em iniciar o movimento, até por acreditarem que, sem que precisássemos entrar em greve, seria possível negociar com o governo proposta baseada em reajustes diferenciados por titulação e por dedicação exclusiva, a ser por nós apresentada prontamente.

A Reunião do Setor das IFES, realizada a 06 e 07 de março de 1998, definiu, também por unanimidade, a pauta de reivindicações norteadora de nossa greve, que consistia em dois itens.

O item a) referia-se a reajuste linear de 48,65% para todos os docentes, à necessidade de reposição de vagas e expansão de quadros, propondo também a rejeição ao PID.

O item b) remetia à pauta protocolada no MEC a 16 de dezembro de 1996, que continha, entre outros pontos, as reivindicações de incorporação da GAE e de implantação da nova Carreira Docente, conforme já aprovado pelo movimento. Mencione-se que os diferenciais entre classes e níveis, isto é, os ‘steps’ da matriz salarial correspondente a essa Carreira, ainda não haviam sido definidos pelo ANDES-SN, fato que persiste até os dias de hoje.

O mês de abril foi marcado por trajetória sempre ascendente da greve, tanto em número de IFES que iam a cada dia aderindo e reforçando o movimento, quanto do ponto de vista de sua inserção e aprovação, não só na mídia como na sociedade civil e política.

As primeiras dificuldades internas surgiram quando o governo anunciou o PID 2, que expandia, em relação ao PID 1, a base de docentes a serem atendidos pelo sistema de bolsas.

A Diretoria do sindicato rapidamente anunciou à imprensa, antes mesmo do retorno de rodada de AGs chamada para avaliar a nova proposição, que não havia nesta qualquer novidade e que o governo estava pura e simplesmente tentando enganar o MD com números. Ato contínuo, houve uma pressão considerável da Diretoria no sentido de referendar sua interpretação, no CNG e nas bases, ao invés de aguardar, mais cuidadosamente, que estas se manifestassem. A postura da mesa do CNG foi, nesse episódio, assim como em vários outros, impermeável a qualquer outra visão que se contrapusesse à sua leitura da realidade, chegando aos limites do autoritarismo para tentar impor suas teses. Havia, contudo, outras interpretações, em certo momento inclusive aprovadas pelo CNG, sinalizando para o fato de que “a forma atual do PID não poderia ser implementada sem aporte de recursos adicionais àqueles previstos originalmente” (Comunicado 17, CNG-ANDES, de 25.04.98).

Apareciam também a essa altura, no CNG-ANDES, divergências importantes, com relação à caracterização do arco de alianças a ser construído pelo sindicato e ao leque de apoios a ser articulado. Alguns achavam que essas alianças haviam sido definidas pelo sindicato ao longo de sua trajetória classista. Enquanto que outros preferiam uma linha mais ampla, que pretendia estender aquelas alianças a todos os que defendessem a inserção soberana de nosso país no cenário global, a partir de um projeto de desenvolvimento que, internamente, buscasse afirmar os direitos de cidadania e superar a exclusão.

2. Contraposições mais intensas começam a aflorar no início de maio

Diversas ADs, interpretando o PID 2 como um fato novo criado pelo governo e julgando pertinente a ele responder com um recuo tático, no sentido de vencer a batalha de mídia e continuar avançando na conquista do apoio da sociedade civil, iniciaram a discussão de propostas que, no que se referia à questão salarial, flexibilizavam o percentual de reajuste linear (48,65%). Esta posição considerava que os grevistas, ao aceitarem um reajuste diferenciado, desde que não cedendo quanto à exigência de inclusão de inativos e professores do primeiro e segundo graus, retomariam a ofensiva, mantendo-se ao mesmo tempo dentro dos princípios históricos defendidos pelo ANDES, ao garantir um certo patamar de recomposição salarial para todos. Simultaneamente, ganhávamos novo fôlego para tentar alcançar o essencial da nossa luta - a vitória estratégica no campo da autonomia e do projeto para a universidade pública, concentrando nossas forças no sentido de derrotar o modelo de produtividade acadêmica embutido na proposta do MEC, incompatível com a pesquisa científica livre, crítica e de boa qualidade, voltada para a criação e a divulgação de conhecimento capazes de levar o país à independência tecnológica, científica, artística e cultural.

Outras ADs, contudo, insistiram na manutenção dos 48,65% lineares, sem qualquer alteração. Vários argumentos estavam por trás dessa posição, como por exemplo o de que não se podiam tolerar índices distintos de recomposição salarial para as diversas categorias - sem dúvida uma justa ponderação, mas que precisava ser relativizada frente ao que estava globalmente em jogo. Porém a idéia de que essa reivindicação podia unificar a luta dos Servidores Públicos Federais (SPFs), rumo à greve conjunta da categoria e, quem sabe, à greve geral, sem dúvida pesou na análise de muitos dos que optaram por essa análise. Os acontecimentos demonstraram, contudo, que nem uma, nem outra, tinham condições objetivas de se viabilizar.

A mesa do CNG/ANDES, integrada pela Diretoria do ANDES/setor das IFES, que, embora sem direito a voto, tinha uma presença muito forte nos debates, foi, de novo, bastante inflexível nessa discussão, colocando-se de forma visceral a favor desta última leitura da realidade. Assim, foi inviabilizada a divulgação das razões e dos conteúdos das ditas “propostas alternativas”, para o que utilizou-se o regimento interno do CNG, que não permitia que o MD pudesse tomar conhecimento de propostas que lá tivessem obtido menos de 30% de votos dos delegados - um mecanismo de sonegação ‘democrática’ de informação às bases.

Quando finalmente foi vitoriosa, depois de inúmeras batalhas e conflitos internos, a posição de se apresentar uma nova proposta para negociação junto ao MEC - a PROPOSTA A do CNG/ANDES, como ficou conhecida, já era tarde: não havia mais tempo para transformá-la em um trunfo a nosso favor. Havíamos perdido espaço na mídia e na opinião pública, acusados de intransigentes pelo governo, de forma desonesta mas eficiente, como previsível. Como consequência de nossa insistência em salários, não tínhamos conseguido focar o essencial - o projeto privatizante do governo. Por último, estávamos vencidos pelo prazo, pois aproximava-se a data fatal de 3 de julho, não só do (questionável) ponto de vista jurídico: fatal do ponto de vista político, conforme alertado pela maioria esmagadora dos parlamentares de esquerda

Nessa fase final da greve, outras polêmicas ocorreram. Uma delas era a seguinte: alguns defendiam que exigíssemos a retirada do Projeto de Lei do MEC, para início de construção conjunta de um novo PL; caso isso não ocorresse, melhor seria ficar sem nada. Outros, embora rejeitando unanimemente o PL do governo, apoiavam a hipótese de discuti-lo no Congresso, e, nesse sentido, não defendiam que aí fosse obstruído o pedido de tramitação do PL em regime de urgência urgentíssima, o que implicava assumir o ‘nada’ como melhor do que qualquer negociação.

3. Os dias finais foram dramáticos, com novos erros surgindo em profusão

O CNG-ANDES tomou diversas decisões sem qualquer respaldo: mudou o eixo da greve de fome durante um fim de semana, sem ouvir nenhuma AG; interpretou a rejeição ao PL como exigência de sua retirada pelo governo e, portanto, daí concluiu que tínhamos tempo e força para cobrar do governo a elaboração conjunta de um novo PL; decidiu que, além de eleger os delegados que deveriam ir negociar com o MEC, iria impor também à nova Diretoria quais diretores podiam integrar a Comissão de Negociação (tratava-se de atitude que feria o regimento interno do CNG e o Estatuto do ANDES-SN), passando, ato contínuo, a panfletar o Congresso com um documento que desqualificava o Presidente eleito e empossado do sindicato. A Diretoria do ANDES-SN, por seu turno, deu declarações desastrosas à imprensa antes mesmo de empossada, devolveu ao CNG as agressões recebidas de forma igualmente impensada e, finalmente, interpretou também à sua maneira a ‘vontade’ do movimento, ignorando toda e qualquer representação das bases, o que lhe valeu uma reprovação significativa por parte do MD, incluídos aí muitos de seus próprios eleitores.

4. O balanço da greve é, pois, contraditório e ambíguo

De um lado, foi um movimento de inegável pujança, que logrou revigorar nosso sindicato de forma extraordinária, recredenciando a greve como a expressão maior de nossa capacidade de luta coletiva. A crise nas universidades públicas, lamentavelmente desprestigiadas por sucessivos governos, ganhou notoriedade nacional: temas como autonomia, falta de verbas e salários defasados nas IFES são de domínio geral e preocupam os que se interessam pelo futuro da nação. Além disso, conseguimos fazer a mais forte greve e, apesar de tudo, a mais unificada de nossa história. Apesar de todos os percalços, dela resultou melhoria salarial para a grande maioria, ainda que insuficiente e espuriamente associada à GED. Contudo, foi um dos únicos movimentos a ter algum tipo de sucesso, no presente governo. Conseguimos o apoio dos estudantes. Docentes e funcionários das IFES puderam estar lado a lado, em movimentos que foram praticamente simultâneos e até por isso não provocaram desgaste significativo entre as categorias. Obtivemos, em vários locais e a nível nacional, apoios importantes dos legislativos, com a criação de frentes parlamentares em defesa das universidades públicas, da ciência e da tecnologia. A mesma repercussão positiva se deu em relação a sociedades científicas e a segmentos da comunidade acadêmica que, preocupados com a sobrevivência da pesquisa autônoma, competente e pública, nos emprestaram sua solidariedade.

De outro lado, sofremos uma derrota pesada, do ponto de vista estratégico. Foi imposto um modelo de produtividade que vincula o salário docente a uma avaliação unilateral e mediocrizante do trabalho acadêmico. Na verdade, foi uma tripla derrota. Primeiro, porque os princípios quantitativistas presentes na proposta do governo reforçam a subalternização do Brasil no cenário internacional, apontando para a implantação da cartilha do Banco Mundial, no que respeita à educação superior. Segundo, porque está inaugurada uma nova e perigosa prática: a de atrelar salários no serviço público à imposição de normas de trabalho que visam claramente a privatização desse espaço - é uma iniciativa inédita, que abre caminho para a adaptação - coadjuvada pelas reformas administrativa e previdenciária, entre outras - da máquina governamental do país aos ditames do capital internacional e seus prepostos. Terceiro, porque fica a impressão de que a dimensão da derrota não precisava ter sido a que foi: atropelados pelo calendário, o governo nos impingiu o seu PL; atrapalhados pelo tempo e mais divididos do que devíamos por nossas divergências, nos envolvemos em conflitos internos, que, se não tratados com cuidado, irão gerar seqüelas; centrados demais na questão salarial, não soubemos registrar devidamente nossa concordância em relação à necessária avaliação da qualidade do serviço público, pontuando nossa rejeição à forma imposta pelo MEC mas, ao mesmo tempo, apresentando com clareza nossas próprias propostas.

O pós-greve nos reserva desafios agudos. Precisaremos ter a serenidade e a tolerância necessários à reconstrução de nossa unidade interna, se quisermos fazer da ação coletiva nosso instrumento de luta. Teremos que enfrentar, no curtíssimo prazo, os desdobramentos que advirão das ações governamentais no sentido de normatizar e implantar sua avaliação produtivista, em toda plenitude. E, no curto e médio prazos, virá o confronto estratégico de fundo, relativo à natureza da autonomia universitária a ser implementada e ao futuro do próprio sistema público de ensino superior.

TEXTO 9

Contribuição da ADUFSCar - Seção Sindical às discussões do

Tema 2 - Avaliação Docente e Autonomia,

Constante da pauta do IV CONAD Extraordinário do ANDES - Sindicato Nacional

(São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998)

1. DIRETRIZES GERAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA GED

Um dos principais motivos que levou as IFES à indignação e, posteriormente, à greve, foi a publicação, pelo governo, de seu 'Plano de Incentivo à Docência' (PID), em fevereiro de 1998, depois metamorfoseado sucessivamente até transformar-se na 'Gratificação de Estímulo à Docência' - **GED** - que manteve a essência política da proposta original, do ponto de vista estratégico, com vistas à implantação de modelo de universidade pública altamente questionável.

Os critérios aritméticos de valoração do trabalho docente sugeridos no PID - e arredondados na GED, são simplistas, incompletos, ineficientes e, sobretudo, visam gerar um produtivismo quantitativista, que poderá levar as IFES à mediocrização, mediante o estímulo permanente à competição desenfreada, favorecendo a instalação de mecanismos espúrios e, no limite, clientelistas e corporativos, em detrimento do espírito crítico e da reflexão criativa que devem nortear uma produção científica, tecnológica, cultural e artística capazes de

garantir, para a nação, um projeto de desenvolvimento com compromisso social e ao mesmo tempo voltado para a inserção soberana do país no atual contexto globalizado. Assim, o presente documento, ao mesmo tempo em que afirma sua divergência com relação aos princípios inspiradores da Lei 9.678, considera por outro lado que, sendo inevitável sua implementação, é importante tentar contribuir no sentido de buscar garantir que esse processo respeite o mais possível princípios julgados essenciais, visando-se diminuir propositivamente o impacto negativo da GED. Pondera-se, no entanto, que a participação do movimento docente em quaisquer fóruns só fará sentido na medida em que possa ter efetividade concreta; do contrário, reduzir-se-á à legitimação de propostas contrárias às que pretende defender.

São as seguintes as diretrizes que se propõe sejam seguidas, com vistas à implantação da GED:

1 - reduzir ao mínimo o espaço de construção de mecanismos diferenciadores dos salários docentes, que o MEC procura introduzir. Isso significa discutir o conteúdo da expressão 'hora-aula semanal' de forma a incluir atividades de ensino outras, como atendimento de alunos, orientação pedagógica, acompanhamento de exercícios e trabalhos extra-classe, em nível de graduação e/ou pós-graduação, além das atividades em "sala de aula" e as vinculadas à grade curricular dos cursos - seminários, orientação de projetos de iniciação científica, estágios e monografias. Ou seja, amplia-se a concepção de "sala de aula" de forma a contemplar-se vários ambientes de aprendizagem e ensino possíveis, escolhido cada um em função de sua melhor adequação aos objetivos da situação didática correspondente: salas convencionais, oficinas, laboratórios, quadras esportivas, ambulatórios / enfermarias, palcos, estúdios etc.. Se adotada essa leitura mais ampla da aplicação do conceito hora-aula, a grande maioria dos docentes poderá atingir os 120 pontos de avaliação quantitativa, esvaziando-se o mais possível o caráter de vinculação entre salário e produtividade presente na GED. E garantindo-se, também, uma atenção a mais para os alunos, melhorando-se, potencialmente, a qualidade do ensino;

2 - trabalhar no sentido de impedir ou obstaculizar a pulverização dos padrões de trabalho e de qualidade, tanto docentes quanto institucionais e, em especial, no de manter o caráter plural, crítico e universal que deve caracterizar nossas instituições. Assim, o conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão elencados devem ser válidos igualmente para todas as IFES, e a pontuação de cada uma delas deve ser a mesma. Permitir que cada instituição - em função do 'grau de heterogeneidade' existente, estabeleça um valor distinto para o mesmo indicador é aceitar a ótica do acordo Banco Mundial/MEC, iniciar a fragmentação do sistema público federal de ensino superior, incentivando o superdimensionamento absoluto de um (pequeno) conjunto de determinadas atividades nesta ou naquela IFES, em detrimento completo das demais e, em última instância, apoiar e promover o aprofundamento daquela heterogeneidade, pavimentando a estrada para a PEC-370/A;

3 - evitar a sobrevalorização da participação em projetos - individuais ou institucionais, muitas vezes vinculados à lógica do mercado e já rendendo outras vantagens, como pró-labores e complementações salariais. No caso de projetos de extensão, não se deve privilegiar apenas seus coordenadores, que nem sempre são os mais envolvidos com sua execução;

4 - considerar para pontuação, partindo-se de uma leitura menos estrita da lei, atividades outras, que não sendo de ensino, nem de pesquisa e nem de extensão, não são remuneradas, mas mesmo assim são relevantes para o florescimento e fortalecimento das IFES. Esse é o caso de algumas atividades administrativas não gratificadas e das atividades de caráter sindical;

5 - desvincular a avaliação institucional, via PAIUB, da avaliação individual do docente, inteiramente distinta. Além disso, essa última deve ser feita por comissões democraticamente indicadas pelo conjunto das IFES - e não designadas verticalmente;

6 - garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desse ponto de vista, não é correto permitir que toda a pontuação qualitativa possa vir de apenas de um tipo de atividade, relegando-se as demais a um segundo plano. Isso permitirá criar, de um lado, os 'centros de excelência', cujos professores (sejam de uma universidade ou de uma determinada área em uma dada instituição) escolherão seus 60 pontos em atividades de pesquisa; e, de outro lado, os 'colegiões' do terceiro grau, aprovando-se uma sistemática em que talvez todo um conjunto de IFES passe a exercer sua 'vocação' única de ensino.

Creemos ser necessário tornar explícito, como exposto adiante, o tipo de atividades docentes que devem ser valorizadas, para efeito de pontuação, tendo-se sempre em mente a necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:

- a) participação em bancas examinadoras de dissertações de mestrado, teses de doutorado, concurso público para o magistério e qualificação para mestrado ou doutorado;
- b) desempenho didático e criação de novos métodos de ensino;

- c) capacitação docente;
- d) produção científica, técnica, cultural ou artística;
- e) extensão à comunidade dos resultados da pesquisa, de cursos e de serviços;
- f) participação em órgãos colegiados na própria IFES ou vinculados aos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia e/ou outros órgãos públicos;
- g) direção, coordenação, assessoramento e assistência na própria IFES, nos Ministérios da Educação, da Cultura ou da Ciência e Tecnologia, ou em outros órgãos e/ou entidades, em conformidade com o previsto pela legislação vigente;
- h) pesquisa e/ou extensão em projetos aprovados pelas devidas instâncias institucionais ou por agências/órgãos de financiamento nacionais e/ou internacionais, desde que já não sejam, nesses casos, remuneradas a título de complementação salarial, pró-labore e assemelhados, bem como atividades de pesquisa e/ou extensão cujos resultados e contribuições sejam passíveis de publicação/divulgação através dos veículos próprios da respectiva área ou, ainda, objeto de outras formas de reconhecimento acadêmico;
- i) orientação de projetos de alunos, desde que não vinculados à grade curricular, aprovados pelas devidas instâncias institucionais ou por órgãos de fomento, bem como aqueles cujos resultados e contribuições sejam passíveis de publicação/divulgação através dos veículos próprios da respectiva área ou, ainda, objeto de outras formas de reconhecimento acadêmico.

Julga-se ainda pertinente, vital mesmo, que os pontos atribuídos a cada uma das atividades ditas qualitativas, conforme disposto na Lei 9.678, **sejam os mesmos para todas as IFES**. Isto é o pilar de sustentação da manutenção da unidade do sistema atual de IFES; abandonar este princípio é concordar com sua fragmentação e decomposição.

Finalmente, sugere-se que durante o período de um ano e meio a partir da promulgação da lei que instituiu a GED, os docentes possam optar por permanecer recebendo o correspondente a 60% de seu valor pleno, tendo o mecanismo de avaliação proposto vigência obrigatória apenas a partir de 1999.

2. PROPOSTA DA ADUFSCar PARA PONTUAÇÃO DA GED-MEC

A ADUFSCar, considerando que se faz necessário apresentar sugestões concretas para a normatização da Lei 9.678/98, posto que esse ponto está objetivamente colocado na agenda de discussão interna da UFSCar e também da Comissão Nacional que debaterá a questão, aprovou o seguinte documento, como subsídio para o amplo processo de debate sobre o assunto, que ocorrerá brevemente na UFSCar e nas IFES - espera-se.

Esta proposta deve ser analisada no contexto do documento de caráter mais geral que a precede e entendida como sugestão de uma possível concretização operacional da Lei compatível com as diretrizes acima enunciadas.

I - EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO QUANTITATIVA

Estabelece-se como política institucional que **50% (cinquenta por cento) da carga horária total de cada docente será obrigatoriamente dedicada ao ensino de graduação**. Além disso, propõe-se:

- a) **Quanto às atividades em “sala de aula”**, em nível de graduação e/ou pós-graduação, que um mínimo de 50% adicional deve ser dedicado a atividades de ensino tais como atendimento de alunos, orientação pedagógica ou de trabalhos, atividades extra-classe, esclarecimento de dúvidas etc., em horários e locais previamente estipulados e amplamente divulgados, para conhecimento e frequência dos alunos que assim o desejarem ou delas necessitarem. Esse mecanismo, conjugado à redução do tamanho das turmas, quando excessivo, tenderá a assegurar à maioria dos docentes, com real merecimento, uma maior pontuação quanto à avaliação quantitativa, além de potencializar a melhoria da qualidade do ensino;

b) Quanto às demais atividades vinculadas à grade curricular:

b1) Estágios supervisionados na instituição com orientação direta do docente.

Consideraremos que a supervisão de um aluno que cumpra 12 créditos (isto é, 12 horas de trabalho discente semanais) demanda do professor o dispêndio de 01 hora semanal de trabalho, ou 10 pontos de GED. Registramos aqui que utilizaremos abaixo este mesmo critério para a definição da pontuação a ser atribuída às atividades de orientação de alunos de graduação, bolsistas ou não, atuando em projetos/atividades de iniciação científica, extensão, monitoria, treinamento, PET e assemelhados, bem como orientação de

trabalhos de graduação. Portanto, o número horas trabalhadas pelo docente será igual a 1/12 multiplicado pelo produto do número de alunos (n) supervisionados pelo número de créditos (c) cumpridos por cada um deles. A pontuação será dada pela fórmula:

$$P = 10.[1/12.(n.c)], \text{ ou seja, } P = 5/6.(n.c) \text{ pontos ;}$$

b2) Estágios supervisionados fora da instituição.

Nesse caso, supõe-se que cada aluno supervisionado corresponda a 05 horas de trabalho semestrais do docente. Isso equivale a 5/15 ou 1/3 de hora semanal de trabalho docente; ou seja, a 10/3 pontos. Logo, para n estágios supervisionados fora da instituição, serão atribuídos ao docente:

$$P = 10/3 \text{ pontos;}$$

b3) Orientação de alunos de graduação, bolsistas ou não, engajados em projetos/atividades de iniciação científica, extensão, monitoria, treinamento, PET e programas assemelhados.

Em ambos os casos, o número de créditos cumpridos pelo aluno é de 12 (correspondentes a 12 horas semanais de trabalho). O número de pontos a ser computado será:

$$P = 10.[1/12(n.12)], \text{ isto é, } P = 10n \text{ pontos;}$$

b4) Orientação de trabalhos de graduação.

Nesse caso, vale exatamente a mesma sistemática proposta acima. Assim, se cada um cumprir c créditos, a orientação de n alunos renderá igualmente:

$$P = 5/6.(n.c) \text{ pontos;}$$

b5) Orientação de trabalhos de pós-graduação: monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Corresponderão a 20 pontos por aluno (isto é, duas horas de esforço docente por semana).

II - EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Devem ser objeto de pontuação os seguintes quesitos:

II.1 - Relativos a atividades de ensino:

a) Desempenho didático, a ser avaliado tanto pela comissão institucional definida na Lei 9.678/98 quanto pelos alunos, a partir de um conjunto de categorias a serem definidas pela citada comissão;

Pontuação: Até 20 pontos, de tal forma que o docente que obtiver os 120 pontos de avaliação quantitativa de ensino possa alcançar os 140 pontos, no caso de seu desempenho didático receber pontuação máxima.

b) Orientação de projetos de alunos (iniciação científica) não vinculados à grade curricular e aprovados institucionalmente ou por órgãos de fomento.

Pontuação: Até 20 pontos, sendo 10 pontos por orientado. Supõe-se aqui que cada aluno cumpra 12 créditos semestrais, ou 12 horas / semana, correspondentes, segundo critério já adotado acima, a 1 hora de trabalho semanal do professor. Portanto a pontuação máxima será obtida pela orientação de 02 (ou mais) alunos.

II.2 - Relativos a atividades de pesquisa e extensão:

Observações preliminares:

1. cada um dos itens abaixo terá como limite individual 20 pontos, entendendo-se que a GED visa, especificamente, estimular a docência; portanto, atividades outras devem ser incentivadas - como já o são, por mecanismos tais como bolsas de pesquisa;

2. para evitar o duplo benefício, só será atribuída pontuação a atividades que já não sejam remuneradas a título de complementações salariais, pró-labores ou das quais redundem quaisquer tipo de vantagens pecuniárias.

a) produção científica, técnica, cultural ou artística;

b) pesquisa e/ou extensão em projetos aprovados por agências nacionais ou internacionais;

c) extensão à comunidade, através da oferta de cursos e serviços;

II.3 - Relativos a atividades de capacitação:

Deverão ser pontuadas todas as atividades de capacitação, tais como as de aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Propõe-se que, durante os afastamentos (integrais ou parciais), a GED seja concedida pontuando-se a parte da gratificação correspondente ao percentual do tempo que o docente passa fora da universidade (100%, se integral, e x%, se parcial) com o índice equivalente à média obtida pelo professor nos

últimos 24 meses antes do afastamento. A restante pontuação, no caso de afastamento parcial, será obtida da mesma forma que a prevista para os demais docentes.

II.4 - Relativos a participação em bancas:

Será pontuada a participação em bancas examinadoras de trabalhos de graduação, monografias de especialização, de dissertações de mestrado, de teses de doutorado, de concursos públicos de natureza acadêmica e de qualificação para o mestrado ou doutorado.

Pontuação: Até 20 pontos (ou 30 horas semestrais).

II.5 - Relativos a atividades de direção e coordenação nas IFES:

a) Cargos de direção (CDs). Aos ocupantes de cargos de direção será paga, durante todo o período em que os exercerem, gratificação equivalente à pontuação média por eles obtida, relativa aos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao de sua designação para o cargo;

b) Funções de chefia de departamentos e coordenação de cursos ou estágios. Aos ocupantes dessas funções, consideradas correspondentes, em termos de tempo de trabalho, a uma disciplina de 04 horas (acrescida de 02 horas de atendimento de alunos, conforme acima previsto), serão atribuídos 60 pontos. Neste caso, não se faz restrição ao recebimento simultâneo de FGs, tendo em vista que este é devido, face à responsabilidade adicional assumida, nestes casos, pelo docente.

II.6 - Relativos a outras atividades:

Observações preliminares:

1. cada um dos itens abaixo terá como limite individual 20 pontos, por razões análogas às já expostas anteriormente;

2. para evitar o duplo benefício, só será atribuída pontuação a atividades que já não sejam remuneradas a título de complementações salariais, pró-labores ou das quais redundem quaisquer tipo de vantagens pecuniárias.

a) representação, assessoria e assistência junto a colegiados e demais órgãos de administração das IFES;

b) direção, coordenação, assessoria e assistência em outras instituições, órgãos e/ou entidades de caráter acadêmico e/ou sindical;

III - EM RELAÇÃO A ASPECTOS GERAIS

Propomos que:

a) em semestres consecutivos, para fins de obtenção dos 20 pontos de avaliação “qualitativa”, sejam escolhidas atividades diversificadas, de forma a estimular ao máximo o exercício integrado de ensino, pesquisa e extensão;

b) as Comissões de Avaliação relativas à GED sejam democraticamente indicadas pela comunidade;

c) as aulas ministradas em outros *campi*, ou seja, aquelas em que houver necessidade de deslocamento físico do professor, sejam pontuadas levando-se em conta o tempo para tal necessário, a ser somado àquele efetivamente despendido em sala de aula, em cada caso.

TEXTO 10

Contribuição da ADUFSCar – Seção Sindical às discussões do

Tema 3 – Democracia Interna no Movimento Docente,

constante da pauta do IV CONAD Extraordinário do ANDES – Sindicato Nacional

(São Paulo, 12 a 14 de setembro de 1998)

O QUE É ISSO, COMPANHEIROS ?

1. ANDES: defesa intransigente de uma universidade socialmente referenciada

Nosso sindicato nacional tem tradição. Tem um nome e um passado a zelar, fruto do esforço conjunto dos que, em seus muitos anos de existência, ajudaram a construí-lo: militantes desta ou daquela tendência, independentes ou, pura e simplesmente, filiados, cada qual contribuindo com sua parcela individual para o fortalecimento do todo.

Muitos embates têm marcado sua trajetória, em especial a histórica batalha pela ampliação da oferta de ensino superior público e gratuito em nosso país, procurando-se garantir, através de financiamento estatal, padrão unitário de qualidade. Buscando-se, ao mesmo tempo, alcançar uma autonomia didática, científica e administrativa capaz de propiciar a produção e a transmissão de conhecimento de alto nível técnico e ao mesmo tempo crítico, de forma a possibilitar a inserção soberana de nosso país no cenário mundial e a alavancar a conquista da cidadania social plena para todos os brasileiros. Além disso, luta-se também para que, em todas as instituições de ensino superior do país - públicas ou não, sejam dadas condições para o exercício integrado de ensino, pesquisa e extensão, vistas como atividades acadêmicas indissociáveis, para o que será fundamental implantar, também em todas elas, um Plano de Carreira Única, cuja estrutura reflita estímulo à capacitação e à titulação, e a adoção de critérios de mérito que vinculem a avaliação da qualidade do trabalho desenvolvido pelo docente à sua progressão na carreira.

Não são só essas as convergências que unem a todos nós, do ANDES-SN. Certamente havemos todos de concordar de que é essencial combater as distorções do conceito de autonomia que o governo procura inserir na Constituição, no sentido de desvirtuar o conteúdo de seu Artigo 207, abrindo espaço para a desobrigação do Estado em relação ao financiamento do ensino superior público: nossas instituições - a serem transformadas em 'Organizações Sociais', passariam a ter 'autonomia' para buscar recursos no setor privado, a cujos desígnios e interesses acabaria inevitavelmente atrelado o conjunto de sua produção científica, tecnológica e humanística. Assim, somos contra a redução drástica de salários e sua progressiva e dramática diferenciação interna, de acordo com a proximidade ou não do campo de conhecimento respectivo em relação à esfera produtiva, que é apenas uma das faces visíveis do processo, já em rápido andamento, de privatização do espaço público na educação superior, conforme preconizado pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento, vistos como reserva de mercado do capitalismo internacional.

Há sem dúvida uma outra unanimidade: a de que a luta comum em defesa de nosso projeto de universidade só pode se concretizar adequadamente através de um sindicato de âmbito nacional, que agregue todos os professores de ensino superior do país, independentemente do regime jurídico a que se encontrem submetidas e da propriedade material a que se vinculem suas instituições, conforme dispõe o Estatuto do ANDES-SN.

2. Greve das IFES: um brilho de força e coragem; mas também muito a repensar

A recente greve das IFES talvez tenha sido o mais revigorante momento da história de nossas universidades federais. Nosso movimento logrou pautar, a nível nacional, o debate sobre o papel do ensino superior e da pesquisa públicos e de qualidade como um tema de interesse estratégico para o país. Abriu-se, na grande imprensa, espaço para as questões que buscávamos discutir, sensibilizando-se a sociedade civil. Nunca uma greve do setor público foi tão amplamente divulgada e, em muitos momentos, tão apoiada. Na gestão FHC, foi com certeza a que alcançou maior grau de projeção e mesmo de sucesso, sob alguns aspectos. O governo, que inegavelmente teve que ceder em vários pontos, portou-se da forma que esperávamos: truculento, intransigente, mentiroso, autoritário e, acima de tudo, inarredável de sua determinação de vincular a concessão de qualquer melhoria salarial à imposição de seu modelo de universidade pública, privativista, mercadológico, atrelado à lógica da produtividade quantitativista, mediocrizadora e, mais gravemente ainda, compatível com um projeto de integração subalterna do Brasil ao processo de mundialização do capital. Deste último ponto de vista, temos que reconhecer que sofremos uma dura derrota.

Mas, se conseguimos, com tanta energia, levantar as vozes de nossos quase 50.000 professores e paralisar quase que totalmente o conjunto de nossas instituições federais de ensino superior, houve, em contrapartida, uma série de falhas na condução política do movimento, as quais não vamos aqui analisar, posto que, sobre esta questão, estamos apresentando uma contribuição específica - "A greve das IFES / 98, um balanço crítico", em anexo.

O que objetivamos focar nestas linhas, portanto, restringe-se essencialmente a aspectos da luta interna que, durante todo o tempo, não só dividiram como enfraqueceram sobremaneira o nosso ímpeto: tanto no

estabelecimento da dinâmica operacional do Comando Nacional de Greve (CNG), quanto nos eventos que posteriormente resultaram no conflito entre este e a nova Diretoria do ANDES-SN, cometemos graves erros, que precisam ser alvo de nossa autocrítica, pois, de um lado, não podemos nos permitir repeti-los e, de outro, o acirramento das polêmicas e fraturas por eles gerados, se não sustado prontamente, tenderá a produzir o esfacelamento do próprio sindicato.

Não temos qualquer pretensão de esmiuçar exaustivamente os fatos. Assim, nos reportaremos apenas a alguns poucos eventos, a título ilustrativo.

O primeiro refere-se à adoção do próprio Regimento do CNG, que em seu item 9, por exemplo, estabelecia que nem todas as propostas lá discutidas seriam remetidas, para conhecimento, aos docentes em greve. Exigia-se, para tal, um mínimo de 30% dos votos dos delegados. Trata-se de uma restrição ao acesso à informação, incompatível com a transparência que precisam ter todos os processos que se pretendam democráticos.

Como uma segunda questão, apontamos o seguinte procedimento, adotado pela mesa do CNG e referendado, na maioria das vezes sem discussão, pelo plenário do CNG - mas, nem por isso, eticamente correto: o de registrar inscrições em blocos de cinco e submeter ao voto, ao fim de cada bloco, se os inscritos para o próximo bloco (cujos nomes eram lidos) poderiam ou não falar. Isso gerou várias situações injustificáveis. De certa feita, esse expediente foi utilizado para impedir, por 17 votos a 16, que um delegado pudesse intervir, pela primeira vez, em um debate sobre uma proposta por ele próprio trazida de sua AG e aí aprovada por unanimidade - proposta essa que, não gozando de simpatia no CNG, foi levada a votação (e derrotada) sem que pudesse sequer ter sido defendida. Convenhamos que esse é o tipo de prática que macula e desqualifica a alegação (correta) de que é essencial respeitar as bases do movimento e, no caso, o CNG, sua expressão legítima.

Em terceiro lugar, foram por vezes utilizados, ao sabor das vontades dos delegados presentes ao CNG, dois pesos e duas medidas. Assim, os pleitos dos Comandos Locais de Greve de várias ADs que, ao longo de maio de 98, solicitavam do CNG a sistematização das propostas alternativas aos 48,65% lineares, já enviadas àquele Comando, foram seguidamente rechaçados; o conteúdo dessas propostas não foi divulgado, por não atingir o quorum de 30%, aplicando-se no caso, friamente, o Regimento do CNG. Em compensação, tratamento muito diferente foi dado à mudança de eixo da greve de fome, aprovada no CNG durante um fim de semana, sem qualquer consulta ou manifestação das bases - e portanto, a princípio, com 0% de apoio destas.

Um quarto exemplo: em meio a clima de tensão agravado pelo acirramento da disputa eleitoral interna, a nova Diretoria do ANDES-SN, tão logo proclamada vencedora do pleito de maio de 1998, passou a dar declarações à imprensa, em paralelo ao CNG e sem o seu referendo. Por mais que fosse justo criticar certos procedimentos em curso no Comando Nacional de Greve, como os que mencionamos, esta instância era a única referência do MD, constituindo-se sua lateralização pública - justamente pelos novos dirigentes, uma ação inábil, deselegante e desagregadora. Alimentar a imprensa com uma segunda fonte de informações foi uma atitude que abriu levemente enorme flanco para distorções e ataques às IFES em greve, como era de se esperar.

Por fim, a resposta do CNG a esses deslizamentos da nova Diretoria não poderia ter sido mais desastrosa. Empossado o novo Presidente, o Comando Nacional de Greve, extrapolando, lamentavelmente, tanto o definido nos Estatutos do ANDES-SN como o disposto em seu próprio Regimento, que no item 11 previa que "a representação em interlocuções junto ao governo ... será composta por delegados eleitos pelo CNG, e por diretores do ANDES-SN", decidiu não só escolher seus próprios representantes como buscar definir impositivamente quais diretores do sindicato iriam às reuniões com o Ministério. Para completar, o CNG panfletou o Congresso Nacional com um documento que desclassificava o Presidente do ANDES-SN como interlocutor do movimento, expondo-o, por sua vez, às investidas dos que apostavam na sua divisão. A essa agressão, a Diretoria do ANDES-SN, alegando (corretamente) o exercício de sua responsabilidade política, respondeu (incorretamente) com outra agressão: desautorizou de forma arbitrária o CNG e, na prática, dissolveu o poder dessa instância, ao assumir publicamente a condução das negociações, ignorando assim, sem distinção, todas as AGs de base, e atraindo democraticamente a ira geral, de gaúchos a acreanos.

Em suma, todos sabemos que, para além dos pontos em comum apontados no início deste documento, as divergências internas existem, é claro, e são várias; os antagonismos, marcantes.

Mas se o nosso movimento quiser ter futuro, terá que ter juízo: precisará seguir uma rota antípoda da que tem trilhado nos últimos tempos. Se no plano externo mostramos garra no

enfrentamento com o governo, no interno temos nos comportado de maneira raivosa e mesquinha. Tem imperado a desconfiança, a intolerância em relação às diferenças de pensamento e de método. A disputa saudável de posições tem cedido lugar à prepotência, à tentativa de impingir pontos de vista, de qualquer forma, mesmo que às custas da ética e do companheirismo. Se assim continuarmos, seremos derrotados por nós mesmos.

3. CONAD de Campina Grande e o pós-CONAD: os equívocos continuam

Alguns episódios recentes mostram que a luta fratricida que assola o MD não refluíu.

O primeiro deles passou-se na Plenária de Encerramento do XXXVI CONAD, da qual retirou-se a delegação da ADUFSCar-S.Sindical, em protesto contra atitudes do presidente da mesa, Professor Dalton Melo Macambira, 1º Vice-Presidente do ANDES-SN, denunciadas como irresponsáveis por envolverem afirmações, insinuações e acusações veladas que beiravam a calúnia e a difamação. Dizia o referido professor ter sofrido, durante aquele CONAD, ameaças por parte do delegado da ADUA Seção Sindical e ex-membro da Diretoria 1996/1998, professor Raffaele A. Novellino. Quando solicitado, contudo, pelo mesmo professor, a prestar os devidos esclarecimentos, explicitando a natureza das ameaças mencionadas, recusou-se a fazê-lo, deixando sob suspeita e sem possibilidade de defesa o professor Raffaele. Os fatos que se seguiram foram deploráveis. O professor Raffaele apresentou, como de seu direito, questão de ordem, segundo a qual os trabalhos deveriam ser prontamente interrompidos, para clarificação das acusações feitas pelo presidente da mesa. Caso isto não ocorresse, propunha que a Plenária fosse encerrada. O professor Dalton, distorcendo de forma grosseira e tendenciosa o que havia apresentado o professor Raffaele, indagou dos presentes se desejavam o encerramento da Plenária, submetendo ao voto esta formulação e ignorando manifestações em contrário de vários dos delegados e observadores que ali se encontravam. Derrotada essa questão de ordem, que era muitíssimo diferente da inicialmente encaminhada, o professor Dalton passou a dar continuidade aos trabalhos, não acatando quaisquer ponderações. Afora a crítica à truculência da forma, há aqui um conteúdo que não se pode deixar passar em branco: do momento em que se tornou explícito um embate pessoal entre o presidente da mesa e um delegado de base, o professor Dalton deveria ter transferido a outro membro da mesa a direção da Plenária, até que esse embate fosse superado, a bem da ética.

O segundo fato refere-se a um documento enviado à Central Única dos Trabalhadores, a 13 de julho de 1998, em nome do Comando Nacional de Greve, e aí aprovado pelos apenas sete delegados presentes. Sem qualquer respaldo de AGs, do conjunto do MD, de CONGRESSOS ou de CONADs do ANDES-SN, aliás entidade filiada à CUT, emitem-se juízos do tipo: “A intervenção de parte da executiva nacional da CUT no desfecho das negociações parlamentares em tudo lembra o mesmo lamentável papel desempenhado por estes companheiros no final da histórica greve dos petroleiros, no início do governo FHC. Não foi esta a central de trabalhadores que ajudamos a construir. O sindicalismo livre, autônomo, classista e estreitamente vinculado à base que animou a fundação da Central foi mais uma vez negado. Esta greve mostrou, entre outras coisas, que os princípios acima podem e devem ser preservados, no objetivo de recolocar a luta política dos trabalhadores do país a serviço do projeto emancipatório, que exige o abandono da política de cúpula, do colaboracionismo, da burocratização, da conciliação.”. Sem comentários.

Por último, a convocação de um CONAD EXTRAORDINÁRIO, requerida por número significativo de AGs, não pode ter o sentido, oculto ou aberto, de preparar o terreno para uma possível destituição da atual Diretoria: tratar-se-ia, nas atuais circunstâncias, de uma tentativa de golpe, posto que a nova direção acaba de ser eleita em pleito cuja legitimidade não pode ser questionada. Este desfecho resultará num cenário de desastre e desestruturação sindical, que interessa apenas aos que se opõem às causas que defendemos. Por outro lado, se definida, com sensibilidade e cuidado, uma pauta capaz de iniciar um debate político de qualidade, visando construir processo de superação de nossa crise interna e aglutinar forças para o enfrentamento do projeto do governo, poderemos sair fortalecidos de um tal evento.

4. Enfrentar o adversário comum pressupõe unidade interna e o respeito a todas as instâncias do sindicato

Não se pode esconder, na atual conjuntura, o risco potencial de que venham a se reproduzir no futuro, entre as várias instâncias do movimento e inclusive até de forma mais aguda, os recentes conflitos que envolveram a Diretoria e o CNG. Isto porque o coletivo que a elegeu não é o mesmo que comparece rotineiramente às Assembléias Gerais e que assim determina a correlação de forças nos CONADs, CONGRESSOS, Reuniões Setoriais e Grupos de Trabalho.

Discutir politicamente essas questões e estabelecer normas de convivência que contribuam para que reencontremos um ponto de equilíbrio não é apenas um ponto de pauta possível para um próximo evento. É uma tarefa vital, se quisermos garantir a sobrevivência do ANDES-SN.

Se não é correto, como acima indicamos, cassar o mandato de uma Diretoria que acaba de tomar posse, tampouco é possível, em contrapartida, ignorar o fato de que, entre os docentes que mais ativamente participam das greves, das tarefas do dia a dia sindical, há um conjunto expressivo de professores, muitas vezes talvez mesmo majoritário, que têm inclinações e pontos de vista desafinados com os da atual Diretoria. Isto significa que não pode também a Diretoria querer dirigir o sindicato sobrepassando esse fato: qualquer tentativa de esvaziamento ou enfraquecimento de instâncias igualmente representativas, tais como por exemplo Reuniões de Setor, que, embora não deliberativas, refletem de maneira importante o pensamento de segmentos relevantes do MD, configurar-se-ia igualmente como um golpe inaceitável.

Não há como resolver estas questões sem que se faça, com os espíritos tão desarmados quanto possível, uma avaliação dos erros cometidos, seja por quem for. Será necessário repensar a dinâmica de futuros CNGs e seus Regimentos; o papel da Diretoria do ANDES-SN e sua relação com o CNG; a relação entre Diretoria e os Grupos de Trabalho existentes; a representação do ANDES-SN junto ao governo, inclusive em processos de negociação ou acompanhamento (como é o caso da avaliação dos docentes das IFES, em curso), de forma a contemplar de forma plural as várias visões, assegurando-lhes o acesso direto à informação e à intervenção. Será necessário articular, no movimento docente, um processo de radicalização democrática interna, que tente romper a distância entre a direção e as bases, entre os que vão às AGs e os que não vão, e desmontar sectarismos, mesmo os mais arraigados e imobilizadores, tendentes a gerar torcidas organizadas e não o debate inteligente e honesto, que, sem escamotear as diferenças, busque construir um patamar sólido para a ação conjunta.

Para finalizar, sugerimos que essas são tarefas para discussão imediata no movimento docente, quiçá no CONAD EXTRAORDINÁRIO, a realizar-se por força do Estatuto da ANDES-SN. Cremos que neste evento dever-se-ia debater também a continuidade de nossas lutas setoriais, em especial as das IFES, cuja pauta de reivindicações permanece desatendida, além, é claro, de questões específicas centrais, como a GED e seus desdobramentos, a PEC-370/A e a autonomia.